

PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

10

2018 SÉRIE 3

Este número de *Páginas a&b* encerra o ano de 2018 e com ele se dá cumprimento à regularidade de publicação da revista, tal como é exigido para que a mesma possa continuar a ser indexada em bases de dados e, por essa via, tenha maior visibilidade e reconhecimento internacional.

Na linha do que é habitual, este número reúne artigos de temática diversificada, sendo predominantes os de autores brasileiros, uma vez que o número de submissões de textos de autoria lusa tem vindo a ser progressivamente menor em comparação com os que os nossos colegas do outro lado do Atlântico submetem para avaliação. Não é, pois, de estranhar que oito dos onze textos que agora se publicam nos cheguem de universidades brasileiras e ilustrem a investigação que se vai fazendo na área da Ciência da Informação em terras do Brasil. Não podemos deixar de lamentar que a pujança da investigação nas universidades portuguesas não se faça sentir do mesmo modo e não se traduza num estímulo à publicação, como forma de contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico numa área ainda emergente e que importa afirmar na academia. A revista *Páginas a&b* continuará a estar aberta aos investigadores e aos profissionais portugueses da área da Ciência da Informação, que nela queiram divulgar os seus trabalhos.

A abrir este número de *Páginas a&b* temos um estudo de Santos, que problematiza sobre a Ciência da Informação, “dentro do contexto do paradigma pós-custodial e da ciência pós-moderna”, procurando suscitar a reflexão e o debate sobre o próprio campo do saber, no quadro das ciências sociais aplicadas.

Seguidamente, dois textos sobre a questão da “mediação”, conceito da maior relevância, que é abordado tanto pelas autoras portuguesas Borges, Almeida, Freitas e Cardoso, como pelos brasileiros Castro, Silva e Oliveira, em duas perspetivas que se complementam e que, de certo modo, põem em contraste olhares luso-brasileiros.

Aspetos mais técnicos e focados nas práticas biblioteconómicas são trabalhados por Santa Anna, que analisa os registos bibliográficos na perspetiva do utilizador (também aqui podemos ver uma forma de mediação), e por Santos, que se debruça sobre os materiais que as bibliotecas universitárias elaboram para auxiliar o processo de pesquisa de informação (está de novo presente, a questão da mediação).

Os dois artigos seguintes, respetivamente de Melo e Cardoso e de Luz, focam-se em temáticas relacionadas com os arquivos, o primeiro sobre o papel do arquivista nos eventos científicos e o segundo sobre a curadoria e a preservação digital. Tanto um como outro apresentam estudos que nos apresentam interessantes aspetos para reflexão.

Temos, ainda, dois trabalhos que se podem considerar estudos de caso, em que os contextos são empresas e a respetiva produção de informação, encarada sob o prisma dos arquivos. “Arquivos de moda”, resultantes da marca Osklen, são o objeto do trabalho de Araújo, Dias e Abreu; documentos técnicos de engenharia, provenientes de uma empresa de petróleo, dão corpo ao estudo desenvolvido por Coelho e Schmidt. Exemplos interessantes que ilustram bem a multiplicidade de contextos em que a informação é produzida e os problemas que o profissional da informação tem que enfrentar.

Menos teórica e menos técnica, mas igualmente interessante para quem faz da informação o seu objeto de trabalho e de estudo, é a abordagem com que Ochôa e Barata nos

confrontam, analisando o envelhecimento e o “idadismo” na profissão de informação-documentação. Um estudo que dá, certamente, muito que pensar.

Finalmente, um texto reflexivo sobre livros e bibliotecas, uma realidade intemporal!

Em tempo de festas natalícias, o meu desejo é que este número de *Páginas a&b* proporcione a todos os seus leitores agradáveis momentos de enriquecimento científico e suscite interesse pelos temas que ficam à disposição para leitura e consulta.

Votos de um Bom Ano de 2019!

Fernanda Ribeiro

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir brevemente acerca do surgimento e das principais características da Ciência da Informação (CI) dentro do contexto do paradigma pós-custodial e da ciência pós-moderna. Para tanto, fez-se um breve histórico das origens da CI, desde as práticas biblioteconômicas, arquivísticas e documentárias, do paradigma custodial tecnicista às práticas do paradigma pós-custodial e social, vivido posteriormente por essa nova ciência. A partir da análise de literatura foi possível observar a CI como uma ciência pós-custodial e contemporânea, uma ciência preocupada com as questões sociais da informação, dando espaço para um debate em que usuário e sistemas de recuperação da informação não devem ser vistos de forma isolada. No entanto, percebe-se que a CI não rompe completamente com os aspectos técnicos e pragmáticos da modernidade, assumindo, portanto, esse caráter de ciência social e aplicada.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Ciência pós-moderna; Paradigma pós-custodial

Abstract: The present paper aims to briefly discuss the emergence and the main characteristics of Information Science (IS) within the context of the postcustodial paradigm and postmodern science. In order to do so, a brief history of the origins of IS was made, from the archival and documentary library practices, from the custodial technicist paradigm to the practices of the postcustodial and social paradigm, later lived by this new science. From literature analysis it was possible to observe IS as a postcustodial and contemporary science, a science concerned with social information issues, giving space for a debate in which user and information retrieval systems should not be seen in an isolated way. However, it is noticed that the IS does not break completely with the technical and pragmatic aspects of modernity, assuming, therefore, the character of social and applied science.

Keywords: Information Science. Postmodern science; Postcustodial paradigm

1. Introdução

A Ciência da Informação (CI), considerada por muitos teóricos como uma ciência ainda jovem, tem sido palco de várias discussões acerca de sua epistemologia, teorias, paradigmas, objeto e métodos. Nesse ínterim, percebem-se dois modelos teóricos e paradigmáticos em que tal ciência pode ser discutida.

O primeiro diz respeito ao paradigma custodial, historicista, patrimonialista, e tecnicista, diretamente ligado às práticas biblioteconômicas e arquivísticas decorrentes dos ideais iluministas e da Revolução Francesa, que contribuiu para dar maior visibilidade às bibliotecas e aos arquivos como repositórios de informação, sendo estes um produto da Modernidade (RIBEIRO, 2004, 2005). O segundo modelo teórico, por sua vez, diz respeito ao paradigma pós-custodial, em que os aspectos sociais da CI são mais fundamentados e discutidos, caracterizando-a como uma ciência pós-moderna.

Na perspectiva de Silva *et al.* (1998) o paradigma custodial é demarcado por duas fases. A **sincrética custodial**, diretamente ligada às origens e à formação do campo de Informação; a fase **custodial técnica**, com ênfase na profissionalização e nas práticas de organização da informação. Já o paradigma pós-custodial é demarcado pela fase científica,

que considera os aspectos sociais da informação e compreende as tecnologias de informação e comunicação de forma holística e não como algo isolado e estático.

Devido à natureza interdisciplinar da ciência aqui em discussão, não é possível defini-la apenas numa única perspectiva. Isso porque seu objeto tende a ser utilizado em diferentes contextos, envolvendo diferentes áreas e disciplinas, e que requer abordagens e métodos específicos para trabalhar esse objeto que é a informação.

Ressalta-se que não é tarefa fácil analisar o percurso histórico da CI, pois a mesma não possui uma origem histórica definida, do mesmo modo que não possui um fundador que seja consenso pelos pesquisadores. Há, portanto, apenas algumas discussões acerca da identidade da área (MORAES, 2013). A este aspecto acrescenta-se a contribuição de Ribeiro (2010:63) quando comenta que:

Os consensos científicos sobre a natureza e identidade científica da CI são, ainda hoje, problemáticos, uma vez que a sua construção disciplinar não ocorreu simultaneamente e da mesma forma em todos os países e contextos, tornando, portanto, muito variável o seu grau de desenvolvimento e dificultando um entendimento unívoco sobre o próprio campo disciplinar.

Nesse sentido, percebe-se que há uma grande variedade de definições, ora similares ora antagônicas que corroboram para firmar a CI como um campo multidisciplinar em que cabe tanto uma visão pragmática e tecnicista quanto uma visão humanista e social. A primeira relacionada à prática e à técnica propriamente dita, aplicada aos acervos dos centros de informação e a segunda relacionada à função social desses centros, uma vez que existem não só para obter e guardar informação, mas para disseminá-las à sociedade em geral. E, também, considera os aspectos socioculturais do usuário no contexto dos sistemas de organização e recuperação da informação.

Sendo assim, a técnica está atrelada ao uso, de modo que é aplicada para satisfazer a necessidade de uma ou mais pessoas. Logo possui, por si só, uma função social. Para enfatizar essa idéia, consideremos o conceito dado por Boroko (1968) à ciência da informação, em que esta tem como objeto de investigação as propriedades gerais e o comportamento da informação visando à otimização de seu *acesso e uso*. Considerando também os apontamentos de Saracevic (2004) de que a recuperação da informação é a principal atividade da CI e que esta surgiu para resolver os problemas sociais da informação, possuindo forte dimensão social e humana, percebemos tanto características de uma ciência aplicada quanto social, e por que não dizer tanto de uma ciência patrimonialista e tecnicista quanto pós-custodialista e contemporânea?

Vale salientar que embora a CI possua um aspecto social significativo, os estudos de natureza positivista e pragmática ainda estão presentes no seu cotidiano. No entanto, concorda-se que com as mudanças e exigências da atual sociedade, o campo da CI não se limita às técnicas e métodos de recuperação da informação da Biblioteconomia clássica, o que dá espaço para maiores discussões no que diz respeito à historicidade e à própria identidade da área.

Desta forma, o presente trabalho propõe, a partir da revisão de literatura, discutir a CI no contexto do paradigma pós-custodial e da ciência pós-moderna, a fim de contribuir para enfatizar com mais veemência o caráter social dessa área ainda em desenvolvimento. A

metodologia utilizada foi a revisão de literatura e foram utilizadas as seguintes fontes de busca: Brapci, BDTD/IBICT, Scielo e Google Scholar.

2. Antecedentes da CI: uma discussão no contexto historicista, patrimonialista e tecnicista

Observando as bases teóricas da CI no âmbito do paradigma custodial e tecnicista, considera-se que sua construção se deu a partir das práticas biblioteconômicas, documentárias e arquivísticas, que segundo Silva e Ribeiro (2002) estavam mais voltadas à preservação dos documentos oriundos desses centros informacionais e que perdurou com bastante incidência até o final do século XX, dando aos bibliotecários e arquivistas o estereótipo de guardiões de documentos.

Na perspectiva de Ribeiro (2004, 2005), o período custodial se caracteriza pela idéia do modelo francês, mais especificamente na Europa dos anos oitenta, que trouxe para os arquivos históricos a incumbência de guardar e preservar a memória da Nação, atribuindo àqueles um valor patrimonial e de bem cultural. Nesse contexto aplica-se aos arquivos a idéia de custódia que contribuiu para demarcar a fase sincrética e positivista das disciplinas predecessoras da Ciência da Informação.

Segundo Miranda (2010) a fase sincrética do paradigma custodial tem suas origens na Antiguidade desde a formação dos primeiros acervos de bibliotecas e arquivos que vai até a Revolução Francesa. A segunda fase diz respeito ao paradigma custodial-técnico, que surge a partir do século XIX, momento que marca a especialização das disciplinas de Biblioteconomia, Documentação e Arquivística, trazendo para estas, métodos e técnicas próprias no tratamento dos documentos.

Na Antiguidade, passando pela Idade Média, não existia um consenso que distinguisse os conceitos e métodos aplicados à organização dos documentos de arquivos e bibliotecas, fazendo com que estes acumulassem funções similares, sendo, portanto, critério de escolha na organização desses documentos a função que estes desempenhavam (MIRANDA, 2010). Os documentos de arquivo, por exemplo, possuíam um caráter sigiloso e de interesse administrativo, mas embora existissem esses critérios na adoção das práticas de bibliotecas e arquivos, eles não eram regulamentados e, não sendo oficializada a distinção entre a função desses locais, passou-se a imperar um sincretismo quanto à finalidade desses locais (MIRANDA, 2010).

Para Ribeiro (2004:3) a necessidade de organizar a informação em bibliotecas e arquivos se deu mediante as transformações das estruturas sociais e das administrações públicas e privadas, bem como a grande influência do poder político das classes dominantes no período custodialista e patrimonialista. Os interesses administrativos da época implicaram na arrumação ordenada dos acervos desses locais, fazendo com que estes elaborassem instrumentos de acesso como índices, catálogos e inventários, por exemplo (RIBEIRO, 2004).

Contudo, a evolução dos sistemas de informação, públicos e privados, desde as origens à Revolução Francesa, pode-se considerar que seguiu uma certa linearidade, sem rupturas estruturais e sem desvios muito significativos. A

concentração de informação/documentos em depósitos apropriados, e mais tarde, em serviços/unidades orgânicas dentro das instituições produtoras da informação – que além dos cuidados da conservação física também se encarregavam de gerir o acesso e o uso dessa informação – ocorreu sempre por razões instrumentais e operativas, servindo os interesses dos seus utilizadores mais frequentes, em regra, as respectivas entidades produtoras (RIBEIRO, 2004:3).

Miranda (2010:42) aborda que a fase de transição do paradigma custodial e sincrético para o custodial e técnico ocorreu devido a três aspectos importantes:

a) Inserção do valor secundário, para fins de pesquisa, no contexto dos Arquivos; b) Inserção do princípio de proveniência ou de respect des fonds com objetivos de reaver a sistematização orgânica dos arquivos desmembrados; c) Formação das associações profissionais de arquivos e bibliotecas, que culminou com a distinção dos métodos de arranjo e organização dos registros.

Vale frisar que ao longo do caminho percorrido pela CI até se instituir como ciência, de fato, pode-se dizer que a técnica em si foi por muito tempo o foco principal das disciplinas que antecederam tal área e até mesmo a própria Ciência da Informação que, segundo alguns cientistas, surgiu a partir da necessidade de se resolver os problemas de informação apresentados pela sociedade no período Pós-Guerra, em meados dos anos cinquenta (CAPURRO; HJØRLAND, 2007), apresentava um caráter muito tecnicista, pois sua maior preocupação era aplicar técnicas de organização e recuperação da informação, na tentativa de resolver o caos informacional que marcou esse período. Nesse sentido, a CI, em conjunto com as ciências da computação buscava desenvolver sistemas de recuperação da informação ótimos, a fim de tornar acessível apenas o que fosse relevante, possuindo, portanto, um caráter muito técnico e positivista.

É interessante ressaltar que a fase patrimonialista e histórico-tecnista das ciências documentais se encontra no período de transição em que o senso comum e o misticismo, característicos da Idade Média, deixaram de ser considerados como verdade absoluta para explicar os fenômenos do universo, ficando a cargo das leis científicas a explicação lógica desses fenômenos testados por verificação empírica.

Esse período de transição conhecido como Revolução Científica se deu em meados do século XVI se estendendo até o final do século XVIII, com as contribuições de Copérnico, Galileu e Newton, dando origem ao que chamamos de ciência moderna (SANTOS, 1988).

O modelo de racionalidade, que governa a ciência moderna, foi desenvolvido basicamente no domínio das ciências naturais até o século XVIII, e somente no século XIX esse modelo se estende também para as ciências sociais, sendo este novo paradigma o responsável pela luta contra todas as formas de dogmatismo da era medieval (SANTOS, 1988).

Considerando o fato de que o novo modelo de racionalidade da ciência moderna estava centrado no arcabouço das ciências naturais, especialmente na matemática. A matemática na ciência moderna considera que só é possível conhecer aquilo que é quantificável, e que aquilo que não é quantificável é irrelevante para a ciência (SANTOS, 1988).

Refletindo sobre os aspectos empíricos e positivistas da Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação (BAD) do período custodialista, Hottois (2002), Fidalgo (1997) e Becker (1994) citado por Miranda (2010) corroboram no seguinte:

[...] as bases empíricas de BAD, herdadas pela CI, são compreendidas numa estrutura patrimonialista eminentemente formada por disciplinas técnicas surgidas para atender às necessidades do cotidiano das Bibliotecas e Arquivos e, principalmente, para preservar as características de guardiães dos documentos.

Nessa perspectiva, podemos inserir estas disciplinas, marcadas pelas suas profissionalizações e elaboração de métodos bem definidos, no arcabouço da ciência moderna, uma vez que as práticas empíricas são suas características fundamentais.

Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro (2002), no livro intitulado *Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, retratam muito bem a fase empírico-positivista das áreas que antecedem a CI, que por sua vez é característico da ciência moderna. Nessa obra, os autores discutem o percurso da CI, desde a definição do seu objeto, tanto numa perspectiva documental quanto social, desde as primeiras práticas documentais até sua institucionalização enquanto área do conhecimento, abordando, assim o processo de ruptura de um paradigma custodial e técnico para um paradigma científico e pós-custodial.

Pautando-se no aspecto técnico da CI, considera-se que suas origens remontam ao final de oitocentos, dando destaque às grandes contribuições de Paul Otlet ao desenvolver um Sistema de Classificação Universal (baseado na Classificação Decimal de Dewey, de 1876), e junto com seu colega de trabalho Henri La Fontaine fundou o Instituto Internacional de Bibliografia – IIB, firmando assim a área de Documentação (SILVA; RIBEIRO, 2002).

Outra contribuição de Otlet e La Fontaine foi o Repertório Bibliográfico Universal – RBU, sua primeira tentativa de reunir em um único catálogo, por meio de fichas, toda bibliografia produzida no mundo, ficando conhecido em 1928 por Mundaneum (SILVA; RIBEIRO, 2002). A esta perspectiva, acrescenta-se o pensamento de Shera (1980) citado por Miranda (2010:49), o qual argumenta que a idéia do RBU estava voltada ao Controle Bibliográfico Universal (CBU), isto é, à medida que se reunia em fichas separadas todas as obras dos diversos autores existentes no mundo, possivelmente, existiria um controle de tudo o que estava sendo produzido, ou seja, um Controle Bibliográfico Universal.

Com o RBU, Otlet e La Fontaine quebraram o paradigma tradicionalmente vivido pelas bibliotecas de reunir apenas documentos físicos, trazendo para estas a idéia de centro disseminador de informação (SILVA; RIBEIRO, 2002).

A partir do discurso até aqui desenvolvido, é possível observar uma estreita relação entre o paradigma custodial e tecnicista vivido no período da Modernidade com os paradigmas (físico e cognitivo) de Capurro (2003). Para maior esclarecimento, o paradigma físico é aquele preocupado com a transmissão da mensagem, onde se tem um transmissor e um receptor. Trata-se de um paradigma baseado numa epistemologia fisicista, fortemente influenciado pela Teoria Matemática de Shannon e Weaver e, também, pela Cibernética de Wiener. Seu principal objetivo é a transmissão de sinais, excluindo o usuário enquanto ser

ativo na recuperação da informação (CAPURRO, 2003; ARAÚJO, 2009; GOUVEIA JÚNIOR; SANTOS, 2012; MORAES, 2013).

Quanto ao paradigma cognitivo, este inclui a cognição humana no processo de comunicação. Surge da necessidade de diferenciar o conteúdo (conhecimento) dos registros dos documentos (informação), o que já havia sido pensado pelos belgas Oltet e La Fontaine na década de 30, a partir da idéia de construir uma bibliografia universal. Daí sua estreita relação com a Documentação. Também recebe forte influência da equação fundamental da Ciência da Informação de Brookes (1980) $K(S)+\Delta K=KS+(s+\Delta S)\rightarrow\Delta I$ que representa a passagem de um estado anômalo do conhecimento para um novo estado de conhecimento (CAPURRO, 2003; ARAÚJO, 2009; GOUVEIA JÚNIOR; SANTOS, 2012; MORAES, 2013).

Nesse paradigma nota-se um foco maior no comportamento e necessidade informacional do usuário, porém considerando apenas os conhecimentos apriorísticos do indivíduo, ignorando os critérios de subjetividade do mesmo, o seu estado de conhecimento dentro de um domínio e de um contexto específico. Ou seja, percebe-se a informação como algo separado do usuário enquanto ser social e cultural (CAPURRO, 2003; GOUVEIA JÚNIOR; SANTOS, 2012; MORAES, 2013). Observa-se, então, uma visão muito pragmática e tecnicista desses dois paradigmas de Capurro (2003) como visto no paradigma custodial-sincrético e custodial-técnico da modernidade.

Considerando o uso da informação numa perspectiva mais dinâmica e social, é possível perceber o início de uma leve ruptura com o paradigma custodial praticado pelas ciências documentárias. Ribeiro (2005, p. 6) afirma que “num contexto informacional e tecnológico o paradigma tradicional entrou em crise, mas também despoletou, no seu próprio seio, os factores de mudança necessários à superação da própria crise”.

Ou seja, o paradigma custodial já não conseguia atender às expectativas do novo modelo de pensamento trazido pelos avanços tecnológicos ocorridos no século XX, que tem o seu objeto (informação) como um fenômeno humano e social (RIBEIRO, 2004). Essas novas mudanças e maneira de pensar foi que contribuiu para o surgimento do paradigma que ficou conhecido como científico e pós-custodial ou conforme Capurro (2003) paradigma social, vivido na pós-modernidade.

2.1. A crise do paradigma e a construção de uma Ciência da Informação pós-moderna

Na perspectiva de Thomas Kuhn (1998:13) paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que durante algum tempo fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.

Com relação à crise do paradigma, Thomas Kuhn (1998), aponta que essa acontece quando os métodos e técnicas do paradigma dominante não conseguem resolver um problema detectado, o que provoca uma série de questionamentos, fazendo surgir um novo candidato a paradigma que, se for aceito pela comunidade de cientistas, pode ocasionar uma revolução científica (KUHN, 1998).

Trazendo essa idéia de paradigma para o contexto da CI, percebemos que suas origens remontam ao período marcado por um paradigma custodialista e tecnicista vivido pelas

disciplinas de Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação, que foram suas antecessoras. Mas foram os grandes feitos de Paul Otlet e La Fontaine no desenvolvimento da Documentação que contribuíram fortemente para a construção do modelo de CI que temos hoje. Nesse sentido, Silva e Ribeiro (2002:47) compreendem que:

O desenvolvimento que a documentação veio a sofrer, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), está bem fundamentado em alguns estudos que pretendem analisar as origens e a evolução da CI, pois é também bastante consensual a idéia de que houve uma linha de continuidade entre uma e outra, tendo a C. I. derivado naturalmente da documentação.

Considerando que a “[...] documentação não se restringia a contextos e a categorias de profissionais específicos, mas sim a uma vasta área que envolvia todos os que lidavam com a informação, nos mais diversos suportes [...]” (SILVA; RIBEIRO, 2002:50).

No âmbito da Arquivologia, por exemplo, as mudanças de paradigmas são observadas por Schmidt (2012) citado por Soares, Pinto e Silva (2015:27) da seguinte forma:

No campo da Arquivologia existem diferentes perspectivas, sendo que algumas movimentam-se em direção do deslocamento da abordagem “tradicional” e “custodial”, preocupada com os documentos históricos e o suporte físico, para uma “pós-moderna” e “pós-custodial”, voltada para a informação e o processo de produção documental.

Percebe-se, então, que o documento em si já não era mais o principal objeto das disciplinas antecessoras da CI, mas sim a informação contida nesses documentos. Com isso houve a emergência de um novo modelo de pensamento e a necessidade de uma nova ciência que viesse a dar suporte às práticas de organização, recuperação e disseminação da informação.

Eis que, entre a década de 50 e 60 do século XX, surge a Ciência da Informação, jovem área científica que busca estudar os “diversos fenômenos relacionados com a informação, mais do que a própria informação” (SILVA; RIBEIRO, 2002:55).

Nessa perspectiva, Capurro e Hjørland (2007) enfatizam que a CI é uma disciplina emergente do período marcado pelos grandes avanços tecnológicos provenientes da Segunda Guerra Mundial, ou seja, o desenvolvimento dos meios de comunicação, a produção excessiva de informação técnica e científica, em meados do século XX, trouxe à tona a necessidade do surgimento de uma ciência que tivesse por objeto de estudo as propriedades gerais da informação, buscando apoio nas tecnologias da informação para resolver o problema do caos documentário ocasionado pelo crescimento exponencial da produção técnica-científica.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Souza (2015:32-33) aponta que:

Os fundamentos históricos da Ciência da Informação se encontram nos domínios da revolução técnico-científicas dos séculos XIX e XX, em um contexto amplo de profundas transformações econômicas, políticas e sociais, que resultaram na emergência do modelo capitalista de desenvolvimento informacional e na reestruturação de todo o tecido social. O primeiro século é marcado pelo crescimento da informação registrada, no seio da Revolução Industrial, em toda Europa; o segundo, por sua vez, caracteriza-se pela

crescente produção técnico-científica, notadamente nos EUA, no período subsequente à Segunda Guerra Mundial.

Diante disso, nota-se que a CI surge em meio às grandes transformações econômicas, políticas e sociais ocasionadas pelo fortalecimento e crescimento das indústrias de informação onde a ciência e a tecnologia encontraram reforços para se desenvolverem.

Para Borko (1968:2, grifo nosso) sobre a CI, é possível esclarecer que:

Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia e a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares. Tem tanto um componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos [...] sendo a **biblioteconomia e a documentação produtos de aplicação da ciência da informação**.

A concepção de Borko acerca da CI nos permite refletir sobre o caráter aplicado herdado por tal ciência através da Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Nesse ponto, é interessante perceber que mesmo surgindo num período de transição da ciência moderna para a pós-moderna, a CI não rompeu totalmente com o paradigma custodial e técnico, enfatizando ainda mais seu caráter de ciência social e aplicada.

De acordo com Jencks (1989 *apud* KUMAR, 2006), a pós-modernidade é consequência do desenvolvimento tecnológico, da explosão da informação, que traz a necessidade do conhecimento organizado para comunicar apenas o que for relevante, está também relacionada às comunicações mundiais e ao desenvolvimento da cibernética.

Foi com a explosão da informação que começou a inquietação de muitos cientistas na tentativa de resolver o caos informacional provocado pelo impacto das tecnologias, principalmente no período do pós-guerra, da década de 50 do século XX.

O surgimento da Ciência da Informação para tentar resolver esse problema informacional, a priori tinha um caráter muito técnico, empírico e positivista, mas novas reflexões começam a surgir acerca do seu objeto de estudo (informação social) que necessita de métodos e ferramentas diferentes dos encontrados na Biblioteconomia clássica (MIRANDA, 2010).

A informação enquanto objeto social é definida por Silva e Ribeiro (2002:37) como “[...] um conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes), socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material [...] e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada”.

Esse caráter dinâmico da informação traz para a CI um “papel social mediador, de extrema relevância, especialmente na sociedade em rede ou digital que está em acelerada construção” (RIBEIRO, 2010:64). Além disso, essa dinamicidade pode ser vista nas propriedades da informação formulada por Silva e Ribeiro (2002:42):

- **estruturação pela acção** (humana e social) – o acto individual e/ou coletivo funda e modela estruturalmente a informação;

- **integração dinâmica** – o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da acção;
- **pregnância** – enunciação (máxima ou mínima) do sentido ativo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação;
- **quantificação** – a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente;
- **reprodutividade** – a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e
- **transmissibilidade** – a reprodução informacional é potencialmente transmissível e comunicável.

Em análise dessas propriedades, compreende-se que todas interagem entre si, e corroboraram para enfatizar ainda mais o carácter dinâmico e social da informação.

Para Araújo (2003), a ciência da informação enquanto ciência social se aproxima do modelo positivista funcionalista, estudando a realidade social de modo estatístico e quantitativo, buscando através dos estudos de usuários, compreender as invariantes cognitivas para a construção de sistemas de informação.

A questão da subjetividade é importante para compreender as diferentes realidades, isso implica dizer que “os sujeitos precisam, necessariamente, ser incluídos nos estudos sobre informação e, sobretudo, precisam ser incluídos em suas interações cotidianas, formas de expressão e linguagem, ritos e processos sociais” (ARAÚJO, 2003:25).

A CI do paradigma pós-custodial, científico e social, “não só armazena, preserva e organiza, mas, principalmente, se preocupa com a episteme, teoria e métodos próprios; com os produtos e serviços de Informação, origem e comportamento, melhoria e uso” (MIRANDA, 2010:91).

Ou seja, “a CI do Paradigma Pós-custodial conjuga da ideia de Schwartz (2002), segundo o qual a ciência não é uma questão de objetividade, mas de argumentação, persuasão, com narrativas que constroem as relações do ser humano” (MIRANDA, 2010:91).

Ao surgir em um período de transição da Documentação para atender as necessidades do paradigma emergente pós-custodial, a CI parece nascer para resolver as demandas de transmissão de mensagens, problema advindo dos avanços tecnológicos e das ciências contemporâneas, que coloca um dualismo paradigmático em seu arcabouço, envolvendo-a tanto num Paradigma Custodial quanto Pós-Custodial (MIRANDA, 2010).

Para Miranda (2010:92) “O Paradigma Pós-custodial da CI promove um trabalho de coordenação, que reafirma sua função social, o dever com a ética e com a promoção de um fluxo de informações para o público”.

Tal paradigma tem forte relação com o **paradigma social** de Capurro (2003), pois diferentemente da perspectiva fisicista e cognitiva, que ignoravam a subjetividade dos indivíduos e seus diferentes contextos no processo de RI, a perspectiva social desse novo

paradigma compreende que os SRI não podem ser desenvolvidos desconsiderando os usuários em seus contextos sociais e culturais. Ou seja, a informação tratada pela CI nesse paradigma considera os domínios do conhecimento, as comunidades discursivas e suas diferentes necessidades de informação.

Finalmente, concorda-se com as palavras de Wersig (1993:229) para o qual a CI “é um protótipo de ciência pós-moderna, portanto, não é uma ciência clássica, e surge mais pela necessidade de criar estratégias para solucionar problemas causados pela ciência e pela tecnologia”. Isso implica dizer que as práticas das disciplinas clássicas, tais como da Biblioteconomia e Arquivologia, por exemplo, não conseguiam atender as necessidades dos fluxos informacionais da sociedade científica e tecnológica, pois as antigas práticas se limitavam a construção de instrumentos voltados ao tratamento de acervos físicos e isso já não atendia as necessidades da nova realidade (RIBEIRO, 2010; MORAES, 2013).

Contudo segundo Saracevic (1995) a CI da década de 60 e 70 ainda possuía um enfoque muito técnico, preocupando-se com o comportamento da informação relacionado à sua gênese, coleta, organização, transmissão e uso e, só na década de 90, é que as questões científicas da área e a prática profissional tiveram um direcionamento para o contexto social da informação e as necessidades informacionais do usuário (GOUVEIA JÚNIOR; SANTOS, 2012).

Diante dessa discussão, podemos considerar a CI como uma ciência pós-custodial e contemporânea, com características tanto de uma ciência social quanto aplicada. Seu caráter aplicado diz respeito aos métodos e técnicas empregados ao objeto para seu acesso e uso, enquanto que seu caráter social implica na compreensão da informação enquanto fenômeno social e humano. Portanto, compreendendo a ciência pós-moderna como um movimento que surge da superação de um paradigma em crise, dominante do século XVIII, para um paradigma que busca compreender as questões humanas e sociais (SANTOS, 1988), é perceptível a aproximação da CI com esse novo modelo científico.

3. Considerações finais

No presente trabalho foi discutido brevemente o percurso trilhado pelas ciências documentais, desde as práticas de guarda e ordenação de acervos, praticados pelas bibliotecas e arquivos do período custodial e, também, discutiu-se sobre a trajetória da Ciência da Informação desde seus aspectos mais técnicos, herdados das disciplinas clássicas como Biblioteconomia e Arquivologia, aos aspectos sociais identificados na sociedade científica e tecnológica da pós-modernidade.

Sobre o paradigma custodial da fase sincrética, acredita-se que tinha como objetivo a supervalorização da custódia e/ou guarda dos documentos para a preservação da memória. A fase custodial e técnica buscava resolver os problemas de recuperação e disseminação da informação das Bibliotecas, Arquivos e Centros de Informação (RIBEIRO, 2005).

Com relação ao paradigma pós-custodial, este surgiu no período de transição de uma sociedade moderna para uma sociedade contemporânea. Uma sociedade científica e tecnológica em que os métodos desenvolvidos no período anterior já não conseguiam atender as necessidades da atual realidade.

No paradigma pós-custodial, pensou-se não somente em resolver os problemas técnicos relacionados à recuperação da informação, mas trabalhar a informação nos diversos contextos sociais e culturais, buscando satisfazer as necessidades de informação sentidas pelos usuários. Nesse paradigma a informação passou a ser compreendida como um fenômeno humano e social e as Unidades de Informação passaram a ser vistas não só como Instituições de Memória, mas como Instituições Sociais.

Conforme a revisão e análise da literatura aqui realizada, foram identificadas algumas características básicas em ambos os paradigmas, a saber: **paradigma custodial: a)** supervalorização da custódia, guarda e/ou proteção de documentos para preservar a memória; **b)** busca resolver os problemas de disseminação e recuperação da informação em acervos; **c)** métodos e técnicas bem definidas para atender as necessidades das bibliotecas, arquivos e centros de informação; **d)** o objeto informação é visto como algo estático, fixado em determinado lugar, com fluxo uniforme e unidirecional; **e)** o profissional da informação possui uma identidade sólida, ou seja, trabalha em arquivos, bibliotecas e museus, por exemplo.

Já o **paradigma pós-custodial** possui as seguintes características: **a)** trabalha a informação nos diversos contextos sociais e culturais; **b)** compreende a informação como um fenômeno humano e social; **c)** a informação é vista em forma de fluxos disseminados e não como algo estático; **d)** os sistemas de busca e recuperação da informação não são vistos de forma isolada dos seus usuários; **e)** existe maior preocupação com as necessidades de informação dos indivíduos, daí o surgimento de disciplinas com esse enfoque; **f)** as unidades de informação não são consideradas apenas Instituições de Memória, mas também Instituições Sociais e; **g)** o profissional da informação não possui uma identidade fixa, ou seja, não é preditivo apenas dos bibliotecários, arquivistas e museólogos trabalhar com a informação, o que de certa forma gera uma crise de identidade desses profissionais (VALENTIM, 2002).

Sobre a CI é aceitável que a mesma ainda possua resquícios de uma ciência moderna devido ao seu aspecto aplicado e empírico positivista. No entanto, considerá-la como uma ciência moderna seria reduzi-la apenas às questões técnicas, o que implica, conseqüentemente, na redução do seu objeto de estudo que é a informação.

Pensar a informação apenas num paradigma tecnicista é desconsiderá-la como um fenômeno social, pois a técnica em si não consegue compreender o fenômeno, é preciso refleti-lo tanto no contexto social quanto cultural a fim de identificar e entender suas principais propriedades e os fluxos que as envolve.

Nesse sentido, acredita-se que a CI é uma ciência pós-custodial e contemporânea, à qual cabem tanto os aspectos empíricos e técnicos de uma área aplicada quanto os aspectos de uma área social. A esta concepção, vale atentarmos para os achados de Miranda (2010:91) que menciona o seguinte:

O Paradigma Pós-custodial da CI promove um trabalho de coordenação, que reafirma sua função social, o dever com a ética e com a promoção de um fluxo de informações para o público. Fluxo que deve ser confiável, contínuo e faça parte do programa transdisciplinar de conceitos, teorias e leis relacionadas a CI.

Do ponto de vista da ciência pós-moderna, a CI está estritamente relacionada às questões epistemológicas estudadas dentro dos contextos sociais e culturais da humanidade, tendo como propósito não apenas resolver os problemas sociais da informação, isto é, desenvolver sistemas de RI eficientes, mas estudar as propriedades gerais da informação dentro das diferentes esferas sociais e culturais.

É importante salientar que a CI ainda é uma ciência ainda jovem e que possui um objeto de estudo muito complexo (a informação). Nesse sentido, Saracevic (1995:7) argumenta que “os problemas mundiais de informação não estão de modo algum diminuindo, mas se alterando... alguns deles colocam muitos desafios e questões para a ciência da informação, para sua pesquisa, prática profissional e educação”.

Sobre estes problemas, o autor formula as seguintes perguntas: “Quais formas se mostram mais promissoras para solucionar a série de problemas de informação? Como poderemos ter uma compreensão mais profunda dos problemas tratados? E finalmente: como poderemos oferecer melhores sistemas de informação e serviços para os usuários?” (SARACEVIC, 1995:7).

Diante dos questionamentos levantados pelo autor, a CI sempre terá grandes desafios para superar. Isso porque considerando a informação como um fenômeno humano e social e, portanto, complexo, a CI que tem tal fenômeno como seu objeto de estudo, ainda necessita percorrer longos caminhos para compreender plenamente esse objeto. Pois à medida que as estruturas sociais se transformam, o fenômeno informação acompanha o ritmo e se transforma também. As respostas para as perguntas de outrora já não servem mais, uma vez que quando surgem novos problemas, surgem novas perguntas e que requer novas respostas.

Conclui-se que o objetivo desse trabalho foi alcançado, pois realizou-se um breve percurso das origens da CI, desde suas características mais pragmáticas herdadas do período clássico e moderno até chegarmos à CI dos dias atuais. A partir desse percurso foi possível discutir a CI no contexto do paradigma pós-custodial e da pós-modernidade como proposto.

Percebe-se a CI como uma ciência pós-moderna, de caráter social e aplicado em que suas práticas de informação não se limitam ao tratamento de acervos como visto nas ciências documentais. Na realidade, novos temas têm sido palco de interesse dessa área em desenvolvimento, os quais pode-se citar (estudos de usuários, comportamento informacional, comunicação científica e acesso aberto, ontologias, folksonomia, entre outros). Nota-se que estes assuntos são característicos de uma CI contemporânea, de uma sociedade científica e tecnológica.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, C. A. A.

2003 A Ciência da Informação como ciência social. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 32:3 (set./dez. 2003) 21-27. [Consult. 20 maio 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19020.pdf>.

ARAÚJO, C. A. A.

2009 Correntes teóricas da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 38:3 (set./dez. 2009) 192-204. [Consult. 20 maio 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13.pdf>.

BORKO, H.

1968 Information Science: whats is it? *American Documentation*. [Em linha]. 19:1 (jan. 1968) 3-5. [Consult. 19 jun. 2016]. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/artigo-01.pdf>.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B.

2007 O Conceito de Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 12:1 (jan./abr. 2007) 148-207. [Consult. 5 abr. 2018]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362007000100012&script=sci_abstract&tlng=pt.

GOUVEIA JÚNIOR, M.; SANTOS, R. N. M.

2012 Mudança de paradigma e sua ruptura: um estudo de caso na Museologia e a pluralidade paradigmática da Ciência da Informação. *TransInformação*. [Em linha]. 24:2 (maio/ago. 2012) 117-126. [Consult. 11 abr. 2018]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=SO103-37862012000200004&script=sci_abstract&tlng=pt.

KUHN, Thomas S.

1998 *A Estrutura das revoluções científicas*. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

KUMAR, K.

2006 *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MIRANDA, M. K. F. O.

2010 *O Acesso à informação no paradigma pós-custodial: da aplicação da intencionalidade para a findability*. [Em linha]. 2010. [Consult. 8 jun. 2016]. Tese de doutorado – Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositoriabierto.up.pt/handle/10216/50422>.

MORAES, M. B.

2013 A Ciência da Informação nos caminhos do contemporâneo. *Ponto de Acesso*. [Em linha]. 7:2 (ago. 2013) 2-24. [Consult. 5 out. 2018]. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/5199/6132>.

RIBEIRO, F.

2010 Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da Ciência da Informação na sociedade em rede. *Informação e Sociedade: estudos*. [Em linha]. 20:1 (jan./abr. 2010) 63-70. [Consult. 5 mar. 2018]. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4440>.

RIBEIRO, F.

2005 Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. *Boletim cultural – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*. [Em linha]. 1 (2005) 129-133. [Consult. 23 jun. 2018]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14000>.

RIBEIRO, F.

2004 Gestão da informação vs Preservação da memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? In *Conservar para quê? : Mesa-redonda de Primavera*. [Em linha]. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. [Consult. 23 jun. 2018]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8861.PDF>.

SANTOS, B. S.

1988 Um Discurso sobre ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos avançados*. [Em linha]. 2:2 (maio/ago. 1988) 46-71. [Consult. 11 abr. 2018]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007.

SARACEVIC, T.

1995 Interdisciplinary nature of Information Science. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 24:1 (1995). [Consult. 11 abr. 2018]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/608/610>.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.

2002 *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, A. M. [et al.]

1998 *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, cop. 1998.

SOUZA, E. D.

2015 *A Ciência da Informação: fundamentos epistêmico-discursivos do campo científico e do objeto de estudo*. Maceió: Edufal, 2015.

WERSIG, G.

1993 Information Science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Process and Management*. 29:2 (1993) 229-239.

Elisângela Vilela dos Santos | elisangela.vilela.s@gmail.com

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil

A MEDIAÇÃO SOB O OLHAR DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL E NO BRASIL

MEDIATION UNDER THE VIEW OF INFORMATION SCIENCE IN PORTUGAL AND BRAZIL

Leonor Borges | Patrícia de Almeida | Cristiana Freitas | Sílvia Cardoso

Resumo: A mediação exercida pelos profissionais da informação parece assumir um papel decisivo na apropriação da informação. Daí que, enquanto conceito operatório da Ciência da Informação (CI), a mediação seja objeto de investigação. Este trabalho tem como objetivos conhecer e mapear o interesse que a CI tem mostrado pelo tema e confirmar a sua importância, através de uma análise qualitativa e quantitativa da produção científica dos últimos dez anos, em Portugal e no Brasil. Para tal, foi realizada uma revisão da literatura e um estudo de caso de carácter analítico e exploratório, com levantamento de dados entre 2007 e 2017. Os resultados mostram uma diferença acentuada entre países, sendo que o Brasil lidera os estudos na área, sobretudo entre 2011 e 2014. Conclui-se que o conceito é relevante na CI e que é alvo da atenção de encontros científicos e de periódicos de relevo académico.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Brasil; Mediação; Portugal

Abstract: Mediation by information professionals seems to play a decisive role in the appropriation of information. Hence, as an operative concept of Information Science (IS), mediation is the object of investigation. The objective of this work is to know and map IS 's interest in the subject and confirm its importance through a qualitative and quantitative analysis of the scientific production of the last ten years in Portugal and Brazil. A review of the literature and a case study of an analytical and exploratory nature were carried out, with data collected between 2007 and 2017. The results show a marked difference between countries, with Brazil leading the studies in the area, especially among 2011 and 2014. It is concluded that the concept is relevant in IS and that it is the focus of scientific meetings and academic journals.

Keywords: Information Science; Brazil; Mediation; Portugal

Introdução

Numa sociedade onde o excesso de informação não se transforma necessariamente em conhecimento e onde abundam as designadas *fake news*, são essenciais estruturas e práticas que adequem o acesso à real informação e que facilitem a sua utilização. Neste contexto, configura-se a ideia de *mediação*, isto é, uma intervenção entre duas partes, efetuada por uma terceira. De facto, o acesso à informação para produção de conhecimento, mediado por um profissional, gera cidadãos mais bem preparados, mais capazes e socialmente interventivos, sendo a mediação vista como um relevante processo de inclusão e de emancipação do ser humano (CAVALCANTE *et al.*, 2013).

Enquanto conceito operatório da Ciência da Informação (CI), a mediação faz o que é necessário a esta área científica – estudar os utilizadores e fornecer-lhes serviços adequados às suas necessidades (RODRIGUES *et al.*, 2011). Nos últimos anos, a mediação tem sido objeto de estudo da CI em diferentes vertentes, em particular nas diretamente associadas à informação em geral, bem como ao património, à cultura e à leitura.

Neste quadro, temos como objetivo geral conhecer e mapear o interesse que a CI tem mostrado pelo tema da mediação e confirmar a sua importância; especificamente,

pretendemos efetuar uma análise qualitativa e quantitativa da produção científica em Portugal e no Brasil, nos últimos dez anos.

Metodologia

Para responder aos objetivos e como metodologias, selecionámos a revisão da literatura e o estudo de caso de carácter analítico e exploratório, com levantamento de dados no *Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal – RCAAP* (<https://www.rcaap.pt/>) e no *Portal Brasileiro de publicações científicas em acesso aberto – Oasisbr* (<http://oasisbr.ibict.br/vufind/>), por se tratarem de portais de âmbito nacional que, em ambos os países, agregam a informação dos portais dos estabelecimentos de ensino. Efetuámos uma pesquisa avançada, relativa ao período de 2007-2017 e a publicações em acesso aberto, especificamente artigos e trabalhos académicos. Como termos de busca, utilizámos “mediação da informação”, “mediação cultural”, “mediação patrimonial” e “mediação da leitura” nos campos *título* e *assunto*. Presidui à escolha destes termos, a sua utilização enquanto forma de acesso à informação, isto é, na sua forma cunhada pela vulgarização no âmbito da CI. Quanto aos campos pesquisados, optámos pelos dois em que a utilização dos termos refletiria o foco determinante do estudo. A pesquisa foi efetuada durante o mês de setembro de 2018.

Após uma análise criteriosa dos resultados obtidos e a eliminação de registos duplicados, apurámos um universo de 2837 documentos, relativos aos dois portais e à área temática de busca de CI. Deste universo, obteve-se uma amostra de 221 documentos, relativos aos termos utilizados para pesquisa. Salientamos, contudo, que alguns documentos foram recuperados simultaneamente usando os termos “mediação da informação” e “mediação cultural”, “mediação da informação” e “mediação da leitura” e ainda “mediação da leitura” e “mediação cultural”.

Para além da análise quantitativa, efetuámos uma análise qualitativa, considerando: como indicadores de mapeamento físico, os recursos ou repositórios de origem da produção científica bem como as áreas científicas no âmbito das quais foram desenvolvidos; como indicador de mapeamento cronológico, a evolução anual da atividade científica; e como indicador qualitativo, a classificação QUALIS¹, atribuída às revistas científicas onde foram publicados os artigos. No estudo, não foram considerados trabalhos realizados para obtenção do grau de licenciatura (dadas as diferenças académicas entre os dois países), livros e capítulos de livros e conferências, uma vez que este tipo de documentos não nos permite efetuar uma análise qualitativa.

Para identificar as temáticas mais abordadas nos estudos de mediação de informação, património, cultura e leitura, foram recolhidas e uniformizadas todas as palavras-chave, a partir das quais foram elaborados, com recurso ao *Software XMind*, os mapas conceptuais apresentados nas figuras 1 a 4.

¹ Ver:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

Revisão da literatura

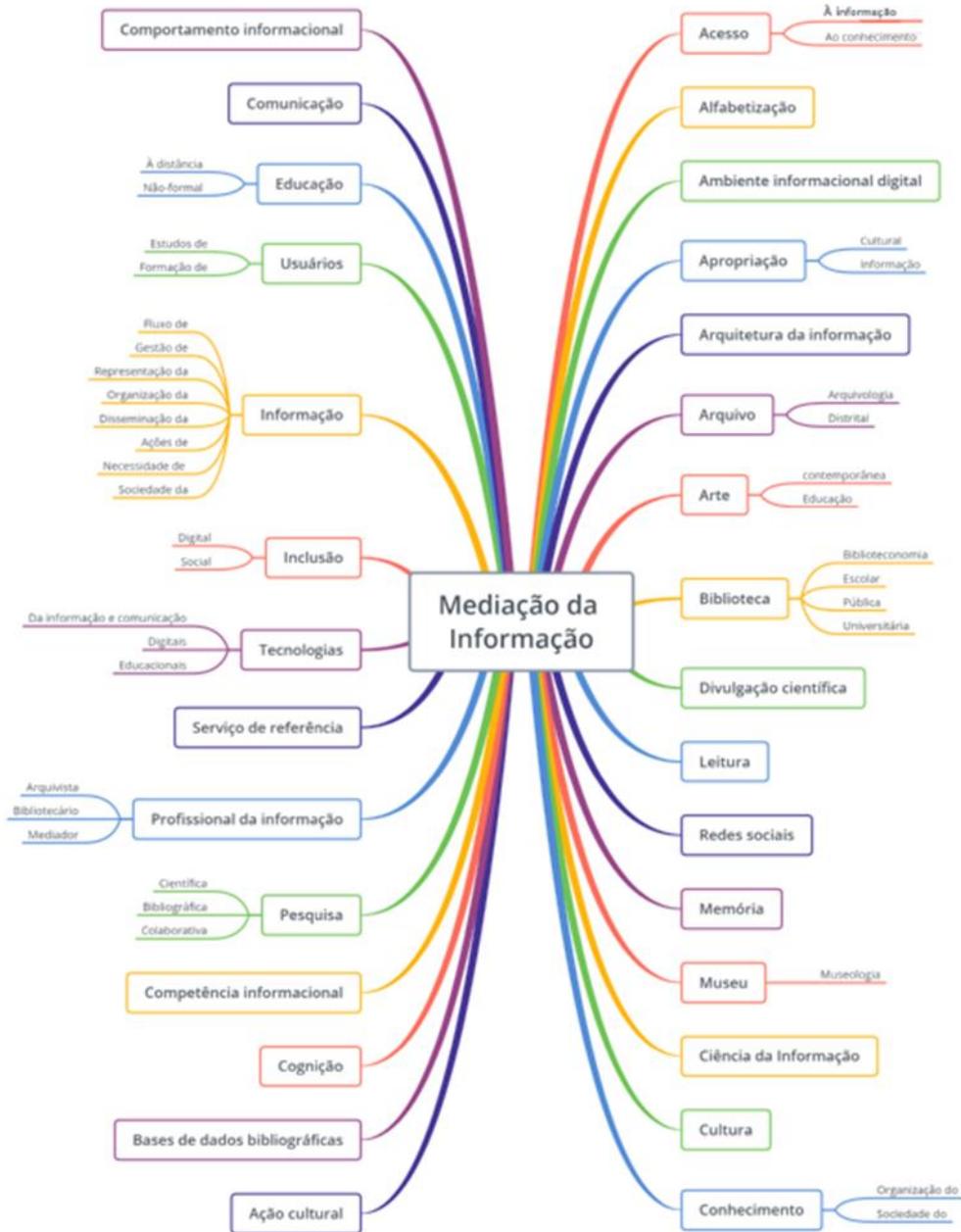
No âmbito da mediação da informação, Almeida Júnior e Bortolin (2007) esclarecem que esta é “toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional” (p. 6). Daí que Silva (2017) acentue a centralidade do profissional da informação na instituição a que presta serviços (seja ela arquivo, biblioteca, museu ou centro de documentação), enquanto disseminador da informação, decisiva para o processo de conhecimento e tomada de decisão pelos cidadãos.

Em CI, a mediação da informação é entendida como fundamental para o desempenho de um Serviço de Informação (SI), caracterizando-se a mediação implícita como o conjunto de “ações que dirigem os afazeres do profissional da informação, voltadas à recuperação da informação com vistas a satisfazerem a necessidade dos usuários” e distinguindo-se da explícita que “ocorre nos espaços onde a presença do usuário é fundamental, ainda que tal presença não seja física” (MARTINS, 2010:153). Almeida Júnior e Bortolin (2007) referem ainda a sua prática “nas atividades fins dos equipamentos informacionais”, elencando o serviço de referência como o fundamental para a prática da mediação.

Neste entendimento, identifica-se uma nova tríade constituída pelo SI, profissional da informação e utilizador (Silva, 2015) no seio da qual a mediação é fundamental para a apropriação da informação por parte dos utilizadores, ou, como refere Araújo, tem lugar “a ação de in-formar” (ARAÚJO, 2016:9). A centralidade desta função nos profissionais da informação determina, assim, uma análise cuidada à forma como é realizada (pessoal ou tecnologicamente), sendo decisiva para novos conhecimentos e para apoio à tomada de decisões, seja em instituições públicas ou privadas.

O mapa obtido (Fig. 1) reforça o caráter central deste conceito que, no fundo, pode englobar muitos outros e alicerça o entendimento que a revisão de literatura demonstrou. Assim, para além das ramificações a vários serviços de informação, descobrem-se ligações aos estudos de utilizadores, comportamento informacional, bem como aos *outputs* obtidos (alfabetização, educação, inclusão, ação cultural, entre outros). A centralidade dos profissionais da informação neste processo é reconhecida, através quer do seu papel quer da forma como o mesmo é exercido, elencando serviços de referência, comunicação, tecnologias, bases de dados. Quanto à informação em si, e para a sua mediação, destacam-se os conceitos de representação, organização, disseminação e gestão.

Fig. 1: Mapa conceptual de “Mediação da Informação”



Fonte: Palavras-chave dos resultados da pesquisa (elaboração própria, com recurso ao Software XMind)

Quanto à mediação patrimonial, trata-se de uma ideia que surge com a emergência dos Estados Nacionais no século XVIII, a construção da consciência de um património e cultura nacional e a abertura ao público das instituições de memória, que conduziram à criação de uma ligação intrínseca entre os museus e a educação (SOUZA *et al.*, 2012), da qual os serviços educativos nos museus são o reflexo mais imediato. Passava-se, assim, de um modelo de Gabinete de Curiosidade elitista para o conceito de Museu Nacional público,

onde museólogos como George Brown Goode, à época administrador do *Smithsonian Museum*, advogavam que “o que conta não é o que um museu tem, mas o que pode fazer com aquilo que tem” (AMADOR, 2013:31). Em caráter alargado, esta afirmação poderá aplicar-se a todos os serviços de informação das várias instituições de memória.

Também em Portugal, João Couto, à data diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, seguindo a linha da evolução da própria conceção museológica, afirma, em 1934, estar convencido de que “o conceito de museu-armazém das obras de arte ou das exemplificações da vida de uma cidade ou de uma região está definitivamente enterrado. O museu vivo, activo, escola em comunicação constante com o público, é o tipo do museu actual” (AMADOR, 2013:20). Desta feita, com a aprovação, já no século XX, de legislação específica para proteção do património, cresce o entendimento deste último “como um meio de coesão social, um promotor de cidadania, um instrumento de definição de identidade” (NUNES, 2015:16).

Assim, o conceito de mediação patrimonial engloba a transmissão do conhecimento e a sua fruição e proteção, nomeadamente através da mediação realizada no âmbito da museologia e suas práticas educativas (ANOTONELLO *et al.*, 2015). Contudo, verificámos que a sua utilização enquanto conceito isolado nem sempre é seguida, havendo uma justaposição de conceitos referentes ao património cultural. Talvez por isso, a percentagem de artigos encontrada seja diminuta e o correspondente mapa conceptual obtido (Fig. 2) aponte apenas para fatores como identidade, memória e história.

Fig. 2: Mapa conceptual de “Mediação patrimonial”



Fonte: Palavras-chave dos resultados da pesquisa (elaboração própria, com recurso ao *Software XMind*)

Compreende-se, portanto, que, neste enquadramento, a mediação cultural surja com mais resultados e com uma utilização mais abrangente.

De facto, é desde os anos 70 do século XX que a questão da mediação cultural assume uma clara relevância política e programática na Europa, evidenciada por discursos e práticas que sublinham a importância da realização de programas de formação, qualificação e atração de públicos para as artes e para a cultura (QUINTELA, 2011). Neste contexto, os agentes e as instituições culturais, reconhecendo a heterogeneidade do seu público, começaram a estudar e a procurar compreender os interesses de cada indivíduo, aspirando a um maior envolvimento do cidadão nos assuntos ligados à cultura. É através do estudo e da compreensão do público que o próprio processo de mediação começa (PEREIRA, 2015).

Ao captar diferentes comunidades e públicos e ao permitir o acesso generalizado às artes e à cultura, esta preocupação em seguir o princípio da “democratização cultural” incentiva a uma constante mudança nas abordagens expositivas adotadas pelas instituições culturais,

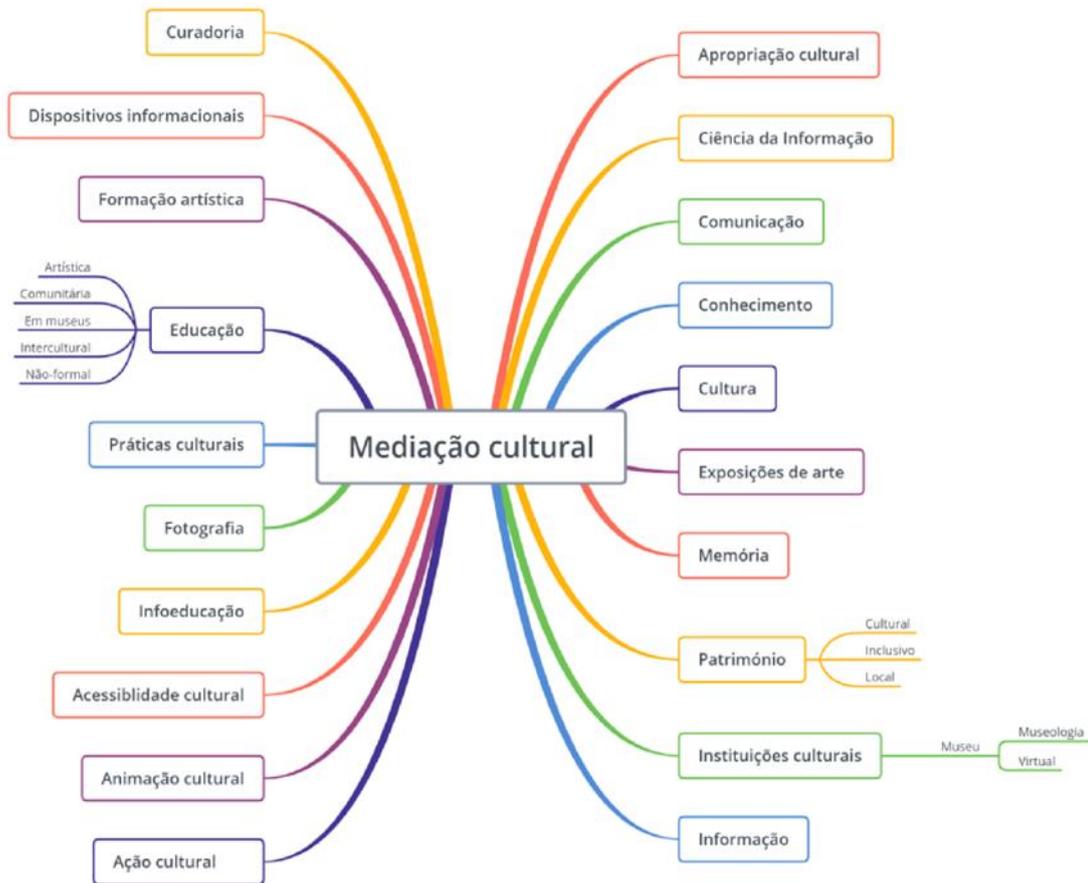
proporcionando novas estratégias e um maior foco no experimentalismo (QUINTELA, 2011).

O conceito de mediação cultural é, para Davallon (2007), a construção de uma interface entre dois universos distintos, o público e a manifestação cultural (que pode ser um objeto, uma linguagem, uma imagem), onde ocorrem práticas que auxiliam a compreensão crítica e a interpretação dos cidadãos face à obra. Estas práticas implicam o recurso a um discurso influenciado, tanto pelo contexto dos mediadores, como pelo contexto do público. A adequação do discurso permite que os cidadãos possam atribuir um significado e apropriar-se da manifestação cultural que está a ser mediada. É nesta apropriação e na atribuição de significado que se consubstancia um dos objetivos da mediação (DAVALLON, 2007). Com isto, o indivíduo deixa de ser apenas um decodificador de conteúdos, para se tornar, também ele, um produtor de significados (CAVALCANTE *et al.*, 2014). Por seu lado, o mediador passa a ser entendido como um criador de circunstâncias, que gere e conduz o processo onde o indivíduo encontra a sua própria criatividade (JOÃO, 2012). Não é, portanto, ao mediador que compete definir o certo e o errado, mas sim facilitar os instrumentos necessários para que o indivíduo faça as suas próprias apropriações.

Para Darras (2003), a mediação cultural é um espaço de negociação entre quatro identidades: o objeto cultural mediado; as representações, as crenças e os conhecimentos; as experiências do mediador e o destinatário da mediação; e o mundo cultural de referência. Com esta ideia, entende-se a mediação cultural como um processo complexo que visa a aproximação do público a uma manifestação cultural (sendo esta material ou imaterial), que implica não só comunicar e interpretar, mas também criar espaços de diálogo e de reflexão (PEREIRA, 2015), sob a influência do mediador, do ambiente que rodeia, do conhecimento prévio e das experiências de cada indivíduo, conscientes de que a construção de significados se realiza no âmbito da esfera social (SILVA; NETO, 2017).

Como se pode verificar pela leitura do respetivo mapa conceptual, volta-se aqui também ao papel da transmissão de conhecimento através de ações de animação cultural, acessibilidade, infoeducação, exposições, comunicação e educação, tendo o conceito uma centralidade relativamente ao conhecimento e à apropriação cultural e patrimonial que os cidadãos obtêm nas instituições de memória.

Fig. 3: Mapa conceitual de “Mediação Cultural”



Fonte: Palavras-chave dos resultados da pesquisa (elaboração própria, com recurso ao *Software XMind*)

No que respeita à mediação da leitura, acredita-se que esta seja uma responsabilidade transversal a toda a sociedade, com particular relevância para pais, professores, escritores, editores e livreiros e bibliotecários; até agentes indiferenciados das redes sociais poderão assumir um papel relevante na mediação de leitura, nomeadamente *bloggers* e *booktubers* (ARAÚJO *et al.*, 2015; TEIXEIRA *et al.*, 2016). Muito embora se reconheça o carácter transversal, acredita-se que os bibliotecários mostram uma responsabilidade concreta na mediação da leitura, pois constituem agentes especializados, em particular da leitura literária (BORTOLIN *et al.*, 2014; FLECK; CUNHA *et al.*, 2016).

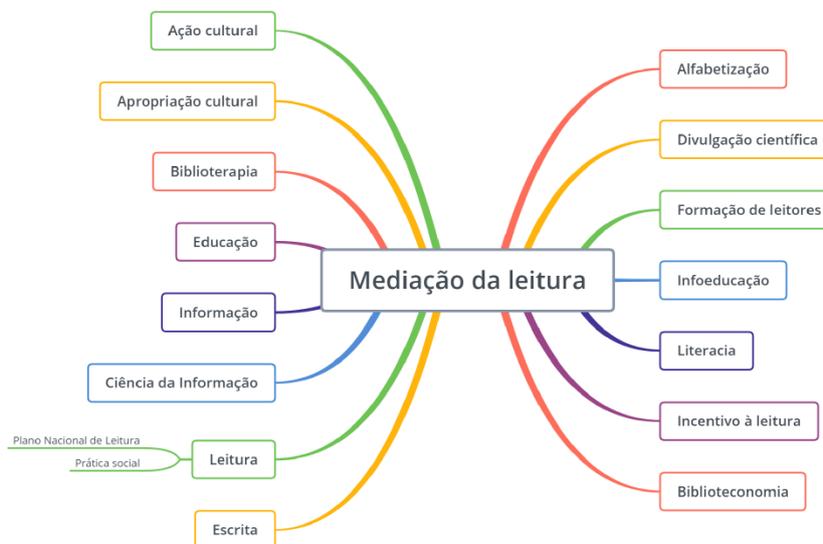
Cavalcante e Rasteli (2013) referem que é responsabilidade da biblioteca pública proporcionar o acesso de todos os cidadãos à informação e à leitura, fazendo-o de modo democrático e com qualidade, e que uma sociedade leitora não surge espontaneamente, antes depende de políticas e de dispositivos socioculturais. Assim, e à semelhança dos domínios já elencados, também no âmbito da Biblioteconomia, existe uma compreensão sedimentada da mediação enquanto elo e ponte estabelecidos por meio de um elemento terceiro, tendo por objetivo o acesso à leitura e à informação (MARTINS, 2014). Neste sentido, aos bibliotecários cumpre também a implementação de ações para o desenvolvimento das capacidades leitoras dos cidadãos.

Martins (2014) fala de um cenário caleidoscópico e que vai desde o serviço de referência, o acompanhamento dos leitores, a oferta de livros, ao desenvolvimento de atividades, tais como oficinas de produção artística ou rodas de leitura. Trata-se de uma mediação com visibilidade e com objetivos, que contribui para o desenvolvimento das capacidades de leitura dos cidadãos, num processo quase maiêutico. Muito embora, reconhece-se que a mediação está presente não só na seleção de documentos e atividades de desenvolvimento do acervo bem como em todo o trabalho de processamento técnico dos documentos, o que nem sempre se explicita. De acordo com Almeida Júnior e Bortolin (2007), é aqui que melhor se realça o papel crucial do bibliotecário como mediador, pois mostra a necessidade de as atividades serem desenvolvidas por um profissional preparado e formado para tal e a inviabilidade da existência de espaços informacionais sem a presença deste profissional.

Neste contexto, o bibliotecário é um mediador da leitura por excelência, uma vez que: propicia a interação entre o texto e o leitor, encaminhando-o a novas descobertas e aventuras; tem a possibilidade e a responsabilidade de interferir eticamente na vida dos cidadãos, fomentando o desejo e a necessidade de leitura e informação; e acompanha o leitor durante a sua eterna formação leitora (ALMEIDA JÚNIOR *et al.*, 2007). Na mediação da leitura, o bibliotecário não ministra propriamente competências de leitura, no entanto reforça-as e esse é um papel estruturante no desenvolvimento da cultura leitora (SILVEIRA, 2014).

Também aqui o mapa (Fig. 4) parece confirmar a literatura. Conceptualmente, podemos verificar que a mediação da leitura abrange duas grandes áreas, a Educação (alfabetização, formação de leitores, infoeducação, literacia...) e a CI (biblioteconomia, informação, divulgação científica...), evidenciando os professores e os bibliotecários como agentes especializados de mediação.

Fig. 4: Mapa conceptual de “Mediação da leitura”



Fonte: Palavras-chave dos resultados da pesquisa (elaboração própria, com recurso ao *Software XMind*)

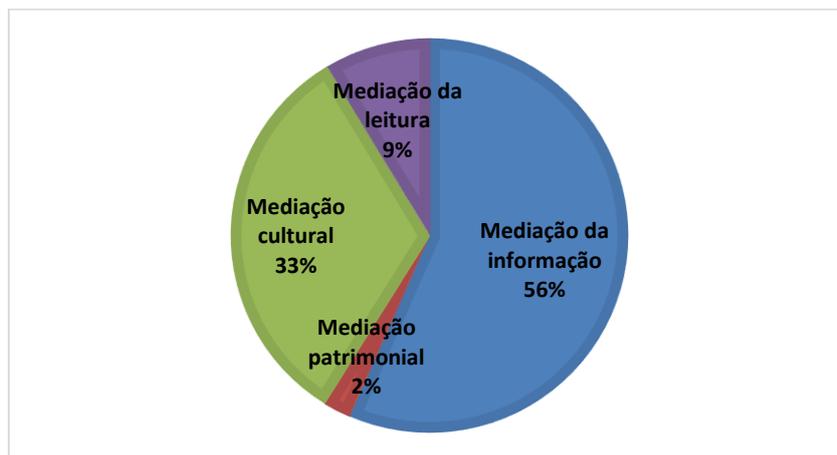
Análise e discussão dos resultados

Dos 221 documentos que constituem a nossa amostra, verificamos que, em termos de tipologia de produção científica, os documentos recuperados correspondem a: 77 artigos; 94 dissertações de mestrado; 20 teses de doutoramento; 4 trabalhos realizados para a obtenção do grau de licenciatura; 4 trabalhos para a obtenção do grau de bacharelato; 3 livros e capítulos de livros; e 19 conferências. Podemos, então, constatar que a produção científica na área da mediação se encontra maioritariamente em teses e dissertações dos vários níveis de ensino superior, seguida da apresentação de artigos em revistas.

Assim, compreende-se que a maioria dos documentos tenha apenas um autor, relativo à tradicional autoria individual dos trabalhos em âmbitos de pós-graduação. Já em termos de publicações em periódicos ou atas de congressos, destaca-se a autoria dupla (19 resultados) ou tripla (12 resultados), com registo de cinco e dez autores em apenas um caso cada. Ainda em termos de autoria, constatámos ainda que o Brasil revela maior interesse pela temática (84% da amostra), com Portugal a apresentar números mais residuais (16% da amostra). É ainda de registar que, no Brasil, três autores se destacam na produção científica sobre a matéria: Francisco Oswaldo de Almeida Júnior (9 artigos), Maria Giovanna Guedes Faria (7 artigos), Clóvis Montenegro de Lima (5 artigos) e João Arlindo dos Santos Neves (3 artigos). Os dados relativos a Portugal não permitem estabelecer uma análise paralela.

Quanto aos temas, verifica-se um claro e maioritário predomínio do assunto “mediação da informação”, a que se segue “mediação cultural” e, por último, “mediação da leitura” e “mediação patrimonial”, com valores residuais, como podemos ver no Gráfico 1.

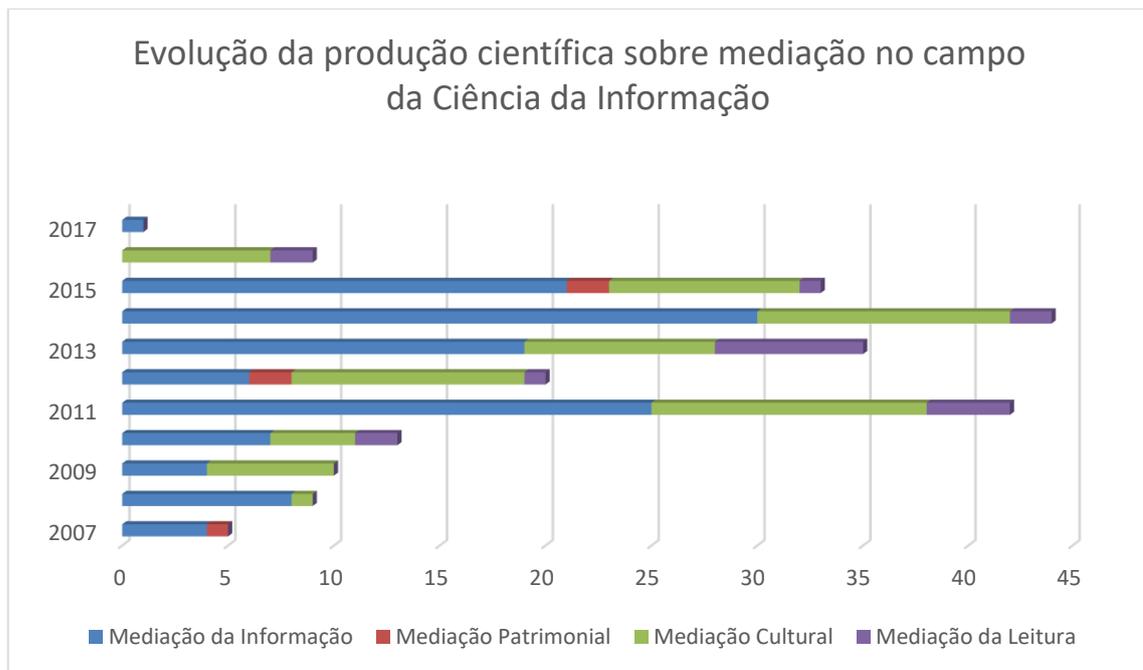
Gráfico 1 – Percentagem de documentos de acordo com o tipo de mediação



Fonte: elaboração própria

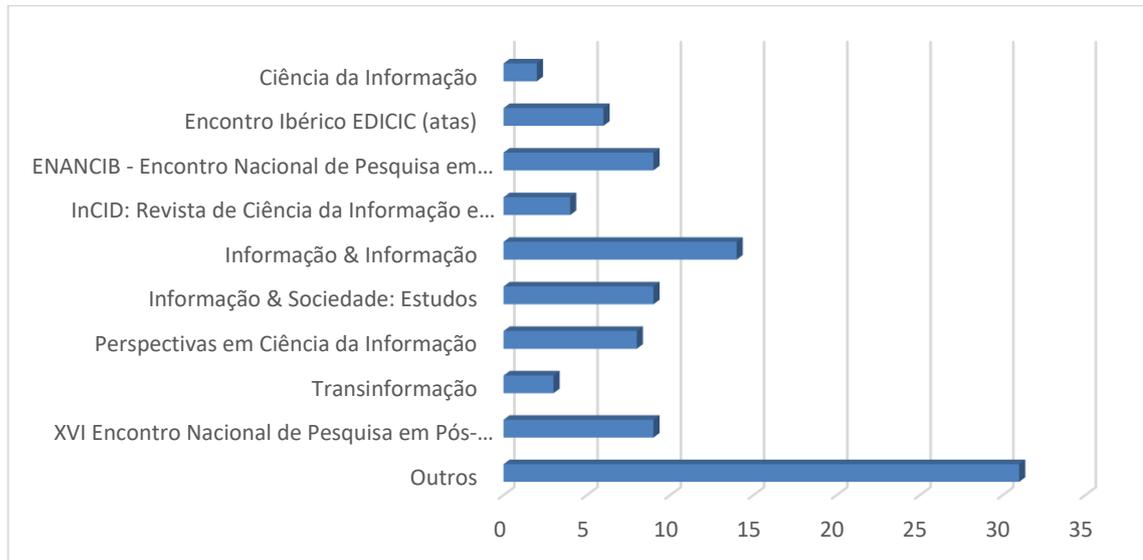
Já no que toca à evolução e variação dos temas ao longo dos dez anos em análise neste estudo (Gráfico 2), verifica-se que existe uma tendência crescente acentuada entre os anos 2011 e 2015, que acolhe 2/3 dos trabalhos sobre a matéria “mediação”.

Gráfico 2 – Evolução da produção científica sobre mediação no campo da Ciência da Informação



Fonte: elaboração própria

Depois deste crescendo, constata-se que, surpreendentemente, os dois últimos anos apresentam resultados muito escassos, comparando com os anos anteriores, o que sugere um estudo que permita compreender as razões que presidiram a tal variação. Suspeita-se, contudo, que o número de publicações científicas registradas no Brasil beneficie da existência de um Grupo de Trabalho sobre mediação, circulação e uso da informação, desde 2005, na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Esta associação também é responsável pela reunião bienal do Encontro Nacional de Pesquisa – ENANCIB, cujas atas apresentam um interessante número de publicações sobre o tema mediação, em diferentes domínios (ARAÚJO *et al.*, 2017; RASTELI *et al.*, 2017). Não é assim de estranhar que o ENANCIB (Gráfico 3) surja como um dos periódicos com mais artigos (9 artigos), apenas ultrapassado pela revista *Informação & Informação* (14 artigos).

Gráfico 3 – Revistas onde foram publicados os artigos sobre mediação no campo da CI

Fonte: elaboração própria

Quanto à análise qualitativa das revistas onde os artigos são publicados, procedeu-se a um cruzamento de dados com os do sistema de classificação brasileiro QUALIS, relativa ao quadriênio mais recente - 2013/2016. Em Portugal, não existe uma classificação semelhante que possibilite outra análise qualitativa de dados e posterior comparação entre países. No entanto, a classificação brasileira engloba periódicos portugueses, nomeadamente as principais revistas de CI, pelo que se pode considerar que a classificação brasileira abrange os dois países em análise neste estudo.

Assim, os resultados mostram que, nos 21 títulos de revistas onde foram publicados 60 artigos, a classificação dos trabalhos abarca os dois extremos da escala (A1 a C). Regista-se que 22 artigos são publicados em quatro revistas A1; 15 artigos publicados em duas revistas A2; 14 artigos publicados em oito revistas B1; um artigo publicado numa revista B2; um artigo publicado numa revista B3; seis artigos publicados numa revista B5; e apenas um artigo publicado numa revista C. Contudo, as revistas que publicaram mais do que um artigo sobre mediação (*Transinformação*, *Perspectivas em Ciência da Informação*, *Informação & Sociedade: estudos*, *InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação* e *Ciência da Informação*), encontram-se bem cotadas (Tabela 1), o que comprova a importância do tema. A percentagem de artigos sobre mediação presentes nestas revistas corresponde a 71,67% do total, o que consideramos um número bastante significativo.

Assim, 28,33% dos artigos são publicados em revistas com a melhor classificação (A1) e 23,33% em revista detentora de classificação A2, perfazendo um total de 51,66% em periódicos de classificação A. Constata-se, portanto, que as revistas que mais prestam atenção à “mediação” se encontram bem cotadas no sistema de classificação, o que, de alguma forma, revela a importância do tema para a CI.

Tabela 1 – Percentagem de número de artigos e periódicos classificados pelo sistema QUALIS

Periódicos	N.º artigos	%	Avaliação QUALIS
<i>Informação & Informação</i>	14	23,33	A2
<i>Informação & Sociedade: Estudos</i>	9	15	A1
<i>Perspectivas em Ciência da Informação</i>	8	13,33	A1
<i>InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação</i>	4	6,66	B1
<i>Transinformação</i>	3	5	A1
<i>Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação</i>	3	5	B1
<i>Ciência da Informação</i>	2	3,33	B1
Outros	17	28,33	B2 a C

Considerações finais

A análise do tema “mediação” na revisão da literatura efetuada permite reconhecer a centralidade deste conceito nos SI, fundamental tanto para uma reflexão teórica, como para a compreensão de práticas e desenvolvimento de estratégias a implementar, para a captação de novos públicos ou para a melhoria dos serviços já prestados aos cidadãos. Daqui, poderemos concluir que a mediação, em concreto a executada por profissionais, é fundamental na sociedade contemporânea e que é decisiva no correto e verdadeiro acesso à informação, ao património, à cultura e à leitura, na medida em que se mostra um garante da devida construção e apropriação de conhecimento.

Em termos práticos, poderemos perceber a importância da mediação na CI no surgimento de comunidades de investigação, como o ENANCIB, cujos trabalhos têm beneficiado de reflexões teórico-bibliométricas (ARAÚJO *et al.*, 2017). A maioritária existência de produção científica para obtenção de graus académicos também o permite comprovar. Acresce ainda o facto de, em contexto universitário, existir uma unidade curricular como disciplina autónoma – “Mediação”, como se verifica no Brasil (ESPÍRITO SANTO *et al.*, 2017; RASTELI *et al.*, 2017).

Os resultados quantitativos desta investigação mostram que o Brasil é líder nos estudos sobre mediação, sendo até possível identificar os autores mais frequentes e que servem de referência para novos estudos. Contudo, dado o arco temporal limitado da presente investigação, não foi ainda possível estabelecer genealogias de autores sobre a matéria. Em termos qualitativos, verificamos que a mediação é alvo da atenção e da aceitação dos periódicos bem classificados pelo sistema QUALIS, o que permite concluir a real importância do tema para a CI.

A presente investigação encontra limitações no número de países e de portais escolhidos para análise, bem como na sua possível desatualização no momento da recolha de dados, no entanto, face às repercussões que a mediação tem na sociedade da informação e na produção de conhecimento, apresenta-se como um contributo de partida para o seu estudo e desenvolvimento na CI em língua portuguesa.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli**
2007 Mediação da Informação e da Leitura. In *II Seminário em Ciência da Informação – UEL* [Em linha]. Londrina, 2007. [Consult. 15 jan. 2018]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/13269/>.
- AMADOR, Sílvia Maria Ferreira Ambrósio**
2013 MIMO: Museu de Imagem em Movimento: impacto no desenvolvimento comunitário. [Em linha]. Leiria: Instituto Politécnico, 2013. [Consult. 21 mar. 2018]. Relatório de mestrado. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1976/1/Tese.pdf>.
- ANTONELLO, Giovani Darisio; KOBAYASHI, Maria do Carmo Monteiro**
2015 Patrimônio cultural: uma experiência pelo programa institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID). In *8º Congresso de Extensão Universitária da UNESP* [Em linha]. São Paulo, 2015. [Consult. 15 jan. 2018]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/142090>.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila**
2016 Novo quadro conceitual para a Ciência da Informação: informação, mediações e cultura. In *XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB* [Em linha]. Bahia, 2016. [Consult. 2 fev. 2018]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/52044>.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; ROCHA, Eliane Cristina Freitas**
2017 Panorama da produção do GT 3 da ANCIB: autores, referências e temáticas (2005-2016). In *XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB* [Em linha]. Marília, 2017. [Consult. 2 fev. 2018]. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/72/587>.
- ARAÚJO, Rafaela Lima de; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de**
2015 Ler, compartilhar e interagir: blogs como ferramentas de mediação de leitura. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. [Em linha]. 20:2 (2015) 240-260. [Consult. 2 jan. 2018]. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1042>.
- BORTOLIN, Sueli; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo**
2014 Mediação da literatura para leitores-ouvintes. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 19:1 (2014) 207-226. [Consult. 9 fev. 2018]. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1537>.
- CAVALCANTE, Lídia Eugénia; RASTELI, Alessandro**
2013 A Competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em biblioteca pública. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação* [Em linha]. 18:36 (2013) 157-180. [Consult. 21 mar. 2018]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n36p157>.
- DARRAS, Bernard**
2003 Études des conceptions de la culture et de la médiation. *Médiation et Information*. [Em linha]. 19 (2003) 61-85. [Consult. 21 mar. 2018]. Disponível em: http://www.mei-info.com/wp-content/uploads/revue19/ilovepdf.com_split_4.pdf.

DAVALLON, Jean

2007 A Mediação: a comunicação em processo? *Revista Prisma.Com*. [Em linha]. 4 (2007) 3-36. [Consult. 21 mar. 2018]. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/645/pdf>.

ESPIRITO SANTO, Sílvia Maria; MONTEIRO, Ciro Athayde Barros

2017 Mediação e recepção da informação: experiência de ensino, pesquisa e extensão. In Encontro Ibérico EDICIC 2017, 8º, Coimbra, 2017 – *Ciência aberta: o contributo da Ciência da Informação*. [Em linha]. Coimbra, EDICIC, 2017. [Consult. 2 fev. 2018]. Disponível em: <http://sci.uc.pt/eventos/atas/edicic2017.pdf>.

FLECK, Felícia de Oliveira; CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da; CALDIN, Clarice Fortkamp

2016 Livro ilustrado: texto, imagem e mediação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 21:1 (2016) 194-206. [Consult. 21 mar. 2018]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362016000100194&script=sci_abstract.

JOÃO, Joana Filipa dos Santos

2012 *A Importância da mediação cultural na relação entre a escola e a instituição cultural*. [Em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. [Consult. 21 mar. 2018]. Tese de mestrado. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8110/1/ulfpie043059_tm.pdf.

MARTINS, Ana Amélia Lage

2014 Mediação e bibliotecas públicas: uma perspectiva dialética. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 19 (2014) 164-185. [Consult. 21 mar. 2018]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362014000500013&script=sci_abstract&tlng=pt.

MARTINS, Ana Amélia Lage

2010 *Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação*. [Em linha]. Minas Gerais: Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. [Consult. 21 mar. 2018]. Trabalho de pós-graduação. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-88MHR9/dissertacao_ana_amelia.pdf?sequence=1.

NUNES, Ana Sofia dos Santos Correia Pagarim

2015 *Comunicar património em instituições patrimoniais e culturais: uma proposta para a formação de profissionais de mediação e educação*. [Em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015. [Consult. 21 mar. 2018]. Tese de mestrado. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/25935>.

PEREIRA, Ana Catarina Vieira

2015 *Avaliação das práticas de mediação cultural: o caso do Museu Casa do Infante*. [Em linha]. Porto: Universidade do Porto, 2015. [Consult. 21 mar. 2018]. Tese de mestrado. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/81349>.

QUINTELA, Pedro

2011 Estratégias de mediação cultural: inovação e experimentação no Serviço Educativo da Casa da Música. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. [Em linha]. 94 (2011) 63-83. [Consult. 21 mar. 2018]. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1531>.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini

2017 A Produção científica em mediação cultural na Ciência da Informação no Brasil. In Encontro Ibérico EDICIC 2017, 8º, Coimbra, 2017 – *Ciência aberta: o contributo da Ciência da Informação*. [Em linha], Coimbra: EDICIC, 2017. [Consult. 2 fev. 2018]. Disponível em: <http://sci.uc.pt/eventos/atas/edicic2017.pdf>.

REDIGOLO, Franciele Marques; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes

2015 A Leitura profissional do catalogador e seu papel como mediadora da informação. *Informação & Informação*. [Em linha]. 20:3 (2015) 356-376. [Consult. 21 mar. 2018]. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/21683>.

RODRIGUES, Bruno Cesar; CRIPPA, Giulia

2011 A Recuperação da informação e o conceito de informação: o que é relevante em mediação cultural? *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 16:1 (2011) 45-64. [Consult. 21 mar. 2018]. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/995>.

SILVA, Armando Malheiro

2017 Mediação e mediadores em Ciência da Informação. *PRISMA.COM*. [Em linha]. 9 (2017) 1-37. [Consult. 21 mar. 2018]. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/700/pdf>.

SILVA, Bárbara Damiane da; NETO, João Arlindo dos Santos

2017 Práticas de mediação cultural nas bibliotecas públicas municipais de Londrina/PR. *Biblionline*. [Em linha]. 13:2 (2017) 30-43. [Consult. 21 mar. 2018]. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/32967>.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho

2015 Percepções conceituais sobre mediação da informação. *InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação*. [Em linha]. 6:1 (2015) 93-108. [Consult. 21 mar. 2018]. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731>.

SILVEIRA, Teresa

2014 O Que falta na atual mediação da leitura? *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 1 (2014) 3-13. [Consult. 21 mar. 2018]. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/594>.

TEIXEIRA, Claudia Souza; COSTA, Andressa Abraão

2016 Movimento booktubers: práticas emergentes de mediação de leitura. *Texto livre: linguagem e tecnologia*. [Em linha]. 9:2 (2016) 13-31. [Consult. 21 mar. 2018]. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre/rt/metadata/10974/9806>

Leonor Calvão Borges | leonorc Borges@gmail.com

Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras / CIC.Digital-Porto

Patrícia de Almeida | mebpatriicia@gmail.com

Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras

Cristiana Vieira de Freitas | cristiana.vf@sapo.pt

CEIS20

Sílvia Cardoso | silvia29c@gmail.com

Escola Superior de Saúde de Santa Maria, Porto

Resumo: Discute a mediação bibliotecária a partir da ação informacional em Fred Dretske, a encontrabilidade e usabilidade da informação por meio das *affordances* em Jerome Gibson e ação comunicativa na base do pensamento Habermasiano, a partir de um enfoque crítico e interpretativo. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa teórica, de abordagem crítica e interpretativa, que tenta se desenvolver a percepção informacional do bibliotecário em ambientes informacionais, a qual é responsável pela formação de padrões de informação que direcionam a percepção-ação dos usuários. Em conclusão, considera-se que a informação como fenômeno de uma ação cognitiva, emerge fissurando as estruturas técnicas da teoria da informação desenvolvendo-se no ato discursivo e no diálogo intersubjetivo do bibliotecário como mediador e nos sujeitos que buscam o conhecimento disponível nas bibliotecas.

Palavras-chave: Bibliotecário; Informação; Intersubjetividade; Mediação; Percepção-ação

Abstract: It discusses library mediation from Fred Dretske informational action, the findability and usability of information through affordances in Jerome Gibson, and communicative action on the basis of Habermasian thinking from a critical and interpretive approach. In methodological terms, this is a theoretical research, with a critical and interpretive approach, which tries to develop the informational perception of the librarian in informational environments, which is responsible for the formation of information patterns that direct the perception-action of its users. In conclusion, it is considered that information as a phenomenon of cognitive action emerges by fissuring the technical structures of information theory by developing in the discursive act and in the intersubjective dialogue of the librarian as mediator and in the subjects that seek the knowledge available in libraries.

Keywords: Librarian; Information; Intersubjectivity; Mediation; Perception-action

1. Introdução

Considerando que o conhecimento humano se encontra na interpretação e percepção dos acontecimentos (FOUCAULT, 2002). Discute-se a mediação bibliotecária a partir da ação informacional em Fred Dretske, a encontrabilidade e a usabilidade da informação por meio das *affordances* em Jerome Gibson e a ação comunicativa na base do pensamento Habermasiano.

Em termos metodológicos, nossa tarefa se fundamenta na crítica da ciência, ao tratar a pesquisa teórica e bibliográfica, a partir de uma abordagem crítica e interpretativa, desenvolve-se a percepção informacional do bibliotecário em ambientes informacionais, a qual é responsável pela formação de padrões de informação que direcionam a percepção-ação dos usuários pela autorreflexão¹.

¹ O enquadramento metodológico que estabelece o sentido da validade dessa categoria de enunciados críticos avalia-se pelo conceito de autorreflexão, a qual liberta o sujeito da dependência de poderes

Os estudos teóricos de acordo com Demo (2000) são dedicados à reconstrução de teorias, conceitos, ideias, ideologias, controvérsias, a fim de melhorar imediatamente os fundamentos teóricos. A literatura baseada na síntese bibliográfica é desenvolvida pelo material já elaborado, principalmente em livros e artigos científicos, com conceitos de cientistas sobre o tema em foco (GIL, 2002).

Em conclusão, considera-se que a informação como fenômeno de uma ação cognitiva, emerge fissurando as estruturas técnicas da teoria da informação desenvolvendo-se no ato discursivo e no diálogo intersubjetivo do bibliotecário como mediador e nos sujeitos que buscam o conhecimento disponível nas bibliotecas.

2. A virada informacional e o aspecto representacionista da mediação bibliotecária

Ao olhar para a informação como um fenômeno de uma ação cognitiva que emerge ao fissurar as estruturas duras da teoria da informação, procura-se mostrar a virada informacional e os aspectos da ação informacional em Dretske (1981), no contexto da mediação bibliotecária. Em uma abordagem crítica e interpretativa, argumenta-se que a informação como uma ação emancipatória reside na multiplicidade quando os sujeitos buscam regular os discursos no espaço-tempo da biblioteca.

Explicando Dretske (1981) sobre a teoria representacional da informação, compreendemos informação como um processo de mediação pela qual os sujeitos desenvolvem capacidades sensíveis para explorar a informação. Para o autor a construção referente à comunicação dos sujeitos, está baseada na criação de informações com as quais se comunicam introduzindo formas simbólicas a partir de habilidades visuais com o ambiente.

Dada a construção teórica de Dretske (1981), a compreensão de mediação na prática bibliotecária é percebida pelo aspecto representacional da informação, apoiada pelas construções das ciências duras que aparecem no campo das práticas de informação. Essas construções são apresentadas em Capurro (2003) ao incutir os paradigmas da CI em sua estrutura cognitiva, física e social. Contexto na qual as tecnologias de informação e comunicação (TIC) são produzidas e representam um tipo de ação a ser analisada como constituinte da relação entre os seres orgânicos, artificiais e ambientais na CI. Circunstância que na chamada explosão informacional tornou-se “o principal ingrediente na comunicação entre sistemas (biológicos ou artificiais) e seus respectivos nichos” (MORONI, 2009:132).

Diante do exposto, a virada informacional ocorrida na CI é marcada por importantes acontecimentos na década de 50 com os fundamentos teóricos, sua relação com outros campos de conhecimento interdisciplinar que se preocupam com a organização de informações, sistemas de armazenamento, modelagem de dados métricos e etc.

hipostasiados. A autorreflexão é determinada por um interesse emancipatório do conhecimento, e as ciências de orientação crítica partilham-no com a Filosofia (HABERMAS, 2009:140).

De acordo com Barreto (2002:123) a ideia de que “o homem começou a raciocinar em sequência linear, alfabética, categorizando e classificando informações. Tornou-se um ser especializado em sua produção de primeiro plano”. A informação é considerada aqui como um conhecimento instituído pela Teoria Matemática da Comunicação (TMC), estando ligada aos paradigmas fisicalista e semanticista.

O conceito de informação de Dretske (1981) está relacionado ao aspecto representacionista da informação, incentivado pela teoria matemática da comunicação e por fatores de entropia. A entropia

[...] é aqui entendida como a medida do grau de desordem de um sistema. Uma vez que os processos informacionais são mensurados através do grau da entropia presente na ocorrência dos eventos, a proposta de Shannon & Weaver envolve uma definição objetiva de informação, existente no mundo independente de um sujeito específico, consciente. A quantidade de informação gerada por um evento é medida, na proposta de Shannon & Weaver, a partir da redução da incerteza presente nos eventos. Apesar de não estarem interessados no estudo do significado da informação propriamente dito, mas em estabelecer uma noção técnica de informação, os autores propõem que ela seja concebida em termos probabilísticos decorrentes da redução de possibilidades de escolha de mensagens. (MORAES, 2012:36).

Deste ponto de vista, a entropia é a medida de informação que atravessa um canal de comunicação, proporcionando um grau de incerteza da informação que transporta. Esta configuração introduziu um grande problema na compreensão da transmissão de mensagens, sendo incompreensível a extração e entendimento do significado esperado pelo receptor. À luz do pensamento de Dretske (1981), entende que somos livres para pensar sobre a informação.

Esta é uma maneira de pensar sobre informação. Ela funda-se sobre uma confusão, a confusão da informação com significado. Uma vez que esta distinção é claramente entendida, ficamos livres para pensar sobre informação (embora sem significado) como uma *commodity* objetiva, algo cuja geração, transmissão e recepção não requer ou pressupõe (de nenhuma forma) processos interpretativos. (DRETSKE, 1981:7).

A ideia de Dretske (1981) estaria relacionada à informação como um elemento objetivo no mundo, sem estar sujeito à questão interpretativa. Sob o ponto de vista de Moraes (2012), a informação pode ser percebida, alterada e modificada dentro de um conjunto de regularidades no ambiente (biblioteca) e estaria ligada à ideia de uma necessidade informacional. Segundo o autor a informação é um artefato, cujo conhecimento, representação, ação e significado são fabricados no mundo da vida.

O mundo da vida pode ser entendido como aquele em que “os atores comunicativos situam e datam seus pronunciamentos em espaços sociais e tempos históricos” (HABERMAS, 1987:136). O diálogo concerne ao ambiente da biblioteca um lugar importante ao tentar transmitir conhecimento fornecendo aos sujeitos informações precisas na busca por conhecimento.

Como se observa, a mediação é estabelecida na construção da intersubjetividade dos sujeitos discursivos, segundo Moroni (2012:27):

[...] envolve aspectos direto e indireto, sendo que, no que concerne ao aspecto indireto, é através da representação que o sistema perceptivo transforma a informação objetiva disponível no ambiente em *informação significativa* no plano conceitual. Isso porque, parte da informação que perpassa os processos perceptivos adquire significado, constituindo-se como elo fundamental dos processos cognitivos presentes nas crenças. Entendemos que, segundo a concepção dretskeana, uma das -formas de percepção é direta, não necessitando da mediação de representações mentais e tampouco de intencionalidade, mas de “uma relação causal.

Há outros tipos de informação, como a natureza, por exemplo, que não exigiria um “ser ou uma entidade”, no entanto, para a mediação ser eficaz como um canal de emancipação deve fazer parte do mundo da vida. Na prática bibliotecária, a mediação deve ser racionalizada pela emancipação dos sujeitos, uma vez que a informação como ação está na variação e na multiplicidade emancipatória entre os autores da mediação e o espaço da biblioteca.

De acordo com Gonzalez, Broens e Martins (2012:126) “Dretske (1981) adota a concepção da informação sugerida por Shannon. Ele reconhece o valor desta proposta e a utiliza para propor uma concepção semântica de informação”, Em Dretske (1981) o mundo físico é considerado cheio de implicações informativas estabelecidas entre os vários tipos de estruturas, arquétipos ou grupos. Assim, “informação é justamente esse indicador de relacionamentos que podem ser objetivamente gravados por um receptor (humano ou não) que está devidamente equipado para fazê-lo” (DRETSKE, 1981:63).

Por exemplo, pressupõe a existência de informações objetivas que contribuem para uma caracterização representacionista da informação (DRETSKE, 1981, 1988, 1995). A ideia de representar à informação equivale a “uma teoria genuína da informação uma teoria sobre o índice de nossas mensagens e não sobre a maneira em que este índice é incorporado” (DRETSKE, 1981:40). Dretske (1981) trouxe uma maneira de pensar sobre a informação, com pleno significado, uma vez que a distinção é entendida como um ato de ser livre para pensar sobre a informação, mas sem significado, algo cuja transmissão e recepção não requerem ou pressupõe, em qualquer forma, processos de informação.

No entanto, é significativo fornecer conhecimento aos sujeitos, interpretando e traduzindo informações sobre representações mentais, de acordo com Dretske (1981), para identificar o conhecimento de algo que se precisa para receber informações. O autor parte de que o conhecimento é explicado como uma crença produzida a partir de informações (*knowledgeisinformation-producedbelief*).

Nesse modelo, os participantes do processo comunicativo possuem acesso democrático ao conjunto de mensagens possíveis ou disponíveis, podem, idealmente, utiliza-las de modo igualitário e comunica-las em benefício da coletividade. Assim, por exemplo, as mensagens climáticas, como os referentes ao aquecimento global, seriam captadas, analisadas, discutidas por todos os indivíduos da sociedade, construído o seu significado coletivamente (GONZALEZ; BROENS; MARTINS, 2012:132).

Para Gonzalez, Broens e Martins (2012), a informação deve ser construída a partir de um diálogo comunicativo em que os atores se comunicam simultaneamente, gerando, em princípio, ações coletivas e responsáveis. A construção da mediação é dada pelo diálogo, ou seja, o conteúdo informacional da biblioteca seria distribuído no ambiente em um estado disposicional a ser construído pelos participantes na interação, o que lhes permitiria acesso à informação da biblioteca de uma maneira refletida.

3. A ação informacional na prática bibliotecária

De que maneira devemos pensar os estudos das práticas informacionais como “o que é ser no ato de mediar”? Embora se verifique que o “ser” é um precursor de ação de um ato emancipatório. A ação da técnica bibliotecária deve buscar a compreensão hermenêutica para mediar a informação de uma forma que possa ser considerada uma atividade não só do bibliotecário, mas em busca de torná-la compreensível aos olhos dos sujeitos que buscam o conhecimento.

A ação informacional na prática bibliotecária terá lugar a partir de um ato cognitivo de sujeito a sujeito. Esta acontece por meio de um processo de “tecnificação”, práticas que são baseadas na quantificação de informação para assegurar a sua objetividade.

Uma ideia clara de paradigma físico em Capurro (2003), em que se tem a tradição das técnicas instrumentais de informação que emergiram do modelo de mensagem codificada (TMC), que classifica a mediação bibliotecária em informação, sujeito e mediador, integrantes sistêmicos. A concepção de integrador sistêmico idealiza uma abordagem dos sujeitos informacionais presos ao sistema, não dando a verdadeira autonomia a eles que buscam a informação em ambientes informacionais.

A interdisciplinaridade nas práticas informacionais biblioteconômicas, são expressivas à medida que se desenvolvem às práticas de emancipação no social, quando há possibilidades de orientações no mundo da vida para construir ressignificações e buscar horizontes emergentes para compreender os estudos da informação trazendo contribuições para o campo profissional da CI.

Segundo Pombo (2003) a interdisciplinaridade é considerada um espaço de superação entre o paralelismo de conhecimentos, é um terreno de convergência, uma complementaridade que supera as aporias instrumentais para estimular uma nova compreensão de práticas do conhecimento em bibliotecas. A proposta é considerar a informação como uma ação do sujeito a outro como um diálogo de cooperação no ambiente da biblioteca.

A concepção Gibsoniana² de informação parte do conceito de *affordances* para entender a mediação nas práticas informacionais dos bibliotecários nas bibliotecas. Na percepção de

² James Jerome Gibson é um psicólogo Americano que elaborou a teoria das *affordances* a partir de seus estudos no campo da percepção visual. Para Gibson “*affordances* são possibilidades de ação que o ambiente [ou objeto] oferece ao agente. Apesar de parecer uma definição simples, há características do conceito envolvidas nesta definição que necessitam ser destacadas. Uma delas está baseada na

Gibson (1982, 1986), *affordances* podem ser consideradas como elementos essenciais para a compreensão da dinâmica estruturante da relação percepção-ação dos sujeitos com o ambiente inserido. Compreende o fenômeno informação, por intermédio da mediação, nos aspectos internos e externos das ações dos sujeitos e das mediações técnicas e tecnológicas em ambientes organizacionais³. A questão central da teoria das *affordances* não é “[...] se elas existem ou são reais, mas se realmente as informações estão disponíveis em um ambiente de luz para percebê-las” (GIBSON, 1986:40).

Reconhecer que no contexto das bibliotecas o diálogo relaciona-se por recursos acessíveis que se referem a indícios e pistas de informações. É entender que os sujeitos buscam no horizonte da percepção, formas de fazerem uso do conteúdo na biblioteca para impulsionar o debate crítico. O horizonte de percepção dos sujeitos situados na biblioteca, “caracteriza um mundo em que podemos encontrar alguém ou alguma coisa em qualquer lugar e a qualquer momento” (VECHIATO; VIDOTTI, 2014:112).

Compreende-se como percepção-ação a apreensão da informação em toda a dimensionalidade organizacional, as quais os sujeitos percebem no acervo das bibliotecas novas possibilidades de ação e uso da informação envolvendo-se no diálogo interpretativo. Ao fazê-lo, os sujeitos têm autonomia para sugerir o melhor caminho e diálogo, para que possam alcançar a melhor direção a ser percorrida no espaço informativo que estão.

*As affordances caracterizam um importante atributo da interface com o sujeito. Dependendo da especificidade, ele pode ser aplicado em qualquer tipo de ambiente informacional e em qualquer arquitetura da informação. Em texto anterior, definimos *affordance* como um princípio de usabilidade, relacionado aos incentivos e pistas atribuídos ao sistema que proporcionam aos sujeitos a realização de determinadas ações. (VECHIATO; VIDOTTI, 2014:169).*

Segundo Gibson (1982), existem fontes de informação invariáveis no ambiente e nas organizações. A biblioteca não é um sistema de fluxo de informações em que os canais específicos de “poder de informação” passam, mas construções eventuais de acordos, de consensos, com base em interações coletivas e não de ocorrências ou até mesmo de influxos externos entre os sujeitos.

Na biblioteca, por exemplo, a mediação:

*[...] insere o ser humano (ou os organismos em geral) na informação disponível no ambiente. A percepção visual, por exemplo, envolve arranjo óptico, *invariantes* e disponibilidades (*affordances*) que formam as bases da*

ideia de que, durante a interação com o ambiente, o agente percebe as possibilidades de ação e não as qualidades do ambiente. Além disso, a captação de tais possibilidades depende da escala corporal e das capacidades de ação do agente” (OLIVEIRA, 2005:90-91).

³ Todavia, em algumas aplicações *web*, a pesquisa pode não ser suficiente e torna-se necessário investir na navegação, considerando o entendimento do conteúdo pelo sujeito informacional quando não procura um item específico. Por meio da navegação, é possível sugerir caminhos e pistas (*affordances*) aos sujeitos, para que possam explorar conteúdos que não sabem que existem. (VECHIATO; VIDOTTI, 2014:111).

percepção visual do ambiente. Estando tão imerso no fluxo de informação ambiental, o organismo compartilha de modo ativo, direto e não mediado da captação da informação. É a combinação da imersão do organismo no ambiente e no fluxo de informação ambiental ao seu redor que origina a percepção atenta do organismo ou, se você preferir, os estados cognitivos. (MORONI; GONZALEZ; MORAES, 2011:351).

A mediação em bibliotecas e organizações é feita na forma de reciprocidade. Sob o ponto de vista de Moroni, Gonzalez e Moraes (2011:352) “essa reciprocidade surge da descrição do ambiente como o que está disponível para a mente, ou, se preferir, o que está disponível para se pensar”. A informação enquanto uma ação está na variação e na multiplicidade emancipatória entre os protagonistas da mediação no espaço biblioteca.

Vechiato e Vidotti (2014) pensam essa relação no campo teórico da CI e nas práticas bibliotecárias de encontrabilidade, quando há um diálogo frutuoso que emerge da ação instrumental (técnica) com o intuito de deixar o ambiente mais interativo com as tecnologias. A usabilidade, nesse sentido, é a percepção-ação, a qual facilita as práticas informacionais dos sujeitos com as tecnologias nos ambientes da biblioteca e está associada às questões das práticas funcionais de um sistema informatizado.

A representacionalidade da informação está na percepção-ação dos sujeitos no ambiente inserido, sobretudo, do espaço da biblioteca. Dretske constitui esse elo pensando nos pressupostos de que “(1) todos os fatos mentais são fatos representacionais; (2) todos os fatos representacionais são fatos sobre funções informacionais” (DRETSKE, 1995:8).

A noção de percepção-ação ocorre na relação (interna) e (externa) da informação, quando as integrações do diálogo dos sujeitos emergem dos vínculos e propriedades que o ambiente emerge por meio das (*affordances*), a saber, a informação como ação reside na variação emancipatória e na multiplicidade entre os sujeitos da mediação no espaço da biblioteca.

De acordo com Moroni (2009:69) a relação internalista “surge de propriedades do ambiente e dos eventos sociais, isto é, da relação que estabelecemos com o ambiente social e não somente com os nossos próprios pensamentos”. Na prática os sujeitos emergem suas ações das características que espaço informacional possibilita por meio das (*affordances*). Para Dretske (1995) a relação externalista de informação surge como aplicabilidade da percepção e do acontecimento, pois neste contexto, a ação (emancipatória) requer uma prática externa dos sujeitos, como exemplo, o discurso de ambos para ser apresentado como componente comunicativo.

Em Moroni (2009:59) o externalismo é considerado como a “detecção de padrões informacionais auto-organizados que emergem da relação do agente com o mundo. É através da detecção desses padrões informacionais que os organismos apreendem a informação significativa no ambiente”. No entanto, esses aspectos internos e externos devem levar em conta a interação comunicativa que emerge do ambiente da biblioteca, proporcionando oportunidades integradas de comunicação entre os próprios indivíduos e seus grupos, em buscando um entendimento público.

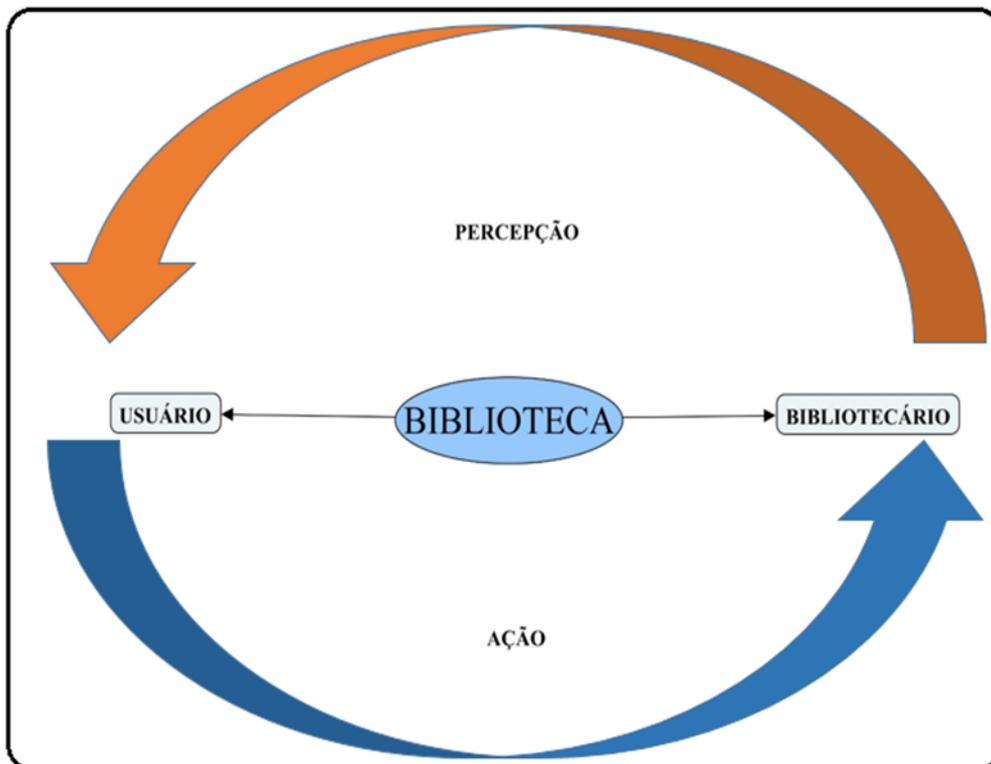
4. A reflexão no ato de mediar entre racionalidade, percepção e ação

Considerando o pensamento de Habermas (1987), Dretske (1981) e Gibson (1982), nosso interesse não é aprofundar as questões propostas pelos teóricos, mas mostrar a percepção-ação por meio da ação crítica, valendo-se da intersubjetividade dos sujeitos quando as consciências individuais passam a ter um diálogo compartilhado na esfera pública.

A abordagem emancipatória na mediação bibliotecária considera que o ato de mediar insere os sujeitos em intersubjetividade com a informação disponível no ambiente. Conforme Deleuze (1992:68), “as ações encadeiam-se com percepções, as percepções se prologam em ações”. Ao observar os efeitos dos discursos dos sujeitos sobre o processo de subjetividade, entende-se que na sequência que ocorre, há uma nova relação de conhecimento e equilíbrio de poderes discursivos transformando-os em emancipação, a partir da interação no processo de percepção-ação.

A fig. 1 tem a provocação de analisar como acontece a correlação da percepção-ação, explorando o entendimento da ação comunicativa dos atores bibliotecário-usuário frente a emancipação no ambiente da biblioteca.

Fig. 1: Ciclo da Interação informacional no ambiente da biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No esboço da fig. 1 há a integração da informação por meio do diálogo comunicativo, em que se tem a percepção-ação dos sujeitos que transformam a biblioteca no meio discursivo, quando desenvolvem as representações perceptivas interna e externa, para agirem no meio

inserido num processo recíproco por meio das *affordances*. Considera-se que a informação enquanto um fenômeno emancipatório, resulta da resignificação das ações instrumentais que rodeiam o campo prático da informação.

Explica-se que o modelo funcional instrumental (técnica) configura à informação em um processo reducionista, deixando os usuários sem autonomia nas bibliotecas, desprovidos de entendimento, da falta de diálogo e informação.

A reflexão no ato de mediar vem observar a ação instrumental numa tentativa remodelar o processo meditativo, uma vez que o ciclo da mediação deve acontecer como “uma forma de vida na qual a identidade livre dos indivíduos com a livre reciprocidade entre indivíduos se torna uma realidade palpável” (HABERMAS, 1999:109). As ações comunicativas formam relações interpessoais de reciprocidade entre os sujeitos no âmbito das bibliotecas.

As reciprocidades que alicerçam o reconhecimento mútuo de sujeitos imputáveis já estão insertas no agir em que se enraízam as argumentações. Eis por que a recusa de argumentação do céptico radical se revela como uma demonstração vazia. Nem mesmo aquele que salta fora da argumentação de maneira consequente consegue saltar fora da prática comunicacional quotidiana; ele permanece preso aos pressupostos desta – e estes, por sua vez, são pelo menos parcialmente idênticos aos pressupostos da argumentação em geral. (HABERMAS, 1989:12).

Habermas (1989) caracteriza a intersubjetividade como o tecido das ações comunicativas, isto é, de autorreflexão dos atores e da sua validade de percepção e ação, sobretudo, no contexto das práticas bibliotecárias.

Pensar numa reforma sobre os construtos que acontecem nas técnicas de informação nas bibliotecas, a ideia é que “não deveria ser pensada unicamente como fonte de poder ou de riqueza, mas como uma oportunidade para o desenvolvimento da humanidade e do meio ambiente, através de ações consideradas morais. (GONZALEZ; BROENS; MARTINS, 2012:133).

5. Considerações finais

A pesquisa contribuiu para entendermos a mediação bibliotecária a partir da ação informacional em Fred Dretske, a encontrabilidade e usabilidade da informação por meio das *affordances* em Jerome Gibson e a ação comunicativa na base do pensamento Habermasiano.

Durante o estudo, discutiu-se uma reflexão construída a partir da intelecção de que é necessário estabelecer uma relação de mediação bibliotecária para mais próximo das contribuições sociais e construtivas para pensar além das técnicas de informação e dos paradigmas.

Há a necessidade refletida do “ser-bibliotecário” como precursor das razões emancipatórias voltadas as necessidades informacionais dos sujeitos na organização e preparo do conhecimento, uma tentativa de um alcance maior na qualidade da informação, na linguagem da compreensão do “ser”, sempre tendo em mente a preocupação com o usuário.

O entendimento de ação-percepção foi idealizado na forma de reciprocidade, o diálogo dos sujeitos com o ambiente da biblioteca emergindo as inter-relações que o bibliotecário estabelece com os seus. Sendo o interpretar, uma ideia de combinação de percepções transmitidas no meio ambiente pelas vozes bibliotecárias, as tecnologias da informação processada e organizada, emprega a biblioteca no centro do mundo porque os sujeitos nela se tornam um canal de emancipação.

A ação crítica e interpretativa nessa abordagem examinou a relação entre a compreensão da mediação e seu contexto informacional no processo cognitivo na biblioteca, pela qual considerou-se a percepção dos sujeitos que buscam à informação. No entanto, a ideia de se tornar um encaixe bem-sucedido, corresponde à ideia de “Devir” na medida em que a mediação se constitui como um ato emancipatório, uma abordagem necessária para refletir sobre ações coletivas e os sentidos da informação nas bibliotecas, salta para o entendimento de que “perceber é olhar e captar um olhar é tomar consciência de ser visto (SARTRE, 2011:333).

Em conclusão, considera-se que a informação como fenômeno da ação cognitiva emerge quebrando as estruturas técnicas da teoria da informação desenvolvendo-se no ato discursivo e no diálogo intersubjetivo do bibliotecário como mediador e nos sujeitos que buscam o conhecimento disponível nas bibliotecas.

Referências bibliográficas

BARRETO, A. A

2002 A Condição da informação. *Revista São Paulo em Perspectiva*. 16:3 (2002) 67-74.

CAPURRO, R.

2003 Epistemologia e Ciência da Informação. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5^o, 2003 – *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2003.

DELEUZE, G.

1992 *Conversações*. Rio de Janeiro : Editora 34, 1992.

DEMO, P.

2000 *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo : Atlas, 2000.

DRETSKE, F. I.

1995 *Naturalizing the mind*. Cambridge : MIT Press, 1995.

DRETSKE, F. I

1988 *Explaining behavior: reasons in a world of causes*. Cambridge : MIT Press, 1988.

DRETSKE, F. I.

1981 *Knowledge and the flow of information*. Oxford : Blackwell, 1981.

FOUCAULT, M.

2002 *As Palavras e as coisas*. São Paulo : Martins Fontes, 2002.

GIBSON, J. J.

1986 *The Ecological approach to visual perception*. New Jersey : Lawrence Earlbaum Associates, 1986.

GIBSON, J. J.

1982 *Reasons for realism*. New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates, 1982.

GIL, A. C.

2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo : Atlas, 2002.

GONZALEZ, M. E. Q.

2011 Visões de um mundo: uma reflexão a partir da perceptiva da filosofia ecológica. In SIMONETTI, Mirian Cláudia, org. - *(In)sustentabilidade do desenvolvimento : meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais*. São Paulo : Cultura Acadêmica; Marília : Oficina Universitária, 2011.

GONZALEZ, M. E. Q.; BROENS, M. C.; MARTINS, C. A.

2012 *Informação, conhecimento e ação ética*. Marília : Oficina Universitária; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2012.

HABERMAS, J.

2009 *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa : Edições 70, 2009.

HABERMAS, J

1999 *Teoría de la acción comunicativa. I - Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid : Taurus, 1999.

HABERMAS, J.

1989 *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J.

1987 *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro : Zahar, 1987.

MORAES, J. A.

2012 *Implicações éticas da “virada informacional na Filosofia”*. Marília, 2012.
Dissertação de Mestrado em Filosofia – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências.

MORONI, J.

2012 *Uma Reflexão filosófica sobre o conceito de informação ecológica*. Marília, 2012.
Dissertação de Mestrado em Filosofia – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências.

MORONI, J.

2009 O Conceito de informação no contexto da teoria da auto-organização. *Filogênese*. (2009) 131-144.

OLIVEIRA, F. I.

2005 *Affordances: a relação entre agente e ambiente*. Marília, 2005.
Dissertação de Mestrado em Filosofia – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências.

POMBO, O.

2004 Epistemologia da interdisciplinaridade. In PIMENTA, Carlos, coord. – *Interdisciplinaridade, humanismo, universidade*. Porto : Campo das Letras, 2004.

SARTRE, J. P.

2011 *O Ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2011.

VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G.

2014 *Encontrabilidade da informação*. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2014.

Jetur Lima de Castro | jetur.er@gmail.com

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Luiz Eduardo Ferreira da Silva | luizeduardo.ufpb@gmail.com

Universidade Federal do Paraíba (UFPB), Brasil

Alessandra Nunes de Oliveira | alessandranunesoliveira@gmail.com

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Jorge Santa Anna

Resumo: Esta investigação discorre sobre a Organização da Informação, um dos mais importantes campos da Ciência da Informação, com foco na prática da catalogação realizada em acervos de bibliotecas. Objetiva demonstrar a percepção dos usuários no que se refere à função de comunicação viabilizada pelo processo de catalogação. Expõe referencial teórico sobre Ciência da Informação e catalogação no âmbito do processo comunicativo e analisa o entendimento que os usuários fazem sobre os registros gerados com a catalogação. Metodologicamente, utiliza pesquisa bibliográfica e estudo focal, o que caracteriza este estudo como de natureza qualitativa, tendo como grupo selecionado, 20 alunos finalistas de uma mesma turma do curso de Biblioteconomia de uma universidade, considerando que esses sujeitos já possuíam um conhecimento prévio acerca dos registros catalográficos. Após aplicação dos métodos de pesquisa, foi possível concluir que a catalogação está inserida no âmbito da Ciência da Informação, uma vez que comunga concepções similares, sobretudo quanto ao processo de comunicação. Todavia, para os sujeitos participantes, a extensão dos registros gerados com a catalogação pode comprometer o entendimento, sobretudo daqueles que não possuem domínio específico de conhecimento da área. Na visão dos alunos, as dificuldades de entendimento dos registros remetem à necessidade de constante aprimoramento dos serviços prestados ao usuário, seja quanto à melhoria do serviço de referência, bem como a aplicação de capacitações aos usuários quanto à leitura e entendimento dos registros bibliográficos, tornando o usuário mais autônomo e facilitando a transferência e uso da informação. Portanto, para que a catalogação atinja suas principais finalidades, sobretudo quanto à emissão das mensagens expressas nos registros catalográficos, faz-se necessário adotar estratégias educativas junto aos usuários, de modo que catalogar e educar sejam práticas indissociáveis, tendo em vista promover a comunicação do que foi representado.

Palavras-chave: Catalogação; Ciência da Informação; Educação de usuários; Processo de comunicação

Abstract: This research deals with the Organization of Information, one of the most important fields of Information Science, with a focus on cataloging practice carried out in library collections. It aims to demonstrate the perception of users regarding the communication function made possible by the cataloging process. It exposes theoretical referential on Information Science and cataloging at the heart of the communicative process and analyzes the understanding that the users make about the records generated from cataloging. Methodologically, it uses bibliographical research and a focus study, which characterizes this study as having a qualitative nature, and uses as a selected group, 20 finalist students from the same classroom belonging to a university librarianship program, considering that these subjects already had previous knowledge about the cataloging records. After applying the research methods, it was possible to conclude that cataloging is part of Information Science, since it shares similar conceptions, especially regarding the communication process. However, for the subjects involved, the extension of the records generated by the cataloging may compromise the understanding, especially of those who do not have specific domain of knowledge in the area. In the view of the students, the difficulties of understanding the records point to the need for constant improvement of the services provided to the user, whether regarding the improvement of the reference service, or the application of training to the users in what concerns reading and understanding of the bibliographic records, making the user more autonomous and facilitating the information transfer and use. Therefore, so that cataloging achieves its main purposes, especially regarding the messages expressed in the cataloging records, it is necessary to adopt educational strategies with the users, so that cataloging and educating are inseparable practices, aiming to promoting the communication of what was represented.

Keywords: Cataloguing; Information Science; Users education; Communication process

1. Introdução

As transformações ocorridas nos últimos tempos proporcionaram o nascimento de uma sociedade que busca por inovações, haja vista se adequar às novas necessidades do mundo moderno, sustentado por um mercado altamente instável e competitivo. A sobrevivência dos elementos sociais, seja as pessoas, as organizações, instituições e profissões está ligada à capacidade de inovação, tendo a informação como o insumo básico para consolidar essa capacidade.

A informação tem sido o recurso que contribui na formulação de estratégias, de modo que os elementos sociais adquirem valor diante do público consumidor de produtos e serviços colocados à disposição da sociedade. Portanto, a Sociedade da Informação caracteriza-se como um novo estágio do processo civilizatório, cuja atenção está na busca e uso da informação para garantir inovação.

O valor e importância atribuídos à informação têm despertado o interesse em estudos científicos acerca desse recurso, sendo necessário, para tanto, uma ciência ou disciplina que estude as propriedades e as demais nuances que permeiam o fluxo desse recurso na sociedade, desde sua produção, contemplando sua transferência, até seu uso e aplicação para geração de conhecimento no contexto social.

Portanto, o estudo científico da informação tem viabilizado o desenvolvimento de uma ciência, a qual se coloca a serviço de outras ciências, uma vez que a informação sustenta inúmeras práticas científicas e profissionais de outras áreas do conhecimento. A esse respeito, a Ciência da Informação surge, segundo Silva e Ribeiro (2008), como um campo interdisciplinar que contribui com o desenvolvimento científico, profissional e social.

Inúmeros estudos demonstram a trajetória evolutiva dessa ciência, considerando-a como uma ciência pós-moderna, em fase de evolução, surgida nos Estados Unidos, sobretudo a partir da instabilidade social vivenciada pelas nações após a Segunda Guerra Mundial, o que despertou a necessidade de se buscar informação, a fim de se alcançar inovação, a qual restabelesse a crise instalada com o pós-guerra (ORTEGA, 2004; RUSSO, 2010; SIQUEIRA, 2012; ARAÚJO, 2014, dentre outros).

Embora a Ciência da Informação tornou-se reconhecida em meados do século XX, alguns estudos consideram que não há como negar sua forte relação com as áreas ou disciplinas que lidam com o tratamento da informação, principalmente com a Biblioteconomia, a qual tem se manifestado como o “núcleo duro” dessa ciência, como nos esclarecem Nhemry *et al.* (1996).

As reflexões de alguns teóricos, tais como Shera e Cleveland (1977) e Silva e Ribeiro (2008) demonstram a forte relação entre Biblioteconomia e Ciência da Informação, ao ponto de supormos que a Ciência da Informação configura-se como uma evolução da Biblioteconomia. Assim, as práticas de organização do conhecimento, realizadas nas antigas bibliotecas, podem ser vistas como bases pioneiras para o desenvolvimento da Ciência da Informação.

No entanto, importante considerar que a grande diferença está não nas origens, mas sim na forma como essas áreas foram formadas ao longo do tempo, considerando as necessidades sociais e os atores envolvidos na construção do fazer científico de cada uma

dessas áreas, as quais se sustentam em concepções paradigmáticas diferenciadas, conforme relatado no estudo de Oliveira (2005).

Segundo a autora supracitada, a grande diferença entre essas áreas diz respeito à abrangência quanto ao estudo da informação e sua tramitação em diversos contextos. No caso da Ciência da Informação, ela estuda todas as propriedades e manifestações da informação no decorrer de todo o ciclo da informação, sobretudo no que se refere aos processos de recuperação, transferência e uso da informação, enquanto que a Biblioteconomia adentra-se, com mais intensidade, aos métodos de organização da informação em acervos bibliográficos.

Considerando a tríade “recuperação, transferência e uso da informação”, afere-se que a Ciência da Informação insere-se no contexto da Comunicação, discussão essa apresentada por Bouche (1988) e ampliada por Le Coadic (2004). Nas palavras do primeiro autor tem-se que a Ciência da Informação “é uma parte da ciência da comunicação que diz respeito ao **ato completo da comunicação**, em particular seus aspectos humanos, econômico, jurídico e social” (BOUCHE, 1988:100, grifo nosso).

Para Le Coadic (2004), a Ciência da Informação estuda a informação, considerada como um produto ou matéria-prima que sustenta o processo comunicativo. Além de estudar as características da informação, também deve-se preocupar com a sua distribuição na sociedade, fato esse que consolida um ciclo que se retroalimenta, tendo em vista os processos de construção, comunicação e uso da informação.

Portanto, ao analisarmos os processos de representação - permeados, em grande parte, pelas atividades de catalogação, indexação e classificação de documentos - processos esses realizados desde tempos imemoriais nas tradicionais bibliotecas, evidenciamos que os fazeres bibliotecários estão inseridos no processo comunicativo, podendo, assim, receber contribuições da Ciência da Informação, haja vista permitir que a informação armazenada nos acervos bibliográficos seja utilizada da melhor forma possível pelos sujeitos informacionais.

Essa contribuição oriunda, principalmente, com o desenvolvimento de sistemas informatizados de armazenamento, busca e recuperação de documentos, tem ocasionado uma maior aproximação entre os estudos da Ciência da Informação e as práticas bibliotecárias realizadas, principalmente, na manutenção de acervos digitais. Para Le Coadic (2004), esse trabalho ocasiona inúmeros benefícios, principalmente por permitir a transferência da informação em diversos canais, aproximando os agentes emissores de seus receptores, por conseguinte, contribui com o processo de disseminação da informação.

Mey e Silveira (2009), ao discorrerem sobre a catalogação e a função dos catálogos nas bibliotecas, consideram esses fazeres como práticas que se colocam a serviço da comunicação. A verdade é que ao representar as características dos itens informacionais de uma coleção em um catálogo, seja ele impresso ou automatizado, pretende-se estabelecer pontos de acesso entre a informação e o registro bibliográfico representado, tendo como intenção viabilizar a recuperação da informação.

Essa recuperação e, conseqüentemente, a localização do item na estante somente ocorrerá se houver entendimento por parte do usuário, ou seja, se ele atribuir sentido aos códigos e formatos de catalogação. Nessa discussão, Mey e Silveira (2009:3, grifo nosso) dialogam

com Rudiger (2004:85-86), descrevendo que: “As mensagens veiculam símbolos e sinais, que precisam ser **entendidos pelas pessoas**: transferências de informações só podem ocorrer dentre de **processos de compreensão** [...]”.

Constata-se que a comunicação somente ocorre se houver compreensão. Desse modo, o processo de catalogar ou representar os itens bibliográficos através de linguagens e códigos específicos da Biblioteconomia torna-se uma atividade complexa, exigindo inúmeras habilidades do bibliotecário, sobretudo ao considerar o usuário como um dos principais elementos do processo, pois é ele quem decodificará a mensagem contida nos códigos de representação.

A atividade de representar itens informacionais em um catálogo – processo de catalogação – deve ser realizada com cautela, pois, segundo Almeida (1997), esses fazeres têm sido feito de forma muito tecnicista, o que pode comprometer os processos de compreensão do usuário, ao realizar a leitura dos registros criados. Para o referido autor, quando se cria códigos, a ideia primordial é, “esconder algo”, portanto, no contexto bibliotecário, esses registros devem ser transparentes, de modo que possam ser lidos, compreendidos, logo, a informação seja comunicada e usada, alimentando o ciclo da informação na sociedade.

Nesse contexto, considerando as similaridades da Ciência da Informação com a Biblioteconomia, sobretudo quanto ao aspecto comunicativo, entende-se que novas propostas podem ser construídas haja vista tornar o processo de representação mais entendível pelo usuário. Isso é viável e possível, pois, conforme refletido por Mey (2005), a catalogação, na atualidade, não pode ser considerada como uma prática ultrapassada. Ao contrário, ela deve se reinventar, tornando-se “uma velha senhora rejuvenescida”, estando sempre presente na tentativa de garantir a aproximação entre usuários e registros.

Portanto, este estudo tematiza a Ciência da Informação e a catalogação, considerando o processo comunicativo como ponto de intersecção¹. Objetiva demonstrar a percepção dos usuários no que se refere à função de comunicação viabilizada pelo processo de catalogação. Para tanto, o estudo apresenta referencial teórico sobre Ciência da Informação e catalogação no âmbito do processo comunicativo e, por fim, analisa a percepção de usuários acerca do entendimento que fazem sobre os registros gerados com a catalogação.

2. Ciência da Informação e Catalogação à luz do processo comunicativo

O crescimento do número de publicações nos últimos anos, sobretudo a partir do desenvolvimento tecnológico, o qual contribuiu com essa expansão, tem despertado novas formas de disseminação e acesso à informação, seja ela de caráter técnico, científico ou

¹ O presente estudo teve sua gênese a partir das discussões propostas em sala de aula na disciplina *Catálogo I*, no Curso de Biblioteconomia, no ano de 2015. Nesse mesmo ano, foi apresentado resumo expandido da revisão de literatura do trabalho no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD). Em 2016, apresentaram-se alguns resultados parciais alcançados com o estudo focal, no Seminário de Ciência da Informação (SECIN). Logo, este artigo contempla os resultados finais, abarcando todas as etapas ao longo dos três anos de investigação.

meramente informativo. Esse fato favoreceu o desenvolvimento da indústria da informação, em que novos produtos e serviços são gerados, haja vista garantir a gestão e o uso da informação na sociedade (LE COADIC, 2004).

O aparecimento da indústria da informação, aliado ao desenvolvimento da produção e das necessidades de informações, bem como o advento das tecnologias eletrônicas, as quais têm permitido a ampliação dos serviços de informação para além das unidades físicas, constituem fatores principais que justificam a necessidade de se pensar em uma ciência para gerenciar essa explosão da informação a qual vivemos na atualidade. Assim, não resta dúvida de que, a sociedade precisa de uma ciência que estude as propriedades da informação e os processos envolvidos na construção, comunicação e uso da informação (LE COADIC, 2004).

A Ciência da Informação configura-se como uma ciência que visa promover uma ampla e efetiva gestão da informação na sociedade, permitindo que o fluxo da informação seja retroalimentado, no intuito de que a informação seja transmitida, promovendo a geração de novos conhecimentos (OLIVEIRA, 2004).

Muitos teóricos consideram que ao estudar os fluxos da informação, deve-se dar atenção aos processos de comunicação entre humanos, senão, o fluxo é interrompido. Portanto, a Ciência da Informação está extremamente ligada à Comunicação, requerendo o estudo do processo comunicativo. Para se concretizar é necessário, *a priori*, existir a presença de alguns elementos básicos, tais como: um agente emissor, um agente receptor, uma mensagem a ser decodificada, e, por fim, a presença de códigos, os quais “materializam” as mensagens, a serem transmitidos por meio de canais comunicativos (LE COADIC, 2004).

Importante frisar, também, que esses elementos foram criados e devem estar em sintonia durante a comunicação, tendo em vista, viabilizar o entendimento. Logo, constata-se que o processo comunicativo somente se consolida se provocar o entendimento da mensagem, ou seja, se o receptor conseguir decodificar os códigos transferidos por meio dos canais, e, consiga entender o que o emissor está transmitindo (BOUCHE, 1988; SILVA; RIBEIRO, 2008).

Para Le Coadic (2004), a comunicação compreende o ato de transmitir mensagens e informações a outrem, sendo que o receptor precisa compreender essas mensagens, de modo a transferir para o emissor o seu entendimento, do que lhe foi comunicado (*feedback*). Portanto, consolida-se um processo permeado por diversas etapas, cujo objetivo desse processo é permitir que a informação seja transferida do emissor para o receptor, conforme evidenciado no modelo tradicional do processo comunicativo proposto pela Ciência da Comunicação.

No entanto, segundo Le Coadic (2004), o modelo proposto pela Comunicação limita a compreensão das diversas etapas e das atividades que as norteiam, dificultando, dessa forma, o estudo do comportamento, das propriedades e das forças que viabilizam esse fluxo. Assim, refutando o modelo linear bilateral (informador – informado), proposto pelos meios de comunicação de massa como proposto pela Teoria da Informação (emissor – mensagem – receptor), o autor citado propõem um novo modelo, considerando a transferência da informação na sociedade, conforme evidenciado na fig. 1.

Fig. 1: O ciclo da informação – Modelização social



Fonte: Le Coadic (2004:10).

As diversas etapas que permitem a manifestação do ciclo da informação devem se retroalimentar de forma integrada, considerando todas as atividades realizadas por diferentes profissionais, de modo que a informação chegue aos destinatários finais e produza conhecimento, viabilizando novas descobertas e conquistas para a sociedade. Essa modelização social proposta considera a transferência da informação entre humanos, sendo trabalhados métodos, técnicas e instrumentos que facilitem essa tramitação, assim como o entendimento e uso da informação circulante em diferentes espaços, canais e contextos.

Considerar todas as etapas que permeiam o fluxo da informação requer, portanto, criar um relacionamento com outras áreas do saber, o que afere, uma forte interdisciplinaridade atribuída à Ciência da Informação (SARACEVIC, 1996). Para Oliveira (2005), *a priori*, as etapas iniciais do ciclo da informação dizem respeito às atividades de tratamento e armazenamento, comumente realizadas em bibliotecas e centros de informação. Por sua vez, as etapas voltadas ao uso e disseminação da informação envolvem questões mais complexas, o que requer estudos mais aprofundados, com uma abordagem mais integrada a outras disciplinas, desafio esse inserido no bojo da Ciência da Informação.

De qualquer forma, as atividades que estão inseridas no ciclo da informação colocam-se a serviço da disseminação, tendo em vista, facilitar a recuperação da informação, logo, determina o processo de transferência da informação, processo esse inserido nas relações comunicativas. A informação ao ser comunicada gera fluxos que, atravessa diversos canais, chegando ao usuário, o qual, inserido em contexto específico, produzirá conhecimento. Esses fluxos diluem-se em meio aos processos de produção, uso e difusão da informação, como nos ensina Silva e Ribeiro (2008).

Considerando as reflexões propostas por Becker (1976), Saracevic (1996:47) acredita que a Ciência da Informação trata dos problemas ocasionados com o uso da informação, mas, antes disso, deve considerar os desafios existentes para que a informação chegue ao usuário, ou seja, a pesquisa científica nessa área deve procurar entender a forma como os sujeitos “[...] criam, usam e comunicam informações”.

Assim, embasando-se nas considerações propostas pela Sociedade Americana de Ciência da Informação (ASIS), na década de 1980, Saracevic (1996:46, grifo nosso) nos diz que a Ciência da Informação

[...] é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os **problemas da efetiva comunicação do conhecimento**

e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais.

Observa-se que uma das características principais da Ciência da Informação é sua interdisciplinaridade com outras áreas, o que a confere um aspecto de metaciência. Também devem ser considerados todas as atividades realizadas em prol da organização dos registros do conhecimento, permitindo que a informação armazenada nesses registros sejam transferidas, garantindo, dessa forma, não apenas a custódia, mas a recuperação, o acesso e o uso. Essas características tornam a Ciência da Informação como uma ciência aplicada, fomentando práticas profissionais realizadas em diversas unidades de informação (FROEHLICH, 1985).

A abrangência da Ciência da Informação, conforme prescrito por Froehlich (1985), torna-a uma ciência com corpo teórico, metodológico e pragmático bem definido, sendo, portanto, uma ciência que se coloca a serviço das causas sociais, contribuindo para uma efetiva tramitação e uso da informação no meio social. Assim, a Ciência da Informação caracteriza-se como uma ciência social, como apontado por Silva e Ribeiro (2008) e Araújo (2014).

Ao considerar as técnicas e metodologias de tratamento da informação, atividades essas realizadas com grande frequência, na gestão de acervos bibliográficos, constata-se, portanto, forte similaridade entre os fazeres técnicos propostos pela Biblioteconomia e as discussões teóricas e sociais propostas por Shera e Cleveland (1977).

De forma clássica, Borko (1968) conceitua a Ciência da Informação como aquela que estuda as propriedades da informação em diferentes contextos, tendo em vista procurar esclarecimentos acerca das propriedades e forças que alimentam o fluxo da informação, permitindo que haja sua transferência para geração de novos conhecimentos. Semelhante às considerações desse teórico, Shera e Cleveland (1977) também mencionam que os processos para tornar a informação disponível envolve o conhecimento sobre a origem, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação, o que nos remete a perceber forte aproximação da Ciência da Informação com o processo comunicativo.

Concordando com Borko e ampliando ainda mais a discussão, no intuito de demonstrar as atividades práticas dessa ciência, Froehlich (1985:488, grifo nosso) considera que a Ciência da Informação estuda as “[...] forças que regem o fluxo informacional e os **meios de processamento** para a otimização do acesso e uso [...]”. O autor expande sua discussão e descreve que essa ciência apresenta um aspecto de ciência pura, que indaga o assunto sem levar em conta a sua aplicabilidade, mas, ao mesmo tempo, manifesta-se como uma ciência aplicada, “[...] que desenvolve **serviços e produtos** [...]”, visando organizar essa informação, a fim de facilitar sua recuperação e uso pela comunidade. Importante mencionar aqui, que esse autor considera a Biblioteconomia e a Documentação como aspectos aplicados pertencentes à Ciência da Informação (FROEHLICH, 1985:488, grifo nosso).

Portanto, é possível perceber a relação que a Ciência da Informação estabelece com o processo comunicativo, sendo que esse processo também é contemplado nas atividades

desenvolvidas no tratamento técnico de documentos, realizados em acervos bibliográficos e arquivísticos. O processo de representação da informação, de um modo geral, constitui uma das principais práticas realizadas nas unidades e nos serviços de informação. Embora venha se desenvolvendo com metodologias diferenciadas, devido às mudanças nos suportes de informação e nas novas necessidades demandadas, sua essência tem sido a mesma: registrar o conhecimento e representá-lo facilitando a recuperação da informação (SANTA ANNA; CALMON; CAMPOS, 2016).

A prática da catalogação possui uma forte relação com a comunicação, uma vez que os registros bibliográficos inseridos no catálogo visam estabelecer os pontos de acesso, de modo que a informação torne-se passível de ser recuperada e localizada pelo usuário da informação (SANTA ANNA, 2015).

Esse autor, ao realizar levantamento bibliográfico na literatura especializada de catalogação constatou que a essência da catalogação é viabilizar a comunicação, todavia, a literatura tem apresentado pouca discussão acerca desse relacionamento. O autor recomenda ser de extrema necessidade e importância, sobretudo nos tempos atuais, considerar a percepção do usuário, acerca de seu entendimento sobre os códigos inseridos nos registros catalográficos, pois, se não há entendimento por parte do usuário, a essência do processo não se consolida, uma vez que a comunicação não foi efetivada, por conseguinte, o item não tende a ser recuperado pelos usuários. Assim, é preciso realizar estudos sobre as práticas de catalogação e suas relações com o processo comunicativo, tendo em vista o entendimento do usuário quanto aos códigos instituídos.

Para Mey e Silveira (2009), grosso modo, a catalogação constitui um processo operacional e intelectual que visa estabelecer os pontos de acesso entre o item informacional e o registro criado como forma de representação, o qual será inserido no catálogo. Portanto, a catalogação é a arte de gerenciar catálogos, que pode ser conceituado como “[...] **um canal de comunicação estruturado**, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-se sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s) (MEY, 1995:9, grifo nosso).

Percebe-se que as características principais da catalogação estão associadas à comunicação, uma vez que as atividades de tratamento documental visam, *a priori*, a construção de mensagens, estando essas expressas por meio de linguagens específicas, as chamadas linguagens documentárias, que, por meio de instrumentos específicos e sistematicamente estruturados, permitem a geração do registro, o qual deverá ser lido e entendido pelo usuário (RIBEIRO, 2001).

Para Mey (1995:5, grifo nosso), o processo de catalogação é definido como:

[...] o estudo, preparação e organização de **mensagens codificadas**, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários.

Considera-se que as mensagens contidas nos catálogos e por eles disseminadas correspondem a determinados produtos da catalogação, denominados de registros bibliográficos, os quais se manifestam como as representações dos registros do conhecimento, que são compostas por três partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso

e dados de localização. Em linhas gerais, a incorporação das mensagens dos itens informacionais nesses registros corresponde às principais práticas de tratamento ou representação de documentos, realizadas em locais específicos das unidades de informação, normalmente denominados de processamento técnico (MEY; SILVEIRA, 2009).

De modo geral, a catalogação apresenta inúmeras funcionalidades, contribuindo com o trabalho de busca e recuperação da informação pelos usuários finais, quanto facilitar o trabalho realizado pelos usuários intermediários (os profissionais que atuam na gestão dos catálogos e dos métodos de representação).

Para Barbosa (1978), a catalogação representa a ligação ou aproximação do acervo aos usuários da informação. É através dessa prática que são transmitidas as informações existentes nos mais diversos itens que formam as coleções de um acervo. Além desse processo ajudar no momento da busca e recuperação de documentos, ele também contribui ao estabelecer o compartilhamento dos registros entre diferentes sistemas de informação, reduzindo a duplicação de esforços ou retrabalho realizado nas diferentes unidades de informação, processo esse denominado de catalogação cooperativa.

Corroborando com esse pensamento, Novelino (1996), para quem os processos de representação da informação devem ser vistos como formas de comunicação estabelecidas entre o documento e os códigos de representação a eles associados. As mensagens dos itens são incorporadas aos códigos e instrumentos de representação, como se fossem abreviaturas do documento. Assim, tal ação comunicativa pode ser analisada de duas maneiras distintas, tendo em vista a recuperação da informação, ou sob o ponto de vista da representação da informação.

Em suma, para que haja comunicação no processo de catalogação, segundo May e Silveira (2009), é preciso pensar nas formas de interpretação do registro por parte do usuário no momento da busca no catálogo. Nesse enfoque, a catalogação deve facilitar que os usuários localizem os itens de que precisam; tenham a capacidade de escolher entre as várias manifestações de um item; possam selecionar entre vários itens semelhantes, sobre os quais, inclusive, possa não ter conhecimento prévio algum; e, por fim, possam expressar, organizar ou alterar sua mensagem interna. A catalogação também permite a um item encontrar seu usuário; como também, permite aos profissionais conhecer a realidade do acervo por eles gerenciados, de modo a permitir a localização de um item específico. Portanto, a essência desse processo está associada à comunicação, estabelecendo vínculos que interliguem usuários, profissionais e unidades de informação, tendo em vista viabilizar a transferência da informação dos documentos para outras instâncias e contextos, por meio de um intenso processo de dinamização.

3. Metodologia

Para atingir o objetivo geral deste estudo, que é “demonstrar a percepção dos usuários no que se refere à função de comunicação viabilizada pelo processo de catalogação”, utilizou-se duas modalidades de pesquisa: a pesquisa bibliográfica e o estudo de foco, realizado com uma turma finalista, composta por 20 alunos, de um curso universitário em Biblioteconomia.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da análise a diferentes materiais teóricos que abordam a temática em questão, considerando a Ciência da Informação e a catalogação no âmbito do processo comunicativo. Os materiais utilizados foram livros e artigos publicados em periódicos, considerando como principais teóricos: 1 – para a Ciência da Informação: LE Coadic (2004), Oliveira (2004), Siqueira (2012), Araújo (2014), dentre outros; 2 – para a catalogação: Mey (1995), Novelino (1996), Mey e Silveira (2009), dentre outros.

O estudo de foco foi realizado por meio da investigação a um grupo de 20 alunos finalistas do curso de Biblioteconomia. Optou-se por esse grupo, por acreditar que esses usuários, provavelmente teriam um conhecimento básico acerca dos registros catalográficos, o que facilitaria a investigação acerca da clareza desses registros quanto ao entendimento ou interpretação provocada ao usuário, o que desencadearia a afirmação se o processo de catalogação estava sendo elaborado tendo em vista provocar entendimento ao usuário.

Portanto, após a pesquisa teórica, procedeu-se à pesquisa aplicada, por meio do estudo focal, o qual considerou as respostas dos participantes, o que caracteriza o estudo como de natureza qualitativa. O estudo de foco foi realizado por meio da presença do moderador e do observador, considerando alguns aspectos investigados, quais sejam: a catalogação como processo comunicativo; o entendimento das mensagens contidas nos registros catalográficos e dificuldades encontradas; e, por fim, o entendimento e desafios enfrentados pelos usuários leigos no assunto.

4. Resultados e discussões

Através do estudo focal, considerando as questões que subsidiaram o desenvolvimento do debate, junto ao grupo de 20 estudantes finalistas do curso de Biblioteconomia, obtiveram-se alguns dados, os quais estão expostos no quadro 1.

Quadro 1 – Principais dados coletados no debate

Pergunta	Principais respostas
Vocês acham que o processo de catalogação se propõe a comunicar algo?	“Sim. Através das notações inseridas nas etiquetas dos livros, está se pretendendo transmitir uma mensagem para os usuários [...]”.
	“[...] Todas as atividades de tratamento de documentos eu acho que visam informar algo para nosso usuário, portanto é uma comunicação que se pretende alcançar [...]”.
	“[...] Os códigos gerados são os pontos de acesso, logo, há uma comunicação estabelecida entre o item e o catálogo [...]”
	“Eu penso que comunicar é transmitir algo e ao catalogar um item a proposta é justamente essa [...]”.
Vocês conseguem entender o significado do que os registros bibliográficos transmitem? Que dificuldades enfrentam?	“Às vezes eu consigo, agora, tem alguns registros que são muito amplos, dificultando meu entendimento [...]. No caso do formato MARC, ele ajuda muito aos profissionais ao viabilizar o compartilhamento, mas o grande número de campos dificulta entendimento [...]”.
	“Mesmo sendo estudante e gostando da área de processamento da informação, algumas coisas fico

	<p>na dúvida a ponto de ter que consultar os códigos e manuais de catalogação [...]. Acho que o MARC não foi projetado pensando na interpretação do usuário [...].</p>
	<p>“[...] Sempre tive a maior dificuldade em decifrar os códigos [...]. Sei que há uma intenção de comunicação ali, mas tenho dificuldade de interpretá-la, tendo que pedir ajuda [...]”.</p>
<p>Vocês consideram que o usuário leigo pode ter alguma dificuldade no entendimento dos registros?</p>	<p>“Claro que possui [...] Ajudo muito aluno quando estou no acervo [...], no meu estágio. Percebo que eles entendem a minoria da grandiosidade de informações contida nos registros [...]”.</p>
	<p>“Eles possuem dificuldade porque não estudaram especificamente aquilo [...]. Seria ótimo se as bibliotecas melhorassem o serviço de referência [...]”.</p>
	<p>“Nossa! Se nós que estudamos não conseguimos interpretar todas as mensagens, imagine quem não estuda isso [...]. A dificuldade de entendimento é imensa. Eu não acho que temos que melhorar o serviço de referência, mas como diz um professor nosso, é preciso serviços de capacitação de usuários quanto ao entendimento dos registros bibliográficos [...]”.</p>

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Como se percebe na análise dos dados acima descritos, constataram-se similaridades nas respostas dos participantes, sendo que todos foram unânimes ao considerar a atividade de catalogação como um processo comunicativo. As falas fornecem a ideia de fluxo, de transferência, transmissão ou tramitação de algo, o que a aproxima com algumas características da Ciência da Informação, ao ser considerada como a ciência que viabiliza a transferência da informação, em diferentes canais, fluxos e em variados contextos, como nos ensina Borko (1968), Bouche (1988), Le Coadic (2004), dentre outros.

No que se refere à capacidade de entendimento das mensagens descritas nos registros, nota-se também semelhança nas diversas opiniões apresentadas pelos partícipes. Para a maioria, consegue-se decifrar as mensagens, quando os registros não são tão grandes e complexos; já para alguns, sempre há dificuldades no entendimento; em todos os casos, a extensão do registro, bem como o número de campos e subcampos são fatores que podem dificultar o entendimento, mesmo a estudantes da área. Muitos entrevistados criticaram a proposta do Marc, aferindo que esse formato foi projetado visando atender os profissionais, no entanto, ele não torna a mensagem mais clara para os usuários. Esse resultado está em conformidade com o estudo de Barbosa (1978), Novelino (1996) e Santa Anna (2015), ao afirmar que os registros não precisam ser extensos, mas que sejam entendíveis pelos usuários da informação. Mey e Silveira (2009) também consideram a necessidade de evitar o excesso de descrição, tendo em vista o foco principal das atenções, que deve ser o entendimento do usuário.

Quando trazido à discussão os problemas ocasionados aos usuários, os estudantes compartilham da mesma opinião ao destacar que a catalogação para ser entendida precisa ser ensinada, portanto, é preciso melhorar os serviços de atendimento, como destacado por Mey (1995), assim como, faz-se necessário, na visão dos participantes, proporcionar serviços de capacitação, de modo que os usuários tornem-se mas autônomos em suas buscas, uma vez que conseguem entender a informação que lhes é transmitida pela

catalogação. A proposta de capacitação foi discorrida na pesquisa de Santa Anna (2015) e a tentativa de voltar-se para o usuário torna essa prática mais humanizada, cujo foco é a transferência e uso da informação, o que consolida o papel social atribuído à Ciência da Informação, como descrito por Shera e Cleveland (1977), Nhemy (1996), Silva e Ribeiro (2008), Siqueira (2012), Araújo (2014), dentre outros.

Evidenciou-se nas respostas, haver necessidade constante de reformulação das práticas de catalogação, dos códigos e instrumentos utilizados, tendo em vista que o profissional deve utilizar essas metodologias, não de forma inflexível, estática, tecnicista e engessada, mas adaptando-as à realidade onde está inserido, considerando o perfil da comunidade atendida. Assim, facilitam-se os processos de trabalho realizados em prol do usuário e viabiliza a disseminação da informação, logo, proporciona a produção de conhecimento, como defendido pela Ciência da Informação nos estudos de Le Coadic (2004) e Oliveira (2005). Com efeito, as atividades de catalogação são constantemente reformuladas com vistas à melhoria contínua, o que torna a catalogação, segundo Mey (2005), uma disciplina sempre renovada, adaptando a novas necessidades e expectativas, se “rejuvenescendo” a cada dia.

5. Considerações finais

Em linhas gerais, por meio deste estudo, é possível concluir que a catalogação está inserida no âmbito da Ciência da Informação, uma vez que comunga concepções similares, sobretudo quanto ao processo comunicativo. Tanto a catalogação quanto à Ciência da Informação possuem em comum a tentativa de viabilizar a comunicação entre os registros do conhecimento e o uso desses registros pelos humanos.

Em linhas gerais, constatou-se que os usuários participantes deste estudo consideram a catalogação como um processo comunicativo, no entanto, em algumas vezes, a extensão dos registros pode comprometer o entendimento, sobretudo daqueles que não possuem domínio específico de conhecimento da área.

As dificuldades enfrentadas pelos usuários entrevistados quanto ao entendimento das mensagens remete à necessidade de constante aprimoramento das atividades de trabalho realizadas nas unidades de informação, de modo que a catalogação realize sua proposta central, que é permitir o acesso à informação por meio do entendimento das mensagens contidas nos registros. A melhoria do serviço de referência, bem como a aplicação de capacitações aos usuários sobre a catalogação são medidas que podem contribuir para que a comunicação seja efetivada, logo, viabilize autonomia ao usuário da informação.

A partir desses resultados, é possível reforçar a importância da educação de usuários, uma prática necessária em ser realizada, com o intuito de qualificar os serviços e produtos oferecidos pelas bibliotecas na atualidade. Portanto, para que a catalogação atinja suas principais finalidades, sobretudo quanto à emissão das mensagens expressas nos registros catalográficos, faz-se necessário adotar estratégias educativas junto aos usuários, de modo que catalogar e educar sejam práticas indissociáveis, tendo em vista promover a comunicação do que foi representado.

Reforça-se a importância e necessidade de se estabelecer uma interação entre a Ciência da Informação e a área da Educação, essa última fornecendo teorias, metodologias, recursos

e estratégias que viabilizem um fazer pedagógico entre bibliotecários e utilizadores dos acervos bibliográficos.

Por fim, esta pesquisa requer a ampliação de sua metodologia, tal como o estudo de outros tipos de usuário, como estudantes de diversos cursos universitários, como também um estudo de toda comunidade acadêmica acerca do que compreendem ao realizar a leitura dos registros bibliográficos. Também são abertas possibilidades de investigação acerca dos enlaces interdisciplinares da Ciência da Informação/Biblioteconomia com a área da Educação, de modo que produtos e serviços sejam continuamente melhorados, a partir de uma atuação educativa, que vai além dos fazeres técnicos e operacionais comumente demandados nas atividades de catalogação.

Referências bibliográficas

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de

1997 *Sociedade e Biblioteconomia*. São Paulo : Polis, 1997.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila

2014 *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. Brasília : Briquet de Lemos, 2014.

BARBOSA, Alice Príncipe

1978 *Novos rumos da catalogação*. Rio de Janeiro : BNG; Brasilart, 1978.

BORKO, H.

1968 Information science: what is it? *American Documentation*. 19:1 (1968) 3-5.

BOUCHE, Richard

1988 Ciência da Informação: ciência da forma. *Ciência da Informação*. 17:2 (jul./dez. 1988) 99-104.

CASTRO, F.; SANTOS, P. L. V. A. da C.

2009 Uso das tecnologias na representação descritiva: o padrão de descrição bibliográfica semântica MarcOnt Initiative nos ambientes informacionais digitais. *Ciência da Informação*. 38:1 (jan./abr. 2009) 74-85.

LE COADIC, Yves-François

2004 *A Ciência da Informação*. 2ª ed. Brasília : Lemos Informação e Comunicação, 2004.

FROELICH, Thomas

1985 Challenges to curriculum development in Information Science. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1º, Porto, 1985 – *A Informação em tempo de mudança: atas*. Porto: BAD, 1985, vol. 2, p. 488.

MEY, E.

2005 *Algumas questões sobre o ensino da representação descritiva, ou a catalogação na berlinda*. [Em linha]. 2005. [Consult. 30 maio 2016]. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=35.

MEY, E.

1995 *Introdução à catalogação*. Rio de Janeiro : Brinquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane; SILVEIRA, Nayra

2009 *Catalogação no plural*. Brasília : Brinquet de Lemos, 2009.

NHEMY, Rosa Maria Quadros [et al.]

1996 A Ciência da Informação como disciplina científica. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 1:1 (jan./jun. 1996) 9-25.

NOVELINO, Maria Salet Ferreira

1996 Instrumentos e metodologias de representação da informação. *Informação e Informação*. [Em linha]. 1:2 (jul./dez. 1996) 37-45. {Consult. 30 maio 2016}. Disponível em: <file:///C:/Users/aluno-ccje/Desktop/1603-5017-1-PB.pdf>.

OLIVEIRA, Marlene de, coord.

2005 *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte : Ed. da UFMG, 2005.

ORTEGA, C. D.

2004 Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramaZero: revista de Ciência da Informação*. [Em linha]. 5:5 (out. 2004). [Consult. 30 maio 2016]. Disponível em: http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória

2001 *AACR2: Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition : descrição e pontos de acesso*. 2^a ed. Brasília : [A. M. C. M. R.], 2001.

RUSSO, Marisa

2010 *Fundamentos da Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro : E-papers, 2010.

SANTA ANNA, Jorge

2015 Os usuários da informação e a leitura dos registros bibliográficos: a catalogação como processo comunicativo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 26, São Paulo, Anais eletrônicos. São Paulo: FEBAB, 2015. Disponível em: http://siscone.com.br/Uploads/CBBD15/Trab14400190420150330_000000.pdf <>. Acesso em: 30 maio 2016.

SANTA ANNA, Jorge; CALMON, Maria Aparecida de Mesquita; CAMPOS, Suelen de Oliveira

2016 Representação documentária em diferentes bibliotecas: o tratamento informacional como um processo plural. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. [Em linha]. 21:1 (dez./mar. 2016) 61-75. [Consult. 30 maio 2016]. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1151/pdf>.

SHERA, Jesse; CLEVELAND, Donald

1977 History and foundations of information Science. *Annual Review of Information Science and Technology*. 12 (1977) 249-275.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda

2008 *Das "Ciências Documentais" à Ciência da Informação*. 2^a ed. Porto : Afrontamento, 2008.

SIQUEIRA, Gessica Camara

2012 Ciência da Informação: personagem da pós-modernidade. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 8:1 (jan./jul. 2012) 14-33. [Consult. 30 maio 2016]. Disponível em:
<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/186/217>.

Jorge Santa Anna | jorjao20@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

Resumo: Este trabalho tem como objetivos identificar na literatura especializada da área da Biblioteconomia que tipos de materiais instrucionais são utilizados pelas bibliotecas universitárias e propor a estruturação de uma equipe de caráter multidisciplinar dedicada a elaboração desses materiais. Utiliza pesquisa bibliográfica e documental para levantar os dados analisados. Apresenta os profissionais que devem integrar a equipe multidisciplinar, sintetiza as atribuições de cada um deles e expõe os benefícios que a implementação dessa proposta trará para as instituições. Conclui destacando que embora a pesquisa tenha surgido para atender uma lacuna observada nas bibliotecas das universidades cearenses é possível adaptar seu conteúdo a outros contextos.

Palavras-chave: Biblioteca – tutoriais; Biblioteca universitária; Material instrucional; Serviço de referência

Abstract: This work aims to identify in the specialized literature of Library Science what types of instructional materials are used by academic libraries and to propose the structuring of a multidisciplinary team dedicated to the elaboration of these materials. It uses bibliographical and documentary research to collect the analyzed data. This paper presents the professionals who must integrate the multidisciplinary team, synthesizes the attributions of each one of them and exposes the benefits that the implementation of this proposal will bring to the institutions. This paper concludes by pointing out that although research has emerged to address a gap observed in the libraries of the universities of Ceará state, it is possible to adapt its content to other contexts.

Keywords: Library tutorials; Academic library; Instructional material; Reference Service

1. Introdução

Este artigo apresenta e discute as nuances de atuação da biblioteca universitária enquanto instituição produtora de conteúdo, faceta esta que, muitas vezes, não é enxergada e/ou valorizada. No contexto deste trabalho, esse aspecto será analisado a partir da perspectiva de elaboração de materiais instrucionais (guias, tutoriais, manuais etc.) que auxiliam no processo de referência – seja ele presencial ou virtual; síncrono ou assíncrono – realizado pelos bibliotecários.

O presente trabalho tem como recorte as bibliotecas das universidades cearenses. Antes de prosseguir é importante destacar que este artigo adota a conceituação de universidade estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC) que preconiza que

As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação

acadêmica de mestrado ou doutorado e III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (BRASIL, [2018?], documento *online*).

A opção por realizar a pesquisa somente junto as bibliotecas de universidades, se deu porque tais unidades de informação estão inseridas em instituições de ensino superior (IES) consolidadas e, portanto, devem oferecer uma estrutura de apoio sólida e ampla as suas respectivas comunidades. O estado do Ceará possui 134 IES que desempenham atividades presenciais, porém apenas sete instituições desse total são caracterizadas como Universidade no tocante a sua organização acadêmica pelo MEC.

Diante disso, este artigo possui dois objetivos. São eles: identificar na literatura especializada da área de Biblioteconomia quais tipos de materiais instrucionais são utilizados pelas bibliotecas, em especial as universitárias; propor a estruturação de uma equipe de caráter multidisciplinar dedicada a elaboração de materiais instrucionais.

Essa proposição ocorre sob o entendimento de que a ausência de apoio adequado para a elaboração desses materiais dificulta o trabalho desempenhado pelos profissionais do setor de referência e faz com que eles não sejam capazes de elaborar materiais instrucionais que atendam satisfatoriamente as necessidades informacionais heterogêneas de suas respectivas comunidades.

A obtenção dos dados se deu por meio de pesquisa bibliográfica e documental que é realizada tendo por base

[...] qualquer porção, pequena ou grande, do pensamento humano, transmitida por escrito ou por símbolos de uma especialidade, difundida por procedimentos mecânicos, fotomecânicos ou audíofalantes e comunicado ao próximo usando materiais de qualquer classe e adotando qualquer forma de extensão.

Foi analisada a literatura de Biblioteconomia a fim de coletar definições adotadas pela área sobre materiais instrucionais. Ademais foram verificados os sites das universidades cearenses a fim de aferir a existência de informações sobre o processo (existência de diretrizes, modelos, etc.) de elaboração de materiais instrucionais por parte delas.

2. Biblioteca universitária

Durante a Idade Média as bibliotecas existiam quase que exclusivamente nos mosteiros das ordens religiosas e tinham como principal função abrigar o processo de cópia de obras e servir de local de guarda para elas (MILANESI, 2013). Esse período da história é conhecido pela atmosfera de forte controle sob a circulação de informações. Tal atmosfera se refletia no acesso restrito dado aos livros e aos espaços que os abrigavam. Foi somente com o surgimento das universidades que as bibliotecas começaram a dar os primeiros passos rumo a laicização.

As primeiras bibliotecas universitárias (BU) possuidoras de características minimamente semelhantes as representantes atuais desse tipo de instituição surgiram, no Ocidente, somente no século XI com a criação das primeiras universidades modernas.

A primeira universidade do Ocidente foi a Universidade de Bolonha, na Itália, cuja fundação data de 1088. A ela, se seguiu a Universidade de Paris, com fundação datada de 1200. Bohrer *et al.* (2008:4) dizem que nesse período “os livros eram raros e seu custo bastante alto, por isso o estudante dependia das aulas para receber conhecimento”, ou seja, apesar de uma maior abertura, o acesso aos recursos informacionais ainda era restrito.

No tocante aos serviços – atividades, normalmente intangíveis, oferecidas pelas bibliotecas – o único oferecido pelas bibliotecas universitárias de então era a consulta local ao seu acervo o que não causa surpresa tendo em vista que o paradigma de atuação desse período era a guarda documental e não a disseminação da informação.

Essa visão de prática também orientava os produtos – elementos tangíveis oferecidos pela biblioteca – então disponibilizados para os usuários o que fazia com que o acervo e, posteriormente, o catálogo fossem os únicos produtos ofertados pelas primeiras BU. Nesse sentido é importante frisar que o primeiro catálogo que aglutinava nome dos autores e obras, bem como a indicação de sua localização data do século XIII (SANTOS, 2012).

Todavia, as BU são, nas palavras de Carvalho (2011:9), “inovadoras por natureza e necessidade [...]” e, por isso, sempre buscaram acompanhar as mudanças estruturais enfrentadas por suas instituições mantenedoras. Foi isso que permitiu que as bibliotecas universitárias começassem a percorrer o caminho que as levou a modernidade, onde estão direcionadas para o provimento de “[...] recursos e serviços informacionais para a comunidade universitária [discentes, docentes e técnicos administrativos]” (PINTRO, 2012:33). Esta afirmação é complementada por Lück *et al.* (2000:2) quando afirmam que contemporaneamente

A Biblioteca Universitária [...] pode ser entendida como a instância que possibilita à universidade atender às [suas] necessidades [...] através da administração do seu patrimônio informacional e do exercício de uma função educativa, ao orientar os usuários na utilização da informação.

Atualmente as bibliotecas realizam uma série de outras funções além da guarda de livros e outros documentos. Hoje, elas incorporaram as Tecnologias da Informação e da Comunicação, as ações culturais, os treinamentos de usuários e outras ações com caráter educativo nas suas práticas cotidianas.

Atuar no atendimento as necessidades da comunidade demanda das BU a construção de uma estrutura organizacional. Processo esse que permeia as discussões da área, pelo menos, desde a década de 1960 e tem por foco o debate em torno da adoção de uma estrutura centralizada ou descentralizada pela biblioteca. Embora esse debate aconteça, principalmente, no âmbito da gestão de unidades de informação, Ferreira (1980:18) já argumentava que “a estrutura administrativa é muito importante, para que os serviços bibliotecários sejam eficientes e satisfaçam às necessidades e exigências do usuário”.

Esse impacto da estrutura administrativa se faz perceber nos modelos adotados pela instituição para oferta de serviços, na alocação de profissionais e na construção de documentos (normas, diretrizes, materiais instrucionais etc) que vão embasar as ações desenvolvidas no dia a dia dessas instituições.

Bibliotecas de um modo geral e as bibliotecas universitárias em particular têm como seu principal objetivo “melhorar a sociedade facilitando a criação de conhecimento em suas comunidades” (LANKES, 2016:69). Esse processo de facilitação perpassa necessariamente pelas ações (serviços e produtos) desenvolvidos pelo serviço de referência e construir estruturas que subsidiem essas práticas é fundamental.

Destaca-se aqui o papel desempenhado pelo serviço de referência porque a tipologia de produtos – materiais instrucionais – abordada nesse artigo possui forte relação com esse setor da biblioteca.

Davidson ([1980] *apud* GROGAN, 1995:8) diz que o serviço de referência busca “compreender as estruturas dos conhecimentos registrados onde elas existam, e auxiliar no processo de estruturação onde não existam”. Essa assistência pode ser realizada de modo presencial ou a distância, fazendo ou não uso de materiais de apoio. Essas e outras variações na compreensão da atuação do serviço de referência ocorrem porque ele “não responde às mesmas demandas [em todas as instituições], e propõe **instrumentos de informação diversificados**. A filosofia global dos serviços de referência permanece, porém, a mesma, ou seja, informar, orientar e instruir o usuário” (ACCART, 2012:22, grifo nosso).

Nota-se que Accart não restringe a atuação do bibliotecário ao espaço da biblioteca e que ele destaca a possibilidade e necessidade do bibliotecário de referência utilizar recursos e materiais – dentre eles, os materiais instrucionais – nos mais diversos formatos a fim de prover um atendimento de referência que responda adequadamente as dúvidas dos usuários.

3. Material instrucional

Material instrucional é todo aquele elaborado com o objetivo de oferecer suporte a realização de atividades de caráter educativo e/ou de formação. O objetivo e formatos desse tipo de material vão variar conforme os fins nos quais ele será utilizado. Segundo Bica, Zanella e Verdin (2001) esse tipo de material é amplamente utilizado em treinamentos realizados no ambiente empresarial, sendo, nesses casos, elaborado principalmente no formato de apostila.

No contexto da biblioteca, mais especificamente no serviço de referência, esse tipo de material pode assumir o formato de tutoriais, guias, exercícios e quaisquer outros recursos que sejam necessários, principalmente, em ações de educação de usuários e divulgação de recursos informacionais disponibilizados pela biblioteca e/ou de interesse da comunidade a qual ela atende.

As ações de educação de usuários e divulgação anteriormente mencionadas estão inseridas no cotidiano das bibliotecas. Portanto, existe a necessidade constante de elaborar e atualizar materiais instrucionais (guias, tutoriais - em texto e audiovisuais – atividades, etc.) que sirvam de apoio para o desenvolvimento dessas atividades. Materiais esses que auxiliam no processo de referência – seja ele presencial ou virtual; síncrono ou assíncrono – realizado.

Moulin e Pereira (2003, documento *online*) destacam que o material instrucional deve ser elaborado com o objetivo de oferecer

[...] conteúdos significativos, [...] proposições instigadoras que estimulem o exercício de operações de pensamento, que incluem desde a observação sistemática, até o uso da lógica, da dedução, da indução, da análise, da síntese e do julgamento, consideradas operações mais complexas.

Os materiais instrucionais podem assumir muitas formas. Todavia, algumas delas são mais recorrentes no âmbito das bibliotecas. O quadro a seguir apresenta uma compilação dos tipos e definições dos formatos mais comuns desse tipo material adotados por essas instituições.

Quadro 1 – Definições dos materiais instrucionais mais utilizados em bibliotecas universitárias

TIPO DE MATERIAL INSTRUCIONAL	DEFINIÇÃO
Guia	[...] documento com instruções para orientar os usuários, sobre o conhecimento e exploração do acervo de organismos documentários [...] (CUNHA; CAVALCANTI, 2008:183-184).
	Informações fornecidas por uma biblioteca, geralmente na forma de folheto impresso, que explicam como usar um serviço de biblioteca (catálogo online, empréstimo entre bibliotecas, etc.) [...] ou [que] explicam como realizar algo (compilar uma bibliografia anotada, citar fontes em um estilo bibliográfico particular, etc.). (REITZ, 2013, documento <i>online</i> , tradução nossa).
Manual	Publicação que contém instruções, normas técnicas e noções essenciais relativas a determinada disciplina, profissão ou atividade. Tem como propósito orientar quanto a utilização e/ou execução de procedimentos e facilita o desenvolvimento de habilidades e a aplicação de técnicas, métodos e práticas (BRASIL, 2011:26).
	[...] livro ou panfleto contendo instruções práticas, regras ou etapas para executar uma tarefa ou operação, montar um objeto fabricado ou usar um sistema ou peça de equipamento [...] (REITZ, 2013, documento <i>online</i> , tradução nossa).
Tela de ajuda	[...] tela ou sequência de telas num catálogo em linha, base de dados bibliográficos ou programas de aplicação, que orientam os usuários que precisam de assistência para aprender a usar o sistema (CUNHA; CAVALCANTI, 2008:356).

	[...] tela ou sequência de telas em um catálogo on-line, banco de dados bibliográfico ou outro programa que fornece instruções aos usuários que precisam de ajuda para aprender a usar o sistema. Em softwares bem projetados, as telas de ajuda são sensíveis ao contexto (REITZ, 2013, documento <i>online</i> , tradução nossa).
Template	No Brasil também é chamado de modelo e é um “[...] documento-padrão utilizado para a elaboração de novos documentos com a mesma finalidade” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008:251).
	[...] padrão ou sobreposição, usada em artes gráficas como um guia na duplicação de letras, formas ou desenhos (REITZ, 2013, documento <i>online</i> , tradução nossa).
Tutorial	[...] programa contido em documento impresso ou digital que fornece instruções práticas sobre um assunto (CUNHA; CAVALCANTI, 2008:369). Há também o tutorial em linha que é “[...] realizado por meio de instruções em formato eletrônico, usualmente pela Rede; tutorial interativo na Web” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008:369).
	[...] ferramenta instrucional impressa ou on-line projetada para ensinar os novatos a usar um sistema de computador ou recurso eletrônico, geralmente de maneira passo-a-passo [...] Tutoriais on-line foram desenvolvidos por bibliotecários [...] para acomodar aprendizes à distância e estudantes que preferem a instrução de biblioteca on-line (REITZ, 2013, documento <i>online</i> , tradução nossa).

Fonte: Adaptado de Brasil (2011), Cunha e Cavalcanti (2008) e Reitz (2013).

Esses materiais podem estar presentes em todos tipos de biblioteca, entretanto, em decorrência das particularidades de atuação das bibliotecas universitárias e de exigências normativas eles acabam sendo mais comuns nelas.

Dentre as particularidades apresentadas por esse tipo de biblioteca, há o fato dos bibliotecários de referência precisarem atuar como junto a comunidade no tocante a questões de caráter repetitivo e/ou com nuances, como é o caso das dúvidas sobre padronização e normalização de trabalhos de conclusão de curso. Em casos como esse, a existência de um material instrucional permite que os estudantes possam revisar o conteúdo de treinamentos e/ou tirar dúvidas pontuais a qualquer momento, por exemplo. Ou seja, o material instrucional é uma possibilidade real de extensão da atuação (tradicional) do bibliotecário de referência.

De acordo com Moulin e Pereira (2003, documento *online*)

O material instrucional ‘bem feito’ conscientiza o aluno [usuário] de que, mais importante do que o volume de informações, que resultará em ‘cabeça cheia’, é aprender a elaborar e a usar as informações acumuladas, o que exige desenvolvimento de operações mentais que favorecem a auto-aprendizagem, assim como a formação do cidadão independente, sujeito reflexivo, capaz de raciocínio crítico e criativo.

Essa possibilidade vai ao encontro do objetivo da biblioteca – melhorar a sociedade facilitando a criação de conhecimento em suas comunidades – e permite aos bibliotecários de referência ampliarem seu escopo de atuação e o alcance das ações que desempenham, pois, dependendo do modo de divulgação e disponibilização de um material instrucional ele pode atender também a comunidade externa da biblioteca.

4. Proposta de equipe multidisciplinar para elaboração de material instrucional em bibliotecas universitárias

A literatura nacional e internacional da área de Biblioteconomia, como indicado no referencial teórico, já contempla conceitos referentes a alguns materiais instrucionais. Esse fato atua como indicativo de que a vinculação desses materiais as práticas cotidianas das bibliotecas é um aspecto conhecido e razoavelmente estabelecido. Porém, essa mesma literatura, principalmente a brasileira, ainda é incipiente no que se refere a proposição de estruturas para construção de materiais instrucionais.

Essa ausência se estende para o cotidiano de instrumentalização de ações vivenciado pelas BU. Exemplo disso foi o resultado encontrado no levantamento realizado para esta pesquisa junto aos sites dos Sistemas de Biblioteca das universidades situadas no estado do Ceará¹ na segunda quinzena de junho de 2018. Nele constatou-se que essas instituições não indicam possuir nenhuma estrutura e/ou diretriz relacionada a elaboração de materiais instrucionais.

Entretanto, essa ausência não é exclusividade dessas instituições, pois, mesmo o Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBi) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição de ensino superior mais bem classificada no Ranking Universitário Folha², não disponibiliza recomendações específicas para construção de materiais instrucionais, apesar de fazer uso desse tipo de material.

A ausência de discussão e de estabelecimento de uma estruturação formal voltada para a produção de material instrucional trás alguns problemas, como, por exemplo, falta de padronização no leiaute dos materiais, inobservância de padrões de acessibilidade,

¹ As universidades pesquisadas foram a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal do Cariri (UFCA), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e a Universidade de Fortaleza (Unifor). O site da Universidade Regional do Cariri (URCA) não foi localizado no período pesquisado.

² O Ranking Universitário Folha (RUF) é uma avaliação anual do ensino superior do Brasil feita pela **Folha de São Paulo** desde 2012. A edição mais recente é referente ao ano de 2017.

morosidade na atualização dos conteúdos, além de sobrecarregar os/as bibliotecários/as, uma vez que esses profissionais acabam ficando responsáveis por todas as etapas do processo de confecção dos materiais.

Diante de contexto tão carente e dos problemas causados por essa lacuna, propõe-se a estruturação de uma equipe dedicada a elaboração de materiais instrucionais no âmbito da BU. Essa equipe teria um caráter multidisciplinar, uma vez que seria constituída por profissionais com formações diferentes (Biblioteconomia, Letras, Jornalismo, Tradução etc.) visando dotar o processo de confecção dos materiais de maior profissionalismo, uma vez que o nível de especialização trazido por esses profissionais é fundamental para que tarefas específicas, como a revisão textual, por exemplo, sejam realizadas com maior qualidade.

O quadro 2 apresenta os profissionais que devem integrar essa equipe multidisciplinar e sintetiza as atribuições de cada um deles.

Quadro 2 –Estrutura básica da equipe de elaboração de materiais instrucionais.

PROFISSIONAL	DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES
Bibliotecário de referência	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar as atividades da equipe; • Definir conteúdo dos materiais instrucionais elaborados; • Divulgar materiais durante atividades e treinamentos da biblioteca; • Elaborar roteiro para transcrição de conteúdo para Língua Brasileira de Sinais.
Revisor	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar ortografia, gramática e coerência textual dos materiais.
Designer	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver parte gráfica (imagens e leiaute) dos materiais.
Intérprete de Libras	<ul style="list-style-type: none"> • Em materiais audiovisuais, realizar a tradução do conteúdo para a Língua Brasileira de Sinais; • Auxiliar na elaboração do roteiro de tradução.
Técnico em Audiovisual	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar gravação e edição dos materiais audiovisuais
Usuários teste	<ul style="list-style-type: none"> • Testar os materiais elaborados antes deles serem disponibilizados a comunidade; • Sempre que necessário, podem sugerir melhorias e/ou a elaboração de materiais complementares.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os profissionais incluídos no quadro a seguir foram escolhidos devido a complementariedade das atividades que desempenham. O bibliotecário a integra porque, além de ser o responsável pela biblioteca, conhece as fontes de informação e os usuários de que delas necessitam. Ademais, esse profissional é o responsável por elaborar os atuais materiais de referência da biblioteca e essa experiência é fundamental para que a equipe desenvolva suas atividades partindo do que já existe e, assim, aprenda com a experiência já acumulada.

O papel do revisor é garantir a uniformidade do material textual e trazer maior qualidade e profissionalismo a redação dos materiais instrucionais. Por sua vez, o designer permitiria a melhora dos aspectos estéticos dos materiais. Isso permitiria a construção de materiais de consulta mais agradável e mais atrativos para os usuários. Tendo em vista que esses

materiais disputam atenção em um contexto informacional sobrecarregado, a qualidade do layout e do texto pode contribuir para atrair a atenção e facilitar seu uso.

O técnico de audiovisual permitiria a elaboração de materiais no formato audiovisual permitindo que a biblioteca amplie a variedade de materiais instrucionais elaborados. Além disso, a biblioteca poderia utilizar as competências desse profissional para permitir a adaptação do conteúdo dos treinamentos para formatos que viabilizem seu armazenamento, disponibilização e aproveitamento em momentos posteriores a sua realização.

Por seu turno, o técnico de audiovisual é fundamental para viabilizar o trabalho do intérprete em libras. O intérprete viabilizaria a produção de materiais instrucionais na Língua Brasileira de Sinais e isso contribuiria para um melhor acesso e uso da comunidade surda dos recursos informacionais.

Ademais, a existência de uma equipe de apoio permitiria ao bibliotecário ater-se as questões contedísticas e de políticas de acesso e uso desse material, desonerando-se (parcialmente) das questões técnicas envolvidas nesse processo e ainda tornaria possível a confecção de materiais dotados de maiores recursos, especialmente, no quesito acessibilidade.

Além dos profissionais elencados é fundamental que essa equipe conte com a presença de usuários que se dediquem a realizar uma espécie de pré-teste dos materiais elaborados. Esse grupo deve ser heterogêneo e ter representantes das comunidades discente, docente e técnica. Entre os Usuários teste, é imprescindível a presença de usuários surdos e com deficiência visual (cegueira, baixa visão etc.) a fim de eles avaliam especificamente o nível de acessibilidade dos materiais. O engajamento da comunidade no processo de elaboração desses materiais contribuiria para uma maior visibilidade dessa faceta da biblioteca.

Outro fator importante de ressaltar é que a constituição dessa equipe permitiria a BU melhor atender, através da elaboração de materiais adequadamente estruturados, a comunidade de discentes que frequenta cursos na modalidade a distância. Essa parcela da comunidade de usuários nem sempre consegue frequentar as atividades de referência desenvolvidas presencialmente pela biblioteca e a existência de materiais instrucionais permitiria o fornecimento de um suporte assíncrono para esses estudantes.

Por fim, destaca-se que essa equipe não pretende substituir o trabalho desempenhado pelo bibliotecário de referência, mas sim ampliar sua capacidade de alcance e a qualidade dos produtos por ele idealizados.

5. Considerações finais

Os materiais instrucionais são uma realidade nas BU, todavia sua elaboração ainda ocorre de maneira improvisada. Embora os bibliotecários que se propõem a desempenhar tal tarefa busquem incorporar a maior qualidade possível ao trabalho que realizam é inegável que a implementação de uma equipe como a proposta nesse trabalho trará significativos benefícios para o desenvolvimento desse tipo de material e, conseqüentemente, para os usuários que dele fazem uso.

A criação dessa equipe permitiria a biblioteca consolidar práticas multidisciplinares e essa atuação conjunta de profissionais certamente seria benéfica para a construção de materiais instrucionais mais dinâmicos e criativos. Além disso, essa equipe seria capaz de fornecer mais um mecanismo para a integração dos usuários com as ações da biblioteca. A princípio, essa relação se daria através da função de usuário-teste, mas a médio e longo prazo essa interação pode ser ampliada para outras frentes.

A implementação de uma equipe multidisciplinar como a descrita neste trabalho pode ser um desafio para a unidade de informação, todavia, como exposto anteriormente, a BU pode fazer uso dessa prática para expandir suas possibilidades de inserção junto a comunidade acadêmica e isso é primordial para a biblioteca, pois lhe permite melhor atender necessidades de informação de nichos específicos da comunidade, como por exemplo, estudantes da modalidade a distância, pessoas com deficiência, além de atrair não usuários e membros da comunidade externa.

Embora a proposta aqui apresentada tenha surgido a partir de uma lacuna observada nas bibliotecas das universidades cearenses é possível adaptar seu conteúdo a outros contextos acadêmicos e tipos de bibliotecas.

Referências bibliográficas

ACCART, Jean-Philippe

2012 *Serviço de referência: do presencial ao virtual*. Brasília : Briquet de Lemos, 2012.

BICA, Francine; ZANELLA, Renata; VERDIN, Regina

2001 Metodologia de construção do material instrucional em um ambiente de ensino inteligente na Web. In SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 12^o, Vitória, 2001 – *Anais...* [Em linha]. Vitória : Sociedade Brasileira de Computação, 2001. [Consult. 4 jun. 2018]. Disponível em: <http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/125>.

BOHRER, Iza N. [et al.]

2008 A História das universidades: o despertar do conhecimento. In JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 14^a, Santa Maria, 2008 – *Anais...* Santa Maria : J.N.E., 2008.

BRASIL. Ministério da Educação

2018 *Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?* [Em linha]. [2018]. [Consult. 13 out. 2018]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Tocantins

2011 *Glossário de termos de Biblioteconomia e ciências afins*. [Em linha]. Palmas, 2011. [Consult. 18 jun. 2018]. Disponível em: https://issuu.com/bibliotecaprpi/docs/glossario_biblioteca.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de

2011 Apresentação. In LUBISCO, Nídia, org. – *Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão*. Salvador : EdUFBA, 2011, p. 9-10.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira
2008 *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília : Briquet de Lemos, 2008.

FERREIRA, Lusimar Silva
1980 *Bibliotecas universitárias brasileiras: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas*. Brasília : Pioneira, 1980.

GROGAN, Denis
1995 *A Prática do serviço de referência*. Brasília : Briquet de Lemos, 1995.

LANKES, R. David
2016 *Expect more: melhores bibliotecas para um mundo complexo*. São Paulo : FEBAB, 2016.

LÜCK, Esther Hermes [et al.]
2000 A Biblioteca universitária e as diretrizes curriculares do ensino de Graduação. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11^o, Florianópolis, 2000 – *Anais*. [Em linha] Florianópolis : UFSC, 2000. [Consult. 8 jun. 2018]. Disponível em: <http://snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/to24.doc>.

MILANESI, Luís
2013 *Biblioteca*. 3^a ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

MOULIN, Nelly; PEREIRA, Vilma
2003 Operações de pensamento no material instrucional para ensino a distância. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 10^o, Porto Alegre, 2003 – *Anais...* [Em linha]. Porto Alegre : Associação Brasileira de Educação a Distância, 2003. [Consult. 3 jun. 2018]. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2003/docs/anais/TC44.htm>.

PINTRO, Sirlene
2012 *Serviço de referência em bibliotecas universitárias: um estudo de competências e qualidades*. [Em linha]. 2012. [Consult. 8 jun. 2018].
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99482/305133.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

REITZ, Joan M.
2013 *Online dictionary for Library and Information Science*. [Em linha] Califórnia : Libraries Unlimited, 2013. [Consult. 18 jun. 2018]. Disponível em: https://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_about.aspx.

SANTOS, Josiel Machado
2012 O Processo evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 8:2 (2012). [Consult. 13 out. 2018]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237>.

Izabel Lima dos Santos | zbel.lima@gmail.com

Universidade Federal do Ceará (UFC) | Universidade Federal do Cariri (UFCA), Brasil

ARQUIVISTA COMO PROTAGONISTA NOS EVENTOS CIENTÍFICOS: uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil

ARCHIVIST AS A PROTAGONIST IN SCIENTIFIC EVENTS: an analysis of congresses of Archival Science in Brazil

Katia Isabelli Melo | Aline da Cruz Cardoso

Resumo: O presente artigo traz o desenvolvimento de um projeto de pesquisa que aborda o protagonismo do arquivista nos principais eventos científicos da área arquivística, sendo o Congresso Brasileiro de Arquivologia e o Congresso Nacional de Arquivologia, com primeira edição em 1972 e 2004, respectivamente. Esses congressos visam promover debates e aumentar a integração entre os profissionais. A pesquisa explorou as discussões promovidas nos eventos que refletissem a visibilidade do arquivista, considerando a tríade proposta por Souza (2011) que envolve a formação, o associativismo e o mercado de trabalho. Adotou-se a metodologia de caráter exploratório associada à análise quantitativa dos debates ocorridos. Os resultados apontam que o arquivista tem alcançado visibilidade de forma lenta, ainda que praticamente ausente do papel de protagonista nos eventos científicos mais representativos da categoria.

Palavras-chave: Arquivista; Eventos científicos; Protagonismo; Visibilidade

Abstract: This article presents the development of a research project that deals with the protagonism of the archivist in the main scientific events of the archival area, being the Brazilian Congress of Archival Science, with the first edition in 1972, and the National Congress of Archival Science, with the first edition in 2004. These congresses aim to promote debates and increase integration among professionals. The research explored the discussions promoted in the events that reflect the visibility of the archivist, considering the triad proposed by Souza (2011) that involves the education, the associativism and the labor market. An exploratory methodology was adopted, associated to the quantitative analysis of the debates. The results indicate that the archivist has slowly achieved visibility, even though almost absent from the lead role in the most representative scientific events of the category.

Keywords: Archivist; Scientific events; Protagonism; Visibility

1. Introdução

O presente artigo analisa a visibilidade do arquivista, no Brasil, considerando os dois eventos científicos mais representativos da área arquivística, o Congresso Brasileiro de Arquivologia, CBA, e o Congresso Nacional de Arquivologia, CNA. Buscou-se explorar os debates promovidos por estes a fim de refletir o quanto tem sido alcançada a visibilidade do arquivista, isto é, o quanto se discute sobre o profissional dentro da comunidade arquivística mapeando os eventos em que o arquivista conste como protagonista, em consonância com a tríade proposta por Souza (2011) sendo a formação, o associativismo e o mercado de trabalho¹.

¹ O artigo é o resultado de uma pesquisa vinculada ao Programa de Iniciação Científica, da Universidade de Brasília e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, UnB/CNPq.

Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (BRASIL. Arquivo Nacional, 2005), o arquivista é o profissional de nível superior com formação em Arquivologia. Entretanto, a definição para o arquivista envolve a construção de um histórico que remonta desde os primeiros profissionais que exerceram as funções, até o reconhecimento e regulamentação, ocorrido há quarenta anos no Brasil, em 1978.

Desde os primórdios, quando o homem passou a acumular e guardar documentos, as pessoas de extrema confiança dos imperadores, geralmente escribas, exerciam o ofício de arquivista. O profissional era visto, igualmente, como uma espécie de guardião. Logo depois passou a ser auxiliar da História e da Paleografia, conforme registrado por Souza (2011) e Bottino (2014). O surgimento do principal elemento do *corpus* teórico da Arquivística remonta à segunda metade do século XIX, o princípio de respeito aos fundos, (DUCHEIN, 1989). Posteriormente, novas teorias foram investigadas e introduzidas definindo o campo de ação, o objeto de estudo da Arquivística e suas funções, conforme apontado por Rousseau e Couture (1998).

Ao longo do tempo, com o advento da industrialização e das guerras mundiais, ocorreu um aumento considerável da massa documental. Coube ao arquivista preservar os acervos produzidos, ainda que com parco reconhecimento do exercício profissional.

No Brasil, uma tentativa de obter maior notoriedade ocorreu em 1978, com a publicação da Lei nº 6.546, regulamentando a profissão que acaba de completar 40 (quarenta) anos. Paralelamente, o surgimento do primeiro curso contribuiu para a visibilidade do profissional com a inclusão de outros, em intervalos temporais. Tanto a modelagem, desenho e criação do curso de graduação em Arquivologia quanto a definição da regulamentação da profissão foram decorrentes das ações de profissionais abnegados com a causa arquivística, conforme sugerem Silva e Dill Orrico (2015).

Quanto aos arquivos, segundo a definição atribuída pela Lei nº 8.159, de 7 de janeiro de 1991, são “conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”. Constituem, portanto, os espaços onde o arquivista registra, processa, codifica, armazena e disponibiliza as informações garantindo transparência das ações administrativas a todo cidadão. As informações registradas nos documentos e armazenadas nos arquivos circulam entre o presente e o passado. Nessa dualidade, a visibilidade dos arquivos é mais sentida quando são identificados como repositórios de memória.

O arquivista é, portanto, o profissional responsável pelo planejamento e implementação de técnicas na organização, conservação, preservação, gestão dos documentos e recuperação das informações. Sua atuação é indispensável, visto que detém conhecimento estratégico tanto para as instituições da administração pública como privada. O arquivista é um guardião e, sobretudo, o profissional qualificado para atuar pro-ativamente na gestão da informação. Sobre o arquivista afirma Delmas:

O arquivista é a pessoa que, numa administração ou uma empresa, é responsável pelos arquivos, ou seja, pela política de gestão e de conservação de todos os documentos necessários ao bom funcionamento de todos os

aspectos daquela entidade, e, como tal, desenvolve os métodos e técnicas indispensáveis ao cumprimento de sua função. (DELMAS, 2010:84)

Mesmo diante dos conceitos que o qualificam, a sociedade em geral ainda tem uma imagem distorcida do profissional arquivista. Um estudo realizado, em 1996, pela Prof^a Heloísa Bellotto apontava que a profissão de arquivista era pouco conhecida afirmando, também, que os arquivos eram mais conhecidos que os profissionais.

Ao contrário do que em geral se pensa, isto é, que arquivos e arquivistas são desconhecidos do grande público, nosso ponto de vista é que a imagem do arquivo na sociedade difere da do arquivista. O arquivo, como entidade, é mais conhecido e sobre ele tem-se uma impressão mais positiva do que a que se tem do profissional que dele se ocupa (BELLOTTO, 1996:7).

No entanto, o mesmo estudo indicava que alterações ocorreram e que cooperaram sobremaneira para alterar o quadro, como a inclusão de concursos públicos para arquivista, que se mantém até os dias atuais como um convite de ingresso à formação e ao mercado.

Uma contribuição para ampliar a visibilidade deste profissional são os congressos científicos. É nesses eventos que se abrem espaços para debater a evolução da teoria arquivística, as funções dos arquivos, e, inclusive, as abordagens sobre o papel do arquivista na sociedade. Entretanto, nesses eventos, o arquivista tem sido o protagonista, o principal elemento das discussões? Quais foram as reflexões que envolvem o arquivista? O que se comenta sobre esse profissional? O arquivista tem ampliado sua visibilidade nos Congressos? Quais foram as discussões em que o arquivista dialogou com a formação, o associativismo e o mercado de trabalho? O quanto se discute sobre o arquivista nos eventos científicos?

Partindo dessas inquietações, pretende-se averiguar se o arquivista tem atuado como protagonista nos cenários do Congresso Brasileiro de Arquivologia e do Congresso Nacional de Arquivologia, se ocorreram discussões em que dialogou com a formação e o mercado de trabalho e o que se debateu.

2. Metodologia

A pesquisa, de caráter exploratório, tem como objetivo analisar quantitativamente o protagonismo do arquivista nas edições do CBA e do CNA. Para tanto, foram utilizados como fontes de pesquisa bibliográfica os Anais dos Congressos, além do Programa Oficial e do Caderno de Resumos de algumas das edições².

² Parcelas das fontes utilizadas na pesquisa estavam disponíveis como material impresso e, mais recentemente, nas páginas dos eventos referindo-se, sobretudo, aos últimos anos. Diante dos obstáculos na identificação das fontes foram realizados contatos com associações profissionais promotoras de algumas edições dos Congressos. Uma parcela do material de pesquisa foi disponibilizada em formato impresso e em CD-ROM pelas professoras Angélica Alves da Cunha Marques e Katia Isabelli Melo, ambas da Universidade de Brasília.

A fundamentação teórica tem como base a tríade proposta por Souza (2011) em que associa o arquivista a três componentes, sendo elas a formação, o associativismo e o mercado de trabalho. Na identificação do protagonismo do arquivista nos eventos, a pesquisa mapeou o tema da visibilidade em relação às variáveis da formação e do mercado de trabalho, prioritariamente, bem como as demais vinculações apresentadas, o que possibilitou gerar dados quantitativos das edições dos eventos em que esses termos estão destacados. Buscou-se identificar os artigos em que o termo “*arquivista*” se apresentasse como destaque sendo considerados, ainda, os termos “*archivero*” e “*archivólogo*”, em razão da participação de textos na língua espanhola, e “*archivist*”, de língua inglesa.

Ao longo da pesquisa foram identificados alguns estudos sobre o CBA e o CNA, distintamente e com outras abordagens, o que garante o ineditismo e a originalidade por analisar como a visibilidade do profissional arquivista se apresenta no cenário desses eventos.

2. Eventos científicos em Arquivologia

No Brasil, em virtude da inexistência de um conselho federal de arquivistas, as associações cumprem um papel de congregar os profissionais e, sobretudo, promover eventos para disseminar o conhecimento e as práticas exercidas.

Discorrendo sobre as funções de uma associação profissional, destacamos algumas das que foram propostas por Jaén García, que se coadunam com a pesquisa:

- conciliar os interesses dos arquivistas em consonância com o desenvolvimento da profissão e as necessidades de mercado;
- fazer dos arquivistas um grupo profissional, dinâmico, amplo e plural;
- assentar vínculos de comunicação e cooperação com outras associações homólogas para o intercâmbio de ideias, experiências e participação em atividades conjuntas;
- assegurar a reciclagem profissional dos arquivistas mediante cursos, jornadas, debates, oficinas e colóquios, entre outros;
- realizar projetos de extensão cultural e social para dar a conhecer o papel que cumprem os arquivistas e os arquivos na sociedade;
- estabelecer programas de estudo sobre temas da atualidade que incidem diretamente nos arquivos e seus profissionais, tais como o desenvolvimento da sociedade da informação;
- fomentar entre os associados o uso das tecnologias da informação e comunicação nos trabalhos dos arquivos;
- propiciar o desenvolvimento da investigação para a geração de novo conhecimento científico na área (SOUZA, 2011:128-129).

As associações cumprem um papel de aglutinadoras, de possibilitadoras do debate, da reflexão. No caso brasileiro, os dois eventos expressivos, inclusive com participação do maior quantitativo de profissionais da área, são o CBA, com primeira edição em 1972, e o CNA, com primeira edição em 2004. Os eventos favoreceram, também, o surgimento de fóruns de debates paralelos congregando determinados grupos de profissionais como vem ocorrendo nas edições com os encontros de Paleografia, de arquivos médicos, de preservação e restauração de documentos, de arquivos universitários e outros. Este último, de arquivos universitários, denomina-se atualmente como Encontro de Arquivos Universitários das Instituições de Ensino Superior, ARQUIFES.

Os dois maiores eventos científicos da área, CBA e CNA, em suas diversas edições, contribuíram significativamente com o compartilhamento de conhecimentos, discussões teóricas e com a formação continuada, por meio dos cursos promovidos.

3.1. Congresso Brasileiro de Arquivologia

O CBA foi um evento científico organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), entre os anos 1972 e 2012. Esse evento foi um espaço de relevante contribuição técnica e científica promovido por meio de conferências, sessões plenárias, comunicações livres, mesas-redondas e também com a presença de diversos eventos paralelos compostos de diferentes temáticas.

As ações da AAB, incluindo a criação dos cursos de Arquivologia, a regulamentação da profissão e as edições da revista *Arquivo & Administração* foram de fundamental importância para que houvesse o fortalecimento profissional, atuando de forma indispensável para o desenvolvimento da área arquivística e da comunidade científica, bem como estimulando o crescimento do movimento associativo.

Com dezessete edições, o CBA proporcionou momentos para debates e discussões acerca da área. As duas primeiras edições dos congressos não demandam de uma temática específica, constatando-se uma padronização a partir da terceira edição.

A tabela representativa das edições dos congressos, exposta a seguir, reflete as datas, os locais, a temática dos congressos e o formato em que foram identificadas as informações para análise. Constata-se que apenas uma edição, IX, indica o arquivista como protagonista.

Tabela 1 – Edições do Congresso Brasileiro de Arquivologia

Edição	Data	Local	Temática	Formato
I	15 a 20 out. 1972	Rio de Janeiro RJ	A temática foi centrada nos aspectos histórico e cultural dos arquivos, além de sua função social. Discutir a Arquivologia sob o ponto de vista acadêmico, debater a formação do arquivista e do técnico em arquivo, discussões sobre microfilmagem e arquivo médico.	Anais Impressos
II	24 a 29 nov. 1974	São Paulo SP	Examinar e definir as condições dos arquivos de imprensa, discutir a problemática dos arquivos empresariais, estudar a situação dos Serviços de Arquivo Médico e Estatístico no Brasil e divulgar informações técnicas relativas aos arquivos.	Sem informação

III	17 a 22 out. 1976	Rio de Janeiro RJ	O Arquivo como fator de desenvolvimento cultural	Anais Impressos
IV	14 a 19 out. 1979	Rio de Janeiro RJ	Os arquivos e sua utilização	Anais Impressos
V	17 a 22 out. 1982	Rio de Janeiro RJ	A arquivologia e a realidade brasileira	Bottino (2014)
VI	13 a 18 abr. 1986	Rio de Janeiro RJ	Arquivos: política, administração, cultura	Programa Oficial e Resumos
VII	12 a 16 jun. 1988	Brasília DF	Nova Arquivística: administração de documentos, informática, acesso à informação	Programa Oficial e Resumos
VIII	14 a 20 out. 1990	Salvador BA	Arquivologia e gestão da informação: tecnologias e perspectivas	Programa Oficial e Resumos
IX	18 a 22 out. 1992	Santa Maria RS	O arquivista na era da informação	Programa Oficial e Resumos
X	27 nov. a 2 dez. 1994	São Paulo SP	Rumos e consolidação da Arquivologia	Anais em CD
XI	22 a 25 out. 1996	Rio de Janeiro RJ	Dimensões emergentes da Arquivologia no Brasil	Programa Oficial
XII	15 a 19 jun. 1998	João Pessoa PB	Os desafios da Arquivologia rumo ao terceiro milênio	Programa Oficial e Resumos
XIII	17 a 20 out. 2000	Salvador BA	Os arquivos e o descobrimento de um novo Brasil	Programa Oficial e Resumos
XIV	23 a 28 abr. 2006	Rio de Janeiro RJ	A Arquivologia e a construção social do conhecimento	Sem informação
XV	30. jun. a 4 jul. 2008	Goiânia GO	A Arquivologia no Brasil: diversidades, desigualdades e perspectivas	Anais Digitais (site)
XVI	24 a 27 ago. 2010	Santos SP	O lugar do arquivo	Sem informação
XVII	18 a 22 jul. 2012	Rio de Janeiro RJ	Preservação, Acesso, Difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI	Sem informação

Fonte: elaboração própria.

É importante salientar que de todos os congressos, apenas cinco tiveram os anais publicados sendo as edições I, III e IV, em formato impresso. A edição X já inicia a publicação em formato de CD-ROM, e a XV em formato eletrônico em site próprio.

No que se refere à periodicidade, inicialmente houve uma tentativa de que o evento ocorresse bianualmente. Entretanto, decorrendo de problemas internos, os três congressos seguintes passaram a ocorrer com um intervalo maior, de três e até quatro anos, caso do VI Congresso. A regularidade dos congressos voltou a acontecer de 1986 até os anos 2000, com o XIII Congresso. Porém, durante seis anos o congresso deixou de ser realizado retornando em 2006, com a frequência de dois anos até a última edição, ocorrida em 2012.

O cenário da cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, estava previsto para ser o palco do XVIII Congresso, em 2015, com o tema *Políticas arquivísticas no contexto Ibero-Americano*. Todavia, em razão de problemas enfrentados pela AAB, o evento foi cancelado e seguiu-se a extinção da associação.

3.2. Congresso Nacional de Arquivologia

O CNA é um evento que vem ocorrendo desde 2004 sendo, a primeira edição, uma promoção da Associação Brasileira de Arquivologia (Abarq), em parceria com o curso de Arquivologia, da Universidade de Brasília. Assim como o CBA, é um evento de grande relevância visto que as discussões geradas enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam os debates acerca da área arquivística no Brasil. O evento conta com a participação de profissionais com diversas formações e campos de atuação, o que proporciona troca e difusão de conhecimento e uma maior interdisciplinaridade na área, integrando docentes, discentes, gestores, pesquisadores, historiadores, técnicos e comunidade científica em geral.

O CNA tem ocorrido bianualmente sendo uma de suas principais características a vinculação de cada edição a uma associação profissional, diferindo do CBA cuja promoção era exclusiva da AAB.

Com um quantitativo inferior de edições dos congressos, a tabela representativa abaixo registra a data, a associação promotora com a indicação da unidade da federação, a temática dos congressos e o formato em que foram identificadas as informações.

Tabela 2 – Edições do Congresso Nacional de Arquivologia

Edição	Data	Associação promotora/Local	Tema	Formato
I	23 a 26 nov. 2004	Abarq Brasília-DF	Os arquivos no século XXI: políticas e práticas de acesso à informação	Anais em CD
II	23 a 27 jul. 2006	AARS Porto Alegre- RS	Os desafios do arquivista na Sociedade do Conhecimento	Programa Geral e Artigos em pdf
III	20 a 24 out. 2008	AAERJ Rio de Janeiro- RJ	Arquivologia e suas múltiplas interfaces	Anais Digitais (pdf)
IV	19 a 22 out. 2010	AARQES Vitória- ES	A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação	Anais Digitais (pdf)
V	01 a 05 out. 2012	AABA Salvador- BA	Arquivologia e internet: conexões para o futuro	Anais Digitais (pdf)
VI	20 a 23 out. 2014	AARS Santa Maria- RS	Arquivologia, sustentabilidade e inovação	Anais Digitais (slide/site)
VII	17 a 21 out. 2016	ARQUIVECE Fortaleza- CE	Arquivologia: da interdisciplinaridade à interoperabilidade	Anais Digitais (pdf e site)
VIII	8 a 11 out. 2018	AAPB João Pessoa- PB	Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para a Arquivologia	Anais Digitais (pdf e site)

Fonte: elaboração própria.

O CNA veio suprir uma lacuna na continuidade dos congressos da AAB em virtude da pausa da última edição, ocorrida em 2000. Surge, então, uma nova proposta com a realização desses eventos vinculados às novas associações. O que contribuiu para que isso acontecesse foi o crescimento do movimento associativo, isto é, o surgimento de associações emalgunsestados federativos. Sobre isso afirma Leon (2016):

Em julho de 1998 a AAB dissolveu seus núcleos regionais deixando um vácuo de representação profissional a ser preenchido. Desta forma, arquivistas de vários estados se organizaram em associações regionais ou estaduais de arquivistas. (LEON, 2016:15).

Sobre esse impulso na criação de associações arquivísticas resultando no surgimento do CNA, Mariza Bottino (2014) faz uma crítica, afirmando haver uma dispersão entre a comunidade arquivística.

[...] Havia a necessidade da criação de um maior número de associações de arquivistas, o que ocorreu a partir do ano 2000. Mas, em vez de convergirem as forças em prol do bem comum da classe, houve uma dispersão. As ações se dizimaram, prova disso foi a organização de congressos nacionais de arquivologia. Realização de novos eventos são bem-vindas, mas não se pode dispersar forças. Ações pioneiras e que deram certo deveriam continuar ainda mais fortalecidas com maior participação da comunidade, pois vitórias importantes tendem a se enfraquecer. (BOTTINO, 2014:233).

O CNA surgiu como espaço para refletir sobre a área, com abertura para a comunidade arquivística composta por discentes e profissionais expor suas experiências e pesquisas, permitindo a troca de conhecimento. Na ocasião, em razão da negativa da AAB em possibilitar a realização de um evento em âmbito nacional que desse prosseguimento às edições do CBA com a promoção de uma outra associação profissional, a Abarq realiza, em 2004, um congresso nacional, originando as edições do CNA.

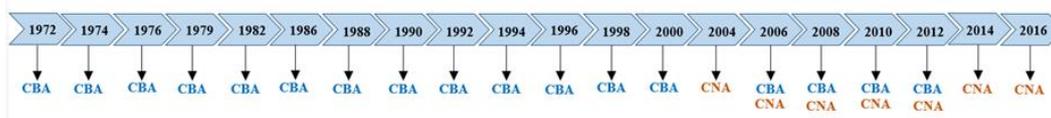
Em 2006, na segunda edição do CNA, foi criada a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, ENARA, com a proposta de se tornar a entidade responsável pela organização dos CNA junto às associações profissionais. A ENARA foi extinta, em 2014, dando lugar ao Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil, FNArq, que seguiu com a atribuição de apoiar a realização das edições do CNA e promover o conagraçamento da categoria.

Todas as edições do CNA, desde a primeira, adotaram um padrão em relação à temática central do evento, o que no CBA só ocorreu a partir da terceira edição.

4. Mapeamento das edições dos eventos

Um primeiro dado a ser mapeado foi em relação às datas-limite em que ocorreram os eventos. A periodicidade bienal mostrou-se regular em algumas edições do CBA, sendo constante nos CNA. A linha do tempo registrada a seguir reflete a evolução cronológica dos dois eventos abordados pela pesquisa, com a ocorrência de confluência em algumas edições.

Fig. 1: Linha do tempo dos eventos CBA e CNA



Fonte: elaboração própria.

Ao longo de quatro edições, ocorridas nos anos 2006, 2008, 2010 e 2012, os eventos ocorreram concomitantemente³. Considerando que o CBA possui mais edições que o CNA, a tabela abaixo reflete uma análise regional com destaque para os municípios em que ocorreram os congressos, sem representatividade da região Norte.

Tabela 3 – Edições do CBA por região

Região	Cidade/UF	CBA	Total	Percentual por estado
Sudeste	Rio de Janeiro - RJ	1 ^o , 3 ^o , 4 ^o , 5 ^o , 6 ^o , 11 ^o , 14 ^o , 17 ^o	8	47,05%
	São Paulo - SP	2 ^o , 10 ^o , 16 ^o	3	17,64%
Nordeste	Salvador - BA	8 ^o , 13 ^o	2	11,76%
	João Pessoa – PB	12 ^o	1	5,88%
Centro-Oeste	Brasília – DF	7 ^o	1	5,88%
	Goiânia – GO	15 ^o	1	5,88%
Sul	Santa Maria – RS	9 ^o	1	5,88%

Fonte: adaptado de BOTTINO, 2014:apêndice B.

É notória a predominância dos eventos na região sudeste, representada pelo eixo Rio de Janeiro – São Paulo, sendo o Rio de Janeiro o maior detentor em número dos eventos, o que pode ser explicado pelas diversas instituições públicas presentes na unidade federativa, e que atuou como parceira em diversas edições, como o Arquivo Nacional. Soma-se o fato de que a sede da AAB era no Rio de Janeiro, assim como o espaço regional com representação de dois cursos de formação, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Uni-Rio, e na Universidade Federal Fluminense, UFF. Percebe-se pouca representatividade das regiões nordeste, centro-oeste e sul.

Esse cenário difere do CNA, conforme indicado na Tabela 2, que possui uma melhor distribuição regional dos eventos, havendo apenas a mesma ocorrência no estado do Rio Grande do Sul, com a segunda e a sexta edições em Porto Alegre e Santa Maria, respectivamente. Outra justificativa para a realização do CNA é a existência de uma associação estadual que atue como promotora do evento, o que tem incentivado para que

³ Na última edição, em 2012, havia uma iniciativa de acordo na realização dos congressos em anos alternados, a fim de atender uma reivindicação da comunidade arquivística, facilitando a participação em ambos os eventos. No entanto, a ausência e continuidade do CBA impossibilitou o seguimento.

as unidades da federação promotoras de cursos de formação em Arquivologia, estructurem novas associações.

Observa-se, inclusive, a exclusão do CNA na região norte do País onde as associações profissionais não estão representadas visto que os cursos de graduação surgiram a partir de 2008, em Manaus-AM, e obtiveram aprovação em setembro de 2011, em Belém-PA.

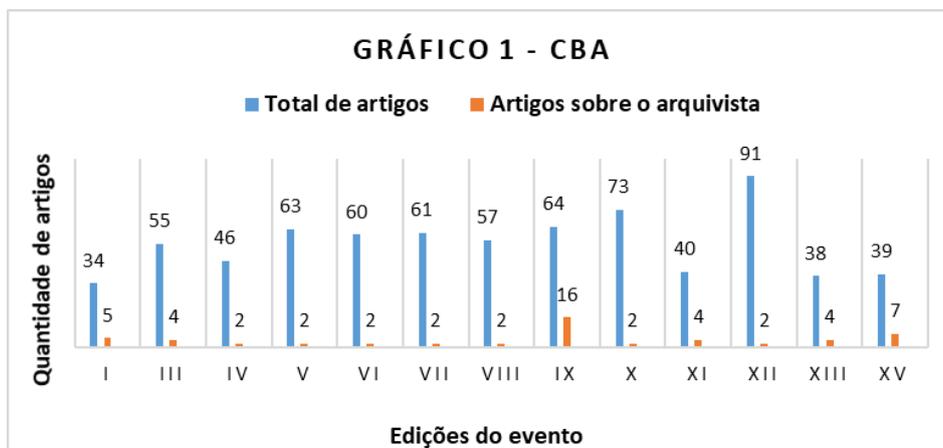
4.1. Arquivista como protagonista

Na pesquisa para recuperar todas as fontes originais⁴ sobre os eventos identificou-se que algumas edições do CBA e uma edição do CNA apresentaram lacunas. Sobre o II CBA declara Bottino:

Conseguimos recuperar apenas os temas das sessões plenárias livres e as recomendações aprovadas. Por essa razão, não transcrevemos os títulos das conferências nem dos temas livres. (BOTTINO, 2014:49).

Em outra pesquisa para identificar os textos originais dos eventos, constatou-se que o material estava disperso e sem condições de acesso e de reprodução com qualidade⁵.

Dos termos elencados que abordam o arquivista como protagonista no CBA, obtivemos o gráfico representativo a seguir.



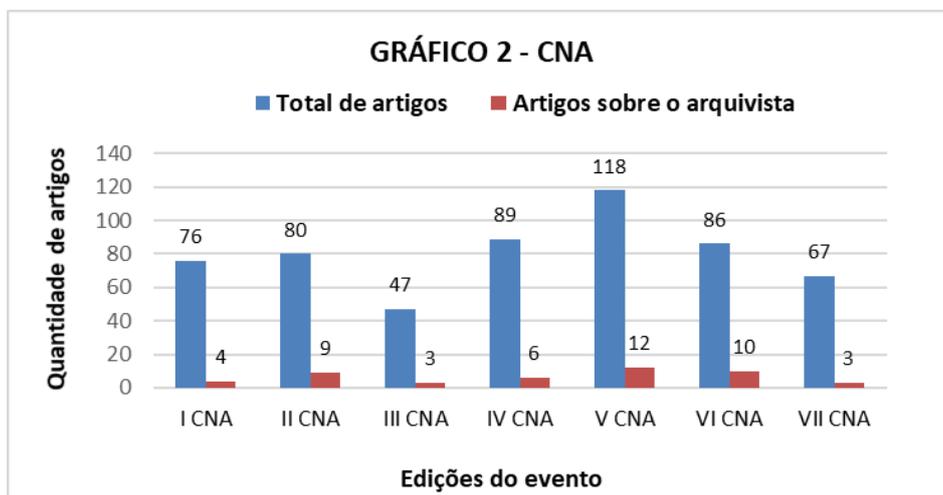
Fonte: elaboração própria

⁴ As fontes utilizadas na pesquisa sobre o CBA foram os Anais dos eventos. Na ausência dos Anais recorreu-se ao Programa Oficial e Caderno de Resumos, com exceção do V CBA que teve por base a obra de BOTTINO (2014), visto a impossibilidade em localizá-los. Em quatro edições, II, XIV, XVI e XVII, a análise foi prejudicada em virtude da falta de informações a respeito destas.

⁵ Com a extinção da AAB, o acervo documental seria recolhido ao Arquivo Nacional, conforme previsto no Estatuto. No entanto, após visita à Coordenação do Arquivo Nacional em Brasília, COREG, e pesquisa na base de dados SIAN acerca dos anais dos eventos, constatou-se a impossibilidade no atendimento à pesquisa.

O CBA, em todas as edições analisadas, totaliza 721 (setecentos e vinte e um) artigos, e destes apenas 7,4%, ou seja, 54 (cinquenta e quatro) se referem ao profissional arquivista. O destaque maior é para a IX edição, ocorrida em 1992, com a temática *O arquivista na era da informação*, na qual foram constatados 16 (dezesesseis) artigos, sendo a edição com maior número de referências ao profissional. O que motivou a escolha do tema foram os constantes questionamentos sobre a adequação dos currículos dos cursos de Arquivologia, visto que mediante o surgimento das novas tecnologias, uma análise teórica e prática se fazia necessária para superar os desafios em relação à capacitação de profissionais e à consequente adequação do ensino, em consonância com a necessidade de formação de profissionais que atendam as novas funções do arquivista como gerenciador de informações, isto é, proximidade cada vez mais crescente do arquivista com a informática.

No que diz respeito ao CNA a situação é similar. Percebe-se um número expressivo de artigos e um quantitativo mínimo que retrata o profissional arquivista. Segue, a seguir, o gráfico representativo da análise dos artigos do CNA para melhor compreensão.

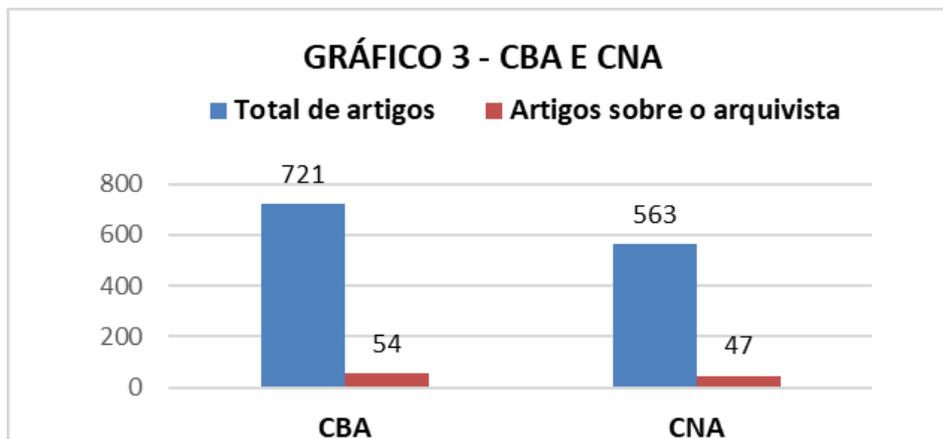


Fonte: elaboração própria

Com menor quantitativo de edições que o CBA, o CNA apresenta um total de 563 (quinhentos e sessenta e três) artigos revelando 8,3%, o que equivale a apenas 47 (quarenta e sete), que abordam o profissional arquivista.

O CNA também priorizou na segunda edição, ocorrida em 2006, uma temática direcionada para o arquivista – *Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento*. A escolha do tema e as discussões acerca do profissional giravam em torno das novas tecnologias. O evento foi organizado em torno de três tópicos: como o arquivista vem se posicionando frente aos desafios impostos pelos novos paradigmas da gestão do conhecimento; qual o papel do profissional na instituição onde atua; e como o arquivista trabalha diante das políticas públicas aprovadas. O objetivo era promover reflexões e debates sobre o papel do arquivista na sociedade contemporânea, assuntos que pretendiam auxiliar no estabelecimento da identidade profissional do arquivista, na capacitação profissional e na superação dos desafios impostos pela era da informação, o que se aplica também aos tempos atuais. Entretanto, apenas nove discussões protagonizadas pelo arquivista surgiram.

Em complemento, as edições que mais apontaram artigos sobre o arquivista foram a quinta e a sexta, com doze e dez artigos, respectivamente. É interessante observar que, no CBA, a edição com maior representatividade esteve vinculada à temática do evento, o que não se aplicou no CNA, conforme exposto acima.



Fonte: elaboração própria

O gráfico indica o número total de artigos dos congressos, contrastando com o pequeno número de artigos sobre o profissional arquivista revelando sua visibilidade. No CBA, os artigos sobre o arquivista representam 7,4%, enquanto que no CNA o percentual é mais expressivo, 8,3%.

4.2. A tríade formação, associativismo e mercado de trabalho

Conforme proposto na metodologia analisou-se, também, a predominância dos temas dos artigos que abordam o profissional em consonância com a tríade mencionada por Souza (2011) sendo a formação, o associativismo e o mercado de trabalho. O destaque se deu para a visibilidade do arquivista vinculada à formação e ao mercado de trabalho. As análises acerca do associativismo e da importância das associações profissionais como forma de promover uma maior integração entre a comunidade arquivística estão refletidas nas ações do CBA e do CNA e dos desdobramentos que trouxeram para a categoria com a ampliação dos debates e fortalecimento profissional, deixando, portanto de serem abordadas nessa pesquisa com relação à visibilidade do arquivista.

A formação e o mercado de trabalho são variáveis que se interligam, uma vez que aquela, representada pelos cursos de graduação, é responsável por preparar o profissional para lidar com as demandas do mercado de trabalho, que cada vez mais envolvem o uso de tecnologias. A formação deve, portanto, refletir as necessidades do mercado de trabalho. Estudar essas variáveis são de fundamental importância para entender a práxis arquivística e o papel do profissional arquivista para a sociedade.

Em relação à formação e ao mercado de trabalho obteve-se a totalização de 54 (cinquenta e quatro) artigos apresentados nas edições do CBA sendo 19 (dezanove) que versam sobre a formação e apenas três abordam o mercado de trabalho. Distribuídas em nove edições, a tabela a seguir registra a temática de formação, a autoria e a edição do Congresso em que esteve em pauta.

Tabela 4 – Temáticas dos artigos sobre o Arquivista e sua formação apresentados nas edições do CBA

ARTIGO	AUTORIA
I CBA - 1972	
A Formação e a Profissão do Arquivista no Brasil	Astréa de Moraes e Castro
A Formação Moral do Arquivista	Hâmida Rodrigues Helluy
A Formação e a Profissão do Arquivista no Brasil	Vivaldo Lima de Magalhães
III CBA - 1976	
Formação do Profissional de Arquivo Médico	Anna Maria do Nascimento Faria
V CBA - 1982	
O profissional de arquivo na Espanha: formação e atuação	(BOTTINO, 2014) ⁶
VI CBA - 1986	
A formação profissional do arquivista	Vera Lúcia Sucupira de Almeida
VIII CBA - 1990	
O reflexo dos novos arquivos na formação do arquivista	Rolf Nagel
O arquivista: sua formação e perspectivas	Clara Marli Kurtz (RS); Maria José Rabelo de Freitas (BA); Ana Maria Lima Brandão (RJ); Carlos Alessio Rossato
IX CBA - 1992	
Tres variables incidentes de la formación del archivólogo	Alicia Casas de Barrán
Formação do profissional arquivista na UniRio	Luiz Cleber Gak; Júlia Bellesse da Silva Lins
Formação profissional do arquivista	Heloísa Liberalli Belotto
A formação profissional do arquivista na era da informação	Cristina Strohschoen
A formação do arquivista no contexto atual	Desirée Baptista Corrêa; Angela Maria de L. de P. Antunes
O estágio como fator preponderante na formação do profissional arquivista	Angela Maria de L. de P. Antunes; Desirée Baptista Corrêa
Formação profissional do docente em arquivologia: um perfil do professor das escolas de arquivologia do Brasil	Astrid Weissheimer
A formação profissional do arquivista	Daniela Francescutti Martins
X CBA - 1994	
La formación de archiveros em modalidade semipresencial	Susana P. Martínez
XII CBA - 1998	
A formação do arquivista e a questão curricular	N. M. C. Bonato
XV CBA - 2008	
Desafios contemporâneos na formação dos arquivistas	Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Fonte: elaboração própria

⁶ Mencionada na obra de Bottino (2014) sem o registro de autoria.

As reflexões acerca da formação estiveram presentes em três ocasiões na edição do primeiro CBA, em 1972. Importante destacar que o curso de graduação em Arquivologia foi constituído em 1976, na Universidade Federal de Santa Maria, RS, (SOUZA, 2011). Na VIII edição, em 1990, o tema apresenta duas reflexões. Em 1992, na IX edição, oito profissionais abordam a formação e as relações com o exercício prático e o contexto atual. Nesse período ocorreu o acréscimo de apenas três cursos, totalizando quatro universidades responsáveis pela formação profissional.

Nas demais edições a formação se fez presente em apenas uma discussão, conforme mencionado na III, IV, VI, X, XII e XV nos anos de 1976, 1982, 1986, 1994, 1998 e 2008, respectivamente.

Por outro lado, as questões sobre o mercado de trabalho se mostram somente no ano 2000 com uma contribuição da Universidade Estadual de Londrina, UEL, que promove o curso de Arquivologia a partir de 1997 (SOUZA, 2011). A tabela abaixo indica a parca incidência de reflexões envolvendo o mercado de trabalho nas edições do CBA onde, na XV edição, ocorrida em 2008, as contribuições surgem de profissionais estrangeiros. Destaca-se que o mercado de trabalho não se configurava como um objeto de discussão dos profissionais vinculados às instituições arquivísticas e demais espaços em que o arquivista esteja configurado.

Tabela 5 – Temáticas dos artigos sobre o Arquivista e o mercado de trabalho apresentados nas edições do CBA

ARTIGO	AUTORIA
XIII CBA - 2000	
O perfil profissional de Arquivologia formado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em face do mercado de trabalho: reflexões para proposta de um estudo	Linete Bartalo
XV CBA - 2008	
Atuação do Arquivista e o Mercado de Trabalho nos Estados Unidos	Robert Horton
Archivistes et marche du travail en Europe (Arquivista e o Mercado de Trabalho na Europa)	Didier Grange

Fonte: elaboração própria

Já no CNA, dos 47 (quarenta e sete) artigos sobre o arquivista⁷, nove tratam sobre a formação e 11 (onze) sinalizam a situação do mercado de trabalho distribuídos em cinco edições.

A formação ingressa no bojo das discussões em 2006, na segunda edição do CNA. Na terceira edição constam duas discussões com maior representação na sexta edição, em 2014, com quatro apresentações. Nas duas outras edições, quinta, ocorrida em 2012, e na sétima, em 2016, a formação foi destaque com apenas uma representação,

⁷ Ao longo da pesquisa, o termo arquivista foi priorizado a fim de reconhecer, ou não, o protagonismo do profissional nos principais eventos da área. Dessa forma, os termos profissional/profissionais da informação deixaram de ser computados por indicarem, também, outras categorias profissionais.

respectivamente. Diferindo das propostas do CBA, as discussões envolvendo a formação ocorridas no âmbito do CNA apontavam, em sua quase totalidade, aspectos distintos abordando as diretrizes curriculares, interlocução com os usuários, a prática profissional, a questão digital, o perfil profissional.

Tabela 6 – Temáticas dos artigos sobre o Arquivista e sua formação apresentados nas edições do CNA

ARTIGO	AUTORIA
II CNA - 2006	
Os novos desafios da preservação documental e a formação dos arquivistas	Ingrid Beck
III CNA - 2008	
Letramento digital: um subsídio na formação do profissional arquivista	Carlos Eugênio da Silva Neto Janecely Silveira de Lima João Wandemberg Gonçalves Maciel
O mercado de trabalho do profissional arquivista da Universidade Estadual de Londrina – UEL – face a sua formação	Edilene Fatel Aureliano Gisele Barreiros Oliveira Linete Bartalo
V CNA - 2012	
A importância do estágio não-obrigatório para a formação do profissional arquivista	Maria Meriane Vieira da Rocha Julianne Teixeira e Silva Rosa Zuleide Lima de Brito
VI CNA - 2014	
As diretrizes curriculares e a formação do arquivista na Universidade Federal de Santa Maria	Eliseu dos Santos Lima Fernanda Kieling Pedrazzi
O perfil do arquivista formado pela Universidade Federal de Santa Maria	Eliseu dos Santos Lima Fernanda Kieling Pedrazzi
A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista	Gláucia Aparecida Vaz Carlos Alberto Ávila Araújo
A formação do arquivista no estado do Espírito Santo	Solange Machado de Souza
VII CNA - 2016	
A influência do estágio como prática pedagógica na formação do arquivista na Universidade Estadual da Paraíba: um olhar sobre a relação entre teoria e prática	Rafael Melo Gomes de Araújo

Fonte: elaboração própria

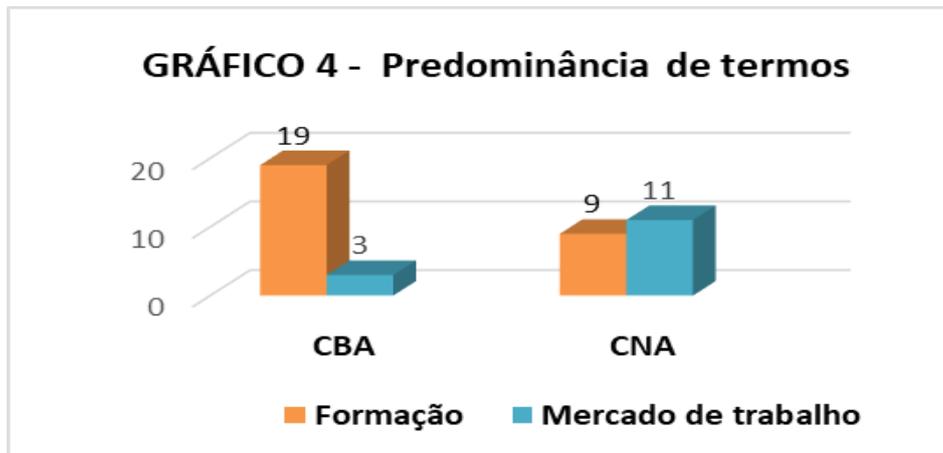
Na primeira edição do CNA, realizada em 2004, por duas ocasiões o mercado de trabalho se revelou. À época as universidades brasileiras ofereciam nove cursos (SOUZA, 2011). A segunda edição, 2006, consta como a mais representativa do tema com três reflexões. Na quarta e quinta edições, 2010 e 2012, respectivamente, constam duas edições em cada. As demais, terceira em 2008, e a sexta, em 2014, refletiram apenas uma vez. Estudos sobre as demandas do mercado de trabalho para arquivista foram apresentados assim como a atuação do profissional nas instituições públicas e privadas.

Tabela 7 – Temáticas dos artigos sobre o Arquivista e o mercado de trabalho apresentados nas edições do CNA

ARTIGO	AUTORIA
I CNA - 2004	
Demanda por profissionais de arquivologia: um estudo no setor privado em Manaus	Tatiana Brandão Fernandes
Mercado de trabalho para arquivista	Katia Isabelli Melo
II CNA - 2006	
O novo profissional de arquivo no atual mundo dos negócios	Auta Rojas Barreto
O papel estratégico do arquivista nas instituições públicas e privadas	Marta Ruffeil
O papel estratégico do arquivista nas instituições privadas	Anna Belmira von Muhlen
III CNA - 2008	
O mercado de trabalho do profissional arquivista da Universidade Estadual de Londrina – UEL – face a sua formação	Edilene Fatel Aureliano Gisele Barreiros Oliveira Linete Bartalo
IV CNA - 2010	
As atividades do profissional de arquivologia nas entidades nacionais do sistema indústria frente às tendências no mercado de trabalho na área de tecnologia	Ana Suely P. Lopes
As habilidades demandadas aos arquivistas para o exercício profissional no mercado de trabalho de Brasília	Flávia Helena de Oliveira
V CNA - 2012	
Um recorte da realidade da profissão do arquivista: a atuação dos arquivistas nas organizações contábeis	Stela Lichtenheld Craus Maria Beraldi Passini de Castro
Desafios do profissional arquivista: da escolha no vestibular ao mercado de trabalho	Fernanda Maria Oliveira da Costa
VI CNA - 2014	
Mercado de trabalho para arquivista: um estudo da demanda no setor público em Manaus	Greceane do N. dos Santos Célia Regina Simonetti Barbalho Rosinilda Damasceno dos S. Filha

Fonte: elaboração própria

O ingresso do arquivista nas instituições públicas mediante concurso público, sobretudo no final dos anos 1990 (SOUZA, 2011), corroborou com o diferencial totalitário das discussões envolvendo o mercado de trabalho apresentadas no CNA. O gráfico a seguir apresenta um paralelo quantitativo das temáticas formação e mercado de trabalho, segundo as edições do CBA e CNA.



Fonte: elaboração própria

A formação profissional apresentou maior índice de discussões ao longo das edições do CBA enquanto que o mercado de trabalho se revelou mais frequente nas edições do CNA. As demais discussões envolvendo a visibilidade esteve associada, com outros temas tanto no CBA quanto no CNA. Os maiores destaques ocorreram nos debates sobre a atuação do arquivista, sobretudo em relação à parceria com os profissionais de áreas afins, seguido de discussões envolvendo as novas tecnologias. A proximidade com o usuário surgiu timidamente seguida das reflexões envolvendo a visibilidade propriamente dita.

5. Considerações finais

Ao longo das edições dos congressos foram criados eventos paralelos como seminários, *workshops* e encontros no intuito de congregarem profissionais que atuam em acervos específicos, como arquivos médicos, arquivos universitários e arquivos de instituições científicas e tecnológicas. Inseriu-se, também, reuniões de determinados grupos como: reunião de coordenadores e docentes dos cursos de Arquivologia; reunião de diretores dos arquivos públicos estaduais, dentre outros.

Identificamos poucas reflexões sobre o profissional arquivista. Priorizam-se nos eventos, as discussões sobre a situação dos arquivos públicos brasileiros por meio de estudos de casos, a introdução das novas tecnologias, microfilmagem e digitalização, o que permite o protagonismo do arquivo nos eventos científicos.

Por outro lado, percebe-se um novo olhar sobre o arquivista que vem se tornando um profissional conhecido, com a imagem alterada de custodiador para gestor de documentos decorrente, sobretudo, do ingresso no mercado de trabalho na administração pública. A incorporação do arquivista nas instituições modificou cenários no momento em que passou a atuar como gestor, onde a Lei 12.527, de 2011, lei de acesso à informação, corroborou ao legitimar o papel do arquivista nas instituições. Mais recentemente uma discussão tem motivado os arquivistas, a proposta de criação de um Conselho Federal de Arquivologia, fundamental para a área. Os debates têm ocorrido congregando profissionais, docentes, discentes e demais interessados que atuam nas instituições arquivísticas, sejam públicas ou privadas.

Nos principais eventos científicos realizados até o momento, o arquivista se mostra praticamente ausente do papel de protagonista, ainda que as reflexões tenham como núcleo condutor as questões da formação, do fazer, do pensar e do atuar do profissional. Espera-se que seja notória a visibilidade do arquivista, profissional responsável pelo planejamento, direção e organização dos acervos arquivísticos, nas próximas edições dos eventos científicos.

Por fim, parcela das informações acerca dos eventos científicos da área de Arquivologia estão dispersas e uma parte foi perdida ao longo do tempo. A fim de preservar todo o acervo e memória desses eventos propomos, como continuidade da pesquisa, a busca por consolidar essas informações, resgatando a evolução da arquivística brasileira e tornando-a acessível a todos os pesquisadores.

Referências bibliográficas

BELLOTTO, Heloisa L.

1996 A Imagem do arquivista na sociedade e o ensino da Arquivologia. *Arquivo & História*. 2 (out. 1996) 7-16.

BOTTINO, Mariza.

2014 O Legado dos congressos brasileiros de Arquivologia: 1971-2000. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2014.

BRASIL. Arquivo Nacional

2005 *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. [Em linha]. Rio de Janeiro: A. N., 2005. (Publicações Técnicas; nº 51). [Consult. jun. 2018]. Disponível em http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1991 *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*.

Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1978 *Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978*.

Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1º, Rio de Janeiro, 1972

1972 *Anais*. Brasília : Departamento de Imprensa Nacional, 1979.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 3º, Rio de Janeiro, 1976

1979 *Anais*. Brasília : Departamento de Imprensa Nacional, 1979.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 4º, Rio de Janeiro, 1979

1982 *Anais*. Rio de Janeiro : Edições Achiamé, 1982.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 6º, Rio de Janeiro, 1986

1986 *Programa oficial*. São Paulo : Cenadem, 1986.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 7º, Brasília, 1988

1988 *Programa oficial*. Brasília : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1988.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 8º, Salvador, 1990

1990 *Programa oficial*. Salvador : Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional da Bahia, 1990.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 9º, Santa Maria, 1992

1992 *Programa oficial, resumo dos trabalhos*. Santa Maria : Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional do Rio Grande do Sul, 1992.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10º, São Paulo, 1994

1994 *Anais*. São Paulo : Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo, 1998. 1 CD-Rom.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 11º, Rio de Janeiro, 1996

1996 *Programa oficial*. Rio de Janeiro : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 12º, Paraíba, 1998

1998 *Programa oficial*. Paraíba : Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional da Paraíba, 1998.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 13º, Salvador, 2000

2000 *Programa oficial*. Salvador : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2000.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 14º, Rio de Janeiro, 2006

2006 *A Arquivologia e a construção social do conhecimento*. [Em linha]. Rio de Janeiro : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2006. [Consult. out. 2017]. Disponível em: <https://cidarq.ufg.br/n/16251-congresso-brasileiro-de-arquivologia>.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15º, Goiânia, 2008

2008 *Anais : A Arquivologia no Brasil: diversidades, desigualdades e perspectivas*. [Em linha]. Goiânia : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2008. [Consult. out. 2017]. Disponível em: http://www.aag.org.br/anaisxvcbba/conteudo/paginas/indice_titulos.htm.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 16º, São Paulo, 2010

2010 *O Lugar do arquivo*. [Em linha]. São Paulo : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2010. [Consult. out. 2017]. Disponível em: <http://www.fundasantos.org.br/xvicba/page.php?2>.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 17º, Rio de Janeiro, 2012

2012 *Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI*. [Em linha]. Rio de Janeiro : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. [Consult. out. 2017]. Disponível em: http://www.tst.jus.br/noticias-memoria/-/asset_publisher/oqM8/content/xvii-congresso-brasileiro-de-arquivologia.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 18º, 2015

2015 *Políticas arquivísticas no contexto Ibero-americano*. [Em linha]. 2015. [Consult. out. 2017]. Disponível em: <http://arquifes.blogspot.com/2015/02/congresso-brasileiro-de-arquivologia-de.html>.

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

2016 *Histórico dos Congressos Nacionais de Arquivologia*. [Em linha]. [S. l.] : Associação dos Arquivistas do Estado do Ceará, 2016. [Consult. out. 2017]. Disponível em: <http://www.arquivece.com.br/cna/vii-cna/historico-dos-cna-s>.

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1º, Brasília-DF, 2004

2004 *Anais: os arquivos do século XXI: políticas e práticas de acesso às informações*. Brasília-DF : ABARQ, 2004. 1 CD.

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2º, Porto Alegre, 2006

2006 *Programa oficial: os desafios do arquivista na Sociedade do Conhecimento*. [Em linha]. Porto Alegre : AARS, 2006. [Consult. out. 2017]. Disponível em: <http://www.arquivista.net/AnaisEventos/cna2006/programacao.htm>.

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3º, Rio de Janeiro, 2008

2008 *Anais: Arquivologia e suas múltiplas interfaces*. [Em linha]. Rio de Janeiro : ENARA, 2008. [Consult. out. 2017]. Disponível em: <http://www.aerj.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Anais-III-CNA.pdf>.

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 4º, Vitória, 2010

2010 *Anais: a gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação*. Vitória : ENARA, 2010.

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5º, Salvador, 2012

2012 *Anais: Arquivologia e internet: conexões para o futuro*. [Em linha]. Salvador : ENARA, 2012. [Consult. out. 2017]. Disponível em: <http://www.enara.org.br/cna2012/anais/AnaisVCNA2012.pdf>.

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 6º, Santa Maria, 2014

2014 *Anais: Arquivologia, sustentabilidade e inovação*. [Em linha]. Santa Maria : AARS, 2014. [Consult. out. 2017]. Disponível em: <https://www.slideshare.net/dfloresbr/arquivologia-sustentabilidade-e-inovao-vi-congresso-nacional-de-arquivologia-anais-do-vi-cna-2014>.

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 7º, Fortaleza, 2016

2016 *Anais: Arquivologia: da Interdisciplinaridade à Interoperabilidade*. [Em linha]. Fortaleza: AAEC, 2016. [Consult. out. 2017]. Disponível em: <http://www.arquivece.com.br/cna/anais>; <https://drive.google.com/file/d/0Bz2-N2zP4P4SR2RNeXpIaUEwdTA/view>.

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 8º, João Pessoa, 2018

2018 *Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para a Arquivologia*. [Em linha]. João Pessoa : AAPB, 2018. [Consult. mar. 2018]. Disponível em: <http://viiicna.com.br/>.

DELMAS, Bruno

2010 *Arquivos para quê?* Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo : Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DUCHEIN, Michel

1986 O Respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*. 10-14:1 (abr. 1982/ago. 1986) 14-33.

LEON, Cristiano Bassetti de

2016 *A Produção de conhecimento em Arquivologia: uma análise das comunicações livres do Congresso Nacional de Arquivologia no período 2004-2014*. [Em linha]. Porto Alegre : Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. [Consult. out. 2017]. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157296/001013030.pdf?sequence=1>.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol

1998 *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa : Dom Quixote, 1998.

SILVA, Eliezer Pires da; DILL ORRICO, Evelyn Goyannes

2015 O Projeto da Associação dos Arquivistas Brasileiros para o campo arquivístico.
Perspectivas em Ciência da Informação. 20:3 (jul./set. 2015) 85-100.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de

2011 Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho.
Brasília : Starprint. 2011.

Katia Isabelli Melo | isabelli@unb.br

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Aline da Cruz Cardoso | aline.unb17@gmail.com

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Resumo: A partir da perspectiva da preservação digital e da custódia arquivística ao longo do tempo, vê-se que os sistemas e repositórios de gestão e guarda de documentos estruturam as evidências, resultado das transações das instituições. Nesse momento o entorno digital de um serviço de arquivo digital traduz-se como o conjunto de plataformas e modelos, responsável por custodiar os documentos arquivísticos registrados em sequência binária. Ao comparar o entorno digital com o modelo de *record continuum*, vê-se a estrutura do fluxo documental desde o ambiente de negócios até os ambientes de difusão. A Cadeia de Custódia pode ser relacionada ao Ciclo de Vida da Curadoria Digital, pois ambas buscam, de sua forma própria, garantir a autenticidade, confiabilidade e integridade de documentos arquivísticos. Para isso, deve-se manter uma cadeia de custódia identificada, desde o ambiente de gestão até o ambiente de preservação, incorporando os documentos natodigitais como prioridade. Como achados do trabalho, verifica-se que foi possível estabelecer a relação da Curadoria Digital, da Preservação Digital e da Cadeia de Custódia, pois a curadoria digital garante a sustentabilidade dos dados a longo prazo e desenvolve ações de manutenção, preservação e agregação de valor aos dados em toda sua vida útil. Já a custódia, que inclui a cadeia de ações e responsabilidades ao longo de tempo, visa a guarda e proteção de arquivos, similar com as ações de Curadoria. Por fim, destaca-se como competências a biblioteconomia digital, o arquivamento digital e o gerenciamento e ciência de dados.

Palavras-chave: Arquivo digital; Curadoria digital; Custódia arquivística; Entorno digital; Preservação digital; Repositório digital confiável

Abstract: From the perspective of digital preservation and archival custody over time, it is seen that systems and repositories of document management and storage structure the evidence, the result of institutional transactions. At that moment the digital environment of a digital archive service translates as the set of platforms and models, responsible for guarding the archival documents registered in binary sequence. When comparing the digital environment with the record continuum model, one can see the structure of the document flow from the business environment to the diffusion environments. The Chain of Custody may be related to the Digital Curation Life Cycle, since both seek, in their own way, to guarantee the authenticity, reliability and integrity of archival documents. For this, a chain of custody must be maintained, from the management environment to the preservation environment, incorporating the natodigital documents as a priority. As a result of the study, it was possible to establish the relationship between Digital Curation, Digital Preservation and Chain of Custody, since digital curators guarantee long-term data sustainability and perform maintenance, preservation and value-adding actions the data throughout its useful life. Already the custody, which includes the chain of actions and responsibilities over time, aims at the custody and protection of files, similar to the actions of Digital Curation. Finally, digital librarianship, digital archiving, and data management and data science stand out.

Keywords: Digital archive; Digital curation; Archival custody; Digital environment; Digital preservation; Trusted digital repository

O contexto do digital

Por mais que a digitalização de processos seja uma realidade trazida à tona pela transformação digital, no contexto de negócios - hoje representado pela estrutura estatal e pelo mercado corporativo - ainda é possível identificar as estratificações em nível operacional, tático e estratégico. É um modelo de organização típico de grandes empresas,

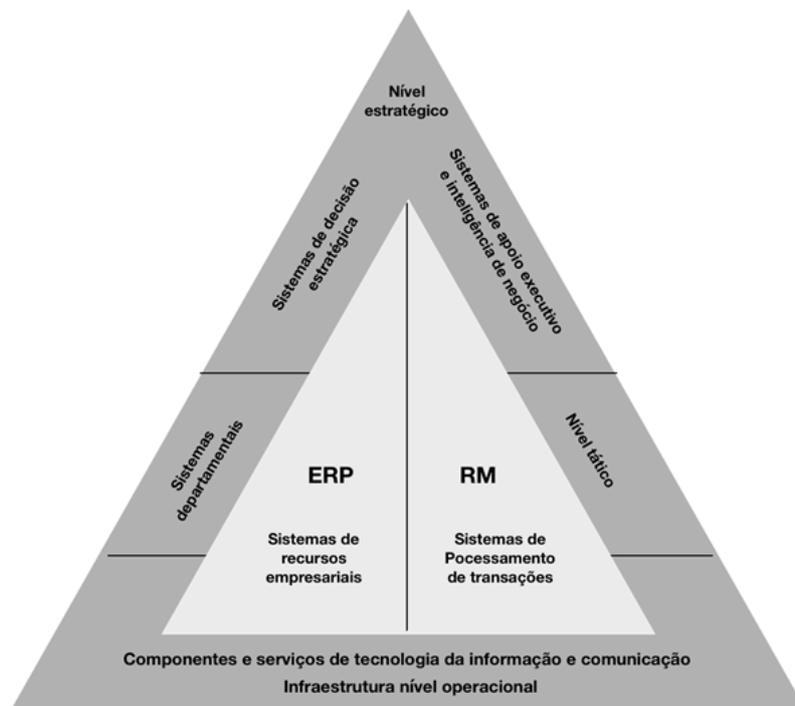
visto que as pequenas empresas é muito comum competências generalistas, com colaboradores desempenhando atividades em diversos níveis.

De fato há uma maior integração nos fluxos de trabalho, porém ainda há uma divisão que impacta na estrutura de sistemas e serviços digitais. Tal nivelamento nos possibilita direcionamento de determinados tipos de informação, pois há claramente perfis específicos de um público-alvo. Obviamente, com advento de portais e ambientes sociais existem verdadeiras arenas digitais onde estas pessoas se encontram, são ambientes de colaboração e intranets sociais.

Este contexto de negócios impacta na aplicação das tecnologias de informação na organização (Fig. 1). Então temos uma divisão entre infraestrutura de tecnologia da informação, como gestão de aplicações bases de dados, gestão de segurança e risco até as comunicações em fios redes software errado. Na ponta da pirâmide temos as tecnologias de informação transversais, como os Sistemas de planejamento de recursos empresariais e o sistemas de processamento de transações vinculados a portais corporativos. Além disso existem sistemas departamentais especializados, como sistemas de recursos humanos, finanças, produção, contábeis.

E na ponta da pirâmide existem os sistemas de apoio executivo, os sistemas mais estratégicos de gestão da informação como os sistemas de *business intelligence*, os grupos de trabalho, os sistemas de marketing e de decisão estratégicos para os executivos. Toda essa estrutura de tecnologia da informação gera a fase de primitivismo digital, onde verifica-se o aumento do uso e da produção de informação em meio digital.

Fig. 1: O Contexto dos sistemas de negócios



Fonte: o autor

A informação digital traz então uma realidade de informações primitivas em suporte eletrônico (os dígitos binários) que precisam ser tratados e mediados por interfaces para que sejam utilizados no curso das ações das empresas e instituições. Deve também registrar a memória da tomadas de decisões. Elas se encontram no ambiente de negócios, que é o *locus* de interação entre os níveis funcionais, onde as informações são geradas no apoio das ações, mas que podem ou não serem fixadas em um documento. Essa realidade reforça a necessidade de se trabalhar a preservação digital de objetos digitais (informação) e da mesma forma os documentos com potencial arquivístico.

Documento arquivístico e informação são duas entidades diferentes, apesar de serem confundidas com frequência. A informação pode circular livremente e ser combinada com novos dados, gerando assim novas informações, esta precisa ser confiável, mas não pode ser fixa. Já o documento é de fato informação fixada, que precisa de metadados para identificar as pessoas, e possuir a mesma apresentação que tinha quando o documento foi armazenado, além disso, seu conteúdo deve ser estável, isto é, o documento tem que permanecer completo e inalterado.

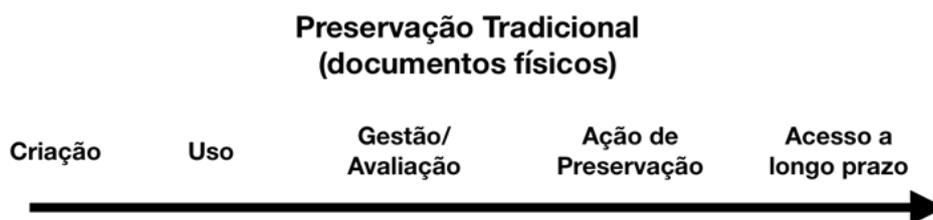
Ainda são observadas a organicidade, que é o vínculo arquivístico com outros documentos, o contexto identificável (produtor, autor, destinatário, data) e se participa ou apoia alguma ação. Em relação às pessoas, dever ter no mínimo três implicadas na criação: autor, redator e destinatário (CONARQ, 2011).

Diante deste cenário, a este artigo coloca-se um desafio contemporâneo. É possível compreender a curadoria digital como ferramenta que utiliza elementos arquivístico de forma complementar, objetivando melhorar a confiança e visando a preservação digital tanto de objetos digitais como de documentos arquivísticos digitais? Nestas relações cabe comparar cada iniciativa e estabelecer as similaridades entre a preservação digital, a custódia arquivística e a curadoria digital.

A preservação digital

Numa analogia da preservação digital com a de documentos físicos existe uma linha sequencial entre a criação e o acesso a longo prazo. O documento recebe uma ação de preservação apenas ao final do seu prazo de guarda intermediária. Essa ação de preservação visa preparar o documento para acesso futuro.

Fig. 2: Linha do tempo da preservação de documentos em suporte físico



Fonte: o autor

Por outro lado, na preservação digital as ações de preservação ocorrem a cada etapa numa linha de tempo de um documento ou objeto digital, sendo aplicadas ações de preservação para registrar determinadas situações e variações contextuais a cada etapa.

Fig. 3: Linha do tempo da preservação digital de documentos em suporte físico



Fonte: o autor

Assim, ocorre ações de preservação logo após a criação, após o uso, em prazo de guarda temporária, e sempre de forma cíclica, para garantir acesso a longo prazo. Essa visão de linha de tempo é compartilhada com a curadoria digital. Na visão de Maureen Pennock (2007) a curadoria é manter e agregar valor a um conjunto confiável de informação digital, tanto para o uso presente quanto para o futuro. É a gestão ativa, com avaliação da informação digital ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Neste caso, ao destacar o conjunto confiável de informação digital, a autora reforça a visão de que se trata de um acervo definido, intencionalmente estruturado, destacando ainda o papel da confiança e, por consequência, da autenticidade. Este é um fator que aproxima ao trabalho do arquivista, responsável por garantir a autenticidade de documentos arquivísticos e registros orgânicos. Ao falar de gestão ativa com a avaliação da informação, ela destaca o papel do profissional digital na aplicação de processos de preservação digital, pois declara que ocorre ao longo de todo o ciclo de vida. Da criação até a destinação final.

A preservação digital engloba ações visando manter a integridade e a acessibilidade dos documentos digitais ao longo do tempo. "Devem alcançar todas as características essenciais: físicas (suporte), lógicas (software e formato) e conceituais (conteúdo exibido)", conforme destaca o CONARQ (2016). Uma estratégia de preservação deve ser aplicada desde o planejamento da gestão da informação arquivística, definindo-se prazos de guarda e eliminação e aplicado diretamente no objeto digital via sistemas de gerenciamento, desde sua gênese. As ações de preservação digital devem ocorrer desde o início do ciclo de vida do documento.

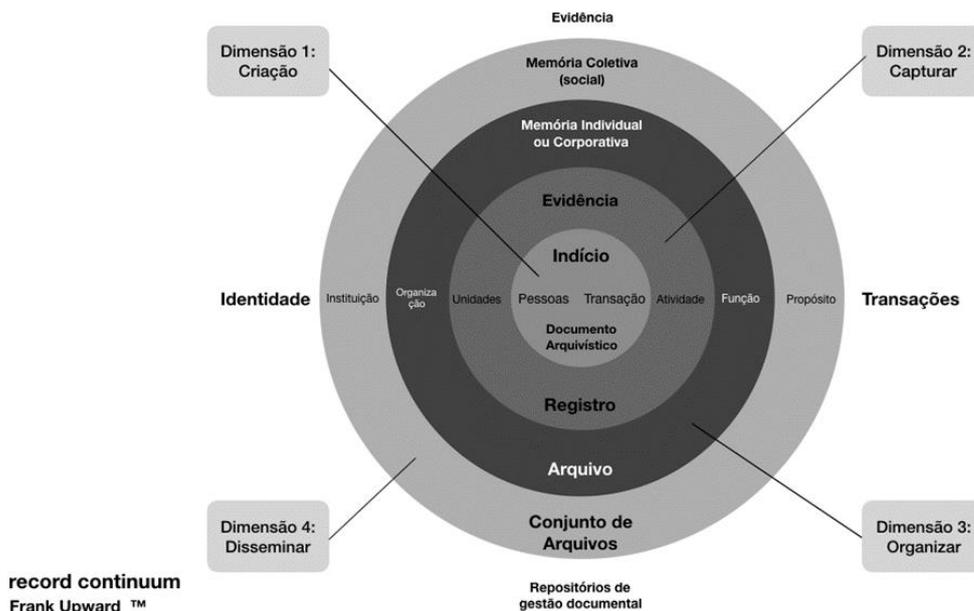
A custódia arquivística ao longo do tempo

Quando aborda-se a custódia arquivística é válido lembrar o conceito de cadeia de custódia conforme Luz e Flores (2018), a cadeia de custódia é um adendo à confiança do sistema de

documentos, pois tem a posse do documento desde a criação e uso. Em relação ao arquivo permanente digital, que futuramente será o arquivo histórico digital, a cadeia de custódia está vinculada a um repositório digital confiável, que é uma plataforma tecnológica capaz de manter autênticos os materiais digitais, de preservá-los e prover acesso a eles pelo tempo necessário. A cadeia de custódia é a sequência de responsáveis e ações realizadas sob um acervo em custódia, sendo que essas ações são transparentes e suficientes e registradas a fim de garantir a confiabilidade naqueles registros.

Do ponto de vista arquivístico, ainda, vale observar o modelo *Record Continuum* estabelecido pelo arquivista australiano Frank Upward (Fig. 4), onde estabelece, ao longo do tempo da vida de um documento arquivístico, o processo de evolução e de mudança de aspectos do uso e utilidade destes documentos.

Fig. 4: O modelo *Record Continuum*



Fonte: traduzido a partir de Frank Upward (1997)

A primeira dimensão, como Upward (1997) chama, é a de Criação. Nela o documento arquivístico captura um indício e é onde está declarada a transação, ou ação. É onde as pessoas envolvidas estão identificadas.

A próxima dimensão, segundo o autor é a dimensão dois, de Captura. Onde o indício torna-se uma evidência e o documento passa a compor uma série documental, um registro onde as pessoas envolvidas pertencem a unidades e as transações estão vinculadas a atividades. A terceira dimensão é da Organização. Nela o documento arquivística está no arquivo onde é estabilizada a memória individual ou corporativa. Nesse sentido a atividade está vinculada a uma função maior e as unidades em conjunto compõem uma organização.

E a última dimensão desse *continuum* é a dimensão Disseminar, onde um conjunto de arquivos, então extrapolando suas próprias unidades produtoras, estão vinculadas a uma memória coletiva ou social. As funções portanto são identificadas agora como propósitos, sentido que se dá as próprias organizações e essas organizações são instituições que trabalham em conjunto.

Essas dimensões garantem, portanto, que os repositórios de gestão e guarda documental estruturam as evidências que compõem as identidades e as transações das instituições. Este modelo possibilita uma abordagem holística do processo de custódia documental, garantindo uma cadeia de custodiadores identificados com propósito único. Nesse sentido, além de comparar estas ações com a cadeia de custódia documental, podemos também comparar o modelo *Record Continuum* com as atividades e ações na Curadoria Digital, que, segundo Pennock (2007), trata da gestão ativa com avaliação da informação ao longo de todo ciclo de vida da informação digital.

O entorno digital de um serviço de arquivo digital

Esta abordagem sugerida pelo modelo Record Continuum possibilita fazer uma analogia com o Entorno Digital de um arquivo, que é o conjunto de plataformas e modelos responsável por custodiar os documentos arquivísticos registrados em cadeia binária. Conforme verificamos a inserção da gestão arquivística de documentos digitais no emaranhado ambiente corporativo, também vemos o entorno composto por quatro grandes áreas, como detalhado na Fig. 5.

Vamos chamar de dimensões, apenas para estabelecer analogia com o modelo de Upward. A primeira dimensão seria anterior ao processo de captura, onde está o ambiente de negócios e de fato a uma variedade de ferramentas e sistemas digitais corporativos, especialistas, transoperacionais como vimos no início deste artigo.

É um ambiente de geração de informação e, portanto de documentos, que nada mais é que informação fixada em um suporte e com requisitos identificáveis. É neste ambiente que pode possuir, portanto, documentos natodigitais e documentos digitalizados. É nesta dimensão que pode mais facilmente ocorrer o processo de transformação digital, da migração de processos *off-line* para ambientes *on-line*.

A partir disso é necessário o processo de captura, nossa segunda dimensão comparativa, o da identificação de documentos digitais que possuem características de documentos arquivísticos. Após esse processo de captura, os documentos arquivísticos são inseridos no SIGAD (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos). É onde ocorre o primeiro tratamento técnico com vistas a preservação destes documentos, é este o ambiente de gestão de documentos. O documento ainda possui um elevado nível de consultas e compõem processos ainda em andamento.

Fig. 5: O entorno digital de um serviço de arquivo digital



Fonte: conforme LUZ (2017)

Após transcorridos prazos aplicáveis e respeitada a temporalidade, são criados os pacotes de submissão de informação (PSI), que são submetidos ao repositório digital arquivístico confiável (RDC-Arq), quando tornam-se pacotes de arquivamento de informação (PAI). Já em nossa terceira dimensão do entorno digital. É neste ambiente que ocorre a custódia definitiva de documentos e ações de preservação contínuas.

A última dimensão trata da mediação de informação, onde pacotes de difusão da informação (PDI) são gerados e fornecidos para ambientes digitais de disseminação e pesquisa. Ambientes de difusão onde são pesquisados as derivativas dos documentos por usuários em sites, portais, *dashboards*, redes sociais e interfaces que realizam a mediação da informação entre usuário e o representante digital do documento arquivado.

Cadeia de Custódia pode englobar o Ciclo de Vida da Curadoria Digital

A forma de garantir a autenticidade, confiabilidade e integridade de documentos arquivísticos é garantir a estabilidade das características diplomáticas dos documentos nos ambientes digitais, o que passa por manter uma cadeia de custódia identificada, desde um ambiente de gestão até o ambiente de preservação, incorporando os documentos natodigitais como prioridade.

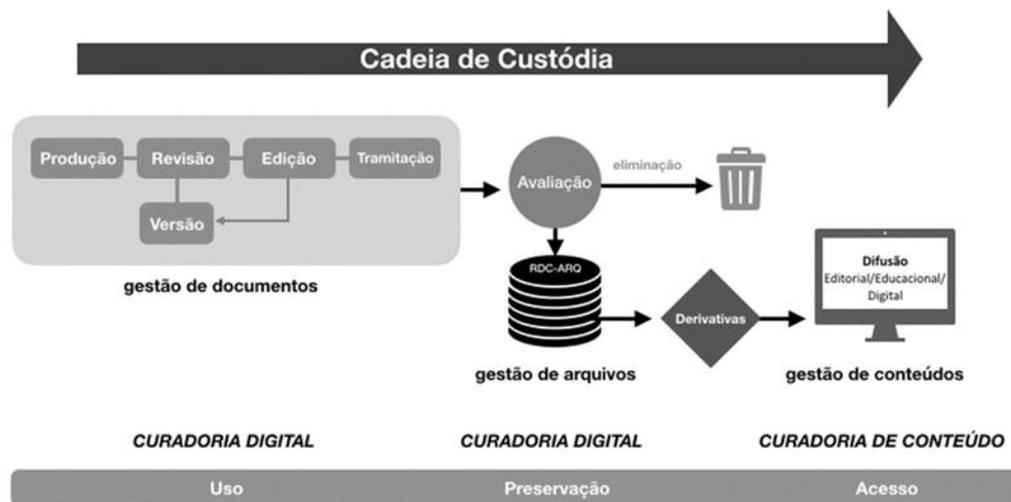
Uma cadeia de custódia, neste sentido, pode tratar-se de um conjunto sequencial de ações a serem desempenhados por um produtor e um custodiar de documentos. Eles atuam com a aplicação da arquivística integrada e incorporam a cadeia de custódia ininterrupta como estratégia de reforço de confiabilidade e autenticidade documental e por profissionais da informação.

A manutenção da cadeia de custódia deve ser feita através de ambientes autênticos, sendo os SIGAD – Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos criado pelo CONARQ (2011) definidos pelo conjunto de requisitos da norma E-Arq Brasil e aplicáveis nas fases corrente e intermediária de gestão documental e o RDC-Arq (Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis) na fase permanente, conforme preconiza o mesmo CONARQ (2015) mais adiante.

A prática da gestão documental é obviamente importante no processo de manutenção da cadeia de custódia digital dos documentos arquivísticos, afinal, a gênese documental é onde ocorre a criação e o uso destes documentos, que podem iniciar já em ambiente custodiado e com princípios de confiança e autenticidade. Após o uso na gestão documental, este documento é avaliado em seu contexto e inserido para preservação num repositório digital confiável, de onde saem as derivativas de acesso disponíveis em ambientes de difusão e acesso ao acervo.

Junto a esta linha de tempo, onde está ancorada a cadeia de custódia, é onde ocorrem as operações de curadoria digital (em gestão e preservação) e curadoria de conteúdo (ambientes de difusão), todas as operações presentes no modelo de ciclo de vida do DCC.

Fig. 6: A relação da preservação, curadoria digital e cadeia de custódia



Neste sentido, as ações desenvolvidas numa cadeia de custódia visando a garantia de autenticidade, preservação e acesso aos documentos arquivísticos podem ser comparadas com as ações do ciclo de vida, como as sugeridas pelo DCC. Conforme sua aplicação, se documentos arquivísticos ou objetos digitais, ambos modelos podem conviver na ação dos profissionais da informação. Já a curadoria de conteúdo trata-se de um processo de segmentação e de filtragem de conteúdo, para disseminação seletiva por meio de ambientes e canais acessíveis. Portanto a curadoria digital ocorre mais fortemente na fase de gestão de documentos e na custódia definitiva e a curadoria de conteúdo aplicável na fase de acesso e difusão permanente. Como afirma Yakel (2007), a curadoria digital é o

envolvimento ativo de profissionais da informação na gestão, incluindo a preservação, de dados digitais para uso futuro.

Curadoria Digital e Preservação Digital numa cadeia de custódia

A curadoria digital tem a missão de garantir a sustentabilidade dos dados a longo prazo e envolve a manutenção, preservação e agregação de valor aos dados em toda sua vida útil. Em comparação com a custódia, que inclui a cadeia ao longo de tempo, e que tem a responsabilidade de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade. À custódia cabe a garantia da forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto, ação e cinco pessoas (no mínimo as três: autor, redator, destinatário).

A curadoria digital pode ser uma forma de apoiar o profissional da informação na realização da custódia ao longo do tempo, onde deve ocorrer as ações de preservação. Por fim a preservação, que são atividades e processos responsáveis por garantir o acesso continuado a longo-prazo à informação e interpretação do patrimônio cultural existente em formatos digitais. Envolve a retenção do objeto informacional, sua atualização de suporte e de seu significado. A curadoria, por envolver também os processos de preservação, pode ser tratada como uma forma de apoiar a cadeia de custódia na garantia das condições de confiança e de tratamento técnico.

Para Harvey e Oliver (2016), são ações de um arquivista nos documentos digitais, a garantia dos registros digitais autênticos, de que eles são de fato o que pretendem ser, possuam completude e seja possível identificar ao mínimo o autor, o destinatário e o redator. Outro fator é o uso de metadados especializados para as ações digitais que ocorrem ao longo do tempo nestes documentos arquivísticos.

Para estes autores, os documentos arquivísticos devem ser registros digitais confiáveis, o conteúdo deve ser confiável como uma representação completa e precisa das transações, atividades ou fatos. E devem possuir, também, sua Integridade, que sejam completos e inalterados. Outro fator destacado é de que os registros digitais sejam utilizáveis, que sejam localizados, recuperados, apresentados quando solicitados e interpretáveis.

Eles vão além, pois versam em como alcançar os objetivos, afirmando que é necessário o uso de Sistema confiável de armazenamento digital (ou seja, no caso brasileiro é o uso de um RDC-ARQ), que seja possível gerenciar a proteção de dados de acordo com boas práticas de TI para segurança de dados, backups, verificação de erros. Harvey e Oliver (2016) ainda destacam que para ter sucesso também deve-se atualizar as versões dos documentos, mover arquivos para uma versão mais recente da mesma mídia de armazenamento ou para uma mídia de armazenamento diferente, sem alterações no fluxo de *bits*, e momento de verificar a precisão dos resultados (por exemplo, somas de verificação *checksum*), sendo necessário documentar todo este processo.

Por fim, os autores destacam como forma de como alcançar os objetivos de preservação e de curadoria digital em arquivos é manter várias cópias do fluxo de bits, com uma clara política de backup, além de observar os direitos autorais, ao assegure-se de ter o direito de copiar e aplicar a preservação, o que pode exigir negociação com proprietários de direitos. O último aspecto arquivístico importante é o uso de formatos de arquivo favoráveis à

preservação, ou seja, formatos padrão abertos e bem suportados para os quais as ferramentas de acesso provavelmente permanecerão disponíveis no futuro.

Competências e ações sequenciais

Assim, com base na comparação dos modelos de entorno digital e da curadoria digital é possível relacioná-los com a necessidade de competências específicas na realização de determinados serviços e aplicações técnicas, como podemos corroborar com o que afirmam Lee e Tibbo (2011), que a Curadoria Digital serve para designar um conjunto de oportunidades para o engajamento interinstitucional e interdisciplinar que têm evoluído - com muitos avanços e contribuições valiosos por arquivistas - por décadas.

Cabe destacar o modelo de ciclo de vida mantido pelo Digital Curation Centre (DCC) (HIGGINS, 2008), que usa uma linha de tempo como forma de ciclo de vida, apresentando as ações necessárias, das frequentes às esporádicas, de curadoria e de preservação em acervos digitais. É este modelo que pode garantir a manutenção, autenticidade, confiabilidade, integridade e usabilidade do objeto digital. O modelo possui ações permanentes, aplicáveis a todo ciclo de vida, com ações de descrição e representação da informação, o planejamento (e monitoramento) da preservação, engajamento da comunidade, além da própria curadoria e preservação.

O modelo também apresenta as ações sequenciais que é a conceitualização do acervo, sua criação e recebimento de objetos digitais, a avaliação e seleção destes, além do arquivamento (que precisam também de ações de preservação) e o armazenamento até o acesso, uso e reuso e transformação de conteúdo. E, finalizando, ainda existem as ações ocasionais como eliminações de registros, a reavaliação e a migração (HIGGINS, 2008).

De forma mais arquivística, podemos entender o modelo do DCC como um grande framework de atividades, que pode ser complementado pelo Modelo OAIS (*Open Archival Information System*) (CONSULTATIVE..., 2012), que possui abrangência internacional com a ISO 14.721:2003, e que traz uma forma de operacionalizar a preservação a longo prazo de objetos digitais.

Assim, com esta variedade de técnicas, ações e serviços a serem realizados no processo de curadoria digital é aderente ao que afirma Adrian Cunningham, quando diz que a curadoria digital é unir, em um todo coerente, os vários segmentos de esforços profissionais relacionados, que abrangem toda a vida da informação digital. Incluídos na definição de curadoria digital estão os esforços de preservação digital, biblioteconomia digital, arquivamento digital e gerenciamento de dados.

Algumas considerações derradeiras

Com a preservação digital, a custódia arquivística ao longo do tempo, vimos que os repositórios de gestão e guarda documental estruturam as evidências que compõem as identidades e as transações das instituições. Este modelo possibilita uma abordagem holística do processo de custódia documental, garantindo uma cadeia de custodiadores identificados com propósito único. Nesse sentido, além de comparar estas ações com a

cadeia de custódia documental, é necessária a avaliação da informação ao longo de todo ciclo de vida da informação digital.

É quando podemos ter a visão do entorno digital de um serviço de arquivo digital, que é o conjunto de plataformas e modelos responsável por custodiar os documentos arquivísticos registrados em sequência binária. Também vemos o entorno composto por quatro grandes áreas, assim como o modelo *record continuum*, onde o ambiente de negócios é a primeira dimensão e os ambientes de difusão e pesquisa são o objetivo final da quarta dimensão deste entorno digital.

Com base nesta constatação, vimos que a Cadeia de Custódia pode ser comparado ao Ciclo de Vida da Curadoria Digital, pois a forma de garantir a autenticidade, confiabilidade e integridade de documentos arquivísticos é mantendo a estabilidade das características diplomáticas dos documentos nos ambientes digitais, o que passa por manter uma cadeia de custódia identificada, desde um ambiente de gestão até o ambiente de preservação, incorporando os documentos natodigitais como prioridade no fazer cotidiano, como o da curadoria digital.

Por fim, foi possível estabelecer a relação da Curadoria Digital e da Preservação Digital numa cadeia de custódia, pois a curadoria digital garante a sustentabilidade dos dados a longo prazo e desenvolve ações de manutenção, preservação e agregação de valor aos dados em toda sua vida útil. A custódia, que inclui a cadeia de ações e responsabilidades ao longo de tempo, visa a guarda e proteção de arquivos. O que mostra a necessidade de além de competências e serviços, unir os segmentos de esforços profissionais relacionados a preservação digital, como a biblioteconomia digital, o arquivamento digital e o gerenciamento e ciência de dados.

Referências bibliográficas

CONSULTATIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEMS

2012 *Reference Model for an Open Archive Information System (OAIS)*. [Em linha]. Washington: CCSDS Secretariat, 2012. [Consult. 18 ago. 2018]. Disponível em: <http://public.ccsds.org/publications/archive/650x0m2.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos

2015 *Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis: RDC-Arq 2015*. [Em linha]. Rio de Janeiro : CONARQ-CTDE, 2015. [Consult. 18 ago. 2018]. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/textos/diretrizes_rdc_arq.pdf.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos

2016 *Perguntas mais frequentes*. [Em linha]. 2016. [Consult. 18 ago. 2018]. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/perguntas-mais-frequentes.html>.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos

2011 *e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos*. [Em linha]. Rio de Janeiro : CONARQ-CTDE, 2011. [Consult. 18 ago. 2018]. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf.

HARVEY, Douglas Ross; OLIVER, Gillian

2016 *Digital curation*. [S. l.] : ALA Neal-Schuman, 2016.

HIGGINS, Sarah

2008 The DCC curation lifecycle model. *International Journal of Digital Curation*. 3:1 (2008).

LEE, Christopher A.; TIBBO, Helen

2011 Where's the archivist in digital curation? Exploring the possibilities through a matrix of knowledge and skills. *Archivaria*. 72 (2011) 123-168.

LUZ, Charley

2017 *Como a experiência do Usuário "uX" impacta na Arquitetura da Informação das Bibliotecas Digitais*. [Em linha]. III TOI, 2017. [Consult. 14 jul. 2018]. Disponível em: <https://www.slideshare.net/charlleyluz/apresentacao-iii-toi-seminario-de-softwares-livres>.

LUZ, Charley; FLORES, Daniel

2018 Cadeia de custódia e de preservação: autenticidade nas plataformas de gestão e preservação de documentos arquivísticos. In *Seminário Serviços de Informação em Museus*. [S. l. : s. n.], 2018, p. 171-181.

PENNOCK, Maureen

2007 Digital curation: a lifecycle approach to managing and preserving usable digital information. *Library and Archives*. [Em linha]. 18:1 (jan. 2007) 1-3. [Consult. 14 jul. 2018]. Disponível em: http://www.ukoln.ac.uk/ukoln/staff/m.pennock/publications/docs/lib-arch_curation.pdf.

PRYOR, Graham; DONNELLY, Martin

2009 Skilling up to do data: whose role, whose responsibility, whose career? *International Journal of Digital Curation*. 4:2 (2009) 158-170.

UPWARD, F.

1997 Structuring the record continuum. Part one - Post custodial principles and properties. *Archives and Manuscripts*. 24:2 (1997) 268-285.

YAKEL, E.

2007 Digital curation: OCLC Systems & Services. *International digital library perspectives*. 23:4 (abr. 2007) 335-340.

Charley dos Santos Luz | charley@fespsp.org.br

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo | Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

NAS TRAMAS DO TECIDO: perspectivas de tratamento para arquivos de moda a partir da experiência com a marca Osklen

IN THE FABRIC WEFTS: treatment perspectives for fashion archives from the experience with the Osklen brand

Fernanda Araújo | Fabiana Dias | Jorge Phelipe Abreu

Resumo: O trabalho apresenta a área de Memória Empresarial da empresa de moda Osklen, contextualiza como as áreas de memórias institucionais se desenvolveram no Brasil e no mundo, quais documentos as constituem e problematiza as fronteiras entre o documento arquivístico e o documento museológico a partir das peças de roupa presentes em seu arquivo.

Palavras-chave: Arquivo de moda; Indumentária; Memória empresarial

Abstract: The paper presents the Corporate Memory area of the fashion company Osklen, contextualizing how the areas of institutional memories developed in Brazil and in the world, what documents constitute them and problematizes the boundaries between the archival document and the museological document from the pieces of clothing present in its archive.

Keywords: Fashion archive; Clothing; Corporate memory

Introdução

Na conjugação de proteção, demonstração de poder e estética, o surgimento da indumentária remonta à pré-história, quando o homem começou a cobrir o corpo com materiais orgânicos. No escopo do desenvolvimento de soluções que atendessem as necessidades cotidianas, as roupas se inscreveram no âmbito da cultura material. Para Le Goff (2006:241), “a cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura”. Nesse sentido, as roupas constituem-se em elementos que se relacionam com as vivências sociais em diversos tempos e espaços e possibilitam leituras dos lugares ocupados pelos homens na sociedade, bem como de suas relações de sociabilidade. De acordo com Debom (2014:1), “nos trajes entrecruzam-se diversos elementos simbólicos que edificam uma época. As vestes permitem leituras enviesadas que caminham pelas mais diversas esferas do pensamento, da política e da economia”.

Entretanto, a moda, de acordo com Debom (2014), constitui-se um objeto pouco reconhecido no universo acadêmico. Embora os primeiros trabalhos históricos dedicados ao traje remontem ao século XIX, somente com os estudos de Roland Barthes nos anos 1950 que a pesquisa sobre moda se inaugura em diversas áreas do conhecimento, como História, Sociologia, Semiologia, etc. Abre-se, nesse sentido, espaço para o entendimento, pela semiótica, da indumentária como texto, “pelas tramas dos tecidos leem-se múltiplos discursos que vão desde os anseios pessoais, a expressão de personalidade, a influência da sociedade sobre o indivíduo e sua postura política” (DEBOM, 2014:3).

Desse modo, as roupas assumem o papel de registros que se configuram, na perspectiva de Millar (2006), como gatilhos disparadores da memória. Enquanto “arquivos culturais privilegiados, capazes de fazer perceber os meandros da sociabilidade, proporcionando ainda um sentimento de pertencimento social” (ROCHE, 2007 *apud* OLIVEIRA, 2012:52),

a indumentária se constitui em evidência mediadora da memória coletiva. Para Millar (2006) os registros e arquivos não são em si "memórias", mas pedras de toque sobre as quais as memórias podem ser recuperadas, preservadas e articuladas.

Contudo, os arquivos caracterizam-se majoritariamente pelos registros escritos e as roupas, como exposto, nem sempre foram vistas como fonte de estudos no âmbito das Ciências Sociais e, quando abordadas, são contempladas por uma perspectiva mercadológica e não arquivística, ocultando seu valor informativo e documental, parte, como veremos, de um contexto institucional e até administrativo. Ressalta-se ainda que mesmo a dimensão artística do vestuário é questionada. Os estudos recentes do vestuário e da moda como fontes para os estudos históricos repercutem na ausência desses artefatos não somente nos arquivos, como nos museus e na própria academia e velam seus sentidos complementares que permitem apreender acerca de questões sociais, econômicas, religiosas e políticas. De acordo com Braudel (2005:281) a história das roupas aponta “todos os problemas, os das matérias-primas, dos processos de fabrico, dos custos de produção, da fixidez cultural, das modas, das hierarquias sociais. Variado, o traje por toda a parte se obstina em denunciar as oposições sociais”.

Assim, as roupas nos arquivos institucionais caracterizam-se, pois, como um espaço tão complexo quanto fértil, que desafia o conhecimento estabelecido e requer contínuas discussões. Deste modo, a partir da perspectiva dos arquivos como processos e produtos histórico-sociais, o presente trabalho justifica sua inserção nas discussões acerca dos arquivos na sociedade ao vislumbrar a análise de uma temática pertinente às dimensões e configurações da teoria arquivística contemporânea e suas interlocuções com outras áreas do conhecimento.

A proposta deste trabalho é discutir a roupa enquanto documento arquivístico no âmbito dos arquivos institucionais das marcas do negócio da moda, ao apresentar o trabalho realizado com o acervo de indumentária da empresa Osklen durante um período de cinco meses entre os anos de 2016 e 2017.

Consolidada no mercado da moda há quase trinta anos, a Osklen tem por atividade-fim a comercialização de roupas. A marca inscreveu seu nome no setor de *sportwear* e foi pioneira no setor de *ecobrand* no Brasil. Por meio de uma identidade bem delimitada, a marca expandiu seu negócio para além da indumentária, passando à comercialização de um *lifestyle*. Para tanto a empresa produz um vasto acervo que inclui documentos de natureza e tipos diversos, tais como material de pesquisa, croquis e peças pilotos que instrumentalizam a confecção de seu produto final, as peças a serem expostas aos consumidores nas lojas. Nesse sentido uma apresentação da empresa faz-se necessária na medida em que pode-se entender a dinâmica de produção do seu acervo.

Em consonância com marcas como Chloé, Dior e Chanel que se alinharam com museus ou criaram seus próprios espaços para conservar e expor seus arquivos e coleções permanentes, a Osklen desenvolveu a importante iniciativa de criar uma área voltada para a preservação de sua memória, que fornecesse subsídio para a manutenção de sua memória tanto institucional, como organizacional, uma vez que, conforme afirma a estilista da Dior, Maria Grazia Chiuri, em entrevista a revista de moda BoF, “se você tem uma ótima história e quer manter seu componente icônico, você precisa protegê-lo e falar sobre isso”.

Segundo Le Goff (1992:423), a memória se constitui na “propriedade de conservar certas informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. A memória de uma instituição seria, portanto, “a representação, ou o conjunto de representações, que o grupo faz do passado dessa organização, a partir dos elementos disponíveis para isso” (PAZIN VITORIANO, 2013). Nesse sentido, para a autora, a memória institucional está relacionada com o valor social do grupo e a memória organizacional relaciona-se com o conhecimento produzido no curso das atividades da instituição e que deve estar disponível para a respectiva a fim de que possa ser reutilizado (PAZIN VITORIANO, 2015). Sendo assim, as iniciativas da Osklen tomadas na perspectiva do binômio memória institucional e memória organizacional constituem-se no principal foco deste trabalho.

A partir da apresentação do funcionamento (objetivos, missão e função) e da identificação das atividades-meio e fim da empresa Osklen, o acervo produzido será abordado como uma ferramenta de análise e interseção entre a Arquivologia e a Museologia. Um acervo composto em sua maioria de peças de roupas (indumentária) pode ser reconhecido como um documento de arquivo, na medida em que corresponde a um produto da empresa? Ou esse acervo, reconhecidamente museológico, é específico de uma coleção e, portanto não pode ser considerado como um documento arquivístico?

Essas questões serão abordadas sem a pretensão de respondê-las, mas sim de atentar para o debate que aproxima a Arquivologia e a Museologia, indicando aspectos que podem auxiliar no tratamento de acervos proporcionando a sua difusão e divulgação, ou seja, facilitando o acesso, objetivo final tanto dos arquivos quanto dos museus.

1. A empresa Osklen

A partir da premissa de que nenhum documento pode ser interpretado e compreendido totalmente sem que se conheça as razões imbricadas na origem de sua produção (MENNE-HARITZ *apud* BELLOTTO, 2010), expõe-se, nesta primeira seção, breve apresentação da marca Osklen a fim de subsidiar a compreensão da constituição de seu acervo, bem como do tratamento adotado.

Uma das marcas de moda brasileira mais prestigiadas na atualidade, a Osklen tem sua origem em 1989, quando o médico Oskar Metsavaht desenvolveu o *Storm Tech System*, um tecido de membrana interna permeável que fazia com que o suor evaporasse para manter o corpo seco e aquecido, para uma expedição ao Monte Aconcágua na qual Oskar fora pesquisar o condicionamento físico de uma equipe de atletas em temperaturas extremas. Ao retornar, a demanda por casacos produzidos no tecido desenvolvido, fez com que surgisse a Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos (Osklen), marca especializada em roupas esportivas.

Ainda em 1989, inaugura-se a primeira loja, em Búzios. A segunda loja veio dois anos depois, em 1991, no shopping Fashion Mall, no bairro de São Conrado, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1992, aconteceu o primeiro desfile no Copacabana Palace e o prêmio Rio Sul de melhor moda *sportwear*. No final dos anos 1990, foi criada a linha feminina, até então a Osklen apenas produzia roupas masculinas. Nos anos 2000, surgiu a linha *Osklen*

Collection, em que a marca demarcava seu design particular, e o primeiro desfile na *São Paulo Fashion Week*, com a coleção *Surfing the Mountains*¹ e, desde então, não esteve fora de nenhuma edição da semana de moda.

Ao lado da linha *Collection*, a Osklen possui ainda a *Casual* e a *Osklen Surfing*. A *Collection* é a "mais sofisticada [...], está na vanguarda de moda, tem design de moda, usa materiais e tecidos nobres, e expressa o conceito da coleção mais pelas formas, não se destaca pelo uso da iconografia" (ROBIC, 2011:105). A *Casual*, tem como tônica o conforto² e a *Osklen Surfing* constitui-se na linha de praia com tecidos tecnológicos³. A frente da Osklen está Oskar Metsavaht, diretor de estilo e criação da marca, com setenta e quatro lojas brasileiras e seis internacionais⁴. Mais do que uma marca de moda, seu idealizador busca comercializar uma identidade, um *lifestyle*.

Atualmente, a maioria das marcas de moda produzem por ano pelo menos duas coleções, a de verão e a de inverno. No desenvolvimento desses produtos, são criados inúmeros documentos que registram essas atividades. No caso da Osklen, as áreas de Artes e Estilo são as responsáveis pela produção das peças de roupas que estarão, primeiramente, no desfile de passarela⁵, e, posteriormente, nas lojas. A área de Marketing e Comunicação tem o objetivo de fazer o trabalho de divulgação de cada coleção e reforçar a identidade da marca. Para dar o suporte a essas áreas, existem os departamentos de financeiro, compras, informática entre outros responsáveis pelas atividades-meio da empresa.

1.1. A área de memória empresarial da Osklen

A partir do ano de 2001, o antigo departamento de Marketing e Comunicação da empresa iniciou, de maneira espontânea, o acúmulo de diversos suportes documentais que possibilitassem, no futuro, constituir um histórico da marca. Nesse sentido, foram coletados os suportes produzidos pelas atividades-fim da marca, ou seja, das áreas de criação, tais como Estilo, Artes e Marketing.

No ano de 2006, o antigo departamento de Marketing e Comunicação passou por uma reestruturação e, então, foi organizado o departamento de Relações Corporativas. Esse novo departamento "se centrava no tripé Projetos e Parcerias, Comunicação Interna e Endomarketing e naquilo que viria a ser o reconhecimento institucional de um esforço inicialmente informal: a área de Memória Empresarial" (DIAS; PIRES, 2013:527). A área de Memória Empresarial seria responsável por iniciar e manter a organização dos documentos reunidos pelo antigo departamento de Marketing e Comunicação.

¹ Puc RIO.

Disponível em: http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CSS/ADM/ADM-Elisa%20de%20Rooij%20Mansur.pdf.

² *Idem, ibidem*.

³ *Idem, ibidem*, p. 106.

⁴ OSKLEN. Disponível em: <http://www.osklen.com/lojas>.

⁵ A Osklen participa do calendário de desfiles da São Paulo Fashion Week que ocorrem duas vezes ao ano, um para a coleção de inverno, no segundo semestre e outra, para a coleção de verão, no primeiro semestre.

O interesse em criar centros de memória, centros de documentação ou de memória institucional, nas instituições públicas e privadas começou a surgir no Brasil nos anos de 1980. Essas empresas sentiram necessidade de preservar a sua identidade e cultura. (GOULART, 2015). Instituições como a Bunge Brasil, Camargo Corrêa, Itaú Unibanco, Unilever Brasil, Rede Globo, Rede Pão de Açúcar, Vale, entre outras, empreenderam esforços para organizar seus espaços de memória. Internacionalmente, temos exemplos anteriores. Goulart (2002) apresentou duas iniciativas: o caso americano e o caso francês. Os Estados Unidos criaram a Business History Society, junto à Universidade de Harvard, que tinha como fonte de pesquisa

[...] os documentos de arquivo relacionados ao surgimento e desenvolvimento das empresas, papel desempenhado pela Baker Library, da mesma Universidade de Harvard. A entidade passou a colecionar acervos de direção e da área financeira das empresas, seguindo uma lógica de recolhimento em conformidade com as pesquisas dos historiadores da business history. O resultado desse movimento foi uma ligação intrínseca estabelecida entre a preservação dos arquivos empresariais e a pesquisa histórica, sendo que a política de recolhimento dos arquivos acabou tributária do rumo dessas pesquisas (GOULART, 2002:13).

O Arquivo Nacional da França, em 1949, criou o “serviço de arquivos econômicos destinado a receber fundos de empresas e associações de interesse nacional” (GOULART, 2002:10). Até o ano de 1984, mais de 200 fundos de empresas foram recolhidos a este serviço de arquivos. O que difere um do outro foi o órgão incentivador, no caso americano foi a Universidade e no caso francês foi o Estado.

Souza (2010) também apresentou outros exemplos de empresas que organizaram seus arquivos. A Krupp (1905) e a Siemens (1907), empresas alemãs, o Arquivo Regional Suíço de Empresas (1910), o Arquivo para a História Econômica (1914) de iniciativa holandesa, o British Records Association (1932) inglês e o Business Archives Council (1934) americano. Todos são exemplos dessa prática. Nos anos de 1970

foi constatada a maior identificação das empresas com sua história e sua cultura. As grandes empresas americanas detentoras de uma política de conservação e organização de seus arquivos perceberam as vantagens e a grande utilidade de essa documentação. [...] Reconhecia-se, então, que esta documentação - em geral desconhecida ou ignorada - poderia ser útil no processo de valorização da história das empresas e servir como importante instrumento auxiliar na administração, para embasar a tomada de decisões e o planejamento de novas estratégias empresariais (SOUZA, 2010:27).

No campo da moda existem algumas marcas nacionais que possuem espaços de memória, como a Fundação Hermann Hering⁶ (1935), em Blumenau, e a Casa Zuzu Angel⁷, no Rio de Janeiro. Na maioria dos casos, os Centros de Memória se usam de datas comemorativas

⁶ FUNDAÇÃO HERMANN HERING. Disponível em: <http://fundacaohermannhering.org.br/>.

⁷ ZUZU ANGEL. Disponível em: <http://fundacaohermannhering.org.br/>.

para iniciar a organização desses espaços. De acordo com Goulart (2015), os objetivos desses locais estão relacionados com o resgate da memória e da história, reunião de acervo disperso nas unidades da empresa, produzir informações, registrar o desenvolvimento tecnológico e contribuição das empresas, divulgar o empreendedorismo e superações do fundador, entre outros aspectos. No caso específico da Osklen, a área de Memória Empresarial foi idealizada com a proposta de reunir os documentos para subsidiar o reconhecimento institucional. Por ter a característica de ser autocentrada nos seus conteúdos, uma área de Memória Empresarial seria essencial para desenvolver essa tarefa.

Ao longo dos anos a marca Osklen construiu na sua própria identidade, por meio de sua documentação, seja ela digital (arte de estampas) ou textual (nos moldes das peças de desfile), a inspiração para continuar a produzir e inovar suas coleções sem se distanciar do conceito que caracteriza a marca. Nesse sentido, a proposta inicial da área de memória empresarial veio oferecer os “arquivos de moda” como ferramenta inspiracional.

Após a decisão de organizar um centro de memória, passa-se à fase de saber quais documentos devem compor esse acervo. Segundo Goulart (2013), os centros de memória

[...] reúnem, tratam, conservam, e informatizam documentos, com potencial de selecionar, preparar e divulgar informações. Considerando que a informação propicia a criação de significados, a construção de conhecimentos e a tomada de decisões – processos interligados e de grande impacto na vida organizacional – vislumbra-se a força da parceria dos centros de memória com as organizações que os abrigam. Além de tratar tecnicamente e dar acesso aos dados, eles podem produzir informações agregadas, visões de conjunto, históricos, avaliações, trajetórias do setor, dos ofícios, dos locais e contextos de atuação da organização (GOULART, 2013:495).

Mas quais seriam os documentos que teriam potencial informacional para compor os centros de memória? No caso específico da Osklen, os documentos escolhidos foram os produzidos pelas áreas criativas da empresa, responsáveis pelas atividades-fim, Artes, Estilo e Marketing. Os documentos administrativos, oriundos das atividades-meio, não compõem esse conjunto. Goulart (2002) enumerou três justificativas para que isso ocorresse: não há interesse pela empresa em divulgar dados contábeis, jurídicos e pessoais; a iniciativa de organizar uma ‘memória cultural’ das empresas é vista como uma iniciativa cultural; e pelo profissional envolvido nessa atividade, na maior parte das vezes, ser um historiador e não arquivista. Nesse sentido, o que vai predominar nos centros de memória são os documentos produzidos pelas atividades-fim das instituições.

Pazin Vitoriano (2013) indicou que em alguns casos, os centros de memória funcionam como um arquivo da área de Comunicação e Marketing. O que gera duas consequências: a fragmentação da memória e a separação da documentação entre o arquivo intermediário⁸ e o centro de memória.

⁸ Conjunto de documentos que aguardam sua destinação final, qual seja a eliminação ou guarda permanente.

1.2. Memória empresarial: algumas de suas atividades

No ano de 2006 foi realizada a contratação de uma profissional e aquisição de um *software*⁹ para iniciar a organização e identificação dos documentos em acumulação desde 2001 pela Osklen. A proposta desse *software* era a gestão do conhecimento, ou seja, organizar, nomear, localizar e padronizar as informações das empresas para que todos os funcionários tivessem acesso rápido e confiável¹⁰. Por meio dessa proposta inicial, começou a organização dos suportes acumulados até então. Os documentos, apesar de reunidos sem nenhuma classificação ou ordenamento arquivístico, evidenciavam as atividades desenvolvidas pelas áreas de Marketing e Comunicação, Artes e Estilo da empresa. Assim, apenas determinados tipos documentais eram considerados portadores das qualidades necessárias para compor o que se constituiria na Memória Empresarial da Osklen. Excluíam-se, assim, da Memória Empresarial, os documentos administrativos e financeiros, originados no curso das atividades-meio.

O conjunto constitui-se de documentos digitais; audiovisuais: beta, mini-dv, rolo 16mm e u-matic; fotográficos: álbum, ampliação, contato, copião, cromo, internegativo e negativo; iconográficos: aquarela, colagens, croquis, desenhos e pintura; impressos (produtos gerados pela marca a cada nova coleção, tais como catálogo e *lookbook*); jornais e revistas; livros; objetos; e indumentária (roupas e acessórios de desfile). A partir da identificação dos grupos de suportes que a empresa possuía, foram organizadas fichas descritivas de identificação para cada grupo.

Como o principal critério na escolha do *software* foi a gestão do conhecimento, ele não atendia aos requisitos de um sistema de gestão eletrônica de documentos (GED)¹¹, tampouco de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD)¹². Somado a isso, a forma como se catalogavam as informações nas fichas do software estava mais próximo de uma metodologia museológica do que arquivística. Até mesmo porque os documentos produzidos pelas áreas de Marketing e Comunicação, Artes e Estilo não eram tratados como um conjunto de documentos, dotados de relação orgânica entre si, mas como

⁹O *software* escolhido na época foi o *Wintility Next* da empresa *Pix Software*.

¹⁰ Disponível em: <http://www.pixsoft.com.br/flash/wintility/index.htm>.

¹¹ Gestão eletrônica de documentos (GED) é o “conjunto de tecnologias utilizadas para organização da informação não estruturada de um órgão ou entidade, que pode ser dividido nas seguintes funcionalidades: captura, gerenciamento, armazenamento e distribuição. Entende-se por informação não estruturada aquela que não está armazenada em banco de dados, como mensagem de correio eletrônico, arquivo de texto, imagem ou som, planilha etc. O GED pode englobar tecnologias de digitalização, automação de fluxos de trabalho (workflow), processamento de formulários, indexação, gestão de documentos, repositórios, entre outras”. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>.

¹² Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) é “um conjunto de procedimentos e operações técnicas que visam o controle do ciclo de vida dos documentos, desde a produção até a destinação final, seguindo os princípios da gestão arquivística de documentos e apoiado em um sistema informatizado. Um SIGAD tem que ser capaz de manter a relação orgânica entre os documentos e de garantir confiabilidade, a autenticidade e o acesso, ao longo do tempo, aos documentos arquivísticos, ou seja, seu valor como fonte de prova das atividades do órgão produtor. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>.

itens de uma coleção formada pela Memória Empresarial sobre a Osklen. Como evidenciou Pazin Vitoriano (2013),

a descrição dos materiais que compõe os centros de memória demonstra a ausência de critérios de preservação, objetivos definidos a partir dos princípios arquivísticos. Usando expressões como ‘documentos que demonstram aspectos significativos da trajetória da empresa’, ‘objetos e documentos que se destacam pelo seu caráter único e inovador’ ou ‘referência informativa’, os autores demonstram a generalidade dos acervos e de seu uso (PAZIN VITORIANO, 2013:517).

Com a proposta de identificar os documentos digitais, audiovisuais, fotográficos, iconográficos, impressos, jornais e revistas, livros, objetos e indumentária, foram produzidas fichas de identificação para cada um desses grupos. Os suportes foram separados nesses grupos por apresentarem características que os aproximavam por semelhanças, o que também determinou a escolha dos campos que iriam compor as fichas de identificação.

Foram elaboradas mais de um tipo de ficha de cadastramento, as fichas para os arquivos digitais (mídias: cd e dvd), para os periódicos que compunham a coleção de *clipping* impresso, para as peças de desfile (indumentária), para os livros, para os arquivos audiovisuais (beta, mini-dv, rolo 16mm e u-matic), para os impressos (peças promocionais), para os arquivos iconográficos e objetos. A diferença dos arquivos digitais - armazenados em cd e dvd, para os armazenados em fita beta, mini-dv, rolo 16mm e u-matic constitui no fato de que os primeiros eram nato-digitais e gravados em mídias, ou seja, produzidos nos computadores, eram armazenados nas mídias como *backups*. Além disso, como nem todos os documentos que formavam o acervo eram nato-digitais, para facilitar o acesso, alguns conteúdos impressos foram digitalizados. Os documentos digitalizados terminavam por ter duas fichas uma de arquivo digital e a outra que identificava o seu suporte original, papel, como por exemplo os croquis. Esses se constituem nos desenhos de todas as peças que são desfiladas nas coleções de verão e inverno e compunham o grupo iconográfico. Após a digitalização, eram incorporados ao grupo de arquivos digitais.

O trabalho de cadastramento era realizado da seguinte forma: todo o conteúdo era registrado em uma ficha de identificação e cada uma dessas fichas recebia uma numeração que correspondia com o número dado ao suporte original.

Como exemplo apresenta-se os descritores das fichas de cadastro de arquivos digitais (mídias) e de peças de desfile. A primeira possuía dez campos (código, ente, assunto, descrição do conteúdo, visualizar miniaturas, visualizar lista de arquivos, suporte, observações, direitos autorais) que tratavam especificamente sobre o assunto que estava registrado na mídia. O código se constituía das iniciais que representavam o suporte acrescido de um número sequencial, ou seja, para a identificação do conteúdo de um cd ou dvd, usavam-se as letras MID, de mídia, mais a numeração 0001, ficando MID0001. O campo ente designava para qual grupo institucional o documento tinha sido produzido. A Osklen faz parte de um grupo de empresas e a área de Memória Empresarial acabou por ser responsável por documentos oriundos de outras instituições, sendo assim, para diferenciar no momento do cadastramento da ficha, tinha-se a opção ente. O assunto abordava a temática dos documentos. A descrição do conteúdo apresentava as informações

sobre a produção do documento, na maior parte das vezes indicando a qual coleção pertencia, se constituíam de fotos ou vídeos, se pertenciam a algum projeto e etc. A visualização de miniaturas trazia os conteúdos das fotografias em tamanho reduzido. Como o *software* não armazenava os conteúdos, apenas as informações sobre eles, foi criada a opção de acessar as miniaturas das fotografias. A visualização de lista de arquivos era, como o próprio nome diz, uma lista com todos os nomes dos arquivos pertencentes a cada ficha individualmente e que permitia o acesso remoto. Para isso era necessário inserir a mídia solicitada no drive do computador que tinha instalado o servidor do *software*. O suporte era o campo que permitia indicar se aquele conteúdo gravado em cd ou dvd possuía o original em outro tipo de suporte. O campo observações destinava-se para informações adicionais. Os direitos autorais identificavam o direito patrimonial e o direito de imagem dos fotógrafos e fotografados.

A segunda ficha, destinadas às peças de roupas, possui dezesseis campos. Desse total, cinco campos se repetem na ficha de arquivos digitais: código, ente, assunto, descrição e observações. Os campos quantidade, tipo de peça, criação, desenvolvimento, descrição, data, tamanho, estado de conservação, acondicionamento, localização atual e outras peças são específicos para o acervo de indumentária.

Com exceção para o campo outras peças, a maioria dos descritores é autoexplicativa. Isto quer dizer que um *look* para ser considerado completo ele necessita estar relacionado com os seus acessórios, tais como bolsa, bijuterias e sapatos. Ou seja existe uma relação entre determinadas peças que juntas formam o *look* desfilado. Para representar esta relação nas fichas, utilizou-se o campo outras peças, nele era inserido um *link* com a localização da outra ficha cujo conteúdo compõe o mesmo *look*, e assim dá-se a relação.

O mid, último campo descritivo desta ficha, também tinha a proposta de relacionar suportes. Vimos na ficha arquivos digitais que o campo mid destinava-se a um código que representava um cd ou dvd. Ela aparece na ficha de roupas de desfile para indicar em qual cd ou dvd estão gravados as imagens daquela peça e *look* do desfile.

Faz-se interessante observar a variedade das fichas produzidas para organizar os diversos suportes e conteúdo do acervo. Apesar dessa variedade, elas possuíam campos específicos para representarem os suportes. Entretanto, os campos selecionados privilegiavam a identificação unitária e não de um conjunto de documentos produzidos pelo mesmo organismo, impedindo que os inter-relacionamentos se apresentem mais claramente.

Em 2010, o departamento de Relações Corporativas foi extinto e a área Memória Empresarial ficou subordinada ao Marketing. No ano de 2014, foi planejada uma mudança de local do escritório central, onde estavam também a aérea de guarda do acervo. Na nova sede o acervo não tinha mais um profissional dedicado exclusivamente a ele e juntamente com isso, novos itens foram adicionados sem controle de cadastramento. Nesse sentido, foi proposto um projeto de organização desse acervo especificamente.

2. O acervo de indumentária

O acervo de peças de desfile foi acumulado entre 2001 e 2008 e, durante o período, não recebeu nenhum tipo de tratamento. No ano de 2008 foi iniciado o processamento técnico que incluía o acondicionamento e preenchimento da ficha de identificação das roupas de

desfile. Para o tratamento e acondicionamento, realizou-se um curso em Noções Básicas em Têxtil, no Museu Carmem Miranda, com o objetivo de apreender acerca de como tratar o acervo e os melhores materiais para produção dos invólucros.

Foram tratadas sete coleções acumuladas, totalizando 288 itens. Para ajudar neste trabalho foi contratada uma estagiária de moda. As sete coleções estavam praticamente completas, com todos os *looks* desfilados. Para as coleções seguintes desenvolveu-se uma metodologia para selecionar quais *looks* iriam fazer parte do acervo. Isso ocorreu porque o espaço de guarda era pequeno e não havia previsão de ampliação. A metodologia consistia no seguinte: após o desfile e entrega das fotos de passarela, criava-se um arquivo em .pdf com um *look* de cada. Esse arquivo era enviado para uma comissão formada pela diretora de design de moda, pelo diretor de marketing de moda e pelo o diretor de criação e estilo. Após a votação da comissão, os *looks* mais representativos da coleção eram escolhidos, selecionados e tratados. Esse trabalho foi interrompido no ano de 2013, quando a profissional contratada desligou-se da empresa.

No ano de 2016, a Osklen entrou em contato com antiga profissional e perguntou se existia o interesse de retornar a empresa para desenvolver um projeto com as peças de desfile. O projeto foi elaborado por dois profissionais, teve duração de cinco meses e tinha como proposta identificar, individualmente e por coleção, de verão e de inverno – e eventualmente coleções intermediárias – as peças de indumentária. Como informação inicial, foram exportadas todas as fichas de acessórios e peças de desfile cadastradas no *software*. Foram recuperadas 639 fichas que representavam dezessete coleções. Apesar da recuperação dessas fichas, foi preciso cotejar as fichas com as peças.

O trabalho foi iniciado e ao final dos cinco meses foram identificados e organizados 1.192 *itens* de indumentária, de um total de vinte e oito coleções. Foi elaborada uma planilha no *excel* com abas para cada coleção com dez campos: referência, descrição, cor, tamanho, quantidade, coleção, imagem, *look*, localização, observação. A preferência por uma planilha no *excel* se deu porque o *software* não era mais utilizado pela empresa. Houve uma mudança completa dos campos, as peças não recebiam mais uma numeração sequencial de cadastramento como era realizada com as fichas, isso porque foi observado que o número de referência original da peça poderia cumprir essa função e era a forma mais usual de realizar uma busca no acervo. O preenchimento dos campos de estados de conservação e acondicionamento, bem como o acondicionamento individual das peças e a instalação em uma nova área de guarda ficaram para um projeto futuro.

3. A roupa como documento arquivístico: uma abordagem

Ao abordar o acervo produzido pela Osklen como um acervo arquivístico, estamos partindo do pressuposto que trata-se de um conjunto de documentos recebidos ou produzidos no âmbito das atividades da empresa, de acordo com o conceito de arquivo apresentado pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*¹³. Entretanto, embora relacionado com a missão da empresa, não se trata de um ponto pacífico sobre a apreensão de um

¹³ Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf.

acervo de indumentária como arquivo, uma vez que a teoria arquivística se constituiu no âmbito dos arquivos públicos e históricos e por bastante tempo só considerou como seu objeto os documentos escritos em suporte papel. Conforme afirma Camargo (2010:157),

Os documentos de arquivo são, por excelência, textuais. Basta lembrar que o próprio aparecimento da escrita é tributário da necessidade que até hoje os define: a de mediar transações cujo registro, a título de prova, precisa ser estável e duradouro, como extensão ou prolongamento da memória de indivíduos e grupos.

As roupas, assim, ocupam um limiar entre o produto/artefato artístico e o documento, entre o arquivístico e o museológico, sendo muitas vezes tratadas a partir de seu valor estético, tendo ocultado em algumas abordagens seu valor informativo e documental, parte de um contexto institucional e até administrativo, dotado de relação com os documentos em outros suportes que compõem o arquivo da instituição.

De acordo com Padilha (2014:13), documento museológico

É qualquer objeto produzido pela ação humana ou pela natureza, independentemente do formato ou suporte, que possui registro de informação. O documento pode representar uma pessoa, um fato, uma cultura, um contexto, entre outros. Ele se caracteriza como algo que prova, legitima, testemunha e que constitui de elementos de informação¹⁴.

Nesse sentido o acervo de roupas produzido e acumulado pela Osklen pode também ser apreendido como um documento museológico. Arquivos e Museus tem por objetivo reunir, guardar, tratar e dar acesso a documentos, são instituições que possuem a informação como norte fundamental. No entanto, entre esses objetivos podemos reconhecer semelhanças e diferenças, em especial no que se refere a forma de acumulação desses documentos.

Os museus são instituições culturais que acumulam documentos intencionalmente. Gonçalves (2007) destaca que o deslocamento do objeto de seu lugar de origem (contexto) para um novo espaço de representação (museu) implica num agregar de valores atribuídos, diferentemente dos arquivos que são instituições funcionais, ou seja, mesmo possuindo documentos de cunho cultural, essa não é a sua finalidade, que está mais ligada ao cumprimento de demandas administrativas e imediatas acumulando documentos de forma orgânica.

A organicidade é uma qualidade intrínseca aos conjuntos arquivísticos. Esse elemento expõe os vínculos que os documentos possuem entre si no interior dos arquivos. A organicidade existe na relação que cada documento tem com as funções, atividades e tarefas que o gerou, determinando seu significado. Sem organicidade, os documentos

¹⁴ Disponível em:

http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_175328Documentacao_Museologica_Gestao_Acervo.pdf.

perdem seu sentido frente ao todo, pois diferente dos museus, arquivo é sinônimo de conjunto e sua contextualização só pode ser feita a partir de suas relações.

Segundo o Manual dos Arquivistas Holandeses "o arquivo é (...) um todo orgânico, um organismo vivo, que cresce, se forma e sofre transformações segundo regras fixas. Se se modificam as funções da entidade, modifica-se, concomitantemente, a natureza do arquivo (RODRIGUES, 2004:47).

A organicidade é a interdependência que os documentos possuem entre si e o seu produtor, ou seja, precisam estar inseridos em um conjunto. É a organicidade que dá sentido e significado ao produtor. Belloto (2002) analisa a organicidade pelo seu *status* de fundamento e princípio arquivístico, segundo a autora é a organicidade que confere força probatória aos documentos.

Já os documentos museológicos possuem outra lógica de acumulação, são escolhidos, são selecionados de acordo com objetivos pré estabelecidos. Segundo Chagas (1994), nos museus o documento se desdobra em objetos, livros, papéis, coleção, patrimônio cultural e natural, considerando-o como um suporte de informação. O autor defende que o documento pode ser compreendido sob duas vias: a primeira remete à própria origem da palavra docere, "aquilo que ensina", mais precisamente, o documento se torna um instrumento a partir do qual algo pode ser ensinado a alguém; a segunda via refere-se ao entendimento de documento como "suporte de informação", e que só pode ser considerado como tal se for interrogado.

A museologia preconiza o questionamento constante do documento, tendo como tríade principal a preservação, investigação e a comunicação (CHAGAS, 1994), porém esses princípios que norteiam as atividades museológicas são seguidas de intencionalidade, de escolhas subjetivas, com preferências para um ou outro documento, mesmo que o escolhido tenha outros documentos relacionados, estes podem não ser considerados para fins de informação museológica.

Nesse sentido, ao analisar o trabalho desenvolvido no acervo de indumentária da Osklen podemos refletir sobre a sua interseção nesse debate, uma coleção de verão (ou de inverno) faz parte das atividades principais da empresa e uma peça possui relação com a outra, sem contar os diversos documentos que também são produzidos em decorrência do lançamento de uma determinada coleção, antes, durante e depois. Pela perspectiva de que os documentos de arquivo são aqueles retidos para ação ou referência (BRASIL. Conselho..., 2014:18), observa-se o caráter arquivístico nas peças de roupa toda vez que são acionadas como referência para as novas coleções. Uma vez que a marca goza de forte identidade visual, a sua coerência é garantida pela consulta frequente ao que já foi produzido. Ao mesmo tempo, configura-se uma atividade em que as escolhas e preferências são frequentes, tendo como referência um determinado conceito, as peças são produzidas, ou seja, existe um direcionamento, uma intencionalidade na produção do acervo a partir de impulsos criativos e mercadológicos.

O caso da Osklen é um bom exemplo da relação entre a Arquivologia e a Museologia, pois indica que independentemente dos conceitos e do arcabouço teórico das duas áreas, ambas podem caminhar em parceria, expandindo o conhecimento na contextualização de acervos.

Considerações finais

O trabalho permitiu observar como as áreas de memórias empresariais foram constituídas e, desse modo, possibilitou compreender quais tipos documentais compõem áreas dessa natureza, permitindo problematizar os impactos das escolhas apenas pelos documentos oriundos de atividades finalísticas para subsidiar a memória institucional.

Especificamente nos arquivos oriundos de marcas de moda, emergem questões no que diz respeito às fronteiras entre os documentos arquivísticos e museológicos, pela tridimensionalidade das peças de indumentária presentes nos seus arquivos e por seu valor estético/artístico que, em alguns casos, dificulta a apreensão desses documentos como conjuntos orgânicos engendrados em contextos institucionais e até mesmo administrativos capazes de evidenciar, tanto quanto os documentos em papel, as funções e atividades da instituição.

Em um primeiro momento, as roupas de desfile pareciam ser objetos de museu. Contudo, as observações sobre a forma como elas se relacionam entre si e por serem utilizadas para ação ou referência no curso das atividades da empresa, permitiu analisá-las como potenciais documentos arquivísticos. Entretanto, mais do que objetivar determinar ou mesmo resolver se as roupas de desfile que compõe o acervo da empresa de moda Osklen tratam-se de documentos arquivísticos ou museológicos, o caso da marca permite perceber como as abordagens arquivísticas e museológicas são complementares para dar conta da complexidade dos arquivos de moda.

Por fim, numa perspectiva social, o estudo da indumentária permite compreender a cadeia de produção e as questões sociais nela envolvidas por meio da narrativa que os materiais que compõem as roupas permitem contar sobre quem as fabricou e em quais circunstâncias, da mesma maneira que revela como cada civilização se orientou a partir da maneira como se relacionou com os objetos de seu tempo.

Referências bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa Liberalli

2002 *Arquivística: objeto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli

2010 Da Gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In FREITAS, Lidia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia, org. – *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: Ed. UFF, 2010, p. 161-174.

BRASIL. Arquivo Nacional

2005 *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos

2014 *Glossário Documentos Arquivísticos Digitais: 6ª versão*. [Em linha]. 2014. [Consult. 4 fev. 2018]. Disponível em:

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf.

BRAUDEL, Fernand

2005 *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Vol. 1 – As Estruturas do cotidiano*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida

2010 Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre o gênero documental. In *Seminário Serviços de Informação em Museus*. Pinacoteca, 2010.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana

2015 *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições SESC, 2015.

CHAGAS, Mário

1994 Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da Documentação. *Cadernos de Museologia*. 2 (1994) 29-47.

DEBOM, Paulo

2014 O Vestuário e a moda enquanto fontes para o estudo da história. In ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUP, 16, Rio de Janeiro, 2014 – *Saberes e práticas científicas: anais...* Rio de Janeiro: E.R.H.A, 2014.

DIAS, Fabiana; PIRES, Vladimir Sibylla

2013 Arquivo de moda e memória empresarial. In OLIVEIRA, L. M. V.; OLIVEIRA, I. C. B. – *Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI*. Rio de Janeiro : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013, p. 524-530.

FUNDAÇÃO HERMANN HERING

[20--] *Fundação Hermann Hering*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 27 jan. 2018]. Disponível em: <http://fundacaohermannhering.org.br/>.

LE GOFF, Jacques

2006 *A Cultura material*. In *A Nova História*. [S. l.] : Martins Fontes, 2006.

LE GOFF, Jacques

1992 *Memória*. In *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p. 423-483.

GONÇALVES, José Reginaldo S.

2007 *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007.

GOULART, Silvana

2002 *Patrimônio documental e história institucional*. São Paulo: Associação de Arquivistas do Estado de São Paulo, 2002.

MILLAR, Laura

2006 Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*. 61 (Spring 2006) 105-126.

OLIVEIRA, Rok Sônia Naiária de

2012 A Perspectiva da cultura material nos estudos da indumentária. *Revista Historiar*. 4: 7 (2012) 50-61.

OSKLEN

[20--] *Osklen*. [Em linha]. [20--] [Consult. 14 jan. 2018]. Disponível em: <http://www.osklen.com/lojas>.

PADILHA, Renata Cardozo

2014 *Documentação museológica e gestão de acervo*. Florianópolis: FCC, 2014.

EL PAIS

[20--] *El Pais*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 23 jan. 2018]. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2017/05/23/estilo/1495534126_938787.html.

PAZIN VITORIANO, M. C. C.

2015 *Criação de centros de memória: memória institucional e memória organizacional*. [Em linha]. INFOhome, 2015. [Consult. 25 jan. 2018]. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=944.

PAZIN VITORIANO, M. C. C.

2013 Centros de memória empresarial: documentos de arquivo como artefatos da cultura organizacional. In OLIVEIRA, L. M. V.; OLIVEIRA, I. C. B. – *Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI*. Rio de Janeiro : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013, p. 513-519.

PUC RIO

[20--] *PUC RIO*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 7 jan. 2018]. Disponível em: http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CSS/ADM/ADM-Elisa%20de%20Rooij%20Mansur.pdf.

ROBIC, Luciane Adário Biscolla

2011 *A Comunicação do imaterial da marca: análise da comunicação do imaginário da marca Osklen: uma exemplificação no mercado da moda*. [Em linha]. São Paulo, 2011. [Consult. 7 jan. 2018]. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/4345/1/Luciane%20Adario%20Biscolla%20Robic.pdf>.

Tese de doutoramento em Comunicação e Semiótica – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach

2004 *Uma Análise da teoria dos arquivos*. Minas Gerais, 2004.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SOUZA, Sara Barbosa de

2010 *Memória empresarial: interesse utilitarista ou responsabilidade histórica?* São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, 2010.

Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo (USP).

ZUZU ANGEL

[20--] *Zuzu Angel*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 27 jan. 2018]. Disponível em: <http://fundacaohermannhering.org.br/>.

Fernanda da Costa Monteiro Araújo | fernandacma@gmail.com

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil

Fabiana Costa Dias | fabiana78@gmail.com

Instituto Moreira Salles, Brasil

Jorge Phelipe Lira de Abreu | j.phelipeabreu@gmail.com

Federação Brasileira de Bancos, Brasil

IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA NO CONTEXTO DE UMA EMPRESA DE LOGÍSTICA DE PETRÓLEO

ARCHIVISTIC IDENTIFICATION OF TECHNICAL ENGINEERING DOCUMENTS IN THE CONTEXT OF AN OIL LOGISTICS COMPANY

Marilda Martins Coelho | Clarissa Schmidt

Resumo: Este artigo tem como ênfase a aplicação da metodologia de identificação arquivística dos documentos técnicos de engenharia da Petrobras Transporte S. A. - Transpetro, empresa brasileira de logística de petróleo e derivados. A pesquisa teve como objetivo elaborar um procedimento metodológico para padronizar a produção de documentos técnicos de engenharia, a partir da aplicação da metodologia fundamentada na Diplomática contemporânea, ou seja, na Tipologia Documental. Em sua dimensão teórica, a investigação teve um caráter exploratório e na dimensão aplicada, um estudo de caso de aplicação da metodologia no âmbito de uma instalação operacional de transporte de gás natural. O resultado foi a identificação das espécies e dos tipos documentais produzidos para registrar as atividades desenvolvidas por um Ponto de Entrega de Gás Natural, conforme suas funções e atividades. Ao final da pesquisa, concluiu-se que a adoção da metodologia de identificação arquivística racionaliza e padroniza a produção documental, sendo subsídio para implantação de um Programa de Gestão de Documentos na Transpetro.

Palavras-chave: Arquivologia; Documentos técnicos de engenharia; Gestão de documentos; Identificação Arquivística

Abstract: This article focuses on the application of the methodology of archival identification of the technical engineering documents of Petrobras Transporte S. A. - Transpetro, a Brazilian oil and derivatives logistics company. The research had as objective to elaborate a methodological procedure to standardize the production of engineering technical documents, starting from the application of the methodology based on the contemporary Diplomatics, that is, in the Documentary Typology. In its theoretical dimension, the research had an exploratory character and in the applied dimension, a case study of application of the methodology within the scope of an operational natural gas transportation facility. The result was the identification of the species and document types produced to record the activities developed by a Natural Gas Delivery Point, according to their functions and activities. At the end of the research, it was concluded that the adoption of the methodology of archival identification rationalizes and standardizes the documentary production, being a subsidy for the implementation of a Record Management Program at Transpetro.

Keywords: Archival Science; Engineering technical documents; Record management; Archival Identification of Documents

1. Introdução

Este trabalho visa compreender a metodologia de identificação de documentos, que segundo afirma Alberch I Fugueras (2004:109 *apud* RODRIGUES, 2008:68), é a “primeira tarefa que o arquivista deve realizar, pois gera conhecimentos que sustentam as bases de todo o tratamento técnico posterior que será aplicado aos documentos”, e é fundamentada na Diplomática, em sua perspectiva clássica, que se refere ao “ramo das ciências documentárias que se ocupa de atos escritos públicos, estudando-lhe as formas que lhes conferem validade legal, excluindo assim as fontes narrativas” (BELLOTTO, 2014:349).

O campo de aplicação da Diplomática clássica gira em torno do verídico e tem dentre outros objetivos, conforme afirma Bellotto (2006:53), estabelecer e reconhecer a autenticidade e fidedignidade relativa à espécie, conteúdo e finalidade do documento, além de estudar a

configuração interna do documento. A ampliação da Diplomática clássica, segundo Tognoli (2008), segue

na direção da gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora. Essa nova Diplomática, ampliada na direção da gênese documental é chamada de Diplomática Contemporânea, ou Diplomática Arquivística, ou ainda, Tipologia Documental (TOGNOLI, 2008:88).

Portanto, a identificação arquivística tem na Diplomática contemporânea, sua fundamentação basilar, pois durante sua aplicação é realizado o estudo do documento como conjunto orgânico, ou seja, “como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade” (BELLOTTO, 2006:53).

Nesse sentido, no Brasil, Ana Célia Rodrigues, uma das precursoras no país no estudo da identificação dos tipos documentais, afirma que esse estudo

pode ser caracterizado como uma metodologia da Arquivologia, quando se utiliza do campo teórico-metodológico da Diplomática contemporânea e dos instrumentos ou formulários de identificação das tipologias documentais, nesse caso, ela é denominada identificação arquivística (RODRIGUES, 2016, anotações de aula).

Diante o exposto, e tendo como referencial todo o arcabouço teórico da referida autora e também de autores espanhóis, expoentes no estudo da Identificação de documentos, nessa pesquisa adotamos o termo Identificação arquivística, como termo para se referir à metodologia da Arquivologia que estuda o contexto de produção do documento, base para todo tratamento arquivístico, nosso objeto de estudo nessa pesquisa.

Em termos metodológicos, o desenvolvimento dessa investigação envolveu as dimensões teórica e aplicada. Na dimensão teórica foi realizada revisão de literatura, sendo possível alcançar uma maior compreensão dos fundamentos teóricos da Arquivologia, particularmente da Diplomática em suas perspectivas clássica e contemporânea, a Tipologia Documental, que segundo Rodrigues (2008) produz “conhecimento para o planejamento das funções arquivísticas (criação/produção, classificação, avaliação e descrição)” consideradas os resultados finais da aplicação da metodologia da identificação arquivística.

Na dimensão prática da pesquisa, optou-se por utilizar do estudo de caso, uma vez que, conforme afirma Gil (2008:52), esse método “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento[...]”. Julgou-se, portanto, que com a construção de um procedimento metodológico de aplicação da metodologia de identificação arquivística seria possível criar condições, parâmetros e métodos para o planejamento das atividades de gestão de documentos técnicos de engenharia na Transpetro.

Para efetivar o estudo de caso foi escolhido o Ponto de Entrega de Gás Natural, pois essa instalação tem interface operacional com grande parte das instalações do sistema de gasodutos da Transpetro, e, portanto, os documentos produzidos para registrar suas

atividades são representativas da produção documental da área de Transporte de Gás Natural da Companhia.

2. Identificação arquivística: teorias, fundamentos e aplicação

A identificação arquivística teve seu campo teórico e metodológico desenvolvido na Espanha nos anos de 1980. De acordo com o *Diccionario de Terminología Archivística* (1995), pode ser definida como a "fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas na qual se sustenta a estrutura de um fundo". Maria Luisa Conde Villaverde amplia sua definição, afirmando ser o

processo de pesquisa e sistematização de categorias administrativas e arquivísticas em que a estrutura de um fundo é respeitada, sendo um dos seus principais objetivos garantir através de seus resultados, a avaliação da série documental (CONDE VILLAVERDE, 1992:18, tradução nossa).

Assim, a aplicação da metodologia de identificação arquivística permite reconhecer os tipos documentais que efetivamente devem ser produzidos para comprovar ou registrar as funções e atividades do órgão produtor, permitindo a delimitação das séries documentais¹.

Desta maneira, infere-se que a metodologia de identificação arquivística é bastante apropriada para iniciar o tratamento arquivístico dos documentos, pois além de delimitar as séries documentais e permitir a avaliação desses documentos, viabiliza a definição de diretrizes para conservação/eliminação, acesso, classificação, ordenação, delimitação e descrição das séries documentais. Além disso, "os resultados obtidos na fase de identificação e avaliação, são publicados em manuais de tipologias, que apoiam nos processos das unidades administrativas, constituindo um elemento-chave para a gestão documental, um guia e instrumento de padronização para os arquivistas" (LÓPEZ GOMEZ, 1998:6, tradução nossa).

Portanto, compreende-se que a identificação arquivística permite ao arquivista trabalhar a gestão de documentos em todas as suas etapas, pois a partir do momento que se conhece o contexto no qual o documento foi produzido, consegue-se reconhecer, sistematizar e registrar as informações sobre este.

Pioneira nos estudos de identificação arquivística no Brasil, Ana Célia Rodrigues afirma que a

identificação pode ser aplicada em qualquer fase do ciclo de vida dos documentos, podendo, portanto, incidir sobre o momento de sua produção,

¹ **Série documental** – "Conjunto de documentos produzidos pelo mesmo produtor, no desenvolvimento de uma mesma função, e cuja ação administrativa foi incorporada no mesmo tipo de documento" (LA TORRE MERINO; MARTÍN PALOMINO Y BENITO, 2000:21-22, tradução nossa).

para efeito de implantação de programas de gestão de documentos; ou no momento de sua acumulação, para controlar fundos transferidos ou recolhidos aos arquivos, no âmbito dos sistemas de arquivo (RODRIGUES, 2008:69).

Acredita-se que aplicando essa metodologia na fase de produção documental é possível identificar os documentos que realmente devem ser produzidos, evitando o crescimento da massa documental acumulada e antever o seu tratamento arquivístico, viabilizando o desenvolvimento dos instrumentos de gestão de documentos (Plano de classificação de documentos, Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos e Manual de Tipologia Documental). Ao aplicarmos a identificação arquivística é possível conhecer o

[...] - órgão produtor, refletindo as alterações orgânicas produzidas por sua evolução ao longo do tempo, descendo até a unidade administrativa responsável pela gestão da série - A Legislação pela qual se regulam as funções materializadas pelos vários tipos de documentos. [...] - O tipo documental, ou seja, os documentos básicos que compõem o conjunto [...]. - A vigência administrativa, que é determinada pelas regras que regem cada atuação administrativa, de modo que não há prazos fixos e apenas a análise das próprias disposições que regem cada série, permitindo conhecer os diferentes valores que podem ser apreciados, bem como a sua prescrição. Esta informação é essencial para estabelecer prazos de transferência; - A oportunidade de guardar a série de forma permanente ou aplicar eliminação parcial ou total do mesmo; - O grau de acessibilidade ou de consulta de documentos pelo pesquisador; [...] (MENDO CARMONA, 2004:45 tradução nossa).

Portanto, através da identificação é possível reconhecer os documentos produzidos pelo órgão produtor, a origem, a regulação, o conteúdo e todo o trâmite de cada um deles, o que nos permite definir seus critérios de tratamento de acordo com as respectivas proveniência e ordem original. Assim, se torna viável reconhecer os documentos que devem ser efetivamente produzidos em virtude de todo um contexto funcional e legal de produção documental, além de comprovar o cumprimento das competências e o exercício das funções e atividades de uma instituição.

Nessa perspectiva, José Luis La Torre Merino e Mercedes Martín-Palomino y Benito, no Manual intitulado *Metodología para La identificación y valoración de fondos documentales*, publicado em 2000, afirmam que a identificação arquivística tem por objetivo

[...] o conhecimento profundo da instituição que produziu o documento, sua evolução orgânica, competências administrativas e tipos de documentos em que se materializam, procedimentos administrativos e outras disposições que afetam o trâmite, elementos essenciais para a delimitação da série documental. O resultado desta fase é a organização do fundo, com o estabelecimento do plano de classificação, a ordenação das séries documentais, lançando as bases para uma avaliação e descrição mais aprofundada. (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, 2000:14, tradução nossa)

Diante do exposto e considerando que a metodologia de identificação arquivística é o ponto de partida e o alicerce para o desenvolvimento da gestão de documentos, optou-se por sua utilização como base para a implantação do programa de gestão dos documentos técnicos de engenharia na Transpetro.

3. Procedimento metodológico de identificação arquivística dos documentos técnicos de engenharia da Transpetro

Para a aplicação da metodologia de identificação arquivística foi necessário seguir procedimentos, realizados a partir de uma sequência lógica de atividades, que teve como objetivo reconhecer o contexto de produção dos documentos no órgão produtor, a Transpetro.

O primeiro passo para reconhecimento desse contexto foi a identificação dos elementos orgânicos do órgão produtor, para então reconhecer suas competências, funções e atividades, ou seja, os elementos funcionais, para então efetivar a identificação dos tipos documentais. Desta forma, inicia-se a seguir a apresentação das etapas do estudo de caso de aplicação da metodologia de identificação arquivística na Transpetro, considerando como etapa final da metodologia, a identificação dos tipos documentais.

3.1. Identificação dos elementos orgânicos do órgão produtor

Como já discutido, a identificação arquivística é a primeira fase de implantação de um programa de gestão documental e é através da identificação do órgão produtor (elementos orgânicos e funcionais) que, conforme afirma Rodrigues (2012a:6), consegue-se “reconhecer no texto legal, a competência, funções e atividades que associam à tipologia documental produzida neste contexto”, viabilizando a realização da identificação dos documentos.

Começar a aplicação da metodologia de identificação arquivística pelo estudo dos elementos orgânicos do órgão produtor é justificada, uma vez que

a base metodológica da identificação é a aplicação de maneira direta dos princípios da proveniência e o da ordem original, é sua ‘melhor ferramenta’, pois estes princípios ‘dirigem o tratamento dos documentos ao longo de toda sua vida’, estabelecendo as operações arquivísticas que são próprias de cada fase (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, 2000:40-41, tradução nossa).

Portanto, é com a aplicação do princípio de proveniência que se garante a identificação da origem de um fundo produzido ou recebido por um órgão produtor. É este princípio também que sustenta a integridade administrativa e o valor de prova do documento. Por fim, o princípio de proveniência também é o que garante a rastreabilidade e acesso aos documentos dentro em um contexto orgânico.

Nessa linha de pensamento, tornou-se fundamental iniciar a elaboração do procedimento metodológico através da identificação do órgão produtor, a Transpetro. De tal modo, durante o estudo dos elementos orgânicos e legais da instituição, analisamos a estrutura de Governança Corporativa da Companhia, de maneira que se pudesse chegar aos elementos

funcionais do Ponto de Entrega de Gás Natural, instalação operacional apresentada na Figura 1, o campo empírico de aplicação de nosso estudo de caso, designada como “área produtora de documentos”.

Fig. 1: *Ponto de Entrega de Gás Natural*



Fonte: Banco de imagens da Petrobras, 2017.

Sendo assim, a realização da coleta e análise dos dados foi realizada considerando as funções e atividades desenvolvidas pelo Ponto de Entrega de Gás Natural.

Segundo afirmam Molina Nortes e Leyva Palma (1996), durante a identificação do órgão produtor deve-se elaborar um formulário que possibilite registrar os dados levantados durante a identificação dos elementos orgânicos, pois este instrumento permite aos arquivistas conhecer as mudanças estruturais no órgão.

Assim, apresenta-se na Tabela 1 os dados coletados nessa etapa da pesquisa, relacionados à identificação da legislação que determina a criação e define as competências da Transpetro, ou seja, os elementos orgânicos do órgão produtor.

Tabela 1 - Formulário de identificação dos elementos orgânicos do órgão produtor

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEMENTO ORGÂNICO DO ÓRGÃO PRODUTOR TRANSPETRO			
Órgão Produtor	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	Data de Criação	28/06/1999
Órgão de origem	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	Data de Extinção	---
Órgão Superior (Dependência)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS		
Órgãos dependentes - Área Fim	DIRETORIA DE DUTOS E TERMINAIS (DOT) e DIRETORIA DE TRANSPORTE MARÍTIMO (DTM)		
Órgãos dependentes - Área Meio	DIRETORIA DE SERVIÇOS (DESERV) e DIRETORIA FINANCEIRA (DFIN)		
INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE CRIAÇÃO DO ÓRGÃO PRODUTOR			
Órgão Normativo	Instrumento normativo	Data de criação ou mudança de estrutura	Dispositivos
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL	Lei Federal Nº 9.478	06/06/1997	<p>Disposição sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.</p> <p>Art. 64. Para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integrem a indústria do petróleo, fica a PETROBRAS autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.</p> <p>Art. 65. A PETROBRAS deverá constituir uma subsidiária com atribuições específicas de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, ficando facultado a esta subsidiária associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.</p>
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/ ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	Estatuto Social RG JUCERJA Nº. 0000020910	28/06/1999	<p>DA COMPANHIA E SEUS FINS</p> <p>Art. 11 - A Petrobras Transporte S.A., que usará a sigla TRANSPETRO, é uma subsidiária integral da Petrobrás Brasileiro S.A. - Petrobras, constituída na forma do artigo 65 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997 e do art. 231 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação a ele aplicável.</p> <p>Art. 21 - A Companhia funcionará por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo estabelecer, onde convier, no País e no exterior, filiais, agências, sucursais ou escritórios.</p>
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/ ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 9, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1995.	09/11/1995	<p>As Mesas de Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:</p> <p>Art. 170 § 1º do art. 177 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I e IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei."</p> <p>Art. 22 inclui-se um parágrafo, a ser enumerado como § 22 com a redação seguinte, passando o atual § 22 para § 3º, no art. 177 da Constituição Federal:</p> <p>§ 22 A lei a que se refere o § 1º dispõe sobre:</p> <p>I - a garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional;</p> <p>II - as condições de contratação;</p> <p>III - a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União".</p>
IDENTIFICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ATRIBUÍDAS AO ÓRGÃO PRODUTOR		COMPETÊNCIAS ATRIBUÍDAS AO ÓRGÃO PRODUTOR	
Instrumento normativo	Objeto	Competências do Órgão Produtor	Mudanças nas Competências do Órgão Produtor
Estatuto Social RG JUCERJA Nº. 0000020910	I- As operações de transporte e armazenagem de graneis, petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos e de gás em geral, por meio de dutos, terminais, embarcações próprias ou de terceiros, e quaisquer outros modos de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal;	Realizar operações de transporte e armazenagem de graneis, petróleo e seus derivados.	---
	II- O transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fim;	Realizar transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fim."	---
	III- A construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritariamente ou minoritariamente, a participação em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas.	Construir e operar novos dutos, terminais e embarcações.	---
	§ 12º - As atividades econômicas decorrentes de seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras empresas, obedecendo estritamente às condições de mercado.		
	§ 22º - A Companhia exercerá as atividades vinculadas ao seu objeto social por meios próprios ou de terceiros.		

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de CONDE VILLAVERDE, 1992; RODRIGUES, 2008; LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, 2000.

O Formulário de Identificação do órgão produtor é constituído de 3 conjuntos de elementos. O primeiro visa apresentar o órgão produtor, o órgão de origem, ou órgão do qual recebeu/herdou suas atribuições, o Departamento de Transporte da Petrobras; o órgão superior (dependência) à qual o órgão produtor possui subordinação legal ou administrativa, Petróleo Brasileiro S. A. – Petrobras, e, finalmente, são apresentados os órgãos dependentes, diretorias, essas diretamente subordinadas ao conselho de administração, órgão máximo na estrutura de governança da companhia, sendo elas: Diretoria de Dutos e Terminais, Diretoria de Transporte Marítimo, Diretoria de Serviços e Diretoria Financeira.

Os destaques do segundo conjunto de elementos do formulário da Tabela 1 são os textos descritivos da legislação, pois são eles que fundamentam a identificação dos elementos

funcionais do órgão produtor. Já no terceiro conjunto de elementos registrados na Tabela 1 destaca-se o *item* que identifica as competências atribuídas ao órgão produtor, tendo como base os dispositivos apresentados no item Objeto.

Portanto, a construção desse instrumento partiu da necessidade de registrar a análise e o estudo dos fundamentos legais de criação da Transpetro, de modo a viabilizar a identificação das competências atribuídas, por força de lei, ao órgão produtor, tendo em vista que a Transpetro é uma sociedade de economia mista, portanto, submetida às regras da administração pública federal.

De tal modo, através da realização da etapa de identificação do órgão produtor foi possível conhecer a estrutura funcional da Transpetro e suas competências, apresentadas no terceiro conjunto de elementos da Tabela 1 “Competências do Órgão Produtor”.

A atribuição dessas competências à Transpetro foi dada com a promulgação da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1998, momento em que a Petrobrás foi autorizada a criar subsidiária, conforme apresentado nos artigos 64º e 65º, que determinam

Art. 64º Para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integrem a indústria do petróleo, fica a PETROBRAS autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.

Art. 65º A PETROBRAS deverá constituir uma subsidiária com atribuições específicas de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, ficando facultado a essa subsidiária associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas (BRASIL, 1997:art. 64º e art. 65º, grifo nosso).

Concebendo que a competência de um órgão é estabelecida em Lei, e que é ela que determina ou limita o exercício das atribuições de cada órgão, visando cumprir o que determina a Lei nº 9.478, para o desenvolvimento dessas competências, foi criada a Petrobras Transporte S. A. - Transpetro, que de acordo com o Estatuto Social de 15 de setembro de 1999, em seu art. 3º, tem como competências

I - As operações de transporte e armazenagem de graneis, petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos e de gás em geral, por meio de dutos, terminais, embarcações próprias ou de terceiros, e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal; II - O transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fins; III - A construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritariamente ou minoritariamente; a participação em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas (TRANSPETRO, 1999:6).

Em sua criação, a Transpetro recebeu as atribuições do Departamento de Transporte da Petrobras. Nesse sentido, nessa pesquisa, a Petrobras é o órgão superior ao qual a Transpetro possui sua dependência e o Departamento de Transporte é o órgão de origem, conforme identificado na Tabela 1.

Após o conhecimento exaustivo da origem do órgão produtor, deve-se elaborar o “Índice de organismos” em que será possível acompanhar a evolução orgânica de cada unidade administrativa, o “Repertório de Organogramas”, que permite representar de forma gráfica as mudanças na estrutura funcional do órgão ao longo de sua existência, e por último o “Repertório Legislativo”, formado a partir dos formulários de coleta de informações referentes a legislação.

Finalizada essa etapa da metodologia, deu-se continuidade à identificação dos elementos orgânicos com a elaboração do Repertório Legislativo do Órgão Produtor, que segundo Rodrigues (2008)

é o instrumento que tem por objetivo o estudo de cada norma individualizada, referenciada no primeiro instrumento. Deve ser elaborada quando existem muitas fontes de informação legislativa e, portanto, a necessidade de um estudo mais detalhado sobre a evolução administrativa do órgão. Deve possuir os seguintes elementos: nome do organismo (definido por lei); assunto (resumo do conteúdo da norma); data de aprovação; data de publicação; especificação da norma (se é lei, decreto, etc.); nome do antecedente e do sucessor do organismo. (RODRIGUES, 2008:73)

De tal modo, para o melhor entendimento da pesquisa, esse instrumento foi dividido em duas tabelas, sendo a Tabela 2 - Repertório Legislativo do Órgão Produtor: Função Nível 1 Realizar Transporte Terrestre, onde é realizada a identificação da função, ligada a estrutura funcional hierarquicamente inferior ao órgão produtor, ou seja, o órgão dependente, que é a Diretoria de Dutos e Terminas. Em seguida identificou-se, na Tabela 3 - Repertório Legislativo do Órgão Produtor: Função Nível 4 Realizar Entrega de GN para o Distribuidor, as atividades da instalação operacional, área produtora de documentos analisada em nosso estudo de caso.

A estrutura dos instrumentos normativos a que se referem as Tabelas 2 e 3 é composta pelos campos: “Nome do Organismo”, que identifica a instituição que regula o funcionamento do órgão produtor e toda a sua estrutura administrativa, conforme definido por lei; “Tipo”, que especifica o tipo de instrumento normativo, se é lei, decreto, estatuto, etc.; “Identificação da Legislação” que identifica seu número; “Data de Aprovação”, a data que entrou em vigor o instrumento; “Dispositivo”, contém as determinações e regulamentações por ela estabelecidas; e por fim o campo “Resumo do conteúdo” que apresenta as informações de onde se estabelece as competências do órgão produtor.

O Repertório Legislativo é um importante instrumento, pois

para a identificação do organismo produtor é necessário que procuremos diferentes fontes de informação, que irão variar dependendo das características da própria documentação, isto é, se trabalhamos com documentação recente, ou documentação histórica, ou se nos comprometemos a identificar um fundo público ou privado (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, 2000:16, tradução nossa).

Portanto, tendo em vista que a Transpetro faz parte do poder público, realizou-se a identificação através do estudo da legislação que regula suas atividades, o que foi possível visitando os sites oficiais que disponibilizam esses instrumentos legislativos.

Para elaborar o repertório legislativo foi necessário retornar à análise das atribuições da Transpetro, que tem como direcionamento estratégico a visão de ser uma empresa “líder em transporte e logística”, e a operação de dutos e terminais é uma das atribuições da Transpetro que a permite alcançar esse objetivo, já que esses dutos e terminais são importantes elos na cadeia logística de abastecimento do petróleo e derivados do Sistema Petrobras. Entretanto, destaca-se que são os dutos que realizam o transporte e a transferência do petróleo e derivados, desde a produção até produtos serem entregues às companhias distribuidoras que abastecem o mercado nacional.

Desta forma, a seguir apresenta-se a Tabela 2 - Repertório Legislativo do Órgão Produtor: Função Nível 1 Realizar Transporte Terrestre, onde se manifesta a função que está diretamente ligada a Diretoria de Dutos e Terminais, o órgão responsável pela Operação dos Dutos, umas das atribuições da Competência “Construção e Operação de Novos Dutos”, a competência identificada e definida como nosso campo de atuação nessa pesquisa.

Deste modo, na Tabela 2, identificou-se a Lei nº 11.909 de 04 de março de 2009, a qual “institui as normas para a exploração das atividades econômicas de transporte de gás natural por meio de conduto”, ou seja, a função que se refere à operação de gasodutos. Além disso, também é identificada na Resolução ANP Nº 52, da Agência Nacional do Petróleo – ANP, que “estabelece a regulamentação para a construção, a ampliação e a operação de instalações de movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural, inclusive liquefeito (GNL), biocombustíveis e demais produtos regulados pela ANP” (ANP, 2015).

Tabela 2 - Repertório Legislativo do Órgão Produtor: Função Nível 1 Realizar Transporte Terrestre

REPERTÓRIO LEGISLATIVO DO ÓRGÃO PRODUTOR					
ÓRGÃO PRODUTOR	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO		ÓRGÃO DE ORIGEM	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	
ÓRGÃO SUPERIOR (DEPENDÊNCIA)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS		ÓRGÃO DEPENDENTE IDENTIFICADO	DIRETORIA DE DUTOS E TERMINAIS	
ÁREA PRODUTORA DE DOCUMENTOS	PONTO DE ENTREGA DE GÁS NATURAL		COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PRODUTOR	CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE NOVOS DUTOS	
INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE REGULAÇÃO DA FUNÇÃO NÍVEL 1 - REALIZAR TRANSPORTE DE GÁS NATURAL					
Nome do organismo	Tipo	Identificação da Legislação	Data de aprovação	Dispositivo	Resumo do conteúdo (Funções atribuídas)
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL	Lei Federal	Lei Nº 11.909	04/03/2009	Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, altera a Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.	Art. 1. Esta Lei institui normas para a exploração das atividades econômicas de transporte de gás natural por meio de condutos e da importação e exportação de gás natural, de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 177 da Constituição Federal, bem como para a exploração das atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	Resolução	Resolução ANP Nº 52	02/12/2015	Estabelece a regulamentação para a construção, a ampliação e a operação de instalações de movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural, inclusive liquefeito (GNL), biocombustíveis e demais produtos regulados pela ANP.	Art. 1º Fica estabelecida a regulamentação para a construção, a ampliação e a operação de instalações de movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural, inclusive liquefeito (GNL), biocombustíveis e demais produtos regulados pela ANP. § 1º Consideram-se instalações sujeitas a esta Resolução: I - dutos e suas instalações auxiliares (complementos e componentes); Art. 2º A construção, a ampliação e a operação de instalações de movimentação de produtos regulados pela ANP dependem de sua prévia e expressa Autorização. Art. 7º A Autorização de Construção (AC) deverá ser requerida nos seguintes casos: I - construção de novas instalações; II - alteração da capacidade de instalações existentes; III - alteração do arranjo físico das instalações; IV - inclusão de novos pontos de recebimento ou entrega de produtos em dutos, bem como de novas estações de bombeamento, compressão, medição ou regulação de pressão dos produtos; V - alteração de traçado de dutos, caso haja mudança de faixa; VI - alterações decorrentes de adaptação ou conversão de instalações existentes em função de mudança do(s) produto(s) armazenado(s) ou movimentado(s).

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de: RODRIGUES, 2008; LA TORRE MERINO; MARTÍN PALOMINO Y BENITO, 2000.

Destaca-se aqui que os estudos acerca do elemento orgânico do órgão produtor se concentraram apenas na Função de Nível 1 – Realizar Transporte Terrestre, pois é nesse macroprocesso que a atribuição “operação de dutos” está inserida.

Devido a necessidade de delimitação da pesquisa, na estrutura funcional é a “Função de Nível 4 - Realizar Entrega de Gás Natural”, a que será identificada no Formulário de Identificação dos Elementos Funcionais do órgão produtor, etapa seguinte da metodologia.

Tabela 3 - Repertório legislativo do órgão produtor: Função Nível 4 Realizar Entrega de GN para o Distribuidor

REPERTÓRIO LEGISLATIVO DO ÓRGÃO PRODUTOR					
Órgão Produtor	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	Órgão de Origem	PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE		
Órgão Superior (dependência)	PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	Órgão Dependente Identificado	DIRETORIA DE DUTOS E TERMINAIS		
Área Produtora de Documentos	PONTO DE ENTREGA DE GÁS NATURAL	Competências do Órgão Produtor	CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE NOVOS DUTOS		
INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE REGULAÇÃO DA FUNÇÃO NÍVEL 4 - ENTREGA DE GÁS NATURAL PARA O DISTRIBUIDOR					
Nome do organismo	Tipo	Identificação da Legislação	Data de aprovação	Dispositivo	Resumo do conteúdo (Funções atribuídas)
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	Fortaria	Fortaria ANP Nº 170	26/11/1998	Estabelece para a construção, a ampliação e a operação de instalações de transporte ou de transferência de petróleo, seus derivados e gás natural, inclusive liquefeito (GNL), dependem de prévia e expressa autorização da ANP.	Art. 12.A construção, a ampliação e a operação de instalações de transporte ou de transferência de petróleo, seus derivados e gás natural, inclusive liquefeito (GNL), dependem de prévia e expressa autorização da ANP.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS	Norma Nacional	Norma ABNT NBR 15280-1	2009	Dutos Terrestres - Parte 1 - Projeto. Associação Brasileira de Normas Técnicas. (NBR - Capítulo I)	1.1 Esta Parte de ABNT NBR 15280 estabelece as condições e os requisitos mínimos exigidos para projeto, especificação de materiais e equipamentos, inspeção, ensaio não destrutivo e controle de corrosão, em sistemas de dutos terrestres. 1.2 Esta Parte de ABNT NBR 15280 se aplica a sistemas de dutos para movimentação de produtos líquidos ou liquefeitos, tais como: óleos líquidos, petróleo, metano, gásolina, diesel, querosene, condensados de gás natural, gásolina natural, gás liquefeito de petróleo, amônia anidra líquida e biocombustíveis.
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	Regulamento Técnico	Regulamento Técnico ANP Nº 2	09/02/2011	Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural (TDT)	1.1 Este Regulamento estabelece os requisitos essenciais e os mínimos padrões de segurança operacional para os Dutos Terrestres (Dutos e Gasodutos), por ele abrangidos, visando à proteção do público em geral e da força de trabalho da companhia operadora, bem como à proteção das instalações e do meio ambiente. 1.2 Para novos Dutos Terrestres (Dutos e Gasodutos), a ampliação dos existentes, os requisitos deste Regulamento são aplicáveis no projeto, na construção, na montagem, na operação, na inspeção, na manutenção de integridade estrutural, na resposta a emergências e na sua desativação. 1.3 Para Dutos Terrestres (Dutos e Gasodutos) existentes, os requisitos deste Regulamento são aplicáveis na operação, na inspeção, na manutenção de integridade física, na resposta a emergências e na sua desativação.
PETROBRAS - COMISSÃO DE NORMAS TÉCNICAS - NORTEC	Norma Petrobras	Norma N-1283	2012	Apresentação de Projeto de Instrumentação/Automação.	1.1 Esta Norma discrimina os documentos e o seu conteúdo mínimo para a elaboração e apresentação de projetos de instrumentação/automação para a PETROBRAS. Os conteúdos aqui descritos referem-se somente aos aspectos relativos à disciplina de instrumentação/automação.
PETROBRAS - COMISSÃO DE NORMAS TÉCNICAS - NORTEC	Norma Petrobras	Norma N-1244 Operação de Gasoduto Terrestre e Submarino	2013	Operação de Gasoduto Terrestre e Submarino.	1.1 Esta Norma fixa as condições exigíveis e estabelece as diretrizes e responsabilidades para coordenação, controle e supervisão, a serem seguidas na operação de gasodutos de transporte e transferência, terrestres e submarinos, visando à segurança operacional, a qualidade dos produtos e a preservação do meio ambiente.
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	Resolução Conjunta	Resolução Conjunta ANP/INMETRO Nº 1	10/06/2013	Aprova o Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural que estabelece as condições e requisitos mínimos para os sistemas de medição de Petróleo e Gás Natural, com vistas a garantir resultados seguros e completos (NBR - Capítulo IV)	3.52. Ponto de Entrega - Ponto onde o produto movimentado é entregue pelo transportador ao receptor ou a outro destinatário por este indicado.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS	Norma Nacional	Norma ABNT NBR 15280-2	2016	Dutos Terrestres - Parte 2 - Construção e Montagem. Associação Brasileira de Normas Técnicas. (NBR - Capítulos II e IV)	1.1 Esta parte de ABNT NBR 15280 estabelece os requisitos mínimos exigíveis para construção, montagem, condicionamento, teste e ativação de dutos terrestres. 1.2 Esta parte de ABNT NBR 15280 aplica-se à construção, montagem, condicionamento, teste e ativação de dutos terrestres novos de aço carbono, seus componentes e complementos, e também às modificações de dutos existentes, destinados ao transporte, transferência e escoamento de produção de: a) hidrocarbonetos líquidos, incluindo petróleo, derivados líquidos de petróleo, gás liquefeito de petróleo (GLP) e álcool - oleodutos; b) gás natural processado e não processado - gasodutos.

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de: RODRIGUES, 2008; LA TORRE MERINO; MARTÍN PALOMINO Y BENITO, 2000.

A função de nível 2, “Gerir as atividades de oleodutos, gasodutos, terminais aquaviários e terrestres” e a função de nível 3 “Operar Sistemas de Transporte de GN”, não foram identificadas nessa pesquisa pela necessidade de delimitação de escopo. Assim, para o reconhecimento das atividades desenvolvidas no Ponto de Entrega de Gás Natural, de modo a identificar os tipos documentais produzidos, a função objeto da pesquisa é a função Nível 4 “Realizar Entrega de Gás Natural para o Distribuidor”, apresentada na Tabela 3. Assim, no próximo item, visando conhecer as atividades desenvolvidas por um Ponto de Entrega de Gás Natural, apresentamos a instalação.

3.1.1. Área produtora de documentos: Ponto de Entrega de Gás Natural

O sistema de gasodutos na Transpetro é constituído das seguintes instalações: válvulas de bloqueio dos dutos, pontos de entrega de gás natural, estações de transferência de custódia e estações de compressão (LACERDA, *et al.*, 2012).

Dentro desse Sistema de Gasodutos, o Ponto de Entrega de Gás Natural é a interface entre o transportador de gás, Transpetro, o produtor e o distribuidor local, até chegar ao consumidor final. E, em virtude de suas atribuições, é necessária a produção de um conjunto de documentos que durante sua operação é de suma importância que estejam disponíveis e atualizados.

Nessa perspectiva, inicia-se aqui o estudo da identificação da área produtora de documentos, o Ponto de Entrega de Gás Natural, e com isso, a identificação dos tipos documentais que devem ser produzidos para a instalação operar de maneira segura, eficiente e rentável.

Conforme a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural [...], identificada no Repertório Legislativo, algumas dessas atividades são desenvolvidas em um Ponto de Entrega (PE) de Gás Natural (GN) que, conforme afirmam Barcellos Filho, *et al* (2012:1), “é a instalação de gasodutos de transporte no qual o gás é entregue pelo operador ao carregador ou a quem este venha a indicar”, portanto, uma importante instalação dentro de um sistema de gasodutos.

O Ponto de Entrega de Gás Natural está subordinado à Função de Nível 4, “Realizar Entrega de Gás Natural para Distribuidor”, e, segundo Barcellos Filho, *et al.* (2012:1), desenvolve as atividades de “condicionar e medir o GN para a venda com a característica, pressão e temperatura estabelecida em contrato previamente assinado entre a transportadora e a distribuidora regional”. Desta forma, conforme identificado na Tabela 4 - Formulário de Identificação dos Elementos Funcionais do Órgão Produtor, as atividades atribuídas ao Ponto de Entrega de Gás Natural são: Gerir condicionamento do GN, Gerir medição do GN para entrega e Gerir comercialização do GN. Sendo essas, portanto, as atividades que viabilizam a identificação dos documentos produzidos para registrar a operação de um Ponto de Entrega de Gás Natural.

Vale destacar que, como no Brasil não existe uma norma específica que regulamenta a operação e a manutenção de Ponto de Entrega de Gás Natural, para a identificação dos instrumentos normativos da área analisamos toda a legislação que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, uma vez que esse arcabouço regulatório, direta ou indiretamente, regula as atividades de um Ponto de Entrega de Gás Natural.

3.2. Identificação dos elementos funcionais do órgão produtor

A identificação dos elementos orgânicos, através do estudo dos organogramas da Companhia, do Repertório Legislativo elaborado e do mapeamento dos processos, viabilizou a identificação dos elementos funcionais do órgão produtor.

Esse estudo permitiu que fosse elaborada a Tabela 4 - Formulário de Identificação dos Elementos Funcionais do Órgão Produtor, que viabilizou identificar, de maneira estruturada, os diferentes níveis de funções as quais o Ponto de Entrega de Gás Natural está

ligado na estrutura funcional da Transpetro, até chegar às atividades desenvolvidas nessa instalação operacional.

Tabela 4 - *Formulário de Identificação dos Elementos Funcionais do Órgão Produtor*

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS FUNCIONAIS DO ÓRGÃO PRODUTOR					
Órgão Produtor		Petróleo Brasileiro S. A - TRANSPETRO		Órgão dependente identificado	Diretoria de Dutos e Terminais
Área Produtora de Documentos identificada		Ponto de Entrega de Gás Natural		Competências do Órgão Produtor identificada	Construção e Operação de novos dutos
FUNÇÃO DE NÍVEL 1	FUNÇÃO DE NÍVEL 2	FUNÇÃO DE NÍVEL 3	FUNÇÃO DE NÍVEL 4	ATIVIDADES	
Realizar Transporte Terrestre	Gerir as atividades de oleodutos, gasodutos, terminais aquaviários e terrestres	Operar Sistemas de Transporte de Líquidos	Gerir atividades de Oleodutos	...	
		Programar transporte	Gerir programação de transporte	...	
		Operar Sistemas de Transporte de Gás Natural	Realizar entrega de gás natural para distribuidor	Gerir condicionamento do GN	
				Gerir medição do GN para entrega	
				Gerir comercialização do GN	

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de: RODRIGUES; DÉVAKI, 2013.

Na identificação dos elementos funcionais foram reconhecidas as funções por nível, concebendo a Função de Nível 1 - Realizar Transporte Terrestre como a superior, e a de Nível 4 - Realizar entrega de gás natural para o distribuidor, onde foram identificadas as atividades do Ponto de Entrega de Gás Natural, que são: Gerir o condicionamento de GN, Gerir medição do GN para entrega e Gerir comercialização do GN, registradas na Tabela 4.

Assim, ao apresentar o formulário de Identificação dos Elementos Funcionais do Órgão Produtor, ficam explícitas as atividades desenvolvidas pelo Ponto de Entrega de Gás Natural e, desta forma, se torna possível identificar os tipos documentais que registram as atividades realizadas pela área produtora de documentos.

3.3. Identificação dos tipos documentais

A etapa da aplicação da metodologia de identificação arquivística que se refere à identificação dos tipos documentais, tem como premissa básica a identificação dos elementos orgânicos, dos elementos funcionais e da análise dos fundamentos legais que definem atribuições (competências, funções e atividades) do órgão produtor. Isso se justifica porque, segundo Bellotto (2008:75),

o elemento inicial da análise tipológica, tem de ser necessariamente a entidade produtora e o percurso seguido deve ser: da sua competência à sua estrutura; da sua estrutura ao seu funcionamento; do seu funcionamento à atividade refletida no documento; da atividade ao tipo; do tipo à espécie; da espécie ao documento (BELLOTTO, 2008:75).

Isso ratifica a fundamentação de que para identificar os documentos produzidos, é essencial estudar o indivíduo enquanto ser social ou institucional, através da identificação do seu contexto orgânico e funcional.

Com a análise dos fundamentos legais que definem os elementos funcionais (competências e funções) de órgão produtor, Transpetro, foi possível identificar os documentos que são

produzidos para registrar as atividades relacionadas à Função Nível 4 Realizar Entrega de Gás Natural para o Distribuidor, área produtora de documentos. Os resultados obtidos com essa análise foram o reconhecimento das espécies documentais - que segundo Bellotto (2006:56), “é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas”, e dos tipos documentais, que também segundo Bellotto (2006:57), “é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa [...]”.

É importante destacar que durante a análise dos fundamentos legais percebeu-se, por exemplo, que a Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 1 de 10 de junho de 2013, determina que para a aprovação de projetos de medição, alguns tipos documentais devem ser produzidos, tais como: Diagrama esquemático das instalações, Memorial descritivo dos sistemas de medição, Fluxograma de engenharia dos sistemas de medição, Memorial de cálculo das incertezas, Manual de operação dos sistemas de medição, Especificações e Folhas de dados dos instrumentos de medição, dentre vários outros tipos de documentos.

Assim, a partir da análise dos instrumentos normativos que regem a operação de um Ponto de Entrega de Gás Natural, inicia-se a identificação dos tipos documentais, momento em que é realizada a análise tipológica dos documentos para, assim, chegar efetivamente aos documentos que devem ser produzidos visando registrar as atividades desenvolvidas durante a operação de um Ponto de Entrega de Gás Natural. O resultado da identificação dos tipos documentais está registrado na Tabela 5 - Formulário de Identificação dos Tipos Documentais do Ponto de Entrega de Gás Natural.

Tabela 5 - Formulário de Identificação dos Tipos Documentais do Ponto de Entrega de Gás Natural

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DOCUMENTAIS DA ÁREA PRODUTORA							
ÓRGÃO PRODUTOR	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO			ÓRGÃO DEPENDENTE IDENTIFICADO	DIRETORIA DE DUTOS E TERMINAIS		
ÁREA PRODUTORA DE DOCUMENTOS	PONTO DE ENTREGA DE GÁS NATURAL			COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO PRODUTOR	CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE NOVOS DUTOS		
FUNÇÃO NÍVEL 1	GESTÃO DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL	FUNÇÃO NÍVEL 2	OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL	FUNÇÃO NÍVEL 3	ENTREGA DE GAS NATURAL PARA O DISTRIBUIDOR		
ATIVIDADES	APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA				FUNDAMENTO LEGAL		
	TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DENOMINAÇÃO DOS TIPOS DOCUMENTAIS						
	DENOMINAÇÃO ATUAL DO DOCUMENTO	ESPÉCIE DOCUMENTAL	ATIVIDADE (VERBO + OBJETO)	TIPO DOCUMENTAL (Espécie + propriedade + verbo + propriedade + objeto)		LEIS, NORMAS, REGULAMENTOS, PROCEDIMENTOS	OBJETIVO DA PRODUÇÃO DOS DOCUMENTOS
Gerir condicionamento do GN	Memorial descritiva das instalações	Memorial	Descrição + das instalações	Memorial de descrição das instalações	REGULAMENTO TÉCNICO ANP Nº 2 - RTDT de 03 de fevereiro de 2011	8.10 projeto da Duta deve ser construída, na mínima, pelo documentar abaixo relacionados	
	Desenho do projeto de obras complementares	Desenho	Projeto + de obras complementares	Desenho de representação do projeto de obras complementares			
	Especificação técnica do projeto de obras	Especificação Técnica	Projeto + obras	Especificação técnica do projeto obras			
	Especificação técnica para construção e manutenção da instalação	Especificação Técnica	Construção e manutenção da instalação	Especificação técnica para construção e manutenção da instalação			
	Especificação técnica para condicionamento da instalação	Especificação Técnica	Condicionamento da instalação	Especificação técnica para condicionamento da instalação			
	Especificação técnica para pré-operação da instalação	Especificação Técnica	Pré-operação da instalação	Especificação técnica para pré-operação da instalação			
	Relatório de identificação e análise de risco da instalação	Relatório	Identificação + análise de risco da instalação	Relatório de identificação e análise de risco da instalação			9.5.2 O relatório de identificação e análise de risco deve apresentar as recomendações e conclusões para cada etapa do ciclo de vida da instalação. 9.5.3 O relatório de identificação e análise de risco deve estar disponível para consulta pela ANP e demais partes interessadas, a qualquer tempo.
	Manual de operação do dutar	Manual	Operação do dutar	Manual de operação do dutar			15.10 Orientar as atividades operacionais da Duta. Deve ser elaborada pela Transportadora contendo informações do projeto, construção e dados de operação. Deve estar atualizada e disponível para toda a equipe envolvida.
	Manual de operação do sistema de duta	Manual	Operação + sistema de duta	Manual de operação do sistema de duta			15.3 Definir claramente a abrangência e responsabilidade em relação às UO's e UOT's envolvidas, bem como em relação ao limitar físico da Duta ou Sistema de Duta.
	Procedimento mútuo de operação do dutar	Procedimento mútuo	Operação + duta	Procedimento mútuo de operação do dutar			
	Procedimento mútuo de operação do sistema de duta	Procedimento mútuo	Operação + sistema de duta	Procedimento mútuo de operação do sistema de duta	NORMA PETROBRAS N-1883 - Apresentação de Projeto de Instrumentação / Automação	Discriminar os documentos e seu conteúdo mínimo para a elaboração e apresentação do projeto de instrumentação/automação para a PETROBRAS. O conteúdo aqui descrito referenciará o documento ou aspecto relativo à disciplina de instrumentação/automação.	
	Memorial Descritiva de Automação	Memorial	Descrição de automação	Memorial de descrição da automação			
	Arquitetura do Sistema de Automação e Controle	Desenho	Arquitetura + sistema de automação e controle	Desenho de Arquitetura do Sistema de Automação e Controle			
	Especificação Técnica para Sistema Especial	Especificação Técnica	Sistema especial	Especificação Técnica do Sistema Especial			
Memorial Descritiva do Sistema de Instrumentação	Memorial	Descrição + Sistema de instrumentação	Memorial de descrição do Sistema de Instrumentação				

...Continua

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DOCUMENTAIS DA ÁREA PRODUTORA						
APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA					FUNDAMENTO LEGAL	
ATIVIDADES	TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DENOMINAÇÃO DOS TIPOS DOCUMENTAIS				LEIS, NORMAS, REGULAMENTOS, PROCEDIMENTOS	OBJETIVO DA PRODUÇÃO DOS DOCUMENTOS
	DENOMINAÇÃO ATUAL DO DOCUMENTO	ESPÉCIE DOCUMENTAL	ATIVIDADE (VERBO + OBJETO)	TIPO DOCUMENTAL (Espécie + preparação + verbo + preparação + objeto)		
Gerir medição do GN para entrega	Memorial Descritiva de Automação de Equipamento	Memorial	Descrição + Síntese de automação de equipamento	Memorial de descrição de Automação de Equipamento	NORMA PETROBRAS N-1883 - Apresentação de Projeto de Instrumentação / Automação	Discriminar os documentos e seu conteúdo mínimo para a elaboração e apresentação do projeto de instrumentação/automação para a PETROBRAS. Orçamentar aqui descritar referencialmente os aspectos relativos à disciplina de instrumentação/automação.
	Especificação Técnica de Automação de Equipamento	Especificação Técnica	Automação + equipamento	Especificação Técnica de Automação de Equipamento		
	Memória de Cálculo de Dimensionamento de Elementar Primário de Vazão (MG)	Memória	Cálculo + Elementar Primário de Vazão	Memória de Cálculo de Elementar Primário de Vazão		
	Memória de Cálculo de Dimensionamento de Válvula de Controle	Memória	Cálculo + Válvula de Controle	Memória de Cálculo de Válvula de Controle		
	Diagrama de Malha	Diagrama	Descrição + Malha de instrumentar	Diagrama de descrição de malha de instrumentar		
	Diagrama Lógica	Diagrama Lógica	Sistema de intertravamento	Diagrama Lógica de representação do sistema de intertravamento		
	Relatório de detalhamento de Instalação	Relatório	Detalhamento + instalação	Relatório de detalhamento de instalação		
	Certificado de arreamento do tanque	Certificado	Arreamento + tanque	Certificado de arreamento do tanque	RESOLUÇÃO CONJUNTA ANP/INMETRO N° 1 de 10 de Junho de 2013	Documento de caráter oficial que acompanha a tabela volumétrica, certificando que foi processada a arreamento de um tanque/reservatório, com o intuito de atender exigências legais. Para aprovação e realização do projeto de medição ou de sua alteração deve ser enviado à ANP para aprovação e documentação do Projeto. Documento do projeto de instalação de racoreamento do petróleo e gás natural que aponta o tanque e o equipamento, dutos e instrumentar de instalação, contendo um resumo das especificações de teste divergentes. Documento do projeto de instalação de racoreamento do petróleo e gás natural que aponta a concepção adotada para o sistema de racoreamento (equipamento e corrente de fluido) e contém o balanço de material e energia para as diversas condições operacionais do sistema. Normalmente representa também as principais malhas de controle.
	Diagrama esquemática das instalações indicando as principais correntes de gás	Diagrama	Representação + corrente de gás natural	Diagrama de representação das correntes de gás natural		
	Memorial descritiva dos sistemas de medição	Memorial	Descrição + sistema de medição	Memorial de descrição dos sistemas de medição		
	Fluxograma de Engenharia das partes de medição	Fluxograma de engenharia	Representação + partes de medição	Fluxograma de engenharia de representação das partes de medição		
	Fluxograma de Processo das partes de medição	Fluxograma de processo	Produção + partes de medição	Fluxograma de processo de produção das partes de medição		
	Diagrama simétrica referente as partes de medição	Diagrama	Simétrica + partes de medição	Diagrama simétrica de partes de medição		
	Memorial de cálculo das incertezas de medição	Memória	Cálculo + medição das incertezas	Memorial de cálculo de medição das incertezas		
	Especificação técnica de instrumentar de medição, amarradores e acessórios	Especificação Técnica	Instrumentar de medição, amarradores e acessórios	Especificação técnica de instrumentar de medição, amarradores e acessórios		
	Falha de Dados de instrumentar de medição, amarradores e acessórios	Falha	Registro + dados de instrumentar de medição, amarradores e acessórios	Falha de registro de dados de instrumentar de medição, amarradores e acessórios		
	Manual de operação dos sistemas de medição	Manual	Operação + sistema de medição	Manual de operação dos sistemas de medição		
	Relatório de medição de transferência de curtêdia	Relatório	Medição + transferência de curtêdia	Relatório de medição de transferência de curtêdia		
	Relatório de falha de medição de transferência de curtêdia	Relatório	Medição + falha de transferência de curtêdia	Relatório de medição de falha de transferência de curtêdia		
	Relatório de calibração de instrumentar dos sistemas de medição	Relatório	Calibração + instrumentar dos sistemas de medição	Relatório de calibração de instrumentar dos sistemas de medição		

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de: RODRIGUES; DÉVAKI, 2013.

A análise teve como ponto de partida a identificação da espécie e da atividade que determinou a identificação do documento, conforme apresentado na coluna Atividade (verbo + objeto) que se concretizou com a definição dos Tipos Documentais, na coluna Tipo Documental (Espécie + preposição + verbo + preposição + objeto).

Visando respaldar a análise tipológica realizada para identificar os tipos documentais, foram apresentados na Tabela 5 - Formulário de Identificação dos Tipos Documentais do Ponto de Entrega de Gás Natural, os fundamentos legais que determinam a produção de cada tipo documental, sendo esses apresentados na coluna “Objetivos de produção desses documentos”, dessa tabela.

4. Considerações finais

A realização desta pesquisa permitiu reafirmar o entendimento de que existe claramente um vínculo entre a produção dos documentos técnicos de engenharia e o contexto orgânico ao qual está inserido, e esse vínculo é definido como “uma rede de relacionamentos que cada documento tem com outros documentos pertencentes ao mesmo conjunto”, e consequentemente com o seu produtor”, conforme afirma Duranti (1997:216).

Por meio da aplicação da identificação arquivística, ao reconhecer e avaliar os atos implicados na produção de documentos, tendo como referencial toda a legislação que rege o cumprimento das competências, funções e atividades da Transpetro, obtém-se subsídios para aprimorar a produção de documentos, contribuindo na implantação de programa de gestão destes documentos.

Conclui-se assim, que a adoção da metodologia de identificação arquivística pode racionalizar a produção dos documentos na Transpetro, tendo em vista que os responsáveis pela produção destes, ao terem os tipos documentais de seus processos identificados, irão produzir somente aqueles que realmente devem ser produzidos e entregues ao final de um projeto de engenharia. Desta maneira, a instalação operacional entrará em funcionamento e efetivará suas ações com segurança e confiabilidade.

Referências bibliográficas

BARCELLOS FILHO, Pedro Sergio de [et al.]

2012 Aspectos operacionais relevantes para o comissionamento e pré-operação de pontos de entrega de gás natural. In RIO OIL & GAS EXPO AND CONFERENCE, 2012, Rio de Janeiro - *Anais...* Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. 2012. (IBP1978_12).

BELLOTTO, Heloisa Liberalli

2008 *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2ª ed. Brasília, DF : Briquet de Lemos, 2008.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli

2006 *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006.

BRASIL. Agência Nacional de Petróleo

2015 *Resolução ANP nº 52, de 2 de dezembro de 2015*. [Em linha]. 2015. [Consult. 12 ago. 2016]. Disponível em: <http://legislacao.anp.gov.br/?path=legislacao-anp/resol-anp/2015/dezembro&item=ranp-52--2015>.

BRASIL. Agência Nacional de Petróleo; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO

2013 *Resolução conjunta ANP/INMETRO nº1, de 10 de junho de 2013*. Aprova o Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural. [Em linha]. 2013. [Consult. 25 jan. 2017]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=255251>.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2009 *Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009*. Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177º da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. [Em linha]. 2009. [Consult. 15 out. 2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11909.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1997 *Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997*. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. [Em linha]. 1997. [Consult. 9 dez. 2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm.

CONDE VILLAVARDE, María Luisa

1992 *La Identificación y valoración de los fondos documentales de la Administración estatal: problemas y metodología*. In JORNADAS SOBRE METODOLOGÍA PARA LA IDENTIFICACIÓN Y VALORACIÓN DE FONDOS DOCUMENTALES DE LAS ADMINISTRACIONES PÚBLICAS, 1ªs, Madrid, 1991 – *Actas*. Madrid : [s n.], 1992.

DICCIONARIO DE TERMINOLOGÍA ARCHIVÍSTICA

1995 *Diccionario de Terminología Archivística*. Madrid : Subdirección General de los Archivos Estatales Españoles, 1995.

DURANTI, Luciana

1997 *The Archival bond*. *Archives and Museus Informatics*. 11 (1997) 213-218.

GIL, Antônio C.

2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo : Atlas, 2002.

LACERDA, Fabio Gomes [et al.]

2012 *Desafios de manutenção e operação com a expansão da malha de gasodutos: o caso da malha RJ/MG da Transpetro*. In RIO OIL & GAS EXPO AND CONFERENCE, Rio de Janeiro, 2012 – *Anais...* Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, 2012. (IBP2022_12).

LANNES JUNIOR, Ayr

2010 *Abordagem de manutenção centrada em confiabilidade : estudo de caso em um Ponto de Entrega de Gás Natural de uma empresa de transporte de petróleo*. Niterói, 2010. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Gestão pela Qualidade Total - Universidade Federal Fluminense.

LÓPEZ GÓMEZ, Pedro

1998 Identificación y valoración de documentos em España a partir de 1975. *Anales de Documentación : revista de Biblioteconomía y Documentación*. 1 (1998) 75-97.

MENDO CARMONA, Concepción

2004 Consideraciones sobre el método en Archivística. In *Documenta & Instrumenta*. Madrid: Universidad Complutense, 2004, vol. 1, p. 35-46.

MOLINA NORTES, Juana; LEYVA PALMA, Victoria

1996 *Técnicas de archivo y tratamiento de la documentación administrativa*. Guadalajara: ANABAD Castilla - La Mancha, 1996.

RODRIGUES, Ana Célia

2016 *Diplomática como fundamento da identificação arquivística : Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense - PPGCI/UFF*. Niterói, 2016.
Anotações de aula.

RODRIGUES, Ana Célia

2012a Identificação : uma metodologia de pesquisa para a Arquivística. In VALENTIM, Marta Lígia Pomim, org. – *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília : Oficina Universitária, 2012, p. 197-216.

RODRIGUES, Ana Célia

2012b Identificação arquivística : subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva brasileira. In MARIZ, Anna Carla A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. Albite, org. – *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro : Móbile Associação dos Arquivistas do Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES, Ana Célia

2008 *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. [Em linha]. São Paulo : Universidade de São Paulo, 2008. [Consult. 14 nov. 2016].
Tese de doutorado. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/>.

RODRIGUES, Ana Célia; DÉVAKI, N. A.

2013 FAMS e a política de gestão de documentos para a Prefeitura Municipal de Santos : estudo de caso sobre a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos da Secretaria Municipal de Economia e Finanças (TTD SEFIN). In OLIVEIRA, L. M. Velloso de; OLIVEIRA, I. C. Borges de, org. – *Preservação, acesso, difusão : desafios para as instituições arquivísticas do século XXI*. Rio de Janeiro : Associação Arquivistas Brasileiros, 2013, p.87-95.

TOGNOLI, Natália Bolfarini

2016 *Diplomática contemporânea : aspectos forenses e de organização*. São Paulo. In *Seminário da Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP)*. São Paulo, 2016. Curso.

LA TORRE MERINO, José Luís; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, Mercedes

2000 *Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales*. Madrid : Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Secretaría General de Información y Publicaciones, 2000.

TRANSPETRO, PETROBRAS TRANPORTE

2015 *Plano básico de organização*. Rio de Janeiro, 2015.

Ata CA nº 181 de 16 de outubro de 2015, Item Único, Pauta 051.

TRANSPETRO, PETROBRAS TRANPORTE

[20--] *Site oficial*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 14 mar. 2016.]. Disponível em:
http://www.Transpetro.com.br/pt_br/quem-somos.html.

TRANSPETRO, PETROBRAS TRANPORTE

1999 *Estatuto Social da Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO*. Rio de Janeiro, 1999.

Marilda Martins Coelho | marilda2601@gmail.com

Petrobras Transporte S. A. – Transpetro | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil

Clarissa Schmidt | clarissaschmidt@id.uff.br

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil

ENVELHECIMENTO E IDADISMO NA PROFISSÃO DE INFORMAÇÃO-DOCUMENTAÇÃO: debater o que não sabemos no presente, perspetivar o futuro

AGEING AND AGEISM IN INFORMATION-DOCUMENTATION PROFESSION: discussing what we do not know at present, prospect the future

Paula Ochôa | Paulo J. S. Barata

Resumo: Este artigo pretende dar um contributo para a discussão dos fenómenos da idade e do envelhecimento na gestão de carreiras de Informação-Documentação (ID), alertando para o desconhecimento das consequências e das barreiras provocadas pelo idadismo.

Após enquadrar a questão, aborda-se o pouco que se sabe sobre o envelhecimento na profissão de Informação-Documentação em Portugal, e reflete-se sobre as razões pelas quais se deve gerir o envelhecimento e o idadismo no trabalho de Informação-Documentação, apontando-se algumas estratégias de abordagem ao problema.

Palavras-chave: Envelhecimento; Idadismo; Profissão de Informação-Documentação

Abstract: This article intends to contribute to the discussion of the phenomena of aging and aging in the management of careers of Information-Documentation (ID), alerting to the ignorance of the consequences and barriers caused by ageism.

After outlining the issue, we discuss the lack of knowledge about aging in the Information-Documentation profession in Portugal, and reflect on the reasons for managing aging and ageism in Information-Documentation work. Finally, some strategies are discussed.

Keywords: Aging; Ageism; Information-Documentation Profession

Enquadramento

O papel do trabalho, reconhecido pela Organização das Nações Unidas como uma das mais fundamentais dimensões do desenvolvimento, é atualmente alvo de debate na *Agenda 2030* e na *Agenda do Trabalho Digno* da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Discute-se cada vez mais o prolongamento da vida ativa e a necessidade de manter os trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho, o que obrigará a uma reconfiguração das suas escolhas e opções antes do abandono da vida ativa¹. Novos conceitos, valores e preferências de carreira estão implícitos neste alargamento temporal do tempo de trabalho. O capital humano acumulado ao longo da carreira começa agora a ser valorizado, apesar da idade e dos preconceitos a ela associados, ligados à produtividade, à capacidade de inovação, às limitações de saúde... Para além do aumento da esperança de vida e da sustentabilidade das reformas, urge discutir os diferentes tipos de envelhecimento, que variam consoante as pessoas.

As últimas tábuas de mortalidade do Instituto Nacional de Estatística (INE) para o período 2015-2017 indicam que a esperança de vida aos 65 anos em Portugal ascende hoje a 19,45 anos, sendo que as mulheres irão viver até aos 85,81 anos e os homens até aos 82,55 anos

¹ O conceito de não-aposentado (*unretirement*) parece emergir como uma das opções, a par da utilização de anos sabáticos ao longo da carreira (Geavan *et al.* 2018).

(AGUIAR, 2018:52). No mesmo sentido, como refere Maria Margarida Corrêa de Aguiar (2018:52), as projeções do Ageing Group, da Comissão Europeia (CE), indicam que a esperança média de vida aos 65 anos irá continuar a aumentar: prevê-se que em 2070 as mulheres possam viver depois dessa idade mais 26,7 anos e os homens mais 23,3 anos. Ainda que em Portugal se tenha registado um retrocesso, a esperança média de vida saudável após os 65 anos, ou seja, o número de anos vividos após essa idade sem doenças ou limitações de longa duração, era em 2016 – data dos últimos dados disponíveis – de 7,7 anos para os homens e de 6,4 anos para as mulheres², sendo expectável o seu aumento. Como refere Sibila Marques, «na realidade, não interessa apenas “ganhar anos à vida”, mas sobretudo “dar vida aos anos que vivemos”» (2018:44).

A evolução positiva da longevidade foi, porém, acompanhada pela queda acentuada da fecundidade. Este envelhecimento demográfico traz consigo uma acentuada redução da população ativa, colocando com maior acuidade a questão do envelhecimento ativo, pois não é possível, face à redução dos ativos, desperdiçar o capital humano dos mais velhos aptos, a que acresce o facto de isso também ajudar à construção de uma sociedade mais inclusiva.

No *Active Ageing Index*, índice que acompanha a forma como se envelhece nas sociedades europeias e mede os progressos feitos em relação ao envelhecimento ativo, Portugal ocupa a 16^a posição com 33,5 pontos, um valor abaixo da média europeia (GRUPO..., 2017:9). Em julho de 2017, foi apresentada pelo governo a proposta Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025 (GRUPO..., 2017), que reconhece a necessidade de uma ação concertada e de uma governação integrada no que se refere ao envelhecimento ativo³ (GRUPO..., 2017:13). Tal como refere Margarida Corrêa de Aguiar, «decorrido que está praticamente um ano, não há notícias do trabalho realizado, dos progressos feitos, de propostas políticas e da prometida governação integrada» (AGUIAR, 2018:52). É também por esta inoperância que alguns especialistas aventam já a necessidade de criação de um Instituto Português do Envelhecimento e da Longevidade que centralize as medidas que terão de ser tomadas na sociedade portuguesa no que se refere ao envelhecimento (MARQUES, 2018:44). Como sublinha Sibila Marques, ressaltando a possibilidade de um idadismo de sinal contrário: «não se trata de criar institutos que deem primazia a um grupo etário em relação aos outros, nem de retirar poder à articulação entre outros organismos já existentes. Numa perspetiva de curso de vida, um instituto desta

² Apesar do aumento de esperança de vida, de acordo com o estudo *Igualdade de género ao longo da vida* (TORRES, 2018), no fim da idade ativa o risco de pobreza é mais penalizador para as mulheres. Registam-se todavia, melhorias dos últimos anos: em 2005, o risco de pobreza das mulheres portuguesas nesta fase da vida era de 30,5%, em 2015 esse valor baixou para os 26%. O género e a idade condicionam as interações, as perceções e as expectativas sociais, bem como as relações de poder, as oportunidades e as condições de vida de homens e mulheres, diferenciando-as. As atuais gerações mais velhas são marcadas pela baixa escolaridade. «Em Portugal, a precariedade penaliza mais as mulheres do que os homens em quase todas as idades, com a exceção da fase tardia da vida ativa, o que redundando em trabalhos de menor qualidade e de estatuto inferior, bem como em salários mais baixos» (p. 19-20). Na fase tardia, as mulheres têm mais doenças crónicas e psiquiátricas, perturbações de sono e sentimentos depressivos.

³ Nos indicadores do Índice de Envelhecimento Ativo da UNECE (United Nations Economic Commission for Europe & European Commission), entre os 28 países da União Europeia, Portugal localiza-se em 18^o lugar relativamente ao indicador «Capacidade para o envelhecimento» e no 8^o lugar relativamente ao indicador «Emprego».

natureza teria como principal objeto de reflexão e intervenção as políticas que deverão estar na base de uma sociedade justa e mais positiva para todas as idades» (2018:44).

Porventura por alguma pressão social, estribada em casos muito mediáticos, cujos rostos mais visíveis serão talvez os de Gentil Martins, Francisco George, Manuel Antunes e Eduardo Barroso, todos eles aposentados da Função Pública por limite de idade, o governo prepara-se para consagrar legalmente a possibilidade de, com o acordo de trabalhador e entidade patronal, ser possível o alargamento da atividade laboral para além dos 70 anos. Porém, e segundo os dados mais recentes, em 2017, apenas 387 funcionários públicos se reformaram aos 70 anos, o que representa 3,1% de todas as novas pensões concedidas nesse ano pela Caixa Geral de Aposentações, o que não permite antever que de *per se* a alteração do regime da reforma compulsória por limite de idade, a regra que obriga os funcionários públicos a saírem quando perfazem 70 anos, consiga uma adesão expressiva ou possa vir configurar uma tendência de melhoria.

Eugénio Rosa, economista e atualmente vogal da ADSE, também ele com mais de 70 anos, sugere: «uma das formas mais corretas seria a pessoa ir reduzindo gradualmente o tempo [de trabalho], procurando passar a sua experiência aos que entrassem» (HENRIQUES, 2018:10).

Tal como referem Marques, Batista e Silva (2012), as estratégias proativas de emprego e a ligação ao mundo do trabalho permitirão uma cada vez maior integração e a diminuição do preconceito em relação aos mais velhos, uma vez que, como tem sido demonstrado, as relações intergeracionais, a perceção mais individualizada das pessoas com diferentes idades e a valorização das características individuais contribuem para a relativização e mitigação das representações estereotipadas do grupo idoso como um todo.

A investigação sobre envelhecimento no trabalho tem incidindo sobre o papel da idade no desempenho (NG; FELDMAN, 2014), sobre o bem-estar no trabalho (SCHEIBE; ZACHER, 2013) e sobre os ajustamentos necessários (ZACHER; FELDMAN; SCHULZ, 2014), assumindo que são as mudanças individuais da trajetória profissional ao longo do tempo que justificam as diferenças entre os trabalhadores mais jovens e os trabalhadores mais velhos.

Zacher (2015) propõe que seja feita investigação sobre a heterogeneidade individual, os fatores facilitadores e constrangedores na organização, a motivação, as atitudes e os resultados no trabalho, e as mudanças causadas pela idade no indivíduo, usando para o efeito padrões temporais e diferentes tipos de investigação: experimental, intervenção/ação, longitudinal (curto e longo prazo). Um dos fatores constrangedores está ligado ao preconceito no que se refere à idade tanto por parte dos empregadores, como por parte dos colegas mais jovens.

Embora seja um tema transversal a várias áreas disciplinares, possibilitando um alargado leque de análises⁴ (GOMES, 2014), este é um dos aspetos ainda não estudado nas carreiras de Informação-Documentação, estando muito ligado à forma como os profissionais com

⁴ Medicina, sociologia, psicologia, gerontologia, antropologia, filosofia, história demografia economia, estudos culturais.

carreiras mais longas percecionam e são percecionados em duas áreas associadas à idade: o envelhecimento⁵ e o seu impacto no desempenho, e os fenómenos de idadismo laboral com que são confrontados.

Apesar de nos últimos anos se verificar uma maior compreensão do que é o idadismo (LEVY; MACDONALD, 2016), o seu estudo na Europa é recente e Portugal insere-se no conjunto dos países europeus onde se desconhece a abrangência deste tipo de atitudes (MARQUES; LIMA, 2010). Seguindo a proposta de Newman, Faux e Larimer (1997), o idadismo pode ser definido como o conjunto de práticas sociais baseadas na diferença de idades percebidas entre as gerações, podendo resultar em preconceitos, estigma e discriminação, contra ou a favor de uma geração, moldando a forma como são criadas as expetativas quanto ao próprio envelhecimento (HERNANDEZ; GONZALEZ, 2008). O idadismo é entendido como referente a qualquer faixa etária: não acontece só das gerações mais novas em relação às mais velhas, como foi inicialmente considerado, mas também das gerações mais velhas em relação às mais novas.

Há casos⁶, também na área de Informação-Documentação, em que os mais velhos procuram mimetizar posicionamentos, comportamentos, posturas e atitudes profissionais que possam ser percionados pelos mais novos como adequados e vice-versa, sendo que da parte dos mais velhos a incorporação de novos conhecimentos e novas atitudes não tem de significar necessariamente cedência, abdicação ou mesmo violentação, e também não tem de se investir numa procura estrénuua da inovação, características menos associadas à sua faixa etária; por sua vez, por parte dos mais novos não pode existir cerceamento, autocensura e anulação das suas características próprias, de modo a corresponderem ao estereótipo esperado pelos mais velhos. Aproveitar o que de melhor uns e outros têm para dar na respetiva faixa etária e profissional será claramente o expectável.

O idadismo pode manifestar-se tanto a nível individual, como a nível instrumental (no emprego), como ainda a nível social, pela falta de igualdade, linguagem idadista e pela segregação pela idade (MCGUIRE; KLEIN; CHEN, 2008). Frequentemente permanece invisível, não sendo reconhecido como tal e, dessa forma, não é desafiado nem contestado, nem sequer ao nível de sanções sociais.

5 O envelhecimento pode ser analisado como fenómeno individual – cronológico e biopsicológico – e como um fenómeno coletivo – envelhecimento demográfico e societal (Rosa 2012) Entre os modelos de envelhecimento em debate, nomeadamente no que se refere aos seus suportes teóricos e empíricos e aos obstáculos à implementação das políticas que os materializam (SÃO JOSÉ; TEIXEIRA, 2014) encontramos: o modelo de Envelhecimento ativo, o modelo de Envelhecimento saudável e o modelo de Envelhecimento produtivo (O’RAND, 2007; RIBEIRO, 2012). As abordagens críticas, especialmente surgidas na gerontologia, realçam as limitações teóricas em torno dos critérios subjetivos e objetivos para um envelhecimento bem-sucedido (ZACHER, 2015), tendo por base ideias otimistas sobre as escolhas individuais e o estilo de vida, e não dando atenção às desigualdades sociais, às disparidades na saúde, às mudanças provocadas pela idade (KATZ; CALASANTI, 2015) e a novas visões, alternativas e inclusivas (SANDBERG; MARSHALL, 2017). Martinson e Berridge (2015), que alertam para a importância das «missing voices», ou seja, da visão individual e dos perigos de novos idadismos e discriminações para com aqueles que não se enquadrem nestes modelos.

6 Registados pelo OP-ID – Observatório da Profissão de Informação-Documentação.

Em 2010 e 2011 foram editados dois relatórios de um estudo sobre o idadismo em Portugal (LIMA, 2010, 2011), no âmbito do *European Social Survey*. Os autores apontam como um dos objetivos do estudo colmatar a lacuna de conhecimento que há no nosso país sobre a abrangência do idadismo. Portugal, neste estudo, é o 4^o país da Europa a perceber a discriminação com base na idade como um problema grave/muito grave.

Outro resultado interessante é que este tipo de discriminação «é a principal forma de discriminação sentida pelos portugueses (17%), atingindo valores superiores à discriminação em razão do sexo (13%) ou da etnia (11%)» (MARQUES, 2011:19). Das conclusões, destaca-se, ainda, o facto de sermos um país de idadismo moderado no contexto europeu, «mas contrariando a tendência europeia, em Portugal o idadismo é mais frequente face aos idosos do que aos jovens» (LIMA, 2011:2): 20,8% dos indivíduos entre os 65-79 anos e 36% dos indivíduos com mais de 80 anos afirmaram já se terem sentido discriminados e 23% dos jovens entre os 15-24 anos de idade afirmam já terem sido discriminados, sendo a falta de respeito e os maus-tratos as formas mais apontadas de idadismo.

No mesmo sentido apontam os resultados do estudo coordenado por Manuel Villaverde Cabral (2013) sobre os processos de envelhecimento, que aponta ainda para as desigualdades das trajetórias profissionais entre homens e mulheres (v. também CABRAL; FERREIRA, 2014).

Um estudo recente (BRATT *et al.*, 2018) alerta para a necessidade de se realizar mais investigação longitudinal sobre as formas de idadismo ao longo da vida, considerando novos fatores, tais como o local de trabalho, os espaços públicos e o ambiente familiar, os quais contribuem para diferentes experiências de idadismo em várias fases da vida e em várias idades com reflexos nos comportamentos face ao próprio e aos outros.

Neste contexto, este artigo pretende dar um contributo efetivo para o debate crítico sobre as práticas de gestão do envelhecimento e do idadismo na profissão ID, através da identificação de tendências e da procura de respostas para a pergunta:

- Quais as consequências da ausência de gestão do envelhecimento no desempenho profissional?

Na abordagem a este tema, começa-se por fazer uma síntese de alguns dados sobre a realidade etária dos profissionais, introduzindo-se em seguida uma síntese da gestão do(s) envelhecimento(s) no trabalho, com especial incidência na gestão da diversidade e nos problemas idadistas com ele relacionados.

O (pouco) que sabemos sobre o envelhecimento na profissão de Informação-Documentação

Estudos sobre o prolongamento temporal das carreiras e profissões são ainda escassos (Ferreira 2012), bem como sobre o idadismo (CHU, 2009) ou sobre biografias de emprego

(*employment biographies*)⁷ (MANZONI, 2010), e a investigação sobre este tema na profissão ID é quase inexistente, podendo contudo encontrar-se investigação recente sobre gerações profissionais em Portugal, incidindo sobre coortes em atividade (alguns já aposentados) desde os anos 70 e 80 (OCHÔA, 2012a; OCHÔA, 2012b)⁸ ou sobre quatro gerações representando profissionais no ativo desde os anos 70, 80, 90 e 2000 (OCHÔA; PINTO, 2009), espelhando diferenças nas suas perceções sobre o mundo do trabalho, carreira e desempenho, mas sem abordar os temas da gestão do envelhecimento e do idadismo.

Analisando alguns dos dados mais recentes disponíveis sobre a distribuição etária dos profissionais ID, designadamente, dos associados da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) e dos trabalhadores da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), facilmente se constata o envelhecimento da profissão ID e a presença de, também nela, se equacionar a questão do envelhecimento ativo.

Fig. 1

Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD)	
Associados por idades em 2017	
Escalão etário	Nº
< 20	0
20-24	2
25-34	35
35-44	179
45-54	246
> 55	217
	679

Fonte: Relatório de atividades da BAD

⁷ Este tipo de estudos assentam numa perspetiva de ciclo de vida (*life course*) na qual têm vindo a ganhar importância, desde os anos 80, as abordagens a temas como: a estabilidade no trabalho, as escolhas ocupacionais e as oportunidades de carreira, as desigualdades de género, as transições e a mobilidade numa perspetiva individualizada. As mudanças refletem diferentes contextos históricos e biográficos, os quais devem ser estudados em *cohorts* e em vários domínios interligados, em especial, a mudança dos padrões laborais (HEINZ; MARSHALL, 2003). Metodologicamente é aconselhável reunir duas perspetivas: a retrospectiva e a prospetiva (MANZONI, 2010).

⁸ Estes estudos seguem igualmente os princípios teóricos do ciclo de vida (ELDER, 1994): 1 – O princípio do desenvolvimento do tempo, que é moldado pelas ocupações experienciadas ao longo da vida; 2 – O princípio do momento do tempo, que abarca as transições e os acontecimentos de vida; 3 – O princípio das «vidas ligadas», que comporta as relações com os outros e as repercussões destas na vida do indivíduo e na dos outros; 4 – O princípio do tempo e do lugar, que evidencia o papel do tempo, do contexto e do lugar histórico em que os indivíduos vivem; 5 – O princípio da «agência», ou seja, da capacidade humana para agir, que faz com que os indivíduos construam o seu próprio percurso de vida através das suas escolhas e opções. Um outro estudo (MARSHALL *et al.*, 2009) segue a mesma abordagem visando uma melhor compreensão dos padrões de carreira e reforma no setor da Informação-Documentação americano.

Assim, na BAD (Fig. 1), constata-se que a faixa mais numerosa é a dos 45-54 anos, logo seguida da dos maiores de 55 anos. Até aos 34 anos, a BAD possui apenas 37 associados, os 679 restantes têm uma idade superior. Poder-se-ia conjecturar que o associativismo, enquanto forma mais clássica e institucional de agregação, não motiva suficientemente as camadas mais jovens tradicionalmente tidas como mais dinâmicas, mas, como se verá em seguida, tal presunção não encontra suporte na realidade do corpo profissional das duas maiores instituições do sistema, ainda que também se tenha de considerar nesta análise as restrições crónicas aos novos ingressos na Administração Pública. Registe-se ainda como merecedor de reflexão que a própria BAD não parece sentir qualquer necessidade de desagregar os seus associados com idade superior a 55 anos que surgem todos concentrados numa mesma mole indistinta...

Fig. 2

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)	
Trabalhadores por idades em 2017	
Escalão etário	N.º
< 20	0
20-24	0
25-29	2
30-34	2
35-39	6
40-44	20
45-49	38
50-54	44
55-59	41
60-64	35
65-69	8
>=70	0
	196

Fonte: Balanço social de 2017 da BNP

Na BNP (Fig. 2), o cenário não é diferente. A faixa mais numerosa é a dos 50-54 anos, logo seguida da dos 55-59 e da dos 60-64. Até aos 39 anos, a BNP possui apenas 10 trabalhadores, os restantes 186 têm mais de 39 anos.

Fig. 3

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)	
Trabalhadores por idades em 2017	
Escalão etário	N.º
< 20	0
20-24	0
25-29	3
30-34	6
35-39	13
40-44	36
45-49	60
50-54	70
55-59	76
60-64	33
65-69	13
>=70	0
	310

Fonte: Balanço social de 2017 da DGLAB

Na DGLAB (Fig. 3), o cenário é similar, senão mesmo ligeiramente agravado. A faixa mais numerosa é a dos 55-59 anos, logo seguida da dos 60-64 e da dos 50-54. Até aos 39 anos, a DGLAB possui apenas 22 trabalhadores, os restantes 288 têm mais de 39 anos.

Porque devemos gerir o(s) envelhecimento(s) e o(s) idade(s) na profissão de Informação-Documentação

A gestão do envelhecimento da força de trabalho é uma realidade complexa que exige uma visão multidisciplinar assente na lógica de ciclo de vida, em lugar de fundada na lógica da idade⁹ (GRENIER, 2012), a qual está já em discussão, quer enquanto estratégia, quer

⁹ A idade não é um fenómeno puramente natural, constitui uma categoria de pertença, que funciona não apenas como um marcador social de referenciação, mas também como um critério de legitimação de estatutos, direitos e papéis sociais diferenciadores, construídos no quadro de processos históricos complexos (CAPUCHA, 2014). Adotando o conceito de idade definido por Sterns e Doverspike (1989), o expectável é que, independentemente da vontade individual, à medida que se avança no continuum, mudemos de categoria e, portanto, para além da idade cronológica, vivencemos também a «idade funcional», a «idade psicossocial», a «idade organizacional» e a «idade da perspectiva do tempo de vida», sendo que em cada uma sobressaem diferentes variáveis relacionadas com o envelhecimento. Entre as convenções sociais tecidas em torno da idade, a condição económica de ativo é a mais relevante (TOMÁS, 2012), associada a uma noção de direitos e deveres de natureza social, moral e ética e formas de retorno do investimento individual e coletivo feito ao longo da carreira contributiva e assente numa base de solidariedade entre as gerações. A idade da reforma e a idade da velhice

enquanto desafio social (GUILLEMARD, 2000, 2001, 2003, 2004; MENDES, 2005; ILMARINEN 2012; CAPUCHA, 2014; SILVERS; RORTY, 2016).

Envolve a gestão de vários aspetos:

- As condições a partir das quais se procura assegurar o prolongamento da vida laboral, nomeadamente as que se referem à promoção do envelhecimento no trabalho, à aplicação do princípio da igualdade de oportunidades entre trabalhadores e ao equilíbrio estrutural entre as diferentes gerações, numa lógica de responsabilidade social;
- A gestão do envelhecimento baseada numa abordagem assente no reconhecimento das especificidades que caracterizam cada etapa da vida e que procura criar oportunidades iguais para todas as gerações (ILMARINEN, 2012), assente em princípios éticos como o respeito pela diversidade e a justiça social nos locais de trabalho;
- A criação de barreiras e a discriminação etárias (a idade enquanto critério de avaliação do desempenho pela desadequação das competências e a alteração das capacidades físicas e cognitivas, alteração na produtividade, a que na literatura se tem dado o nome de *ageism* ou idadismo) (BUTLER, 1969; PALMORE, 1999; BYTHEWAY, 2005).
- A revisão profunda dos fundamentos relativos ao estatuto social da idade e dos ciclos de vida, de modo a que o previsível aumento dos indivíduos com idades mais avançadas (mesmo no trabalho) não conduza a uma situação de conflitualidade e de exclusão social (ROSA, 1993);
- A existência de imagens estereotipadas sobre aquilo que são as competências e capacidades produtivas dos trabalhadores mais velhos¹⁰ (NG; FELDMAN, 2010);

deixaram de ser processos coincidentes. Hoje em dia, velhice e reforma surgem já dissociadas, representando duas realidades inter cruzadas mas não sobrepostas. O envelhecimento da população tem um profundo impacto sobre as condições económicas, políticas e sociais, através de fatores como o crescimento económico, a poupança e o investimento, a oferta de trabalho e emprego, os regimes de pensões, saúde e cuidados a longo prazo, as transferências intergeracionais, a composição familiar e as condições de vida (UN, 2013). Entre as medidas contra a discriminação laboral destacam-se, desde 1958, a Convenção nº 111 da OIT para a discriminação em matéria de emprego e na profissão (1960), o *Plano Internacional de Ação das Nações Unidas sobre o Envelhecimento* (1982), os *Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas* (1991), o Ano Europeu do Idoso e da Solidariedade entre Gerações (1993), o Ano Internacional das Pessoas Idosas (1999), a *Carta Europeia dos Direitos e Liberdades Fundamentais* (2000) e o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações, celebrado em 2012.

¹⁰ Vários estudos realizados identificam perceções **positivas** (experiência, conhecimento, hábitos de trabalho, atitudes, compromisso, qualidade do trabalho, lealdade, pontualidade, inteligência emocional e respeito pela autoridade) e **negativas** (inflexibilidade, falta de vontade ou incapacidade de se adaptar às novas tecnologias, resistência à mudança, complacência e limitações físicas) ligadas aos trabalhadores com mais de 50 anos (DENNIS; THOMAS, 2007; POSTHUMA; CAMPION, 2009; NG; FELDMAN, 2012; CALO; PATTERSON; DECKER, 2014).

- A reflexão sobre as atuais e futuras configurações do mercado de trabalho com a alteração do modelo organizacional e a instabilidade manifestada sob a forma da fragmentação, de incerteza e de maior vulnerabilidade (VAUCLAIR *et al.*, 2015);
- As necessidades e expectativas dos trabalhadores face ao trabalho, uma vez que trabalhadores de diferentes idades possuem distintas perspetivas e necessitam de diferentes tipos de apoio para que possam dar um melhor contributo às suas organizações. Assim, é fundamental que os gestores tomem conhecimento dos níveis de comprometimento organizacional e do que é que cada geração valoriza em termos profissionais (KAIFI *et al.*, 2012);
- O comportamento de cada geração face ao trabalho, analisando e interpretando a combinação única de experiências, conhecimento, perspetivas e expectativas e os impactos que têm no estilo de comunicação, necessidades tecnológicas, preferências de desenvolvimento profissional, necessidades de recompensa, estilos de liderança desejados, bem como formas de reconhecimento praticadas. Esta diversificação geracional tem efeitos em toda a organização e interfere na estrutura, nas políticas, no sistema de valores, na cultura organizacional (KIAN *et al.*, 2014) e nas formas de aprendizagem (European Network for Intergenerational Learning 2012);
- A necessidade das organizações de reter o maior número possível de trabalhadores de modo a garantir a manutenção do mercado de trabalho e evitar a perda de conhecimentos, competências e experiências (ARMSTRONG-STASSEN, 2008; ARMSTRONG-STASSEN; SCHLOSSER, 2011; KOÇAK, 2011; SCHALK *et al.*, 2010), levando-as a desenvolverem novas e melhores formas de satisfazer as necessidades dos trabalhadores mais velhos no sentido de os manterem por mais tempo (STAMOV-ROßNAGEL; HERTEL, 2010) e os gerirem em equipas mistas, compostas por trabalhadores de diferentes idades (WEGGE *et al.*, 2012);
- O diagnóstico sobre o que poderá motivar os trabalhadores mais velhos a permanecer nas organizações (SHACKLOCK; FULOP; HORT, 2007; STAMOV-ROßNAGEL; HERTEL, 2010) e o que os poderá levar a desinvestir nas carreiras (VAN DALEN *et al.*, 2010);
- A influência de fatores como o género, a classe social, a atividade profissional, o estado de saúde, a cultura, entre outros, e as variações existentes entre indivíduos com a mesma idade.

As consequências do adiamento destas novas formas de gestão, a par dos necessários estudos sobre a profissão podem implicar o afastamento de profissionais para outro tipo de carreiras e organizações, tornando a profissão pouco atrativa.

Conclusão

Debater o envelhecimento e o idadismo não tem sido prática corrente na profissão de Informação-Documentação mas os problemas que estas questões suscitam hoje não podem continuar a ser ignorados.

A evolução do mercado de trabalho regista a abertura a novas formas de prolongamento da vida ativa a par de políticas de envelhecimento ativo. Assim, a gestão de recursos humanos nas bibliotecas e nos arquivos não deverá permanecer à margem destas questões, cuja análise deverá incluir aspetos como a heterogeneidade individual, os fatores facilitadores e constrangedores na organização, a motivação, as atitudes e os resultados no trabalho e as mudanças causadas pela idade no indivíduo, garantindo a necessária gestão de competências de modo a evitar a obsolescência profissional. A gestão das várias gerações no mercado de trabalho deve também ser considerada uma prioridade como forma de evitar e eliminar o idadismo.

A investigação sistemática sobre as carreiras, as transições e as trajetórias dos profissionais possibilitará obter novas perspetivas e novos dados sobre a evolução das práticas de gestão do envelhecimento que vão para além do conhecimento do número de profissionais que se enquadram nas várias categorias etárias. Possibilitará igualmente obter dados sobre a idade de entrada e saída na profissão, os cargos e funções desempenhados e assim conhecer e compreender melhor os efeitos do envelhecimento no desempenho da profissão.

Referências bibliográficas

AGUIAR, M. C.

2018 Estamos a envelhecer, não esqueçamos o envelhecimento activo. *Público*. (18 jun. 2018) 52.

ARMSTRONG-STASSEN, M.

2008 Human resource practices for mature workers and why aren't employers using them? *Asia Pacific Journal of Human Resources*. 46:3 (2008) 334-352.

ARMSTRONG-STASSEN, M.; SCHLOSSER, F.

2011 Perceived organizational membership and retention of older workers. *Journal of Organizational Behavior*. 32:2 (2011) 319-344.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS

2018 *Relatório de atividades de 2017*. Lisboa : A. P. B. A. D., 2018, p. 9.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

2018 Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro [de 2017]. In *Balanço social de 2017 da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)*. Lisboa : B. N. P., 2018, p. 3.

BRATT, C. [et al.]

2018 Perceived age discrimination across age in Europe: from an ageing society to a society for all ages. *Developmental Psychology*. 54:1 (2018) 167-180.

BUTLER, R. N.

1969 Age-ism: another form of bigotry. *The Gerontologist*. 9:4 (1969) 243-246.

BYTHEWAY, B.

2005 Ageism. In JOHNSON, M. [et al.], ed. – *The Cambridge handbook of age and ageing*. Cambridge : University Press, 2005, p. 338-345.

CABRAL, M. V.; FERREIRA, P. M.

2014 *Envelhecimento activo em Portugal: trabalho, reforma, lazer e redes sociais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.

CABRAL, M. V. [et al.]

2013 *Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Lisboa : Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.

CALO, T. J.; PATTERSON, M. M.; DECKER, W. H.

2014 Employee perceptions of older workers' motivation in business, academia, and government. *International Journal of Business and Social Science*. 4:2 (2014) 1-10.

CAPUCHA, L. M.

2014 Envelhecimento e políticas sociais em tempos de crise. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 74 (2014) 113-131.

CHU, M.

2009 Ageism in academic librarianship. *Electronic Journal of Academic and Special Librarianship*. 10:2 (2009) 1-3.

DENNIS, H.; THOMAS, K.

2007 Ageism in the workplace. *Generations*. 31:1 (2007) 84-89.

ELDER, G.H.

1994 Time, human agency and social change: perspectives on the life course. *Social Psychology Quarterly*. 57:1 (1994) 4-15.

FERREIRA, M.

2012 Prolongamento temporal da actividade profissional de dois grupos profissionais de saúde... *Sociologia: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. (2012) 97-122.

GEAVAN, S. [et al.]

2018 *21st century workforces & workplaces*. London: Bloomesbury, 2018.

GOMES, C. T.

2014 A Temática do envelhecimento na investigação sociológica em Portugal: que produção? *CIES e-Working Paper*. 189 (2014).

GRENIER, A.

2012 *Transitions and the lifecourse: challenging the constructions of «growing old»*. Bristol : The Policy Press, 2012.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL

2017 *Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Sustentável: 2017-2025*. [S. l. : s. n.], 2017, p. 13.

GUILLEMARD, A. M.

2004 Les Sociétés à l'épreuve du vieillissement: le défi de l'emploi en seconde partie de carrière. *Futuribles*. 299 (2004) 45-68.

GUILLEMARD, A. M.

2003 *L'Âge de l'emploi: les sociétés face à vieillissement*. Paris : Armand Colin, 2003.

GUILLEMARD, A. M.

2001 Work or retirement at career's end? : A third way strategy for an ageing population. In GIDDENS, A., ed. – *The Global third way debate*. Cambridge : Polity, 2001, p. 233-242.

GUILLEMARD, A. M.

2000 *Aging and the welfare-state crisis*. London : Associated University Presses, 2000.

HEINZ, W. R.; MARSHALL, V. W.

2003 *Social dynamics of the life course: transitions, institutions and interrelations*. New York : De Gruyter, 2003.

HENRIQUES, J. G.

2018 São cada vez menos os que só se aposentam aos 70 anos. *Público*. (17 ago. 2018) 10-11.

HERNANDEZ, C. R.; GONZALEZ, Z. M.

2008 *Effects of intergenerational interactions on ageing*. London : Routledge, 2008.

ILMARINEN, J.

2012 Promover o envelhecimento ativo no local de trabalho. {Em linha}. [S. l.]: European Agency for Safety and Health at Work, 2012. [Consult. 29 out. 2018]. Disponível em: <https://osha.europa.eu/pt/tools-and-publications/publications/articles/promoting-active-ageing-in-the-workplace>.

KAIFI, B. A. [et al.]

2012 A Multi-generational workforce: managing and understanding millennials. *International Journal of Business & Management*. 7:24 (2012) 88-93.

KATZ, S.; CALASANTI, T.

2015 Critical perspectives on successful aging: does it “appeal more than it illuminates”? *The Gerontologist*. 55 (2015).

KIAN, T.; YUSOFF, W.; RAJAH, S.

2014 Motivation for generations cohorts: an organizational justice perspective. *International Journal of Management Sciences*. 11:2 (2014) 536-542.

KOÇAK, O.

2011 A Field study of challenges faced by aging workforce. *Journal of Yaşar University*. 24:6 (2011) 3.913-3.931.

LEVY, S. R.; MACDONALD, J. L.

2016 Progress on understanding ageism. *Journal of Social Issues*. 72:1 (2016) 5-25.

LIMA, M. L.

2010 *Envelhecimento(s), estado da arte*. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

LIMA, M. L. P. [et al.]

2011 *Idadismo na Europa: uma abordagem psicossociológica com o foco no caso português: relatório I*. Lisboa : CIS/IUL; Instituto do Envelhecimento; European Research Group on Attitudes to Age, 2011.

MANZONI, A.

2010 *Labor mobility patterns over the life-course: a comparison of retrospective and prospective data in different labor markets*. Ridderkerk: Ridderprint, 2010.

MARQUES, S.

2018 Todos querem viver para sempre, mas ninguém quer envelhecer... *Público*. (12 mar. 2018) 44.

MARQUES, S.

2011 *Discriminação na terceira idade*. Lisboa : Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

MARQUES, S.; BATISTA, M.; SILVA, P. A.

2012 A Promoção do envelhecimento ativo em Portugal... *Sociologia: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Número temático - Envelhecimento demográfico (2012) 53-73.

MARQUES, S.; LIMA, M.

2010 Idadismo e a construção social da idade ou as razões psicossociais para o sucesso dos antirugas, do botox e da tinta para o cabelo. *InMind_Português*. 1:1 (2010) 13-21.

MARSHALL, V.; RATHBUN-GRUBB, S.; MARSHALL, J. G.

2009 Using the life course perspective to study library and information science careers. *Library Trends*. 58:2 (Fall 2009).

MARTINSON, M.; BERRIDGE, C.

2015 Successful aging and its discontents: a systematic review of the social gerontology literature. *The Gerontologist*. 55 (2015).

MCGUIRE, S.; KLEIN, D.; CHEN, S.

2008 Ageism revisited: a study measuring ageism in East Tennessee USA. *Nursing and Health Services*. 16 (2008) 11-16.

MENDES, F. R.

2005 *Conspiração grisalha: segurança social, competitividade e gerações*. Oeiras : Celta, 2005.

NEWMAN, F.; FAUX, R.; LARIMER, B.

1997 Children's views on aging: their attitudes and values. *The Gerontologist*. 37L (1997) 412-417.

NG, T.; FELDMAN, D.

2014 The Moderating effects of age in the relationships of job autonomy to work outcomes. *Work, Aging and Retirement*. 1:1 (2014) 64-78.

NG, T.; FELDMAN, D.

2012 Evaluating six common stereotypes about older workers with meta-analytical data. *Personnel Psychology*. 65:4 (2012) 821-858.

NG, T.; FELDMAN, D.

2010 The Relationships of age with attitudes: a metaanalysis. *Personnel Psychology*. 63:3 (2010) 677-718.

OCHÔA, P.

2012a Para uma perspetiva intergeracional das carreiras e competências em Portugal: análise da profissão de bibliotecário. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. 2ª série. 10 (2012) 7-75.

OCHÔA, P.

2012b *Transições profissionais na sociedade da informação: percursos identitários e ciclos de competências de bibliotecários portugueses : 1973-2010*. 2012. Tese de doutoramento apresentada à Universidad de Alcalá.

OCHÔA, P.; PINTO, L. G.

2009 Career, skills and dilemmas. In VARLEIS, J.; WALTON, G., ed. – *Strategies for regenerating the library and information profession*. München : K.G. Saur, 2009, p. 342-354.

O’RAND, A. M.

2007 Aging and the life course theories. In RITZER, George, ed. – *Blackwell Encyclopedia of Sociology*. [S. l.] :Blackwell Publishing, 2007, p. 33-73.

PALMORE, E. B.

1999 *Ageism: negative and positive*. 2nd. New York : Springer Publishing Company, 1999.

PORTUGAL. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

2018 Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro [de 2017]. In *Balanço social de 2017 da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)*. [Lisboa : DGLAB, 2018], p. 3.

POSTHUMA, R.; CAMPION, M.

2009 Age stereotypes in the workplace: common stereotypes, moderators, and future research directions. *Journal of Management*. 35:1 (2009) 158-188.

RIBEIRO, O.

2012 O Envelhecimento “ativo” e os constrangimentos da sua definição. *Revista da Faculdade de Letras. Sociologia*. Número temático: Envelhecimento demográfico, p. 33-52.

ROSA, M. J. V.

2012 *Proteção social: novos desafios para a sustentabilidade social em Portugal*. Lisboa : Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

ROSA, M. J. V.

1993 O Desafio social do envelhecimento demográfico. *Análise Social*. 28:122 (1993) 679-689.

SANDBERG, L.; MARSHALL, B.

2017 Queering aging futures. *Societies*. 7 (2017).

SÃO JOSÉ, J.; TEIXEIRA, A. R.

2014 Envelhecimento ativo: contributo para uma discussão crítica. *Análise Social*. 210:49/1 (2014) 28-54.

SCHALK, R. [et al.]

2010 Moving European research on work and ageing forward: overview and agenda. *European Journal of Work and Organizational Psychology*. 19 (2010) 76-101.

SCHEIBE, S.; ZACHER, H.

2013 A Lifespan perspective on emotion regulation, stress, and well-being in the workplace. In PERREWÉ, P. L.; ROSEN, C. C.; HALBESLEBEN, J. R. B., ed. – *The Role of emotion and emotion regulation in job stress and well being*. Bingley (UK) : Emerald, 2013, p. 163-193. (Research in occupational stress and well-being; 11).

SILVERS, A.; RORTY, M. V.

2016 *The Palgrave handbook of the philosophy of aging*. Ed. by Geoffrey Scarre. London : Palgrave Macmillan, 2016.

STAMOV-ROBNAGEL, C.; HERTEL, G.

2010 Older workers' motivation: against the myth of general decline. *Management Decision*. 48:6 (2010) 894-906.

STERNS, H.; DOVERSPIKE, D.

1989 Aging and the training and learning process. In KATZELL, R., ed. – *Training and development in organizations*. San Francisco : Jossey-Bass Publishers, 1989, p. 299-332.

TOMÁS, L. M. V.

2012 *Conjugação dos tempos de vida: idade, trabalho e emprego*. Lisboa : Editora Mundos Sociais, 2012.

TORRES, A., coord.

2018 *Igualdade de género ao longo da vida*. Lisboa : Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.

UNITED NATIONS

2013 *World population policies 2013*. New York : United Nations Publications, 2013.

VAN DALEN, H. P.; HENKENS, K.; SCHIPPERS, J.

2010 Productivity of older workers: Perceptions of employers and employees. *Population and Development Review*. 36:2 (2010) 309-330.

VAUCLAIR, C. M. [et al.]

2015 Subjective social status of older people across countries: the role of modernization and employment. *The Journal of Gerontology. Series B - Psychological Sciences and Social Sciences*. 70:4 (2015) 650-660.

ZACHER, H.

2015 Successful aging at work. *Aging and retirement*. 1:1 (2015) 4-25.

ZACHER, H.; FELDMAN, D. C.; SCHULZ, H.

2014 Age, occupational strain, and well-being: a person-environment fit perspective. In PERREWÉ, P. L.; HALBESLEBEN, J. R. B.; ROSEN, C. C., ed. – *The Role of demographics in occupational stress and well being*. Bingley (UK) : Emerald, 2014. p. 83-111. (Research in occupational stress and well-being; 12)

Paula Ochôa | poc.paula@gmail.com

Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Paulo J. S. Barata | paulobarata2009@gmail.com

Biblioteca Nacional de Portugal

Resumo: É desejável, e mesmo necessário, que se faça silêncio nos espaços de leitura das Bibliotecas, para que os leitores possam concentrar-se; que as Bibliotecas sejam lugares onde não haja perturbação alguma que desvie, abusivamente, a sua atenção. Todavia, não há Biblioteca no mundo onde seja possível mantê-lo. Considerando a raiz etimológica do termo, logo se percebe que os livros estão no seu cerne. Os livros têm vida própria. Acima de tudo, têm voz; afirmam-se e falam entre si. Se apenas falassem entre si, talvez, de vez em quando, nos fosse possível encontrar o silêncio procurado. Mas existem os leitores que falam com eles e sem cuja presença os livros não podem passar. “O leitor escreve para que seja possível” (Manuel Gusmão). Autores e leitores são indissociáveis. É da sua qualidade de seres interdependentes, eternamente votados à partilha do mundo, que vivem as Bibliotecas. Recuperando passagens de alguns escritores, são apresentados testemunhos de cumplicidades, provando que o silêncio não é possível numa Biblioteca. Nos espaços onde coabitam livros e leitores, mesmo que sejam lugares em que apenas encontremos um só livro e um só leitor, as palavras ecoam. É que, se esta não fosse a tónica, o mundo não era nada.

Palavras-chave: Leitores; Memória; Silêncio

Abstract: Silence is desirable, even necessary, in the Reading Rooms of every Library, so that readers can be focused. Libraries should be places where no noise or sound exists, but, in fact, true silence is impossible, because books do live in Libraries and have lives of their own. They have a voice / voices and interact with each other – not only with each other, but with readers too. Readers speak with them and books cannot live without their presence. “The reader writes in order to make it possible” (Manuel Gusmão). Authors and readers are inseparable. They share the world in a continuous and endless way. This is, undoubtedly, what takes place in all Libraries. Considering this assumption, writers have been testifying that silence is not possible in a Library. When books and readers meet, words can be heard all over, as if the world inside and outside was one.

Keywords: Readers. Memory. Silence

I am reading six books at once, the only way of reading; since, as you will agree, one book is only a single unaccompanied note, and to get the full sound, one needs ten others at the same time.

Virginia Woolf. Letter to Saxon Sidney Turner. August, 12, 1928 (BROOKS, 2012)

Autores e leitores escrevem e lêem juntos. O que disto resulta constitui a Biblioteca.

Na Biblioteca, espaço de silêncio e concentração por excelência, está contido o mundo. Nada há, porém, de silencioso numa Biblioteca, se considerarmos que nela se espelha o passado, o presente, por volátil que seja, e o futuro; que nela nos revemos em tom de retórica infinita.

Haverá lugar que reflita a razão, o espírito e a alma de forma mais completa? Por que é que a cidade não sobrevive sem Bibliotecas? Por que razão, ou razões, os autores precisam de

leitores? Por que serem votados ao esquecimento, por *ad aeternum* permanecerem ignorados, significa uma segunda morte?

De uma forma implacavelmente lógica, há que convir que a sucessão de gerações transforma autores em leitores que, por sua vez, se tornarão autores. É no seio da Biblioteca que tudo isto se passa.

O silêncio é um dos tópicos sempre presentes nas definições que traduzem os deveres dos utilizadores das Bibliotecas. Por definição, e de acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (ACADEMIA, 2001), silêncio significa ausência de barulho, de ruído, de qualquer agitação e é semelhante a sossego.

Em silêncio, por sua vez, significa sem fazer barulho, sem pronunciar uma palavra, sem manifestar os seus sentimentos.

Sossego quer dizer ausência de agitação ou excitação, sendo semelhante a calma. Também significa ausência de preocupações ou de contrariedades; neste caso é semelhante a tranquilidade.

Já aqui, convém esclarecer que o que nos interessa não é questionar o direito ao silêncio que o leitor procura na Biblioteca. Não. Quem tem necessidade dele e espera encontrá-lo numa sala de leitura onde se instala, deve poder dele usufruir. É um direito inalienável do qual não deve ser privado.

Porém, e é isto que nos levanta múltiplas interrogações, que tipo de silêncio pode existir numa Biblioteca? Sendo o silêncio a ausência de barulho, de ruído, de qualquer agitação, cada vez mais nos parece que laboramos em torno de algo impossível de alcançar. Já o sossego, termo com significado semelhante, nos parece mais viável. Surge aliado à ausência de preocupações ou de contrariedades, o que se nos afigura consonante com a ideia de alguns, como Borges, que imaginam o Paraíso como uma espécie de Biblioteca. Haverá lugar melhor do que aquele que nos pode proporcionar tal bem-estar? Poderá uma Biblioteca ser um lugar assim?

As Bibliotecas são feitas de autores, de leitores e de pessoas que promovem a ligação entre ambos – as pessoas que nelas trabalham. São, pois, fundamentalmente três, as categorias de atores em cena: os que não querem, nem nunca quiseram, ser esquecidos e escreveram para não serem ignorados; os que vão no seu encaicho, porque precisam deles para poderem entender-se a si próprios e ao mundo que os rodeia; os que permitem que uns e outros se encontrem.

Todos estes atores comungam da palavra escrita. Ora, a palavra, cerne da condição do ser pensante, imediatamente nos transporta à seguinte questão: pode o pensamento viver em silêncio? Não, não pode, porque se desvanece. Mesmo em sossego, pouco frutifica. O pensamento/palavra tem necessidade absoluta da constante dialética. O estímulo vem-lhe da argumentação incessante. Por isso Manuel Gusmão afirma que “De alguma maneira o leitor escreve para que seja possível” (GUSMÃO, 2001:32).

Em silêncio, nada disto acontece, pois se em silêncio está, segundo o *Dicionário*, quem não manifesta os seus sentimentos, de que forma pode, então, desenrolar-se o pensamento? É certo que “manifestar” quer dizer demonstrar; todavia, cada vez é mais difícil, num mundo em que tudo é intencionalmente partilhado, conseguir, numa sala de leitura de uma

Biblioteca, que se faça silêncio. O tal direito/dever que consta dos Regulamentos deverá ser encarado, futuramente, à luz de um outro paradigma.

Há que juntar emoção e sentimento ao pensamento. É uma emoção que nos faz sentir se uma determinada decisão é boa ou não. Essa decisão traduz-se numa ação. António Damásio, que tem vindo, sobretudo desde 1995, a demonstrar que a conduta e o comportamento social assentam, como toda e qualquer expressão racional, em emoções, ajuda-nos a perceber que as emoções e os sentimentos são o pano de fundo das nossas vidas, as provocadoras da nossa cultura (QUANDO..., 2017).

Assim sendo, não nos parece, sequer, que o leitor possa ser encarado como alguém de quem podemos esperar silêncio, na verdadeira aceção da palavra. Pode e deve colaborar para que exista um ambiente de sossego e tranquilidade, de respeito pela concentração dos outros.

Consideremos, a título de exemplo, três realidades próximas no espaço (Brasil), mas menos próximas no tempo – 2012, 2016 e 2018.

Em maio de 2012, na Universidade Estadual de Londrina (Paraná), uma campanha foi promovida em várias das suas Bibliotecas:

SILÊNCIO: “Aqui falam os livros” (Rosa Mares).

Admite-se, pois, que os livros falam. Realmente, os livros “falam”, mas será que quem os “ouve” consegue permanecer impávido? Enquanto leitores, mesmo que inconscientemente, revelamo-nos através de atitudes e comportamentos. Estes fazem parte da nossa maneira de ser.

É verdade que, subjacente a esta campanha, estão factos que implicaram a necessidade de promover um ambiente em que todos os leitores se pudessem sentir bem. As boas normas de convivência e de respeito pelo próximo tiveram de ser relembradas de uma forma lúdica e educativa (PORTELLO, 2012).

Um compromisso por parte dos utilizadores mais refratários é sempre benéfico. Porém, uma Biblioteca é um espaço de vida e bem sabemos que não há duas pessoas iguais em lado nenhum.

Em outubro de 2016, foi dado início à “Campanha do Silêncio nas Bibliotecas da UCS”. A ideia passava pela consciencialização dos utilizadores relativamente à necessidade de reduzir o ruído nos espaços das várias Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul).

“Deve apenas o conhecimento falar alto”, era um dos *slogans*.

Pois! O conhecimento tem de falar e tem de ser ouvido. Ouvido e reconhecido, para que avancemos em conjunto. Mais uma vez, é certo que as razões que levaram a que se encetassem campanhas como esta – já vinham de 2010 – são deveras pertinentes. Os efeitos nocivos do que foi considerado “poluição sonora” repercutem-se na concentração dos leitores. Há sempre que atuar.

Mas, perguntamos nós, será de pressupor que o conhecimento fale sem que quem o ouve reaja? É que há reações individuais que, não raro, encontram eco e acabam por se ir transmitindo de forma inconsciente. Faz parte da nossa maneira de estar. Num espaço

partilhado, como é o de uma sala de leitura, devemos exigir o que não podemos controlar? (ROSANO, 2016).

Em abril de 2018, foi retomada uma campanha pelo silêncio na Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de S. Paulo, campanha esta que, em 2013, tivera já exemplo. Quase todas as reclamações recebidas pela Biblioteca estavam relacionadas com barulho principalmente causado pelas características do edifício (O SILÊNCIO, 2013).

Com certeza, perante uma realidade incontornável, houve que tomar medidas, apelando à compreensão e colaboração de todos. Há Bibliotecas onde, pela sua estrutura, se torna difícil criar espaços propícios à concentração, mas se a isto aliarmos outras razões relacionadas com factos evitáveis, logo concluímos que há sempre processos de minorar o impacto do que é desagradável (SILÊNCIO..., 2018).

Mas o que é que podemos mudar em prol do bom ambiente nas salas de leitura das Bibliotecas? E como é que o podemos fazer? Somos homens e mulheres que pensamos, sentem e agem e não vivem dois momentos iguais. Faz parte da nossa maneira de ser e estar. Uma coisa, todavia, nos parece certa: ignorar que o contexto em que nos movemos é fruto de uma irreversível mudança de paradigma é caminhar, a passos largos, para a frustração. Há que ter presente, por exemplo, o trabalho que a ALA (American Library Association), através do Center for the Future of Libraries, criado em 2014, tem vindo a desenvolver (AMERICAN LIBRARY..., 2014:jul. 31).

As tendências que as Bibliotecas enfrentam são profundamente desafiadoras. Uma leitura atenta dos diversíssimos documentos que têm vindo a ser publicados a este respeito levam-nos a perceber que o silêncio na sala de leitura, tal como tantos ainda o procuram, muito dificilmente será encontrado no futuro próximo (AMERICAN LIBRARY..., 2014:aug. 8).

Realmente, as Bibliotecas, quais organismos vivos, cujas células se renovam a cada instante, não podem parar no tempo, sob pena de rapidamente perderem muito do seu significado. Por que é da palavra que as suas células se alimentam, é a partir dela que devem ser repensadas.

Nas paredes das salas de leitura, a palavra que mais sobressai continua a ser SILÊNCIO. O que é que nos impede de a substituir? Pode ser uma questão retórica, mas, se pedirmos RESPEITO PELO SOSSEGO, em vez de exigirmos silêncio, não será mais adequado à realidade de hoje, tanto à luz do que as neurociências nos ensinam sobre comportamentos e atitudes, como numa perspectiva de futuro?

Mesmo assim, não esqueçamos que o sossego não pode senão ser aparente, uma vez que as Bibliotecas são o espelho tanto da harmonia como do desconcerto do mundo, retratados, analisados, criticados sem limites.

Mais, ainda: se o objetivo do silêncio – condição indispensável à concentração – é o de nos libertar de distrações e o de nos proporcionar um afastamento do “mundo material”, mesmo lendo em silêncio, as palavras ecoam-nos na cabeça, transportando-nos, ao sabor de cada momento, para outros tempos e outros lugares da nossa própria intimidade. Nenhum leitor escapa a isto.

Eduardo Prado Coelho, comentando Manuel Gusmão, afirma a

convicção de que na biblioteca se encontra tudo, que está ali o inventário do mundo, e que na rede das palavras que se bifurcam como jardins sem fim podemos descobrir o enigma de todas as coisas, a teologia na sua condição mais rasteira, empoeirada e material – tudo está escrito, e tudo está sempre disponível para ser lido, mas cada leitura implica uma nova posição do leitor, e por isso, a biblioteca é a totalidade e a leitura é o infinito que excede qualquer totalidade. Daí que o alvoroço da leitura, esse “tropol apaixonado”, esse espaço faulkneriano do “som e a fúria”, seja a experiência reiterada desta contradição: a biblioteca dispensa o mundo na medida em que os mundos irrompem da própria biblioteca: “em plena biblioteca, os livros cantam, os cavalos invadem, o jardim estremece, as laranjas movem na alegria o frio de Janeiro, e a morte vibra alacre pelas várias figuras do leitor” (COELHO, 2001:85).

Tanto a procura do silêncio considerado imprescindível à concentração do leitor, como a impossibilidade de que possa existir, quando um autor e um leitor se encontram pela palavra escrita, têm inspirado incontáveis páginas pela mão de grandes vultos. Ocorreu-nos recuperar, aqui, algumas delas.

Toda a Literatura aporta o seu contributo para que o tecido de que somos feitos vá adotando cambiantes com tanto de ínfimo como de incomensurável. “Todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades” (Camões). O que queremos nós do futuro? Que a palavra permaneça – não há dúvida. A palavra que, desde sempre, se acolhe e é acolhida na Biblioteca. Mas também queremos que não nos esqueçam, a nós, leitores – ouvintes que descobrimos as Bibliotecas da cidade. Aqui reside o cerne da questão, porque é preciso saber ouvir e, como para tudo há um tempo, também para ouvir o há. É o tempo a que chamamos nosso. É fazendo uso dele que se consegue estar atento e perceber, decifrando línguas e dialetos, a Biblioteca, ou melhor, quem nela habita. A convivência é expectativa e descoberta. Existimos nós e existem os outros: sempre foi e será assim.

A alteridade manifesta-se, também, na intimidade, na cumplicidade, na afeição, na argumentação que cada autor partilha através da sua própria escrita e estas são sucessivamente postas à prova por quem o lê e a partir dele (re)escreve, num discurso interminável. Os leitores, que se vão multiplicando ao longo dos séculos, reinventam alteridades sempre novas. Há quem diga que já tudo foi inventado. Que o que vamos é assistindo a contínuas manifestações de criatividade, a um ritmo alucinante, quicá arrepiante, que nos empurram para o precipício. Será? Não temos o futuro connosco, mas sabemos que acontecerá. Está nos livros de todas as Bibliotecas que existem no mundo. Depois de nós, outros leitores o interpretarão; todavia, algo permanecerá imutável, porque sempre haverá quem escreva e quem leia: são laços indissolúveis. Tantas são as viagens; inimagináveis os voos. Estar, permanecer, ficar, continuar, sair, ir e andar passam todos a significar o mesmo, dentro da Biblioteca – Ser!

Se estivermos atentos, alturas há em que as vozes que ecoam na Biblioteca, numa sobreposição em que pesam a razão e a emoção, são capazes de definir tanto o rumo de uma vida, como o de uma nação. Não há paradigma, linha de pensamento e de ação que não estejam registados na Biblioteca. Mas, afinal, é isto que os leitores procuram na Biblioteca? O que é que os atrai? Que papel é o de cada leitor que transpõe a porta da Biblioteca? De que é que precisa? Poder-se-á perguntar, por outro lado, se, de facto, precisa de alguma coisa. Se a Biblioteca se assume, a seus olhos, como Casa-mãe, ou se a vê como simples espaço de acolhimento, eventualmente de recolhimento. Não devemos presumir

certezas, mas não deixa de ser verdade que, a partir do momento em que entra na Biblioteca, o leitor passa a estar acompanhado, mesmo que não vislumbre mais ninguém. Por isso, de vez em quando, levanta a cabeça e olha em volta; escuta as vozes que o interpelam e, se o que ouve lhe desperta a atenção, levanta-se e vai dialogar com o nome escrito na lombada. O nome de alguém que existiu, noutra tempo e noutra espaço, mas que atravessou toda a ordem de obstáculos para ali estar. Por isso é que cada momento é precioso dentro da Biblioteca. Estando lá dentro, contudo, num ápice o leitor pode deixar de o estar – qualquer um se pode evadir: basta que se deixe levar por quem o convida à evasão... É curioso, porque continuará sentado, precisamente onde estava já há algum tempo. Quando as luzes se apagarem, o leitor sairá da Biblioteca. Lá fora, o mundo parecer-lhe-á mais inóspito. Não há tempo para conversas e reflexões. Tudo acontece depressa demais.

Os cinco excertos que escolhemos espelham bem, a nosso ver, a realidade/ficção do (im)possível silêncio das Bibliotecas. Sem interrupções, seguem-se Jean-Christophe Bailly, Naomi Shihab Nye, Jean-Marie Laclavetine, Steven Millhauser e Jean-Luc Déjean.

Levada à cena, em 1999, na Biblioteca Palatina de Parma, *Une Nuit à la Bibliothèque*, de Jean-Christophe Bailly, escritor, poeta e dramaturgo nascido em Paris, em 1949, é uma peça assente numa ideia bem interessante: quando a cidade adormece, a Biblioteca acorda e fala consigo mesma, através dos livros que nela se encontram. O que os espectadores vêem e ouvem, instalados nos lugares onde os leitores se costumam sentar, é aquilo que os livros, durante a noite, dizem uns aos outros, enquanto passeiam pela Biblioteca. Os livros, feitos pessoas, refletem sobre o passado e o futuro, a leitura e os leitores, a realidade e a ilusão.

Alegoria: E é porque tudo é assim, mortal, infinitamente mortal, passageiro, infinitamente passageiro, que nós, os livros, temos de carregar o peso de sermos um pouco imortais. É isto que nos acorda, à noite. Foi isto que te acordou esta noite, Fantolin, pela primeira vez desde que chegaste. Mas haverá inúmeras vezes, tanto mais que os dias aqui são longos, muito longos.

Ragionello: E as noites curtas, demasiado curtas! Pelo número que vi na cota, tu vives bastante longe daqui, desta sala, e vai ser preciso, agora, que regreses. E ela (apontando Alegoria), ela também se vai embora, lá para cima, e todos nós vamos deixar de ser aparições e retomar o nosso aspecto de livros, como se nada se tivesse passado. Nem o vigilante da noite, ao fazer a ronda, nem os leitores de amanhã, nem os que aqui trabalham se aperceberão seja do que for. Aliás, quando se afastam daqui, passam a ser diferentes? Não o sabemos.

Fantolin: E se o vigilante da noite chegasse agora e nos surpreendesse, o que é que se passaria?

Alegoria: Nada. Se estivesse muitíssimo atento, veria, talvez, que não estamos no devido sítio, como costumam dizer, mas a nós, a ti e a mim, e a vós e a todos os outros, tal como somos agora, ele não nos veria. Nós vivemos num mundo diferente do dele. É isto que é necessário que te digamos. E estes dois mundos são verdadeiros.

(BAILLY, 2005:49-50)

Naomi Shihab Nye, escritora e poeta americana nascida em St. Louis, no Missouri, em 1952, tem uma vasta e premiada obra. Reconhecida e aclamada pela invulgar capacidade em explorar similitudes e diferenças entre culturas, usando uma linguagem transversal, publicou, em 1998, *Fuel*. O poema seguinte é um dos que constituem esta obra, onde também os livros esquecidos têm lugar.

**Because of Libraries
We Can Say These Things**

She is holding the book close to her body,
carrying it home on the cracked sidewalk,
down the tangled hill.
If a dog runs at her again, she will use the book as a shield.
She looked hard among the long lines
of books to find this one.
When they start talking about money,
when the day contains such long and hot places,
she will go inside.
An orange bed is waiting.
Story without corners.
She will have two families.
They will eat at different hours.
She is carrying a book past the fire station
and the five – and – dime.
What this town has not given her
the book will provide; a sheep,
a wilderness of new solutions.
The book has already lived through its troubles.
The book has a calm cover, a straight spine.
When the step returns to itself
as the best place for sitting,
and the old men up and down the street
are latching their clippers,
she will not be alone.
She will have a book to open
and open and open.
Her life starts here.

(NYE, 2003:82-83)

Em 1991, a Bibliothèque Mériadeck foi inaugurada em Bordeaux. Entre as muitas iniciativas levadas a cabo nessa ocasião, conta-se a publicação de *Quinze Écrivains pour une Bibliothèque*, obra que encerra a colaboração de 15 escritores, entre os quais se encontra Jean-Marie Laclavetine, escritor e editor nascido em Bordeaux, em 1954. *Céleste et les Garnements* conta a história de uma bibliotecária que se torna amiga de dois jovens delinquentes e do seu tutor, Richard.

Ele não se lembrava de se ter sentado perto de Céleste, porém, encontrava-se bem ali, na erva, junto dela. Do halo perfumado de Céleste.

– Cheira bem, disse ele, fechando os olhos – e reviu-a na biblioteca de Cahors, reinando sobre as estantes carregadas de maravilhas e com um odor requintado a papel e cera – cheira bem, cheira a livros...

Céleste desatou a rir.

– Os livros cheiram a papel, a tinta, a pó!

– Não, não! Os livros cheiram bem! Nunca pensei nos cheiros que cada livro contém? O livro que me emprestou, por exemplo, contém milhares de perfumes diferentes: cheira a lareira acesa, a tapete da Turquia, ao pudim da Madame Jellyby, à chuva no terraço...

– A cão molhado, a barba imunda, a manta suja...

– A madressilva, a carne assada, ao perfume do sabonete na face das mulheres... E em cada livro, um mundo de odores diferentes!

– E eu cheiro a tudo isso?

– Claro, afirmou Richard, inspirado. Os livros concentram os cheiros da vida, como os frascos de perfume conservam a essência das flores: vivendo no meio deles, como é que não estaria impregnada deles? – e aproveitou o ímpeto da frase para pousar um braço sobre os ombros de Céleste.

(LACLAVETINE, 1991:12).

From the Realm of Morpheus, que Steven Millhauser, escritor novaiorquino nascido em 1943, publica em 1986, conta-nos a história de Carl Hausman, “um vagabundo na escuridão” que, no encalço de uma “bola de falta”, durante um jogo de *baseball*, acaba por, no meio de um bosque, entrar num buraco que o leva a um mundo imaginário – o mundo de Morpheus (Morfeu), uma divindade amante de prazeres e de grandes floreados, que o convida a visitar o seu reino. Ao penetrar, com o se anfitrião, na Biblioteca, Hausman encontra todos os livros da Antiguidade que se perderam; livros que apenas são referidos em livros; todos os livros que poderiam ter sido escritos e não o foram; todos os livros inacabados, mas agora terminados; livros que são como árvores que dão origem a outras árvores; livros que voam, que falam; livros que têm sabor e podem ser comidos; livros de tamanhos vários e aspetos diversos de cortar a respiração.

Com uma curiosidade relativa, peguei num volume intitulado “Spenser. VII – XII”. Vi, ao abri-lo, que continha os Livros VII a XII de “The Faerie Queene”. Mesmo ao lado encontrava-se um fino volume intitulado “Dickens”, que descobri conter os últimos capítulos de “The Mystery of Edwin Drood”. De olhar surpreso disse: “Mas eu pensei que “The Mystery of Edwin Drood”... - Claro, rapaz: tristemente inacabado no vosso negligente mundo.” Manifestamente satisfeito, apontou para três outros grossos volumes cheios de pó noutra prateleira; estes continham, em letra apertada e a duas colunas, o final de “The Canterbury Tales”, de Chaucer. Aproximando-se do meu ouvido, Morfeu sussurrou-me que o segundo e o terceiro que se seguiam a “The Miller Tale” eram um tanto decepcionantes, mas que o quarto dessa tetralogia era notável, pela maneira como se encontravam misturados o

sublime e o obsceno, embora não se pudesse comparar com o segundo “The Pardoner’s Tale”; e depois o epílogo constituía um dos grandes pedaços de bravura da história de Inglaterra. Entretanto, sem deixar de falar, já tinha retirado da prateleira dois volumes igualmente encadernados em pele encarnada, que incluíam, respectivamente, o final de “Hyperion” e de “The Fall of Hyperion”, de Keats. Na mesma prateleira estava um volume mais fino, no qual descobri o último capítulo de “Das Schloss”, traduzido por Willa e Edwin Muir. Prosseguindo o seu caminho, Morfeu revelou-me o final de “The History of the World”, de Sir Walter Raleigh e o de “Tristan”, de Gottfried von Strassburg. No meio da multidão, mostrou-me o fim de “Hero and Leander”, de Marlowe, e o de “Bouvard et Pécuchet”, de Flaubert, bem como o de “Don Juan”, de Byron – Morfeu qualificou os cantos italianos como um puro “triunfo” – e o de “Weir of Hermiston”, de Stevenson. Os livros pareciam arrumados sem qualquer ordem específica e, enquanto Morfeu tentava apressar-me, eu folheava um certo número de finais, dos quais, todavia, não reconheci todos os títulos: “Jean Santeuil”, “Kubla Khan”, “Der Mann ohne Eigenschaften”, “Le Triomphe de la Vie”, “The Legend of Good Women”, “Orlando Innamorato”, “Christabel”, “Lucien Leuwen”, “Sanditon” e “Septimus Felton”.

(MILLHAUSER, 1991:140-141)

Não sabemos o que nos traz o futuro. Há, porém, quem o antecipe e sobre isso escreva. Entre os 18 textos de ficção científica que compõem *L’Or des Rayons*, antologia publicada em 1987, está *Bon Appétit*, de Jean-Luc Déjean (Montpellier, 1921-2006), escritor, produtor de televisão e professor de Literatura Clássica.

Em 2188, os Marcianos aterram em Paris. O que acontece na Biblioteca Nacional é deveras fantástico.

A nave que pousou na Praça do Palais Royal, em Paris, pertencia ao comerciante-mor TRLZ, especialista em miniaturas exóticas. Mais esperto do que os outros, recusava-se a acreditar na lenda marciana segundo a qual o terceiro planeta do Sol fora povoado por macacos coprofágicos, xenófobos, dominados por tabus e recentemente desaparecidos.

– Vamos lá ver! Tinha ele decidido.

[...]

E foi o que foi feito, em revistas concêntricas, com resultados diversos. Já no fim, a patrulha de VKNM, seguindo pela Rua de Richelieu, descobriu a Biblioteca Nacional.

– Não posso acreditar! exclamou TRLZ, chamado à pressa. Uma reserva inteira, um entreposto cheio! Celulose comprimida, envelhecida em pacotes! Miniaturas para milionários! Aposto que conseguimos encher dez naves espaciais. E tu, Tradutor, conseguiste perceber o que são estas coisas? Como é que as criaturas daqui chamavam a isto?

– Livros!

– Eles comiam-nos, não? Aqueles que os podiam pagar, claro?

– Não. Eles percorriam-nos com os olhos.

– Macacos! Tarados! Bem, comecem o embarque. Vamos pedir ao governo a concessão, por causa da concorrência. Livros. Até soa bem. Fica o nome. Aproxima-se a nossa grande festa. Já vejo o slogan – Deixem-se de economias. Comam um livro da Terra! – Temos negócio. Ficamos ricos em dez viagens.

[...]

Começou a saborear, em pequenas dentadas, qual apreciador, os dois primeiros tomos da “Summa Theologica”, de Tomás de Aquino. Um regalo!

Delicioso! Talvez um pouco pesado. Não convém empanturrar-me, concluiu ele.

E pronto. Os bibliófilos ficarão felizes ao saberem que, desaparecida a raça humana, as obras por ela engendradas nem para todos serão inúteis.

(DÉJEAN, 1987:75)

A palavra, a linguagem, o discurso, que são próprios do homem, definem a comunicação. A comunicação entre os seres humanos fundamenta a construção do mundo. O mundo que permanecerá enquanto houver Bibliotecas.

Terminemos, precisamente com S. Tomás de Aquino que, “heresias” à parte – referimo-nos à fértil imaginação de Jean-Luc Déjean e à personagem que, no seu livro, começa a devorar a *Summa Theologica* – afirma que

A linguagem (loquutio) significa o que é útil e o que é nocivo. Daí se segue que signifique o justo e o injusto. De facto a justiça e a injustiça consistem em que algo se adequa ou não às coisas úteis e nocivas. A linguagem (loquutio) é própria do homem porque, comparando com os outros animais, lhe é próprio ter o conhecimento do bem e do mal, do justo e do injusto, e de outros semelhantes que podem ser significados pelo discurso (sermone). De facto, como ao homem foi dado o discurso pela natureza, e o discurso tem como fim que os homens comuniquem entre si o que é útil e nocivo, justo e injusto, e outros semelhantes, então, do facto de a natureza nada fazer em vão, segue-se que naturalmente os homens comuniquem entre si estas coisas. Ora, a comunicação (communicatio) sobre estas coisas institui o lar e a cidade (domum et civitatem). Portanto, o homem é naturalmente um animal do lar e da cidade (domesticum et civile).

(TOMÁS DE AQUINO - *Comentário sobre a Política de Aristóteles*. Trad. de José Meirinhos, 1971, vol. I, cap. 1, § 29, p.79).

Concluamos, afinal, voltando ainda e sempre a mais uma questão: se a Biblioteca é o espelho do mundo, o mundo que existe fora dela, por que é que o leitor a procura? Mesmo que de tal não se aperceba, o leitor necessita de um contexto; de raízes; de consistência. Não precisa de respostas para tudo, mas precisa de saber orientar-se; de saber ouvir e de saber ouvir-se; de perceber que é único, sim, mas que praticamente tudo deve àqueles que existiram antes dele. Precisa de se encontrar consigo mesmo e de agarrar o tempo, para poder pensar devagar. Dentro da Biblioteca, que é catedral, igreja, santuário, mas também ágora, praça, jardim, o leitor segura no tempo como se fosse dele, e isso é-lhe vital, absolutamente imprescindível. A Biblioteca é o lugar da memória, da identidade e da mais elaborada alteridade. Não menos importante, é um espaço ecuménico, sem fronteiras, e o único lugar onde tudo pode recomeçar. Se algo mais há a acrescentar, então digamos, ainda, que as Bibliotecas são construções sempre inacabadas e que talvez seja por isso mesmo que perdurarão.

* Este texto é dedicado a Margarida Feray-Beaumont, incansável frequentadora dos bouquinistes de Paris

Nota: Os textos apresentados são traduções nossas.

Referências bibliográficas

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

2001 *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. Lisboa : Verbo, 2001. 2 vol.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION

2014, jul. 31 *Center for the Future of Libraries*. [Em linha]. 31 jul. 2014. [Consult. 29 out. 2018]. Disponível em: <http://www.ala.org/tools/future/>.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION

2014, aug. 8 *Trends*. [Em linha]. 8 aug. 2014. [Consult. 29 out. 2018]. Disponível em: <http://www.ala.org/tools/future/trends>.

BAILLY, Jean-Christophe

2005 *Une Nuit à la bibliothèque suivi de Fuochi sparsi*. Paris: IMEC; Christian Bourgois Éditeur, 2005.

BROOKS, Rebecca Beatrice

2012, dec. 11 Virginia Woolf quotes about books, music, art. In *The Virginia Woolf blog*. [Em linha]. 11 dec. 2012. [Consult. 30 out. 2018]. Disponível em: <http://virginiawoolfblog.com/virginia-woolf-quotes/>.

COELHO, Eduardo Prado

2001 *Se o leitor escreve tu escreves. O leitor escreve para que seja possível*. Textos de Manuel Gusmão e Eduardo Prado Coelho. Fotografias de Duarte Belo. Lisboa: Assírio & Alvim, 2001.

DÉJEAN, Jean-Luc

1987 *Bon appétit : L'Or des rayons: anthologie*. Textes reunis par Monique Douan. Lille : Andromède, La Maison de la Fiction, 1987.

GUSMÃO, Manuel

2001 *As Posições do leitor. O leitor escreve para que seja possível*. Textos de Manuel Gusmão e Eduardo Prado Coelho. Fotografias de Duarte Belo. Lisboa : Assírio & Alvim, 2001.

LACLAVETINE, Jean-Marie

1991 *Céleste et les garnements*. Quinze écrivains pour une Bibliothèque. Bordeaux: William Blake & Co.

MILLHAUSER, Steven

1991 *Le Royaume de Morphée*. Paris : Rivages, 1991.

NYE, Naomi Shiab

2003 *Because of libraries we can say these things. Where books fall open: a reader's anthology of wit and passion*. Selected with paintings by Bascove. Boston : David R. Godine Publisher, 2003.

PORTELLO, Solange Gara

2012, maio 10 Silêncio! “Aqui na Biblioteca quem fala são os livros” (Rosa Mares). In *Blog [do] Sistema de Bibliotecas da UEL*. [Em linha]. 2012. [Consult. 27 out. 2018]. Disponível em: <http://bibliotecasdauel.blogspot.com/2012/05/silencio-aqui-na-biblioteca-quem-fala.html>.

QUANDO ME PERGUNTAM...

2017, nov. 5 Quando me perguntam qual é o maior cientista de sempre, respondo: na minha área, é Shakespeare. Entrevista António Damásio. Isabel Lucas (texto) e Rui Gaudêncio (fotografia). [Em linha]. *Público*. (5 nov. 2017). [Consult. 31 out. 2018]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/11/05/ciencia/entrevista/antonio-damasio-1791116>.

ROSANO, Pedro

2016, out. 11 Conheça a “Campanha do Silêncio” nas Bibliotecas da UCS. In *Blog do Sistema de Bibliotecas da UCS*. [Em linha]. 11 out. 2016. [Consult. 27 out. 2018]. Disponível em: <https://bibliotecaucs.wordpress.com/2016/10/11/conheca-a-campanha-do-silencio-nas-bibliotecas-da-ucs/>.

O SILÊNCIO

2013, ago. 18 O Silêncio. In *Blog da Biblioteca da ECA*. [Em linha]. 8 ago. 2013. [Consult. 27 out. 2018]. Disponível em: <https://bibliotecadaeca.wordpress.com/2013/08/19/o-silencio/>.

SILÊNCIO, GENTE ESTUDANDO

2018, abr. 2 Silêncio, gente estudando. In *Blog da Biblioteca da ECA*. [Em linha]. 2 abr. 2018. [Consult. 27 out. 2018]. Disponível em: <https://bibliotecadaeca.wordpress.com/?s=silencio>.

TOMÁS DE AQUINO

1971 *Sententia libri politicorum*, lib. 1, cap. 1, n. 29. Opera omnia (ed. Leonina), vol. 484. Roma: ad Sanctae Sabinae [Comissio Leonina], 1971.

Isabel Pereira Leite | carpe.diem.ipl@gmail.com

Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM